



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**AGROINSPIRADORAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE GÊNERO E TRABALHO NO
DISCURSO DO FEMINISMO AGRO NA MÍDIA SEGMENTADA**

Wenya Alves Alecrim

**Brasília
2024**



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO – FAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**AGROINSPIRADORAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE GÊNERO E TRABALHO NO
DISCURSO DO FEMINISMO AGRO NA MÍDIA SEGMENTADA**

Wenya Alves Alecrim

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora.

Linha de pesquisa: Poder e Processos Comunicacionais.

Coorientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

**Brasília
2024**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**AGROINSPIRADORAS: UMA PERSPECTIVA SOBRE GÊNERO E TRABALHO NO
DISCURSO DO FEMINISMO AGRO NA MÍDIA SEGMENTADA**

Autora: Wenya Alves Alecrim

Coorientadora: Profa. Dra. Liliane Maria Macedo Machado

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília.

Banca examinadora:

Prof. Sivaldo Pereira Da Silva- Universidade de Brasília (UnB) - Coordenador do PPGCOM, presidente da banca em substituição da orientadora Fernanda Martinelli.

Profa. Dra. Clarissa Raquel Motter Dala Senta – Universidade Católica de Brasília (UCB) – Examinadora Externa à Instituição

Profa. Dra. Kelly Tatiane Martins Quirino – Universidade Católica de Brasília (UCB)- Examinadora externa à instituição

Profa. Dra. Rafiza Luziani Varão Ribeiro Carvalho – Universidade de Brasília (UnB) – Examinadora Interna

As imagens que vemos constantemente à nossa volta nos ajudam a entender como funciona o mundo em que vivemos e como estas imagens representam realidades, valores e identidades.

Stuart Hall

AGRADECIMENTOS

Todo meu amor e agradecimento a Deus, que me deu condições para realizar este sonho.

Agradeço aos meus pais: Deusdetina Alves Alecrim, uma servidora pública e professora, e Ozias Dias de Alecrim, um mestre de obras. Ambos não mediram esforços para proporcionar educação de qualidade às suas filhas.

Aos meus filhos, Lucas Alecrim e Tarso Alecrim, agradeço por serem canal de benção na minha vida. Quantas vezes pedi a Deus para ingressar no doutorado antes de ter filhos, mas Ele mesmo sabia que teria que ser assim, com vocês me vendo noites a fio escrevendo, lendo.

Agradeço ao meu companheiro, Luciano Farina, que me deu forças e me apoiou a todo instante.

Às minhas irmãs, Weulla e Whayne, agradeço por me ouvirem o tempo todo falando sobre a tese, assim como também à minha amiga, Yara Arantes.

Às professoras Kelly Quirino (um anjo que Deus enviou), Liliane Machado (outro anjo enviado na reta final e que me proporcionou acolhimento durante as aulas). Agradeço também ao professor Sivaldo Pereira da Silva, por também ter me acolhido em 2024.

Ao professor Paulo Almeida, pelas dicas e conselhos.

Aos servidores do PPG.

Ao DPG, pela bolsa concedida durante um ano.

Às amigas companheiras de ingresso, Ana Maria Telles e Rose Dayane: vocês também fazem parte dessa jornada e contribuíram para quem eu sou hoje.

RESUMO

Esta pesquisa se dedica à análise da representação midiática de mulheres agricultoras que atuam na produção e gestão de propriedades rurais de médio e grande porte. Em particular, o estudo se concentra no programa de TV Agroinspiradoras, exibido pelo Canal Rural, e em outras 18 produções audiovisuais que retratam o meio rural e que contam com a participação das apresentadoras do Agroinspiradoras. A pesquisa analisa a presença das mulheres no agronegócio, com foco na investigação das questões de gênero e trabalho no contexto midiático. Identificamos que as mulheres-agro se tornam porta-vozes de um fenômeno que se aproxima dos ideais do feminismo neoliberal e a partir daí problematizamos as semelhanças e diferenças entre as lutas feministas históricas e o discurso propagado por essas mulheres por meio da mídia segmentada. Observa-se a emergência de um fenômeno em transformação, denominado aqui como “feminismo agro”, termo/conceito adotado nesta pesquisa, que evidencia a interseção entre elementos do feminismo e as preocupações específicas das mulheres que trabalham no agronegócio. A pesquisa se debruça também sobre as relações desse fenômeno com a cultura da inspiração e do empreendedorismo, centrais para a compreensão da representação destas mulheres na mídia segmentada. A abordagem metodológica combina a análise do conteúdo e com a Teoria da Representação Social. Essas abordagens analíticas permitem uma compreensão das representações midiáticas, dos discursos propagados pelas mulheres-agro e das suas relações com a cultura da inspiração e do empreendedorismo.

Palavras-chave: Comunicação. Agronegócio. Agroinspiradoras. Gênero. Feminismo Agro. Feminismo Neoliberal.

RESUMEN

Esta investigación analiza la representación mediática de las mujeres agricultoras que trabajan en la producción y gestión de medianas y grandes propiedades rurales. En particular, el estudio se centra en el programa de televisión Agroinspiradoras, emitido por Canal Rural, y otras 18 producciones audiovisuales que retratan el entorno rural y que cuentan con la participación de presentadoras de Agroinspiradoras. El enfoque metodológico combina el análisis de contenido y la Teoría de la Representación Social. Estos enfoques analíticos permiten comprender las representaciones mediáticas, los discursos propagados por las mujeres agrícolas y sus relaciones con la cultura de la inspiración y del emprendimiento. La investigación analiza la presencia de las mujeres en la agroindustria, centrándose en investigar cuestiones de género y de trabajo en el contexto mediático. Identificamos que las mujeres agrícolas se convierten en portavoces de un fenómeno que se aproxima a las ideas del feminismo neoliberal, y desde allí problematizamos las similitudes y diferencias entre las luchas feministas históricas y el discurso propagado por estas mujeres a través de los medios rurales del sector. Se observa el surgimiento de un fenómeno cambiante, aquí llamado “feminismo agrícola”, término/concepto adoptado en esta investigación, que resalta la intersección entre elementos del feminismo y las preocupaciones específicas de las mujeres que trabajan en los agronegocios. La investigación también se centra en la relación entre este fenómeno y la cultura de la inspiración y el emprendimiento, centrales para comprender la representación de estas mujeres en los medios del sector rural.

Palabras claves: Comunicación. Agronegocio. Agroinpiradoras Género. Feminismo Agrícola. Feminismo Neoliberal.

ABSTRACT

This research analyses media representation of female farmers who work in the production and management of medium and large rural properties. In particular, the study focuses on the TV program called Agroinspiradoras, aired by Canal Rural, and on 18 other audiovisual productions that presents rural environment, and which have a participation of the presenters of Agroinspiradoras. The research seeks to understand the panorama of rurality in Brazil, problematize the role of agribusiness and analyze the presence of women in this media context. The main focuses of the investigation are gender and work issues. We identify that agricultural women become spokespersons for a phenomenon that comes close to the ideals of neoliberal feminism and from there we problematize the similarities and differences between historical feminist struggles and the discourse propagated by these women through segmented media. The emergence of a changing phenomenon is observed, here called “agricultural feminism”, a concept adopted in this research, which highlights the intersection between elements of feminism and the specific concerns of women who work in agribusiness. The research also focuses on the relationship between this phenomenon and the culture of inspiration and entrepreneurship, which are central to understanding the representation of these women in the segmented media. The methodological approach combines content analysis and Social Representation Theory. These analytical approaches bring an understanding of media representations, the discourses propagated by agricultural women and their relationships with the culture of inspiration and entrepreneurship.

Keywords: Communication. Agribusiness. Agroinspiradoras. Gender. Agricultural Feminism. Neoliberal Feminism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Divisão por estados: agricultura familiar e não familiar	42
Figura 2 – Imagem sobre agricultura familiar e cooperativismo	44
Figura 3 – Imagens que ilustram reportagens sobre liberação de dinheiro pelo governo federal para a agricultura familiar	45
Figura 4 – Representação do desflorestamento da Amazônia e do Cerrado	50
Figura 5 – Produção de soja entre 2006 e 2017	54
Figura 6 – Comparativo sobre o tema desigualdade de gênero entre as pesquisas	69
Figura 7 – Participantes do episódio 1 do programa Agroinspiradoras	81
Figura 8 – Participantes do episódio 2 do Agroinspiradoras	83
Figura 9 – Participantes do episódio 3 do Agroinspiradoras	84
Figura 10 – Episódio 3 do programa Agroinspiradoras	84
Figura 11 – Esquema da análise de conteúdo	106
Figura 12 – A identificação das mulheres rurais	111
Figura 13 – Recorte do <i>corpus</i>	114
Figura 14 – <i>Corpus</i> analisado	125
Figura 15 – Apresentação do programa Agroinspiradoras	126
Figura 16 – Cenário do programa 3 Agroinspiradoras	139
Figura 17 – Postagem de Teka Vendramini sobre viagens	150
Figura 18 – Postagem de Teka Vendramini sobre reunião com representantes	150
Figura 19 – Postagem de Teka Vendramini sobre reunião do Mapa	151
Figura 20 – Mídias analisadas	155

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A RURALIDADE E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL	25
1.1 O RURAL E O URBANO: UM ESPAÇO PLURAL DE CONVERGÊNCIA	25
1.2 TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA	30
1.2.1 Agricultura familiar e não familiar	41
1.3 AGRONEGÓCIO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CELEIRO DE ALIMENTOS	46
2.4 CULTURA RURAL NA ATUALIDADE BRASILEIRA	57
2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO AMBIENTE RURAL DO BRASIL: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS	64
2.1 O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES	70
2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS E MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONHAS	77
2.3 PERFIL DAS AGROINSPIRADORAS	80
3 DISCUSSÕES DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E INFERÊNCIAS SOBRE O FEMINISMO NEOLIBERAL E O ECOFEMINISMO	85
3.1 EM BUSCA DO GÊNERO	85
3.2 FEMINISMO: UM OLHAR SOBRE MOVIMENTOS POLÍTICOS E DE RESISTÊNCIA	89
3.3 CORRENTES FILOSÓFICAS E CAMINHOS QUE LEVAM AO FEMINISMO NEOLIBERAL E AO ECOFEMINISMO	93
3.3.1 Ecofeminismo: a equidade entre a mulher e a natureza	100
4 PERCURSO METODOLÓGICO	104
4.1 ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO DE STUART HALL	107
4.2 AMPLIAÇÃO DO <i>CORPUS</i> E REFLEXÕES SOBRE CONTEXTOS DE TEMPO E ESPAÇO	113
5 O GÊNERO TELEVISIVO VOLTADO PARA O DIÁLOGO	116
5.1 A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA PRODUÇÃO E NO CONSUMO DE CONTEÚDO	121
6 AGROEMPREENDEDORAS DE SI MESMAS: EM PAUTA A INSPIRAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO AGRO	125

6.1 SILÊNCIO COMO PAUTA E FEMINISMO QUE NÃO SE PAUTA	126
6.1.1 Episódio 1	128
6.1.2 Episódio 2	136
6.1.3 Episódio 3	138
6.2 EMPREENDEDORAS DE SI MESMAS	141
6.3 TEKA VENDRAMINI: MULHER ONÇA, ALFA E AGROINSPIRADORA	149
7 OUTRAS MÍDIAS EM ANÁLISE: O DISCURSO UNÍSSONO DAS MULHERES-AGRO AO LONGO DOS ANOS	155
7.1 UM CAMINHO PARA NOVOS DISCURSOS: SORORIDADE, RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS	156
7.1.1 Jeito de mulher	161
7.1.2 Ajuda como sinônimo de sororidade?	168
7.1.3 Ocupação de espaços	175
7.1.4 Resistência e dificuldade como sinônimos de preconceito?	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	194

INTRODUÇÃO

O Brasil se consolidou como um grande produtor e exportador agrícola. A influência da colonização portuguesa, juntamente com o estabelecimento de culturas como café, algodão e cana-de-açúcar, fixou um legado agrícola no país e organizou a estrutura social brasileira. Essa história também está entrelaçada por desigualdades sociais, com perpetuação da pobreza e do sofrimento de muitos. A história agrícola no Brasil, com frequência, está centrada em homens, vistos como os principais protagonistas desta narrativa.

De acordo com um estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao, 2021), o Brasil se destaca como um dos cinco maiores produtores de alimentos do mundo. Embora famílias inteiras - incluindo homens e mulheres - vivam e trabalhem no campo, são as mulheres que costumam ter que lidar com a falta de voz e de visibilidade nos espaços de debate público, conforme problematizam Machado, Amorim e Schons (2020).

Segundo a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag, 2017), as mulheres desempenham um papel fundamental no campo, participando ativamente tanto da agricultura quanto da pecuária. Elas encaram rotinas desafiadoras, trabalhando lado a lado com homens e destacando-se em suas atividades laborais.

A mesma instituição conduziu, em 2016, uma pesquisa sobre as mulheres no agronegócio. Em 2017, realizou a atualização dos resultados coletados em 2016 e fez outra publicação, com o título *Todas as Mulheres do Agronegócio*, na qual traçou o perfil das mulheres antes e depois “da porteira”¹, com um recorte mais voltado para mulheres que atuam na agroindústria, independentemente de sua função ou nível. A pesquisa quantitativa foi realizada a partir da distribuição de amostras em todas as unidades da federação, contemplando os diferentes portes de propriedades e valendo-se de amostra probabilística estratificada por regiões do país. As entrevistas, efetuadas via telefone, contemplaram mulheres que atuam “dentro” e “depois da porteira”. A amostragem foi realizada entre junho e julho de 2017, contando com a participação de 832 mulheres. O nível de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 3,3% (Abag, 2017).

¹ Quando se pensa em agronegócio é preciso deixar claro que esta atuação não se resume ao trabalho na “roça”. Há aqueles que trabalham “antes da porteira”, ou seja, com atividades incluídas na cadeia de suprimentos e serviços que atendem às propriedades rurais. Homens e mulheres que atuam “dentro da porteira” exercem atividades e responsabilidades relacionadas efetivamente à propriedade rural. Há ainda as pessoas que atuam “depois da porteira”, em negócios ligados ao transporte, armazenamento, industrialização, distribuição e comércio da produção (Abag, 2017).

Posteriormente, em 2021, a associação trouxe novos números. Parte dos dados coletados esclarecem a conjuntura de um cenário no qual estão inseridas muitas mulheres representadas pelas mídias especializadas (Abag, 2021)

É preciso esclarecer qual é o perfil das mulheres-agro. A literatura sobre mulheres rurais é plural quando tem, como protagonistas, mulheres camponesas ou que compõem a agricultura familiar e/ou aquelas que participam de movimentos sociais, tais quais as que aparecem em trabalhos publicados por Brumer (2004); Action Aid e Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (2010); Bonin (2022), além de outras pesquisas realizadas pelo próprio Cepea (2018; 2019).

Apesar do número crescente de pesquisas na área, este é ainda um campo pouco consolidado, especialmente no que se refere ao enfoque midiático dado ao perfil de mulheres rurais que trabalham na produção e gestão de médias e grandes propriedades. Não são numerosos os trabalhos que enfocam a transversalidade entre gênero e trabalho no meio rural.

Ao integrar essas fontes, busca-se uma compreensão das características, desafios e conquistas das mulheres-agro. A análise visa identificar padrões e características comuns, tanto na representação midiática quanto na realidade observada. A abordagem multidisciplinar e multi-fonte fortalece a validade dos resultados da pesquisa, permitindo uma análise contextualizada das experiências, perspectivas e contribuições das mulheres no setor agrícola. Essa integração de dados busca evidenciar uma unidade no objeto de estudo, proporcionando uma visão mais plural do tema.

Diante desse cenário, o problema de pesquisa deste estudo comprehende a forma como as mulheres do agronegócio brasileiro são representadas pela mídia segmentada², considerando as dinâmicas de poder, os estereótipos de gênero e a complexidade das interseções entre gênero e trabalho em um setor historicamente dominado por homens.

A hipótese inicial formulada por este estudo era de que a mídia segmentada retratava esse grupo específico de mulheres sob o enfoque das discussões sobre gênero e trabalho no meio rural. Contudo, ao longo da pesquisa, outras perspectivas foram reveladas, demonstrando que o discurso delas, veiculado midiaticamente e que parecia representar uma crítica ao sistema

² Entende-se por mídia segmentada a prática de direcionar conteúdos e mensagens específicas para grupos distintos de público, definidos por características como interesses, comportamentos ou demografia, buscando maior relevância e eficácia na comunicação. Esse conceito se fundamenta na fragmentação do público e na personalização promovida pelas tecnologias digitais (Wolf, 1994).

patriarcal, não se consolidou de fato. A mídia é um dispositivo imerso em subjetividades. E, nesse mérito, o debate sobre a representação das mulheres na mídia está longe de ser esgotado. Embora muitas pesquisas se concentrem no amplo contexto das mulheres rurais, esta tese lança luz sobre o espaço epistemológico relacionado às mulheres do setor agropecuário.

Assim, o objetivo geral do texto é analisar, por meio da análise de conteúdo e da abordagem inspirada em Stuart Hall acerca das representações sociais, a representação da mídia segmentada acerca de mulheres do agronegócio. Para tanto, analisam-se três edições do programa Agroinspiradoras, exibido pelo Canal Rural (2016, 2017 e 2018), e 18 produções audiovisuais (2020, a 2022) que incluem entrevistas/*lives*/reportagens exibidas por veículos que retratam o meio rural e as mulheres do agronegócio no Brasil contemporâneo. Nos capítulos 6 e 7, detalhamos de forma sistemática o processo de seleção do corpus analisado. Inicialmente, esclarecemos que a escolha das 18 videorreportagens foi realizada com base em critérios específicos, priorizando, em um primeiro momento, conteúdos que abordassem temas relacionados a gênero e trabalho.

Destacam-se como objetivos específicos do trabalho: a identificação de padrões e temas recorrentes por meio da análise de conteúdo; a investigação das relações de poder envolvidas na construção dessas identidades e a análise de estereótipos, imagens e discursos com base na abordagem de Stuart Hall, considerando também as estratégias de resistência e subversão adotadas por essas mulheres.

As mulheres no agronegócio enfrentam desafios complexos, incluindo o machismo arraigado na estrutura social e a perpetuação de práticas desiguais e questionáveis de produção no campo. Embora pertencentes a essa realidade, algumas delas ascendem como lideranças emergentes no setor, ocupando cargos ministeriais, parlamentares e outros espaços de influência decisória sobre questões agrícolas no Brasil. Essas mulheres, ao assumirem tais posições, confrontam a necessidade de romper com práticas historicamente implementadas predominantemente por homens, buscando transformações éticas, justas e sustentáveis na produção agrícola em larga escala. Entretanto, esse processo enfrenta desafios consideráveis, especialmente em contextos políticos marcados pela polarização ideológica, como durante o governo Bolsonaro no Brasil.

É imperativo salientar que esta tese transcende a análise exclusiva das adversidades inerentes ao agronegócio, focalizando-se, ao invés disso, na maneira pela qual a mídia representa a mulher que atua neste âmbito, visando compreender e analisar os conteúdos dos discursos e imagens difundidas sobre as mulheres agricultoras em questão.

Por isso, nesta pesquisa, interessa-nos discutir o quanto e de que forma as questões de gênero são relevantes e têm influência nas representações que compõem os discursos veiculados pelos meios de comunicação acerca das mulheres que integram o agronegócio. De fato, a mídia desempenha um papel importante na construção de estereótipos de gênero, na reprodução de desigualdades e na perpetuação de normas sociais relacionadas ao trabalho, reforçando ou desafiando as desigualdades de gênero no contexto profissional.

Contemporaneamente, observam-se na mídia segmentada, mulheres-agro pertencentes e representativas de contextos sociais privilegiados. São, em geral, mulheres de elite, brancas, com formação acadêmica e que herdaram propriedades rurais de seus maridos ou de seus pais. Historicamente, culturalmente e economicamente, elas estão inseridas na agricultura numa perspectiva mais voltada para os grandes negócios.

Muitas mulheres deixam suas casas e conquistam lugares em espaços hegemonicamente masculinos, marcados por forte assimetria de gêneros, como ocorre no agronegócio. Elas vislumbram representação e representatividade, porém muitas vezes atuam como porta vozes de um discurso, o qual chamamos de “feminismo neoliberal” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019), do qual se desdobra o que estamos denominando, neste trabalho, como “feminismo agro”. O feminismo neoliberal ou de elite não propõe necessariamente uma transformação coletiva e não vislumbra, em seu horizonte, a superação da exploração social. Ao contrário, poderia ser caracterizado como um movimento que costuma reforçar essa condição exploratória (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019).

Estas mulheres integram um grupo que atua no campo, administrando propriedades ou negócios rurais. Elas não representam a totalidade de atores do campo e, embora a maioria delas tenha integrado a atividade por causa de um histórico com o campo (pelo fato de fazerem parte de famílias que já estão inseridas nesse meio), algumas delas protagonizam com êxito novos desafios em suas atividades. Ou seja, é possível identificar, no campo, mulheres “filhas” que reerguem patrimônios familiares, mulheres “sozinhas” que se firmam nos negócios e aquelas que trabalham conjuntamente com a família e/ou cônjuges. Existe um contingente significativo de mulheres trabalhando no agronegócio, contudo, o mapeamento quantitativo/qualitativo desses dados é complexo e desafiador, pois nem mesmo institutos de pesquisa na área possuem esses números totalmente tabulados, como constatamos após contato com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

O interesse pela análise sobre como a mídia segmentada representa as mulheres-agro nasceu a partir da constatação de uma maior visibilidade adquirida por este grupo nos últimos anos, por meio da produção de *talk-shows*, entrevistas, entre outros produtos comunicacionais.

Até a exibição do primeiro episódio de Agroinspiradoras, a mídia tradicional era carente de programas voltados para o agro, feito por mulheres e para mulheres. O reconhecimento do programa no próprio meio foi crescendo à medida que outros episódios foram sendo realizados.

Antes de avançar no estudo, fazemos uma observação de caráter pessoal para apresentar o contexto de desenvolvimento desta pesquisa. Importante ressaltar que a autora deste texto reside em uma região agrícola que passa por crescente expansão no que diz respeito à indústria de transformação. Trata-se, mais especificamente, da cidade de Rio Verde, no estado de Goiás, que fica a 500 quilômetros de Brasília. Rio Verde integra a região sudoeste do estado e faz parte de um cinturão agrícola, sendo responsável por 1,2% da produção nacional de grãos e de *commodities*³, como soja e milho (Rio Verde, 2021).

O município abriga grandes agroindústrias de alimentos, entre elas, a BRF, antiga Perdigão, uma das maiores empresas da América Latina, presente em mais de 127 países. A BRF emprega cerca de 10 mil funcionários na cidade e movimenta o beneficiamento de grãos local (BRF, 2023). É também na cidade de Rio Verde que se encontra instalada a Comigo, uma das 30 maiores cooperativas de agronegócio do país (Comigo, 2020). A Comigo tornou-se modelo bem-sucedido em negócio rural e foi uma das primeiras entidades no estado a contar com uma comissão de mulheres agricultoras.

Foi neste ambiente, desde muito cedo, que ocorreu o contato da autora com produtores e produtoras rurais, além de ela ter, entre os familiares, pequenos agricultores que deixaram a região sul do Brasil para explorar o cerrado. Aqueles que moram em Rio Verde, vivenciam, direta ou indiretamente, a dinâmica do agronegócio, principal atividade econômica local. Economicamente, os impactos do agro podem ser percebidos pelo custo de vida elevado, PIB do agronegócio representativo (R\$7,9 bilhões em 2023), além de muito dinheiro circulando entre um contingente populacional muito pequeno.

A produção diversificada de culturas agrícolas, como soja, milho e algodão, assim como a criação de gado, gera receitas substanciais para os produtores locais. Além disso, o comércio de insumos agrícolas, máquinas e equipamentos, associado à logística de transporte, contribui para a movimentação econômica da região. A presença de agroindústrias que processam esses produtos também desempenha um papel fundamental, gerando empregos e aumentando o valor

³ As *commodities* são mercadorias primárias, pouco industrializadas, essenciais como matéria-prima para diversos derivados. São negociadas globalmente em bolsas como a de Chicago, têm cotações influenciadas por oferta e demanda, sendo produzidas em grande escala, o que complexifica sua comercialização. Fatores políticos, econômicos e climáticos podem impactar sua precificação, com consequências relevantes para economias dependentes desses produtos.

agregado de produtos agrícolas. No entanto, é importante destacar que, em consequência do vigor econômico do agronegócio, a região enfrenta o desafio de um alto custo de vida, refletindo-se em diversos setores, desde a habitação até serviços básicos, tudo influenciado pelo dinamismo financeiro do setor agropecuário.

Em 2022, Rio Verde foi destacada como a localidade mais propícia para empreendimentos no setor agropecuário, conforme indicado pelo *ranking* produzido pela consultoria *Urban Systems* (Exame, 2022). Adiante, ao contextualizarmos a ruralidade no Brasil, traremos mais aspectos sociais e econômicos sobre esta cidade e sua ligação com as mulheres do agronegócio.

No jornalismo, na função de repórter e editora da TV Anhanguera (afiliada da Rede Globo) e do Canal Rural, a autora teve a oportunidade de visitar centenas de propriedades e empresas da área. Atualmente, ela trabalha com *freelancers* para empresas e profissionais do setor (*media training*, marketing digital e assessoria de imprensa). Foi por conviver diariamente com esse segmento que então decidiu realizar a presente pesquisa de doutorado, investigando “o agronegócio e as mulheres na mídia segmentada”.

A partir desse envolvimento, que nos coloca em um lugar privilegiado de conhecimento sobre a questão, torna-se fundamental praticar, diuturnamente, o necessário distanciamento em relação ao assunto pesquisado, assim como pondera Gilberto Velho (1978). Para pesquisar temas familiares ou próximos, os pesquisadores devem se conscientizar dos possíveis vieses e preconceitos que podem surgir devido à sua familiaridade com o assunto. Neste aspecto tornou-se importante o distanciamento crítico para uma análise objetiva.

A metodologia adotada para a pesquisa é composta por dois eixos principais: análise de conteúdo e análise da representação. Essa abordagem multidisciplinar é fundamental para lidar com a complexidade do objeto de estudo que foi investigado ao longo de cinco anos. Examinar as representações das mulheres no agronegócio na mídia segmentada à luz das teorias de Bardin (1977; 2026) e Hall (2003; 2016) revela-se um cenário complexo e multifacetado.

A teoria de análise de conteúdo de Bardin destaca a importância de examinar sistematicamente as comunicações midiáticas sobre mulheres. Essa abordagem busca identificar padrões e temas recorrentes (Bardin, 2016). Por outro lado, a perspectiva foucaultiana, que também utilizamos para a análise, destaca o papel do poder na construção dessas representações, incentivando a análise das relações de poder presentes na mídia e como estas moldam as identidades e experiências das mulheres-agro. Enquanto isso, a abordagem de Hall enfatiza a dimensão simbólica das representações midiáticas, convidando à investigação dos estereótipos, imagens e discursos associados às mulheres no agronegócio, bem como à

análise de suas estratégias de resistência e subversão. Ao integrar essas perspectivas teóricas, é possível obter uma compreensão das dinâmicas discursivas e de poder que configuram as representações das mulheres-agro na mídia segmentada.

Além do mais, o trabalho analisa as relações de gênero e trabalho permeadas no conteúdo do discurso das mídias em questão. “Por trás do discurso aparente simbólico e polissêmico, esconde um sentido que convém desvendar” (Bardin, 2016, p.11).

A escolha da análise de conteúdo e da Teoria da Representação Social, como abordagens teórico-metodológicas, se deu a partir da necessidade de compreender como os discursos são construídos e como as representações são produzidas e reproduzidas. A análise de conteúdo prioriza a identificação de padrões e temas nos textos, buscando extrair informações objetivas. Por sua vez, a Teoria da Representação Social está relacionada à compreensão de como imagens, conceitos e ideias são construídos e compartilhados na sociedade. Esse escopo busca analisar como determinados grupos, identidades ou fenômenos são representados simbolicamente, tanto na linguagem como em outras formas de expressão cultural, e como essas representações podem influenciar percepções e comportamentos. Acreditamos que a combinação da análise de conteúdo de Bardin com a Teoria das Representações Sociais nos permite realizar uma análise abrangente do objeto de estudo proposto.

Associado ao *corpus*, buscamos o suporte de pesquisas e dados coletados pelo Censo Rural e pelo IBGE, a fim de compreender melhor o setor. Além do mais, conta-se com as pesquisas intituladas *Todas as Mulheres do Agronegócio*, desenvolvidas pela Abag, e com as pesquisas do Cepea, além da observação sobre a participação das mulheres-agro na mídia tradicional e na internet. Neste último caso, é notável o crescente número de portais, redes sociais e programas de rádio que têm este grupo social como protagonista de debates públicos, como, por exemplo, o site AgroMulher, o movimento Agroligadas e a rede Uma por Todas.

Os dados do último Censo do IBGE, de 2017, trazem diversos apontamentos a respeito da quantidade de propriedades rurais por cor/raça. Observando os totais analisados, tem-se, em número de produtores por autoafirmação: a) Branca: 4.996.287; b) Preta: 2.289.129; c) Amarela: 2.199.305; d) Parda: 21.993.05; e) Indígena: 2.199.305. Em termos numéricos, a categoria Parda representa o maior quantitativo, com 21.993.05 produtores.

A predominância do número de produtores nas categorias Branca e Parda, em comparação às demais, pode refletir a representatividade desses grupos na população rural e no setor agrícola. Em um país com distribuição desigual das terras e que vivencia diariamente o preconceito racial, os números apresentados podem se refletir em outras desigualdades e questões estruturais que afetam a distribuição de terras e as oportunidades para os diferentes

grupos raciais, como discutiremos posteriormente. Tais disparidades relacionadas à posse da terra estão ligadas a fatores históricos, sociais e econômicos, entre os quais: a concentração de terra por poucos proprietários, a falta de acesso à terra para determinados grupos raciais e a existência de práticas discriminatórias no mercado de terras.

Ao entrarmos em contato com o IBGE por e-mail, recebemos a informação de que não foi realizado um cruzamento de dados sobre mulheres rurais, considerando variáveis como gênero e classe social. A ausência de um mapeamento quantitativo nesse sentido, embora signifique uma perda em termos de informação, não compromete a condução da pesquisa, uma vez que o objetivo aqui é, prioritariamente, analisar a representação social desse grupo específico de mulheres.

Parte das mulheres associadas ao agronegócio e que compõem o *corpus* do trabalho (a saber, Teka Vendramini, Carla de Freitas, Carmen Perez, Marize Porto, Maria Stella Damha, Lilica de Menezes, Edy Tarrafel, Jaqueline Casale, Roberta Paffaro, Sarita Junqueira, Ticiane Figueiredo, Andreia Cordeiro, Mariely Biff) integram um cenário característico de uma minoria privilegiada e cercada de vantagens, principalmente pelo ponto de vista econômico. Traçar um panorama não só sobre a participação da mulher na agricultura no país, mas também sobre o seu papel nesse setor é, certamente, um desafio. Isso porque, muitas vezes, as imagens identificadas acabam sendo enviesadas ou até mesmo “recortadas” e estereotipadas⁴.

Esta pesquisa de doutorado analisa um grupo formado por mulheres-agro que moram e atuam nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, locais onde se concentram os principais centros de produção agrícola do Brasil. Importante dizer ainda que este estudo não está centrado na análise de mulheres lavradoras, muito comum em outras pesquisas relacionadas ao setor rural.

O programa Agroinspiradoras é o ponto de partida deste estudo e, por esta razão, dedicamos mais tempo à análise de seu formato e de sua linha editorial. Entretanto, como dito anteriormente, a pesquisa também analisa 18 produções audiovisuais (entrevistas/lives/reportagens) exibidas por outros veículos sobre as apresentadoras do Agroinspiradoras.

Considerando a existência, hoje, de um contexto midiático de transversalidade, com acesso a conteúdo *on demand* por meio de *streaming*, optamos por eleger um *corpus*

⁴ Stuart Hall (2003) denomina estereótipo com uma prática representacional as diferenças e alteridades que acumulam significados. Uma imagem estereotipada refere-se a uma representação simplificada, geralmente baseada em preconceitos e generalizações, que atribui características fixas e simplistas a determinados grupos ou indivíduos, ignorando sua diversidade e complexidade. Essas imagens estereotipadas podem perpetuar estigmas e desigualdades, limitando a compreensão e as oportunidades para aqueles que são alvo desses estereótipos.

diversificado em termos de características midiáticas e com elementos suficientes e suporte adequado para as análises.

Antes de prosseguir, é importante delimitar o significado de uma terminologia de uso corrente nesta pesquisa. Utilizamos o termo “agroinspiradoras”, com inicial minúscula, quando falamos das mulheres-agro participantes do programa em análise. Já a palavra grafada com inicial maiúscula, Agroinspiradoras, diz respeito ao programa de TV do qual elas participaram.

O programa de entrevistas Agroinspiradoras, exibido pelo Canal Rural, no fim de 2016, foi criado para levar ao público segmentado histórias de mulheres que são referência no setor agrícola. Por público segmentado, nos referimos a profissionais do setor agrícola, agricultores, pecuaristas, empresários rurais, estudantes de áreas relacionadas, pesquisadores agrícolas e outros interessados no cenário agropecuário. O Canal Rural⁵ está no ar desde 1996 e se estabeleceu como um canal fechado (TV por assinatura e usuários de antena parabólica), com programação sobre o campo. À época de sua inauguração o canal foi visto como inovador por trazer informações especializadas do produtor e para o produtor rural. Hoje conta com multiplataformas e boa parte do conteúdo exibido pela TV também é apresentado no portal, em blogs dos profissionais e também no You Tube.

É neste espaço, com uma programação voltada majoritariamente para o público masculino, que é exibido o Agroinspiradoras. Nos dois primeiros episódios, o canal elegeu como “embaixadora” do programa, Teresa Vendramini, mais conhecida como Teka Vendramini.

Teka Vendramini é paulista, natural de Adamantina e graduada em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Administra propriedades da família no interior de São Paulo e em Mato Grosso do Sul. Além disso, é membro do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA) e assumiu, em 2017, a diretoria executiva da Sociedade Rural Brasileira (SRB), tendo sido a primeira mulher a ocupar este cargo. No ano de 2020, tornou-se presidente da SRB. Também é presidente da Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), que reúne dez entidades representativas do setor agropecuário de seis países: Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai. Mais uma vez foi a primeira mulher a ocupar o cargo. Atualmente ministra palestras em todo o país, relatando suas experiências de trabalho, o que a tornou uma referência no setor agro.

⁵ Fez parte de um projeto da Globosat. Em 1998, a empresa deixou o projeto e sede saiu de São Paulo para Porto Alegre, passando a atuar dentro da estrutura do Grupo RBS. Posteriormente, em 2013, foi vendido para o J&F, holding que controla a JBS, o maior frigorífico no setor de carne bovina do mundo (Canal Rural, 2020).

Nas duas primeiras edições de Agroinspiradoras, além de Teka Vendramini, outras sete mulheres integraram o programa: Carla de Freitas; Carmen Perez; Maria Stella Dhama; Marize Porto; Edy Tarrafel; Jaqueline Casale; e Lilica Teles de Menezes. O projeto do canal era produzir apenas um episódio de Agroinspiradoras, mas acabaram se tornando três edições no total. Nele, elas falam a respeito da representatividade e do trabalho das mulheres-agro, apresentando suas histórias de vida e conquistas econômicas. Em uma entrevista realizada antes do início dessa pesquisa, a âncora do programa, Teka Vendramini, nos contou que o projeto era fazer algo semelhante ao programa Saia Justa (exibido pelo canal fechado GNT), ao qual ela, inclusive, fez uma visita técnica.

Segundo Fabíola Calazans (2013), o Saia Justa, é um dos exemplos de programas do GNT que tiveram o objetivo de se aproximar do público feminino, estando preocupado em construir uma relação de confiança com o telespectador por meio de apresentadoras-celebridades. Há nisso um claro exemplo da autorreferencialidade da emissora Globo.

Outro ponto a ser destacado no “modelo de programa” que serviu de base para o Agroinspiradoras é que o GNT manteve o caráter jornalístico em alguns programas. E o Saia Justa foi um deles, considerando a herança de um canal de notícias, com credibilidade informativa. Isso conferiu legitimidade ao seu lugar de fala acerca das verdades e dos saberes sobre as mulheres.

O Agroinspiradoras possui algumas semelhanças com o Saia Justa e a principal delas está relacionada ao formato de entrevistas: o Saia Justa se intitula um *talk show*, isto é, um programa de entrevistas. Os dois programas contam com pautas centrais e discorrem sobre particularidades durante os blocos. As duas atrações também possuem similaridades quanto à estética: não possuem plateia e a linguagem visual do cenário não é objeto de destaque. Agroinspiradoras e Saia Justa transitam entre o entretenimento e o jornalismo, e contam com apresentadoras/participantes que são consideradas celebridades em seus setores.

As semelhanças, porém, não avançam para muito além disso. Apesar de Agroinspiradoras ser segmentado, tratar especificamente de assuntos relacionados ao agronegócio, nota-se que os discursos e posicionamentos das participantes sobre determinados temas são bastante próximos, não havendo, nesse caso, muita diversidade, como em geral acontece no Saia Justa, ancorado por uma jornalista. Além disso, questões como raça, classe e gênero são tratadas no Saia Justa com posicionamento mais crítico, o que pouco se observa em Agroinspiradoras. Analisamos isso mais a fundo, em capítulos à frente.

Ainda sobre o Agroinspiradoras, no final de 2017, depois de ancorar a primeira edição, Teka Vendramini foi convidada para ancorar mais um episódio. No ano de 2018, não houve

exibição. E, para 2019, o plano era fazer programas com episódios quinzenais (ainda com Teka Vendramini no comando). Entretanto, por diversos motivos - entre eles, conflitos na agenda dela - as negociações não avançaram e as informações que seriam debatidas no programa de TV acabaram sendo ancoradas no blog Agroinspiradoras e se tornaram fonte para a criação do livro *Mulheres do Agro*.

Ao fim do mesmo ano, a equipe que comandava/escrevia para o blog, composta por quatro mulheres (jornalista, empresárias, consultoras) foi quem ancorou o programa especial, que contou com a participação de uma pecuarista, tendo sido dividido em dois blocos de 10 minutos.

O primeiro episódio, de acordo com as próprias participantes, teve a intenção de comemorar um ano em que as mulheres-agro receberam mais evidência, por meio de sua atuação em sindicatos, associações e eventos. O Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (CNMA) significou um marco.

Realizado desde 2016, em São Paulo, no espaço Transamérica, a proposta do evento era reunir empresas do agronegócio e produtores rurais com o objetivo de discutir sobre a digitalização do campo que inclui: gestão, inovação, perspectivas do agronegócio, produtividade e sustentabilidade no campo, mecanização e agricultura de precisão, gestão, cooperativismo, desafios da logística e empreendedorismo, entre outros tópicos. Os números do evento evidenciam a expressão econômica e técnica para o setor (CNMA, 2022).

O segundo episódio foi gravado em um ambiente semelhante ao primeiro, em espaço que remete à sala de estar de uma fazenda. Esse episódio também foi realizado no final do ano, logo após mais uma edição do CNMA. Já o terceiro episódio ocorreu em um cenário que lembra uma vinícola, com as participantes em um tom mais descontraído. Embora a data de exibição não seja mencionada claramente, publicações no blog do Canal Rural e no YouTube sugerem que o episódio tenha sido transmitido também no final do ano, em 2019. Mais informações sobre esses programas serão apresentadas posteriormente.

As mulheres-agro se articulam mais por meio de sindicatos, associações, grupos e tentam se conectarumas às outras. A criação do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio é um exemplo disso. O congresso acontece em São Paulo e, desde 2016, se tornou o maior da América Latina. Contradictoriamente, pouco se observa, em eventos dessa natureza, a junção dos temas mídia e mulher-agro para fins de pesquisa (CNMA, 2022).

No âmbito desta tese, a definição de determinados termos é crucial para fornecer uma estrutura conceitual que oriente a compreensão do conteúdo apresentado. Quando se discute o conceito de ruralidade, remete-se à caracterização do campo brasileiro, o qual exibe uma

marcante diversidade entre suas distintas regiões. Esta diversidade se manifesta em uma variedade de aspectos, como características fundiárias, produtivas, sociais, culturais e geográficas. Tal heterogeneidade rural se observa em diferentes escalas, abrangendo desde amplas subdivisões nacionais até a multiplicidade de formas predominantes de posse da terra e de organização econômica e social. A noção de ruralidade transcende as atividades agrícolas, englobando o modo de vida, a identidade e as interações sociais dos proprietários rurais, trabalhadores e residentes do meio rural. O ambiente rural é concebido como um espaço multifacetado de produção, habitação e convívio, permeado por valores culturais que conferem singularidade a este contexto.

Autores como Miranda e Silva (2013) e Mormont (1997) ressaltam que o rural não se restringe à produção agropecuária; ele abrange um conjunto de práticas, modos de vida e conexões com os recursos naturais. A agricultura familiar, de acordo com critérios legais, é caracterizada por propriedades que não ultrapassam uma determinada extensão (medida em módulos fiscais), sendo caracterizada pela predominância do trabalho familiar na produção e pela obtenção da maior parte da renda por meio das atividades agrícolas do estabelecimento. Essa forma de exploração agrícola familiar envolve uma estreita ligação entre propriedade, trabalho e família. Ela se difere da agricultura não familiar, também conhecida como patronal, que se baseia no trabalho assalariado e enfatiza práticas agrícolas padronizadas, uso de tecnologias que visam reduzir a necessidade de mão de obra, preconizando uma abordagem voltada para o mercado. A agricultura não familiar abrange setores como o agronegócio, agroindústrias e cooperativas, com foco na produção agroindustrial em larga escala.

No que se refere ao agronegócio, nos pautamos nos conceitos de Araújo (2013), para quem esse ramo abrange todas as atividades e transações relacionadas à produção agropecuária, desde a fabricação de insumos, passando pelas etapas de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição dos produtos agrícolas e pecuários, sejam eles *in natura* ou industrializados. É um termo que engloba todas as operações envolvidas na cadeia produtiva agrícola, desde o campo até a chegada dos alimentos aos consumidores. Nesta perspectiva, somos cientes de que o agronegócio é um setor de contradições e de desigualdades, mas que gera empregos.

A seguir, apresentamos a estrutura da tese, composta por sete capítulos, além desta Introdução e das Considerações Finais. A apresentação da trajetória de leitura nesta tese é essencial para proporcionar transparência acadêmica aos leitores, contextualizando o conteúdo, antecipando o material a ser discutido em cada seção e orientando-os na navegação pelo texto.

O capítulo 1, **A ruralidade e o agronegócio no Brasil**, apresenta um panorama da ruralidade no Brasil até o atual momento do agronegócio. O Brasil rural possui diferenças significativas entre as regiões. Não há apenas um meio agrícola, mas distintas realidades fundiárias, produtivas e sociais. A ruralidade brasileira é marcada por considerável heterogeneidade, manifestando-se em diferentes escalas, desde grandes subespaços nacionais até variadas formas de propriedade da terra e organização econômica e social. A ruralidade envolve o modo de vida de proprietários rurais e das pessoas que vivem no campo. Ainda neste capítulo, apresentamos perfis das mulheres que vivem e trabalham no campo, revelando a pluralidade de seus papéis e atuações, para posteriormente chegar ao objeto principal: as mulheres-agro.

O capítulo 2, **A participação das mulheres no ambiente rural do Brasil: aspectos demográficos, sociais e políticos**, analisa a participação da mulher no ambiente rural brasileiro, com foco nos aspectos demográficos, sociais e políticos, abordando a inserção das mulheres no Ministério da Agricultura e as relações que as mulheres-agro estabelecem nesse ambiente. Neste capítulo também refletimos sobre o Movimento das Mulheres Agricultoras e o Movimento das Mulheres Camponesas, considerando o movimento feminista no campo. Além disso, apresentamos as agroinspiradoras, ou seja, as mulheres-agro, e exploramos a participação e a influência das mulheres em diferentes esferas do ambiente rural, desde o âmbito político até o engajamento em movimentos sociais, culminando na apresentação das agroinspiradoras como agentes de mudança e protagonistas nesse contexto.

No capítulo 3, **Discussões de gênero: um olhar sobre os movimentos de resistência e inferências sobre o feminismo neoliberal e o ecofeminismo**, discutimos conceitos de gênero, feminismo e suas relações com o objeto deste estudo. Esses conceitos operam categorias analíticas, possibilitando a compreensão das dinâmicas de poder, desigualdades e representações sociais relacionadas à atuação das mulheres no agronegócio. Com base em autoras clássicas, como Simone de Beauvoir, e contemporâneas, como Adriana Piscitelli, Judith Butler, Marcia Veiga e Silvia Federici, discutimos gênero e feminismo além do universo patriarcal no qual a mulher do campo está inserida. O material coletado foi submetido a uma leitura flutuante, a partir da qual foi possível definir unidades de análise que favorecem a compreensão do objeto.

O capítulo 4, **Percorso metodológico**, estabelece os fundamentos teórico-metodológicos deste trabalho. Para abordar a representação da mulher no contexto agrícola, situamos o objeto nos Estudos Culturais e na Teoria da Representação. A cultura, entendida como manifestação diversificada, pode ser vista como espaço de convergência, segundo Hall

(2003). As representações da mulher-agro são analisadas como produtos culturais que refletem dinâmicas sociais, valores e ideologias, destacando a importância de uma análise crítica das narrativas e das imagens que moldam essa representação. Na segunda parte, introduzimos a análise de conteúdo que nos permite estudar a comunicação de forma sistemática e objetiva, identificando padrões e temas nos textos. Para tanto, utilizamos técnicas quantitativas e qualitativas para categorizar e interpretar dados, revelando tendências e estruturas subjacentes.

No capítulo 5, **O gênero televisivo voltado para o diálogo**, discutimos as especificidades técnicas dos meios de comunicação, com destaque para a televisão parabólica e a internet, especialmente em videorreportagens. A análise contempla as características estruturais e funcionais de cada meio, investigando como seus formatos e tecnologias influenciam discursos e moldam narrativas midiáticas.

No capítulo 6, **Agroempreendedoras de si mesmas: em pauta a inspiração e a construção do feminismo agro**, por meio da análise de conteúdo, analisamos o programa Agroinspiradoras e seu discurso sobre empreendedorismo neoliberal, empreendedorismo feminino e as interações relacionadas ao conceito de inspiração e ao fenômeno do feminismo agro. Nesta parte do trabalho, examinamos como o programa retrata e influencia a participação das mulheres no agronegócio, em diálogo com os aspectos discutidos no capítulo 2.

Por fim, o capítulo 7, **Outras mídias em análise: o discurso uníssono das mulheres-agro ao longo dos anos**, analisa 18 produções audiovisuais (entrevistas, *lives*, reportagens) selecionadas como parte do *corpus*. Esse material permite aprofundar a problematização proposta pelo trabalho e a compreensão do objeto de estudo. Por meio dessas amostras, interpretamos o deslocamento dos discursos das agroinspiradoras ao longo do tempo e os tipos de representação por elas produzidos. As considerações finais são apresentadas ao término da análise.

1 A RURALIDADE E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

Na primeira parte deste capítulo, nosso objetivo é compreender a ruralidade no Brasil a partir de uma perspectiva histórica e estrutural, principalmente nos últimos 70 anos, por entender que as transformações mais significativas nesse setor ocorreram após a Revolução Verde⁶. Também buscamos discutir aqui os aspectos políticos e econômicos que ajudaram a formar o chamado agronegócio que, assim como outras fases da ruralidade no país, não se dá de maneira homogênea. Ainda dentro desse tema, discutimos a participação da mulher no setor e a cultura rural atual.

Como suporte de estudo para o cumprimento dos objetivos de pesquisa, a Teoria da Representação, de Stuart Hall, possibilita a compreensão sobre a ruralidade e sobre a imagem institucionalizada do agronegócio. O *Atlas do Agronegócio no Brasil*, publicado pela Fundação Heinrich Böll e pela Fundação Rosa Luxemburgo, organizado por Santos e Glass (2018), e o livro *Formação Política do Agronegócio*, de Caio Pompeia (2021), também são referências fundamentais para a formulação de um olhar que vai além das propagandas e das campanhas institucionais que apresentam o “agro pop”⁷.

Vale ressaltar que o agro não se apresenta sob uma mesma e única dinâmica em todos os espaços do nosso país, tendo em vista que o Brasil possui dimensões continentais e sistemas de produção diversificados. Essa constatação reforça a importância de estarmos atentos e críticos aos produtos audiovisuais que acabam por representar esse meio sob um viés, muitas vezes, reducionista.

1.1 O RURAL E O URBANO: UM ESPAÇO PLURAL DE CONVERGÊNCIA

O Brasil rural revela diferenças significativas de uma região para outra. Existem diferentes realidades agrícolas do ponto de vista fundiário, produtivo, social, cultural e

⁶ Na primeira Revolução Agrícola, entre os séculos 16 e 19, iniciada na Europa, observou-se a agricultura se tornar extremamente mercantilista. Este processo ocorreu em paralelo com a Revolução Industrial. A partir de 1945, teve início a Segunda Revolução Agrícola, também conhecida como Revolução Verde. Nesta fase, implementou-se o uso de produtos químicos que permitiu o tratamento dos solos e observou-se a migração de parte da população do campo para os centros urbanos, com o objetivo de trabalhar na indústria. A geração de renda continuou concentrada, entretanto. A expressão passou, então, a ser empregada para nomear ganhos de produtividade em países em desenvolvimento (Brun; Muller, 2008; Pompeia, 2021).

⁷ “Agro é pop, agro é tech, agro é tudo” é o *slogan* de algumas propagandas que começaram a ser transmitidas em 2016 pela Rede Globo. O projeto de publicidade tinha a intenção de fomentar a ideia de que o modelo do agronegócio fornece basicamente todas as matérias-primas para a construção de bens de consumo atual: alimentos, máquinas, combustíveis, roupas, enfim, tudo de que necessitamos para viver.

geográfico, por exemplo. Além disso, há uma expressiva heterogeneidade nessa ruralidade brasileira que se manifesta em distintas escalas: dos grandes subespaços nacionais até as diferentes formas predominantes de propriedade da terra e de organização econômica, social, cultural e regional.

As discussões sobre a ruralidade no Brasil geralmente envolvem tópicos, como: agricultura familiar, agronegócio, desenvolvimento sustentável, políticas públicas para o campo, êxodo rural, preservação ambiental, acesso a serviços básicos, entre outros. Essas discussões são fundamentais para entender as dinâmicas e as transformações em curso nas áreas rurais do país. Todos esses eixos temáticos não serão discutidos em profundidade por este trabalho, mas o tema será tratado de maneira transversal, pois ele faz parte do cenário em que nosso objeto de estudo está inserido, o ambiente rural e mais precisamente o agronegócio.

A ruralidade está relacionada ao jeito de ser, ao modo de vida de proprietários rurais, de trabalhadores e de pessoas que vivem no campo. Autores como Miranda e Silva (2013) e Mormont (1997) destacam que o rural não se resume às formas de produção agropecuária. Para eles, o rural é um lugar de produção, de vida e moradia. Também diz respeito à forma de vida social com acesso a recursos naturais e está imbricado em valores culturais, o que o torna particular.

Para Mormont (1997, p. 19, tradução nossa):

Seria vão procurar numa realidade física, econômica ou ecológica os fundamentos de uma ruralidade; seria também vão procurar apenas um imaginário que faria do rural uma pura construção mental. Não existe espaço a não ser por uma série de diferenças, mas a definição do rural é uma dialética.

Outros autores salientam que os espaços rurais estão intimamente ligados a outros espaços sociais complexos e diversos. Há uma grande discussão entre o que é urbano e o que não é; entre o que rural e o que não é. É um embate mais relacionado a questões territoriais e econômicas. Os espaços não urbanos estabelecem uma interdependência, sendo o rural definido não por suas oposições à cidade, mas pelas relações que estabelece em um espaço complexo e diverso (Abramovay, 2003; Miranda; Silva, 2013; Wanderley, 2009; Escosteguy *et al.*, 2019).

Abramovay (2003) ressalta a necessidade de superar a dicotomia entre o rural e o urbano, buscando uma abordagem integrada que reconheça a interdependência entre essas áreas. Ele enfatiza a importância de estratégias de desenvolvimento territorial que valorizem as potencialidades do meio rural, promovam a diversificação econômica e melhorem a qualidade de vida das comunidades rurais.

A ruralidade contemporânea no Brasil reitera o modelo de dominação das elites agrárias por estar relacionada à concentração fundiária. A raiz dessa concentração pode ser compreendida a partir da Lei de Terras, aprovada por D. Pedro II em 1850, com o objetivo de banir a apropriação de terras por posse e usufruto e reconhecer apenas as propriedades compradas do Estado ou de terceiros. Essa ação dificultou ainda mais o acesso de pessoas negras a terras.

Esse enorme estoque de terras públicas sem destinação— que ainda compõem 10,9% da superfície agrícola no Brasil, concentradas especialmente na Região Norte — estimulou a prática da grilagem, a falsificação de títulos de propriedade com fins de apropriação irregular [...] O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Apenas com nossas terras improdutivas poderíamos ainda formar outro país de dimensões continentais: os 66 mil imóveis declarados como “grande propriedade improdutiva”, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares. Sozinho, este estoque de terras seria suficiente para suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos 809.811 produtores rurais sem-terra (Santos; Glass, 2018, p. 23).

Ainda como antes, os grandes proprietários, em sua maioria, têm acesso facilitado ao crédito que os ajuda a produzir cada vez mais. Essa situação pode ocorrer de diferentes maneiras e está relacionada a fatores políticos, econômicos e históricos. Ao longo da história do Brasil, houve diferentes abordagens e políticas relacionadas ao crédito rural. Em alguns casos, programas de financiamento agrícola ou de investimento rural podem ser direcionados principalmente para grandes produtores que possuem mais recursos e capacidade de garantia para obter empréstimos em bancos e instituições financeiras. Isso pode perpetuar a desigualdade e a concentração de terras, dificultando o acesso ao crédito para pequenos produtores e comunidades tradicionais.

No que se refere a um histórico mais recente, no Governo Federal, entre 2003 e 2016, observou-se a ampliação do crédito rural, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que beneficiou pequenos agricultores. Notável também é o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que visou incentivar o setor agropecuário (Partido dos Trabalhadores, 2022).

O governo Bolsonaro, por sua vez, deu continuidade a alguns programas de crédito rural existentes, como o Pronaf e o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, (PRONAMP) (Brasil, 2020). Entretanto, em 2022, o cenário mudou. Pelo quarto ano consecutivo, o governo cortou o crédito para a agricultura familiar, com o BNDES anunciando a suspensão de novas operações de financiamento do Pronaf, que previam juros prefixados de

3% ao ano. O BNDES justificou a suspensão das contratações de crédito devido à falta de orçamento e à insuficiência dos recursos previstos para a subvenção do Pronaf, especialmente com a elevação da Selic (Muniz, 2022).

Hoje, o Brasil ocupa o quinto lugar no ranking de desigualdade de terra (Santos; Glass, 2018; Miranda; Silva, 2013). O rural é um espaço amplo e complexo e algumas categorizações institucionalizadas que apresentaremos a seguir dão pistas sobre como a ruralidade no país é plural e convergente. Para Escosteguy *et al.* (2019), viver no campo significa, muito frequentemente, conviver com restrições no que se refere ao acesso a bens, serviços e oportunidades de trabalho. Atualmente, cerca de 15 milhões de pessoas estão ocupadas com atividades agropecuárias (IBGE, 2017). Isso não quer dizer, necessariamente, que elas vivem no campo, mas estão envolvidas com a ruralidade, trabalhando em agroindústrias na cidade, em institutos de pesquisa, grandes laboratórios ou até mesmo em escritórios.

Sob nossa perspectiva, a ruralidade é construída por um modo de vida particular que, ao mesmo tempo, vislumbra e permite o contato com a natureza, o qual nem sempre é harmonioso, haja vista os inúmeros casos de agressão ao meio ambiente, como, por exemplo, devastações e contaminações de rios e solos por agrotóxicos.

Só no governo do presidente Jair Bolsonaro foram liberados 2.182 tipos de agrotóxicos para serem usados na agricultura e na indústria. O histórico do país com relação à liberação desses produtos tem se transformado nos últimos anos. De acordo com o Ministério da Agricultura, de 2015 a 2014, foram liberados 1.555 produtos. Os números se tornaram mais expressivos a partir de 2016 (no governo de Michel Temer), período que chamou a atenção pela liberação indiscriminada de defensivos químicos (G1, 2023b).

De acordo com o *Atlas do Agronegócio*, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Apesar deste uso prometer uma aceleração de rendimentos, a indústria em geral ignora os malefícios ao meio ambiente e ao solo. Os chamados fertilizantes sintéticos (termo utilizado pelo setor como sinônimo de agrotóxicos e questionado por ambientalistas) aumentam a produtividade, mas não a qualidade do solo. “Os fabricantes querem vender mais, apesar dos altos custos energéticos e ambientais. Até agora, há poucos levantamentos sobre tal contaminação no Brasil.” (Santos; Glass, 2018, p. 19).

Quando se pensa em desmatamento, a favor da agropecuária em escala industrial, os dados também são impressionantes e negativos. Grandes grupos controlam desde o plantio até a comercialização. Estima-se que 52% do bioma cerrado já tenha sido degradado ou sofrido perda irreversível (Santos; Glass, 2018, p. 16).

O fato de a produção estar concentrada nas mãos de poucos não é benéfico para ninguém. Esses grupos podem ditar não só o que se come, como também os modos de produção e ainda o preço que temos que pagar por isso. A falta de concorrência e de controle por parte do Estado abre espaço para um monopólio. Não é segredo que empresários do setor, ao longo dos anos, financiaram e participaram ativamente dos processos eleitorais. Para o Estado, é cômodo manter uma estrutura fundiária que privilegia vários grupos com interesses econômicos próprios.

No entanto, é importante assinalar que há políticas públicas de reforma agrária as quais buscam promover a redistribuição de terras e o acesso à terra para agricultores familiares e comunidades tradicionais. Dados do Governo Federal do fim de 2022 dão conta de que 959.186 famílias viviam em assentamentos criados ou reconhecidos pelo Incra, em 87.840.5540 hectares (Brasil, 2022).

Essas políticas públicas podem variar em sua abrangência e efetividade e, muitas vezes, enfrentam resistências e desafios para sua implementação completa. Portanto, a complexidade do tema e a interação de diferentes interesses econômicos e políticos podem contribuir para a manutenção de uma estrutura fundiária desigual, mesmo com políticas públicas de reforma agrária em vigor.

Ainda sobre a ruralidade, entendemos que o rural se interrelaciona com os espaços urbanos e até mesmo com os modos de vida. Em algumas regiões, as propriedades possuem altas tecnologias empregadas no cotidiano (uso da internet e TV a cabo, por exemplo), assim como na produção (ordenhas mecânicas, colheitadeiras e plantadeiras). O campo também se apropria ou se utiliza de dispositivos comuns aos espaços urbanos; alguns são altamente tecnológicos, modernos e sofisticados.

Desta forma, não é o uso de tecnologia em determinado espaço geográfico que determina o que é urbano ou rural. Tanto no campo quanto na cidade, os modos de vida se interrelacionam: o uso de um GPS em uma máquina agrícola, por exemplo, para definir o caminho a ser percorrido por uma colheitadeira; o uso do GPS na cidade para mostrar o caminho a um determinado local. Assim, a ruralidade no Brasil está relacionada ao modo de vida, ou seja, à cultura.

Hall (2016) esclarece que a cultura é, talvez, um dos conceitos mais complexos das ciências sociais, mas, grosso modo, é a representação do que foi pensado e dito numa sociedade, estando ela relacionada ao “modo de vida”. Assim sendo, o modo de vida no campo é particular e desenha os traços da ruralidade no Brasil, representada, muitas vezes, por diversos valores embutidos, econômicos, culturais, sociais entre outros (Hall, 2016).

Ainda para o teórico, a representação está relacionada ao sentido que damos às coisas, às palavras que são usadas, às imagens que são criadas. A partir do uso de signos e símbolos, a linguagem representa conceitos, ideias e sentimentos. O significado, por sua vez, é produzido pela interação entre os sujeitos (Hall, 2016).

O autor nos oferece uma perspectiva valiosa para pensar sobre a ruralidade ao enfatizar a natureza fluida e historicamente construída das identidades e das representações, considerando os seguintes pontos: a construção social da ruralidade (a ruralidade não é um conceito estático, mas é moldada por processos sociais, históricos e culturais); discurso e significados (os discursos sobre o campo, a agricultura, a vida rural e seus habitantes são produzidos, disseminados e contestados, o que envolve a análise de narrativas, estereótipos, imagens e discursos presentes na mídia, na política e na cultura popular); identidades rurais em disputa (identidades multifacetadas que podem ser construídas de maneiras diversas e até mesmo contraditórias); fluxos culturais e globalização (têm impacto na ruralidade, sendo necessário considerar as influências externas e as conexões entre o campo e a cidade, bem como entre diferentes regiões e países) (Hall, 2016).

Para compreender a ruralidade brasileira é preciso observá-la como uma construção social complexa, sujeita a transformações e influenciada por discursos, identidades em disputa e fluxos culturais. O estudo dessa conjuntura requer a avaliação do que se produz em termos de significado e sentido, ou seja, daquilo que se representa a partir do modo de vida no campo, de suas relações com a natureza e com os espaços urbanos.

Nas seções seguintes, prosseguimos com esta discussão acerca do rural, mas com um olhar sobre as transformações tecnológicas que levaram o Brasil a se tornar um grande produtor de alimentos e como essa revolução tecnológica dá espaço ao chamado agronegócio e às suas figuras representativas, escopo desta pesquisa.

1.2 TRANSFORMAÇÕES CULTURAIS E TECNOLÓGICAS NA AGRICULTURA

Os conceitos de ruralidade e agricultura se interrelacionam. Apesar de existir produção de alimentos nos meios urbanos, a maior parte se dá no meio rural, onde a agricultura se estabelece. Entre os séculos 18 e 19, iniciou-se um processo intenso de mudanças tecnológicas e esse período ficou conhecido como Revolução Agrícola (Brun; Muller, 2008).

Na análise sobre a trajetória da agricultura no Brasil, não se pode deixar de mencionar a presença de senhores com domínio sobre milhares de pessoas escravizadas, parceiros,

arrendatários ou posseiros de terra⁸. Conforme apontam Brun e Muller (2008, p. 68), “A terra não se tornou propriedade do homem que trabalha na terra. Ao contrário, sempre foi utilizada como fator de dominação econômica e política”.

Talvez, cerca de 200 anos depois, esse cenário não esteja, ainda, tão diferente. Os grandes produtores continuam sendo os detentores da terra, de capital e de poder. Restam, a muitas pessoas que lidam direta ou indiretamente com o campo, o ofício e o trabalho braçal. Os lucros e consequentemente o poder permanecem nas mãos de poucos. Muitos trabalhadores rurais não comem o que plantam e, quando o fazem, pagam muito por isso, ou seja, o “valor de uso e de troca são ainda mais evidentes” (Foster, 2011, p. 03).

Como parte das comemorações dos 100 anos do Censo Agropecuário, o IBGE lançou, em 2020, a segunda edição do Atlas do Espaço Rural Brasileiro. A obra faz uma análise geográfica inédita dos resultados definitivos do Censo Agro 2017, o último realizado até então. Os dados nos revelam uma marcante disparidade racial na distribuição de proprietários de grandes estabelecimentos agropecuários no Brasil. A constatação de que à medida que a área dos estabelecimentos aumenta uma predominância é de produtores declarados como brancos reflete uma realidade histórica profundamente enraizada. Tal disparidade é um eco do processo histórico de ocupação e de apropriação do território brasileiro, iniciado com a colonização portuguesa, no qual populações indígenas e escravizadas foram sistematicamente alijadas do acesso à terra.

A concentração de renda é evidenciada pela parcela ínfima detida pelos estratos mais pobres da população. Segundo dados do IBGE, os 10% mais ricos da população brasileira concentram aproximadamente 43% da renda total, enquanto os 40% mais pobres detêm apenas 12%. Essa disparidade acentuada indica que, apesar dos avanços em alguns indicadores, a estrutura econômica brasileira ainda se perpetua num cenário de desigualdade substancial. Essa desigualdade, evidenciada nos números do Censo, lança luz sobre as persistentes assimetrias sociais no campo (Agência IBGE, 2020). A predominância de produtores brancos em grandes propriedades agrícolas não reflete apenas a herança colonial, mas também destaca a perpetuação de políticas e práticas discriminatórias ao longo da história do país. A concentração de terras nas mãos de proprietários brancos em áreas extensas ressalta não apenas

⁸ Rafael Villas Bôas, professor da UNB, pesquisador da dinâmica sócio-histórica dos conflitos estruturais brasileiros, relembra que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, regime que perdurou por 350 anos, sofrendo o campo, ainda hoje, as consequências desse problema. São milhares de trabalhadores que não se tornaram proprietários de terras, resultado de manobras da elite brasileira para que isso não acontecesse. Em seminário apresentado, o pesquisador questiona ainda a desigualdade criada a partir do que ele entende por “série histórica”, ou seja, os longos anos de preconceito e escravidão que acumularam “tecnologia da crueldade”, exploração do trabalho e mais valia (Villas Bôas, 2012).

questões de acesso à terra, mas também a necessidade de abordar sistematicamente as raízes históricas e sociais dessa disparidade.

Segundo Delgado *et al.* (2005), a trajetória do Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, é marcada por diversas mudanças econômicas, sociais e políticas que contribuíram para a transformação do país. Embora a colonização portuguesa inicial tenha sido caracterizada por uma exploração intensa dos recursos naturais e uma economia voltada para o extrativismo, ao longo dos séculos ocorreram eventos e processos que influenciaram significativamente a evolução do Brasil (Delgado *et al.*, 2005).

Na obra, *Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo* (2005) Guilherme C. Delgado e outros autores empreendem uma investigação minuciosa sobre a economia rural de subsistência brasileira, utilizando como ponto de partida as perspectivas de três proeminentes historiadores econômicos e sociais do Brasil: Caio Prado Jr., Celso Furtado e Raymundo Faoro. Com uma síntese crítica e esclarecedora, o livro realiza uma gênese histórica sobre as formas de reprodução do setor de subsistência na economia brasileira. Assim, o que pretendemos nesta seção é compreender a trajetória do Brasil desde o período colonial até os dias atuais no meio rural, em especial o agronegócio, setor marcado por diversas mudanças econômicas, sociais e políticas que contribuíram para a transformação do país.

Na história do Brasil, a economia de subsistência antecedeu o estabelecimento sistemático do trabalho escravo. Antes da chegada dos colonizadores europeus, as populações indígenas já praticavam formas de economia de subsistência, baseadas na agricultura, caça, pesca e coleta. Essas práticas visavam principalmente atender às necessidades básicas das comunidades locais (Delgado *et al.*, 2005).

Com a colonização portuguesa a partir do século XVI, a exploração inicial concentrou-se na extração de recursos naturais, como o pau-brasil. No entanto, a introdução da cultura de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro trouxe consigo a demanda por mão de obra, levando à utilização do trabalho indígena e, posteriormente, ao aumento do tráfico de escravos africanos. Essa exploração colonial deixou um legado de desigualdades sociais, econômicas e ambientais que persistem até os dias de hoje.

No contexto contemporâneo, as práticas de colonização se atualizam e se manifestam de maneiras diferentes, mas igualmente impactantes. Um exemplo disso é o que Larissa Bombardi (2023) chama de “colonialismo químico”. Bombardi é uma geógrafa brasileira conhecida por seu trabalho crítico sobre agricultura, agrotóxicos e geopolítica. No recente livro *Agrotóxicos e Colonialismo Químico* (2023), ela discute os impactos socioambientais do uso intensivo de agrotóxicos no Brasil. A pesquisadora argumenta que o capitalismo se

transformou ao longo dos séculos e hoje domina a agricultura, retirando dela sua característica milenar de alimentar a população.

A autora supracitada examina como as indústrias agroquímicas, muitas vezes associadas ao agronegócio, perpetuam relações de dominação e exploração, impondo sistemas de produção que impactam negativamente no meio ambiente e na saúde humana. A agricultura moderna, fortemente influenciada pelo paradigma do agronegócio, frequentemente promove o uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes sintéticos e sementes transgênicas, que têm efeitos devastadores sobre os ecossistemas, a biodiversidade e as comunidades rurais. Essas práticas agroquímicas podem ser vistas como uma continuação do modelo colonial, onde os interesses econômicos e as demandas do mercado global prevalecem sobre a sustentabilidade ambiental e o bem-estar das populações locais (G1, 2023a).

Assim como no período colonial, a busca por lucro e poder resulta frequentemente na exploração de recursos naturais e na subjugação de grupos marginalizados, perpetuando desigualdades sociais e econômicas. Portanto, ao problematizar o colonialismo químico na agricultura contemporânea, é essencial reconhecer e confrontar as estruturas de poder e dominação que continuam a moldar e perpetuar essas injustiças. A abordagem decolonial pode fornecer uma lente crítica para entender e enfrentar esses desafios, promovendo práticas agrícolas mais justas, sustentáveis e culturalmente sensíveis.

Retomando a análise anterior, embora a economia de subsistência já estivesse presente entre as populações nativas, a exploração intensiva do trabalho escravo tornou-se uma característica dominante durante o período colonial, especialmente com o crescimento da produção açucareira. O trabalho escravo africano foi central na construção da economia colonial brasileira, sendo utilizado em diversas atividades, desde a produção de açúcar até a mineração e a agricultura. Na história do Brasil colonial, a transição da economia de subsistência para a dependência do trabalho escravo foi um processo gradual, moldado pelas práticas coloniais e pelas demandas econômicas da metrópole portuguesa.

A imposição do trabalho escravo, em grande parte proveniente do continente africano, foi um ato de exploração desumana que moldou profundamente a sociedade brasileira. O processo de transição reflete não apenas as práticas coloniais, mas também a falta de consideração ética e moral na busca pelo lucro e pela expansão econômica, uma mancha na história do Brasil que ressoa até os dias atuais.

A herança da escravidão está presente nas disparidades sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira contemporânea. A população afrodescendente continua enfrentando obstáculos significativos no acesso à educação, oportunidades de emprego e

serviços básicos de saúde. Essa desigualdade estrutural é um reflexo direto das condições desumanas a que os ancestrais africanos foram submetidos durante séculos de escravidão.

As desigualdades socioeconômicas na sociedade brasileira contemporânea, enraizadas na herança da escravidão, estão diretamente relacionadas aos privilégios de que mulheres brancas no agronegócio muitas vezes desfrutam. O sistema histórico de discriminação racial e social contribui para uma estrutura na qual as oportunidades e benefícios são distribuídos de forma desigual, perpetuando desvantagens para a população afrodescendente.

No contexto do agronegócio, as mulheres brancas podem se beneficiar de privilégios estruturais que incluem acesso preferencial a recursos, financiamento, terras e oportunidades de capacitação. Esses privilégios muitas vezes resultam em uma representação desproporcional de mulheres brancas em posições de liderança e influência dentro do setor agropecuário, enquanto mulheres afrodescendentes enfrentam barreiras significativas para ascenderem profissionalmente.

Esta reflexão é crucial no contexto desta tese, uma vez que analisa estruturas discriminatórias historicamente enraizadas na sociedade e que permeiam o cenário atual do agronegócio, foco desta pesquisa. A compreensão dessas disparidades é fundamental para examinar os privilégios desfrutados por mulheres brancas, especialmente aquelas de elite, no contexto agrário. Nesta pesquisa, todas as mulheres que fizeram parte dos programas são brancas, reforçando mais uma vez os aspectos apresentados anteriormente.

A economia brasileira, durante a transição do escravismo para o trabalho livre na República Velha, manteve uma estrutura complexa, com a grande propriedade territorial exercendo influência tanto na monocultura escravista quanto no setor de subsistência.

A transição do escravismo para o regime de trabalho livre não representa propriamente, no fim do século, a emergência de um regime assalariado em bases nacionais. Entretanto, graças ao regime fundiário recalibrado em 1850, a abolição trouxe os ex-escravos para o setor de subsistência, reforçando as relações de dependência social que vinculavam os trabalhadores livres à grande propriedade territorial (Delgado *et al.*, 2005).

A persistência do setor de subsistência, após a abolição da escravidão em 1888, resultou da conservação das relações fundiárias e de trabalho, especialmente devido à Lei de Terras de 1850, que impedia transformações significativas. A transição para o trabalho livre não trouxe consigo uma mudança radical no regime assalariado e as relações de trabalho não-assalariado coexistiram, depreciando salários e contratos. Esse padrão conservador persistiu na República Velha, resultando em atraso social e conservadorismo político até a década de 1930.

A partir de 1930, desenvolveu-se um novo padrão agrícola, voltado para a exportação de *commodities*, como soja e milho, colocando o Brasil em outro patamar. Algumas regiões e determinados produtos ganharam mais destaque. A modernização, de fato, chegou por volta de 1950, com a Revolução Verde (uso de agrotóxicos e biotecnologia), além da introdução de máquinas e fertilizantes no processo produtivo. Os anos subsequentes a isso foram marcados por uma produtividade cada vez mais alta (em decorrência principalmente dos fertilizantes sintéticos), por melhores condições de transporte e pela integração da indústria nos processos agrícolas, ou seja, as matérias-primas produzidas no país passaram a ser industrializadas e intensificou-se um processo de divisão do trabalho.

Porém, ao analisar esta lógica capitalista, comprehende-se o seguinte:

Marx argumentou que ao transportar alimentos e fibras por centenas e milhares de quilômetros até os novos centros urbanos de produção industrial, onde as populações iam aumentando de maneira concentrada, o capital acabou por roubar do solo seus nutrientes, como nitrogênio, fósforo e potássio, que ao invés de serem retornados para a terra, criavam poluição nas cidades (Foster, 2011, p. 04).

Em 1990, o Brasil passou a ter uma abertura cada vez maior das economias nacionais a outros mercados. A instalação do Plano Real, em 1994, proporcionou uma paridade artificial da moeda nacional ao dólar e, desta forma, novas tecnologias foram incorporadas, o que deixou os produtos brasileiros mais competitivos. A agricultura brasileira procurou atender às exigências internacionais e, com a falta de incentivo do Estado, esse setor atuou de maneira independente do apoio estatal (Brun; Muller, 2008).

Segundo informa a Embrapa (2022), nos últimos 40 anos, houve um forte incremento na produtividade rural brasileira. Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) mostram que, no ranking mundial da produção de alimentos, o Brasil é o quarto maior produtor de grãos (arroz, cevada, soja, milho e trigo), atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Índia, sendo responsável por 7,8% da produção mundial. Porém, quando se fala em exportação, o Brasil é o segundo maior exportador do mundo, com 19% do mercado. De maneira geral, com relação aos principais produtos (grãos, carne e frutas), o país está sempre entre as primeiras posições. Apenas na cultura do arroz, ele fica em 9º lugar (Embrapa, 2022).

Neste sentido, assinala Ross (2012, p. 02):

Com a territorialização do agronegócio, as grandes propriedades rurais, avaliadas até pouco tempo como improdutivas e atrasadas economicamente, consideradas latifúndios, passaram a receber investimentos em infraestrutura para a produção de commodities e, então, foram denominadas de empresas

rurais, altamente mecanizadas e produtivas sendo responsáveis pelo aumento da produção agrícola do país. A concepção de desenvolvimento do campo brasileiro, assentado na expansão do agronegócio, se sobrepõe ao projeto de desenvolvimento assentado na agricultura camponesa.

Então, pode-se dizer que o campo continua sendo um espaço de desigualdade social. O panorama das áreas produtivas no Brasil reflete uma notável disparidade na distribuição fundiária, revelando uma marcante concentração nas mãos de grandes proprietários. Embora 81% dos estabelecimentos agropecuários estejam nas categorias de até 50 hectares, essas propriedades ocupam meramente 12,8% da área total. Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares, representando apenas 0,3% do número total, detêm expressivos 32,8% da área total (IBGE, 2017).

Essa desigualdade é acentuada regionalmente, evidenciada pelo Centro-Oeste, cuja média de área (322 hectares) é consideravelmente superior à média nacional. Intrigantemente, estabelecimentos menores, especialmente aqueles com menos de 50 hectares, absorvem uma significativa porção da mão de obra, contrastando com a baixa representatividade em áreas extensas, como as acima de 2.500 hectares. Este aspecto desperta atenção devido ao aparente paradoxo entre eficiência produtiva e distribuição de oportunidades laborais. Estabelecimentos menores, apesar de ocuparem uma porção modesta da área total, emergem como centros vitais de emprego, sugerindo uma alta intensidade de trabalho por hectare. Essa realidade, à primeira vista, desafia a expectativa de que áreas extensas, comumente associadas a práticas agropecuárias intensivas, absorveriam uma parcela significativa da força de trabalho. Essa disparidade pode ser analisada a partir da diversificação de atividades em estabelecimentos menores, como agricultura familiar ou produção de alimentos de subsistência, que demandam uma participação mais intensa da mão de obra. Além disso, a tecnificação e a mecanização frequentemente associadas a propriedades extensas podem resultar em uma menor necessidade de trabalhadores por hectare.

A predominância das atividades pecuárias e de lavoura temporária, notadamente soja e mandioca, ressalta as dinâmicas desiguais entre os estabelecimentos, por exemplo. Enquanto a mandioca destaca-se em propriedades menores, a soja predomina em estabelecimentos extensos e a expansão das *commodities* agrava a concentração fundiária, particularmente no Centro-Oeste.

A disparidade de gênero também se manifesta, com estabelecimentos liderados por mulheres ocupando menos de 10% da área total, apesar de representarem aproximadamente 18% do total de estabelecimentos (IBGE, 2017). A área média desses estabelecimentos é

substancialmente inferior, destacando uma desigualdade subjacente no acesso e controle de recursos produtivos. A concentração de terras e renda comumente afeta as mulheres rurais de maneira desproporcional, com limitado acesso a recursos produtivos e oportunidades. Questões como herança desigual, falta de acesso a crédito e extensão rural, além de práticas tradicionais arraigadas, podem perpetuar desafios para as mulheres rurais. No contexto da agricultura familiar, as mulheres frequentemente enfrentam barreiras, como discriminação e limitações nas decisões relacionadas à propriedade e gestão dos recursos.

As mulheres rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil enfrentam um contexto socioeconômico desafiador, com condições adversas e acesso limitado a recursos. Muitas delas desempenham papéis predominantes em atividades tradicionais, como agricultura de subsistência. Além disso, a estrutura fundiária nessas regiões pode ser mais concentrada, impactando o acesso das mulheres a propriedades e recursos agrícolas.

Por outro lado, nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, as mulheres rurais estão inseridas em contextos mais desenvolvidos economicamente, oferecendo melhores oportunidades econômicas e acesso a serviços. Nesses locais, a diversificação de atividades econômicas, incluindo a participação em atividades agropecuárias mais especializadas, é mais comum.

A análise da concentração fundiária no Brasil, em consonância com as reflexões de Eric Wolf (1999), demanda uma abordagem que vá além das análises econômicas tradicionais, considerando as dimensões culturais e sociais subjacentes. A estratificação na distribuição de terras no Centro-Oeste pode ser interpretada como uma manifestação concreta das relações de poder que permeiam as estruturas agrárias. As teorias de Pierre Bourdieu (1977), particularmente seus conceitos de *habitus* e capital simbólico, proporcionam uma lente valiosa para examinar como a posse da terra está vinculada não apenas à riqueza material, mas também à reprodução de hierarquias sociais e culturais.

Nesse contexto, a discussão sobre equidade no acesso à terra no Brasil se alinha com as preocupações antropológicas contemporâneas sobre justiça social e desenvolvimento sustentável. Antropólogos como Arturo Escobar (1995) têm explorado criticamente como as políticas de desenvolvimento podem perpetuar desigualdades estruturais. Assim, a abordagem antropológica oferece perspectivas para compreender a concentração de terras no Centro-Oeste, destacando a necessidade de estratégias políticas e sociais que busquem transformações efetivas em prol de uma distribuição mais equitativa dos recursos agrícolas. A análise se estende à região Sudeste, que embora geograficamente menor, concentra consideráveis recursos agrícolas e renda. Darcy Ribeiro (1995) nos ajuda a ampliar o entendimento sobre as complexidades das

relações entre território e identidade, destacando como as territorialidades construídas podem influenciar as dinâmicas socioeconômicas. A região Sudeste, assim como a região Centro-Oeste, evidencia a necessidade de uma abordagem antropológica que vá além do escopo puramente econômico, considerando também dimensões culturais e simbólicas.

Hoje em dia, os grandes produtores estão cada vez mais tecnológicos. Poucos pequenos produtores conseguem se integrar adequadamente aos mercados e isso, em geral, ocorre quando eles se articulam por meio de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e as cooperativas agrícolas, por exemplo. Entretanto, numa perspectiva mais ampla, a competição dentro de um sistema capitalista é desleal e isso ocorre porque esses produtores menores frequentemente não possuem acesso a crédito, máquinas e, com poucas articulações e conexões, acabam perdendo espaço para aqueles que possuem acesso a tudo isso. Tal situação se relaciona diretamente com as políticas públicas mencionadas anteriormente, já que a suspensão das operações de crédito e o corte nos financiamentos agravam as disparidades econômicas, reforçando a desigualdade estrutural dentro do setor agrícola.

Pequenos agricultores e campesinos são necessariamente pessoas que utilizam métodos de produção arcaicos, sem qualquer envolvimento em tecnologia. Milhares de pequenos produtores conseguem se mostrar, de alguma forma, competitivos e acessar oportunidades de mercado. Porém, as oportunidades não são semelhantes àquelas detidas por grandes e médios produtores (Agência Sebrae, 2023).

Exemplifica esse cenário uma pesquisa realizada, em 2020, pela Embrapa, em parceria com o Sebrae e com o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Especiais), a qual constatou que somente grandes produtores vêm conseguindo investir na melhoria da conectividade em suas propriedades. De acordo com o estudo, a ausência de infraestrutura para uso de internet nas áreas rurais ainda é o principal entrave para o desenvolvimento da agricultura digital, segundo 61,4% dos profissionais da área entrevistados. O levantamento foi feito com mais de 750 produtores rurais, empresas e prestadores de serviço, em todos os estados mais o Distrito Federal (DF) (G1, 2020).

Para o pesquisador da Embrapa Instrumentação (SP), Lúcio André de Castro Jorge, os pequenos e médios produtores dependem muito de políticas públicas que favoreçam esse tipo de intervenção tecnológica. Uma solução apontada por ele a pequenos e médio produtores é a adoção de tecnologia por meio de cooperativas de crédito e de prestadores de serviço, que costumam atender a vários grupos de uma região (G1, 2020).

A atuação de pequenos produtores por meio de associações, como o MST, e de cooperativas é uma realidade que, certas vezes, consegue dirimir as desvantagens vivenciadas

por grupos de menor participação na agricultura. Pode-se citar como exemplo positivo o fato de o MST se configurar como maior produtor de arroz orgânico da América Latina atualmente⁹.

Além da hegemonia dos proprietários de terras, o ciclo do agronegócio se articula basicamente do mesmo jeito, concentrado nas mãos de poucos. São marcas dominando mercados. Cinquenta fabricantes representam 50% das vendas globais na indústria de alimentos. O domínio e crescimento das grandes empresas vão desde a produção de sementes até a produção de alimentos industrializados e *fast foods* (Santos; Glass, 2018). Uma das principais críticas que ambientalistas e pesquisadores da produção de alimentos fazem está relacionada ao desrespeito aos direitos humanos. Isso porque, no dia a dia, nota-se que as políticas governamentais se misturam aos interesses privados e não da coletividade.

A inteligência artificial, tema tão em evidência na atualidade, também tem sido um espaço de expansão da produção rural. Ângela Cristina Trevisan Felippi aponta que há uma re(configuração) das ruralidades por meio das tecnologias de informação e comunicação (TICs), “uma aceleração da modernidade no subcontinente, materializada numa mais intensa apropriação e incorporação das tecnologias de comunicação.” (Escosteguy *et al.*, 2019, p. 190).

As mudanças estruturais, sociais e econômicas da agricultura estão conectadas e interligadas com os outros setores da sociedade. Nesta engrenagem do universo rural, vislumbramos o setor agrícola funcionando como uma espécie de organismo vivo que caminha intercambiado pela economia, pela cultura e pela comunicação. É um setor que se autorregula, mas que também depende da relação com outros para existir e ter propriedade. Não existe vida isolada.

A reforma agrária ganhou força no século 20 e, paralelamente a ela, surgiram os conflitos. Por muito tempo, o ideal de reforma agrária foi visto como uma política pública que possibilitaria a resolução do problema fundiário brasileiro (Rocha; Cabral, 2016).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu em 1979, no Paraná, e ao longo dos anos conquistou espaço político e mobilização social. O movimento buscou visibilidade nacional e internacional, promovendo ocupações de terras, marchas, protestos e outras formas de resistência pacífica (ou não). Essas ações chamaram a atenção para as demandas dos trabalhadores rurais e pressionaram o governo a adotar políticas de reforma agrária. A atuação persistente e a capacidade de articular alianças com outros movimentos

⁹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra estimava colher mais de 12,4 mil toneladas na safra 2020/2021. Os assentados do Rio Grande do Sul produzem arroz orgânico há mais de vinte anos. Depois de muita luta e trabalho, eles se tornaram os maiores produtores do alimento da América Latina. Em todo o estado, a produção do alimento se dá por 389 famílias, em 12 assentamentos, três unidades de pequenos agricultores familiares, em 11 municípios gaúchos da região Metropolitana, Sul, Centro Sul e Fronteira Oeste (MST, 2021).

sociais fortaleceram suas reivindicações e contribuíram para o debate público sobre a reforma agrária no Brasil. Como resultado, o MST se tornou uma voz importante na luta pela justiça no campo.

Dentro desse contexto, é importante destacar também como as mulheres participam e contribuem para o MST, suas demandas específicas e os desafios que enfrentam como trabalhadoras rurais e defensoras dos direitos das mulheres. Ao analisar as representações de gênero na mídia em relação às mulheres envolvidas no agronegócio, é relevante considerar como o MST tem influenciado o debate público sobre a questão agrária, promovendo visibilidade para as demandas das mulheres rurais e ampliando o diálogo sobre a igualdade de gênero no campo.

Pompeia (2021) apresenta a diferença entre as expressões “questão agrária” e “questão agrícola”.

[...] entende-se que enquanto a questão agrária está relacionada às transformações nas relações de produção (nos modos como se produz), a questão agrícola diz respeito aos aspectos atrelados às mudanças na produção em si (sobretudo a que e a quanto se produz (Pompeia, 2021, p. 90).

A conquista pela terra no Brasil deixou, em meados dos anos 2000, de ter apenas valor econômico e ganhou valor simbólico e de resistência. A reforma agrária está sumariamente ligada a embates políticos e, por diversas vezes, referiu-se a questões imateriais (Rocha; Cabral, 2016; Santos; Glass, 2018).

O interesse de grandes grupos, tanto nacionais quanto internacionais, em terras brasileiras continua dando margem a disputas por terras, marcadas pela violência no campo, como se pode ver a seguir.

O interesse maior do agronegócio é o acesso às terras consideradas pela Constituição Federal como de direito das populações indígenas, dificultando a demarcação – que exclui sua exploração por não índios [sic] –, possibilitando arrendamento ou comercialização e abrindo a possibilidade para a implementação nos territórios de projetos de mineração, hidroenergia, infraestrutura, entre outros (Santos; Glass, 2018, p. 48).

Nesta seção, nossa intenção foi contextualizar o agronegócio para melhor compreender o contexto em que as mulheres-agro enfocadas na pesquisa estão inseridas. Para a compreensão do discurso midiático sobre assunto, é preciso entender como se dá a ruralidade no país, a partir da revelação sobre o que é considerado rural e como o agronegócio se constitui nesse ambiente.

Ressaltamos que, embora o foco da pesquisa não seja discutir a validade de políticas públicas, nem refletir sobre investimentos governamentais em programas de assistência a agricultores e nem mesmo revelar o que se considera como ecologicamente/economicamente sustentável em produção agropecuária, não podemos deixar de destacar que a constituição do agronegócio atual, assim como de outros setores sociais, se ergue sobre uma estrutura econômica, capitalista e neoliberal. Por isso, ao considerarmos estudar qualquer forma de representatividade sobre o meio rural (o feminino incluso), precisamos considerar, também e de algum modo, a conjuntura que lhe origina, isto é, a ruralidade que lhe é inerente.

1.2.1 Agricultura familiar e não familiar

O Censo Agropecuário, realizado pelo IBGE e a Embrapa, classifica as propriedades rurais em agricultura familiar e não familiar (IBGE, 2017). É a partir desta classificação institucional que analisamos as questões estruturais e políticas do setor para compreender a participação da mulher no agronegócio brasileiro.

No geral, a agricultura familiar brasileira nada tem a ver com a ideia muito difundida sobre a agricultura “de subsistência”, embutida no hábito de se opor o “familiar” ao “comercial”. Isso significa dizer que a agricultura familiar também age com fins monetários, em escala diferente, porém, está longe de ser uma agricultura não comercial. Do ponto de vista legal, figuram como características da agricultura familiar: a propriedade não deve possuir área maior do que quatro módulos fiscais¹⁰; a mão de obra utilizada deve ser predominantemente familiar; o maior percentual de renda precisa ser obtido por meio das atividades econômicas do estabelecimento. Além disso, a forma de exploração agrícola familiar pressupõe uma unidade de produção na qual propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (Savoldi; Cunha, 2010; Brun; Muller, 2008; Bezerra; Schlindwein, 2017).

A partir da metade do século 20, a maior parte das propriedades de agricultura familiar tornaram-se integrantes do complexo da agroindústria, seja ele capitalista ou cooperativista (Moraes; Amaral; Schwab, 2019). A população rural, desta forma, passou a ser integrada à indústria, alterando os fundamentos da produção camponesa. Dos quase mais de 5 milhões de estabelecimentos rurais do país, 3,9 milhões são classificados como agricultura familiar. Isso corresponde a 77% do total, ou seja, é a maioria. Mas, do ponto de vista econômico e político, esse tipo de agricultura não recebe o mesmo reconhecimento da produção em larga escala do

¹⁰ Módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA para cada município.

agronegócio (IBGE, 2017). Essa disparidade levanta questões importantes sobre a equidade e a valorização de diferentes modelos agrícolas, suscitando reflexões sobre os desafios enfrentados pela agricultura familiar no cenário nacional.

A agricultura familiar é capaz de se contrapor à linguagem única do lucro, articulando, com isso, formas inovadoras de organização produtiva e institucional, com vistas a agir sobre questões econômicas, sociais e ambientais (Moraes; Amaral; Schwab, 2019).

Segundo estatísticas do Censo Agropecuário, a agricultura familiar concentra-se principalmente nas regiões Sul e Norte, sendo praticamente remota no Centro-Oeste (IBGE, 2017). O quadro do IBGE, apresentado a seguir, ilustra esse cenário.

Figura 1 - Divisão por estados: agricultura familiar e não familiar



Fonte: IBGE (2017)

O gráfico mostra que os estados de Pernambuco, Ceará e Acre têm as maiores proporções de área ocupada pela agricultura familiar. Já os estados da região Centro-Oeste e o estado São Paulo têm o menor número de agricultores familiares. Os dados são do último Censo Agropecuário, feito pelo IBGE, em 2017. Nota-se que a região Centro-Oeste é caracterizada pelo plantio de *commodities* (café, soja, trigo, milho) em grandes áreas agricultáveis.

A concentração da agricultura familiar nas regiões Sul e Norte, com uma presença praticamente remota no Centro-Oeste, revela implicações significativas tanto do ponto de vista social quanto dos aspectos econômicos. Essa distribuição sugere que a agricultura familiar pode desempenhar um papel fundamental na identidade cultural das regiões em questão, moldando a percepção social sobre as práticas agrícolas. Essa predominância pode refletir diferenças históricas e culturais entre as regiões, contribuindo para a diversidade no modo como a sociedade local enxerga e valoriza as atividades agrícolas. Do ponto de vista econômico, a

disparidade na presença da agricultura familiar indica desigualdades regionais, com potenciais efeitos na distribuição de recursos, oportunidades de mercado e políticas de apoio.

Outra preocupação é o fenômeno do êxodo rural. Certas regiões dependem predominantemente de práticas agrícolas em larga escala, outras adotam predominantemente a agricultura familiar e isso pode influenciar padrões de migração. A falta de oportunidades em algumas áreas pode levar a um êxodo rural, com impactos sociais e econômicos significativos tanto nas regiões de origem quanto nas de destino. Salienta-se ainda a disparidade na distribuição de práticas agrícolas, como o surgimento de impactos ambientais relevantes. O desenvolvimento desbalanceado pode resultar em pressões ambientais específicas em determinadas regiões, afetando ecossistemas locais e comprometendo a sustentabilidade ambiental de longo prazo.

Pejorativamente, a agricultura familiar recebeu, ao longo dos anos, várias definições, sendo caracterizada “como agricultura de subsistência, de pequena produção e pobreza rural”. Porém, a partir dos anos 1990, este setor começou a ser reconhecido como importante categoria social e produtiva no país. Abramovay (1995) e Schneider e Cassol (2014) apontam fatores interdependentes para o reconhecimento da agricultura familiar no país: reavivamento intelectual sobre o tema, retomada da importância dos movimentos sociais e sindicais no contexto da redemocratização e papel do Estado, surgimento de políticas públicas voltadas ao setor agropecuário.

Entre as políticas públicas criadas para fortalecer o setor, destaca-se o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A estimativa é de que cerca de 70% da comida que chega, atualmente, às mesas dos brasileiros ocorra por meio da agricultura familiar que impulsiona as economias locais (Mapa, 2020; Savoldi; Cunha, 2010).

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada de agricultura familiar parece estar longe de corresponder à realidade, [...] O universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres as quais detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação de recursos, terra, capacitação, organização, conhecimento. Dessa forma, para que a utilização da categoria de agricultura familiar seja útil e desejável para fins de política, é preciso assumir, em profundidade, as consequências da reconhecida diferenciação dos agricultores familiares e tratá-los como de fato o são: diferentes entre si, não reduzíveis a uma única categoria simplesmente por utilizarem o trabalho familiar (Savoldi; Cunha, 2010, p. 04).

É importante destacar também que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para as escolas foi sucateado durante o governo Bolsonaro. O PAA desempenha um papel fundamental na promoção da segurança alimentar e no apoio aos agricultores familiares, ao mesmo tempo em que fornece alimentos frescos e nutritivos para as escolas públicas. No entanto, sob a gestão Bolsonaro, o programa enfrentou cortes orçamentários significativos e falta de investimento, levando a uma redução na sua eficácia e alcance. Isso teve um impacto direto na qualidade da alimentação escolar e na sustentabilidade dos agricultores familiares, além de minar os esforços para promover uma agricultura mais justa e sustentável. O sucateamento do PAA para as escolas reflete uma priorização equivocada das políticas públicas, que deveriam estar focadas em garantir a segurança alimentar e o desenvolvimento rural inclusivo (Oliveira, 2022).

A reprodução de um discurso que representa a agricultura familiar sob uma perspectiva pejorativa também já foi reforçada pelo Governo Federal. Isso pode ser notado por meio de algumas publicações feitas pelo Ministério da Agricultura (Mapa, 2023b). A agricultura familiar, representada pelo Governo Bolsonaro, esteve relacionada a um tipo de produção manual, menos mecanizada, menos profissional e, portanto, menos produtiva.

A figura a seguir data de 2016, mas até 2021 ela vinha sendo usada para ilustrar a agricultura familiar em notícias do Mapa, inclusive já esteve no site do Ministério, ilustrando um programa do setor. Na imagem, notamos a representação de uma família tradicional com pai, mãe e filhos. Ao fundo, um trator de aparência pouco moderna. Nas mãos das pessoas que compõem a foto, observamos espigas de milho verde, comuns àquelas vendidas em feiras e mercadinhos. Uma imagem que cria uma representação bastante diferente das grandes sacas de grãos, vendidas pelos grandes produtores para a indústria.

Figura 2 – Imagem sobre agricultura familiar e cooperativismo



Fonte: Mapa (2020)

De acordo com Hall (2016), as representações estão intimamente ligadas à identidade e ao conhecimento. Ou seja, a linguagem visual da postagem virtual está relacionada a uma prática simbólica que concede sentido ou expressão à imagem de pequenos agricultores sob a ótica do Estado. Esta imagem pode remeter a uma representação estereotipada da família tradicional, branca, na agricultura familiar. A ênfase nos chapéus, na cesta de milho e na lavoura verde ao fundo evoca elementos simbólicos associados ao trabalho no campo. Os textos ao lado, mencionando “agricultura familiar” e “vitrine da agricultura familiar” sugerem a intenção de promover a imagem da agricultura familiar como uma forma positiva e idealizada de produção agrícola. No entanto, é importante considerar que essa imagem pode também estar reforçando um estereótipo específico, deixando de lado outras realidades e diversidades presentes na agricultura familiar brasileira, como a presença de agricultores de diferentes etnias, gêneros e contextos socioeconômicos.

Figura 3 - Imagens que ilustram reportagens sobre liberação de dinheiro pelo governo federal para a agricultura familiar



Fonte: Google (2020)

A representação pode ser entendida como uma parte essencial da produção de significados compartilhados por um povo. Nesta perspectiva, a agricultura familiar é uma atividade produtiva que envolve uma organização familiar, porém, nem sempre com a configuração socialmente tradicional que conhecemos. Além do mais, essa produção não está, necessariamente, associada à atividade manual. Por muito tempo, observou-se uma polarização entre agricultura familiar e agronegócio, sem a presença de uma discussão que promovesse algum intercâmbio entre eles.

O entendimento da agricultura familiar é essencial para compreender o contexto que se contrapõe ao foco central desta pesquisa, o agronegócio. Essa abordagem oferece compreensões

históricas e estruturais fundamentais, delineando as origens da produção de alimentos, e estabelece uma relação intrínseca com o atual paradigma do agronegócio. Considerando a evolução ao longo do tempo, a transição da produção inicial de alimentos, voltada para a subsistência e para a configuração contemporânea do agronegócio, evidencia a relevância de abordar a agricultura familiar como um pré-requisito analítico essencial. Em suma, a análise da agricultura familiar emerge como uma fundação metodológica indispensável para uma compreensão abrangente e significativa do panorama agrícola.

A agricultura não familiar ou patronal, tal qual Delgado e Bergamasco (2017), Savoldi e Cunha (2010) e Abramovay (1995; 2003) denominam, está relacionada ao predomínio do trabalho assalariado, com ênfase em práticas agrícolas padronizadas, uso de tecnologias que buscam reduzir mão de obra, e foco no mercado. Fazem parte da agricultura não familiar, produtores que atuam no agronegócio/*agrobusiness*, agroindústrias e cooperativas, por exemplo (IBGE, 2017).

O setor do agronegócio preconiza exatamente o contrário da agricultura familiar, pois aquele está focado na produção agroindustrial em larga escala. As mulheres selecionadas como *corpus* desta pesquisa integram um tipo de agricultura não familiar. Ao destacarmos os conceitos e nomenclaturas sobre agricultura familiar e não familiar, o objetivo é tornar a interpretação das análises mais clara, esclarecendo sobre quem se fala e de que lugar se fala.

1.3 AGRONEGÓCIO NO BRASIL: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CELEIRO DE ALIMENTOS

Nesta seção, analisamos a construção da imagem de um setor que se posiciona, socialmente, como sinônimo de indústria-riqueza, porém, não problematiza temas como problema social, ambiental e econômico. A conexão entre “modernidade” e “agricultura” no contexto brasileiro possui uma extensa trajetória. Desde a segunda metade do século 19, pensadores e agentes influentes têm proposto alternativas de uma agricultura moderna, ou até mesmo de uma “indústria rural” modernizada, em contraposição ao que seria considerado uma agricultura “tradicional” ou caracterizada por “práticas tradicionais” nas empresas agrícolas. Exemplos notáveis incluem a introdução de engenhos a vapor e usinas de açúcar no Nordeste canavieiro, assim como a adoção sistemática de máquinas nas culturas de arroz e trigo no sul do país durante os anos 1950. No entanto, foi especialmente a partir da década de 1970, com a implementação da política de “modernização da agricultura” promovida pelo regime militar, que se intensificou a discussão sobre a presença explícita de uma “agricultura moderna” ou

“agricultura capitalista” no Brasil. Termos como “empresas rurais”, em contraste com o conceito de “latifúndio”, conforme delineado no Estatuto da Terra, bem como a caracterização de indivíduos como “empresários rurais”, ganharam proeminência nesse contexto histórico (Heredia; Palmeir; Leite, 2010).

No final do século 20, a biotecnologia demarcou um novo ciclo de crescimento para o sistema de alimentos. Os negócios entraram numa fase de transição e, a partir de um moderno modelo de produção e geração de renda, nasceu o conceito de *agrobusiness*. Hoje em dia, é comum ouvir essa palavra no cenário rural, mas seu conceito não é novo. Os pesquisadores Jhon Davis e Ray Golberg, em 1955, já utilizavam o termo.

Para esses estudiosos, *agrobusiness* é o:

Conjunto de todas as operações e transações envolvidas desde a fabricação dos insumos agropecuários, das operações de produção nas unidades agropecuárias, até o processamento e distribuição de consumo dos produtos agropecuários in natura ou industrializados (Davis; Golberg *apud* Araújo, 2013, p. 05).

Nos EUA, enquanto o termo não ganhou força na academia, ele foi visto com desconfiança e associado a interesses de grandes empresas, tendo sido vastamente ignorado pela imprensa. Já no Brasil, o termo começou a ser mais usado a partir da década de 1980, com uma nova visão de “agricultura”. Por pelo menos uma década, a expressão foi usada no Brasil sem tradução. Alguns jornais chegaram a trocar os nomes dos cadernos de agropecuária por *agrobusiness*. Foi a partir dos anos 1990 que o termo agronegócio começou a ser adotado em livros, textos e na mídia em geral, culminando na criação de cursos superiores de agronegócios (Brun; Muller, 2008; Araújo, 2013; Pompeia, 2021).

Pompeia (2021) esclarece que o termo foi cunhado à luz da convergência entre mercado, academia e governo, com a perspectiva de criar uma área híbrida (para usar um termo bem comum no agronegócio), um paradigma cooperativo que uniria agricultura e negócio. *Agrobusiness* refere-se à “soma total de todas as operações envolvidas na produção de alimentos e fibras” (Davis, 1955, p. 5).

Pouco tempo depois do surgimento do conceito, em 1957, as críticas vieram por meio da imprensa americana, pois a noção de *agrobusiness* passou a ser associada às corporações. Por volta de 1975, o jornal *The Washington Post* dava destaque ao fato de que havia uma boa quantidade de recursos públicos para as grandes empresas, ao passo que os agricultores familiares não tinham o mesmo prestígio. No Brasil, a noção ganhou espaço na mídia por volta dos anos 1975, com acolhimento positivo. Anos mais tarde, as críticas começam a aparecer.

Em uma série de reportagens, publicadas em 2021, pelo site de jornalismo investigativo *O Joio e o Trigo*, os jornalistas João Peres e Carol Almeida questionam a falsa ideia de que o Brasil alimenta o mundo (O joio [...], 2021).

As reportagens mencionadas constatam que o Brasil é um grande produtor de grãos e que esses grãos “se transformam em carne”, uma vez que são matéria-prima para produção de rações para animais de interesse comercial. A produção jornalística questiona que o problema é achar que os pobres do mundo estão se alimentando desta carne (O joio [...], 2021). Adicionalmente, há outro problema: o de se acreditar que um mesmo modo de produção de agricultura e comercialização seja utilizado em um país tão vasto como o Brasil. Dito isso, vislumbramos, nesta seção, adotar um posicionamento mais reflexivo com relação à imagem do Brasil como Agro Pop.

Neves, Zylbersztajn e Neves (2005), pesquisadores do agronegócio, destacam que o agronegócio deu um salto no Brasil a partir dos anos 2000, quando as propriedades rurais começaram a se transformar em verdadeiras empresas agrícolas. Os sistemas de tecnologias, como aparelhos de irrigação localizada, defensivos, máquinas melhoradas e sementes mais eficientes, além de investimentos feitos pelo poder público e por empresas privadas, foram molas propulsoras para este avanço no setor.

Nas palavras dos autores:

Em gestão agropecuária, hoje uma fazenda apresenta uma arquitetura diferente. É um conjunto de contratos e agentes articulados, com insumos, revendas, prestadores de serviços técnicos [...] A fazenda fica cada vez mais enxuta, eficiente e empresarial. Mudam o perfil da imagem do fazendeiro, para muito melhor e um moderno empresário (Neves; Zylbersztajn; Neves, 2005, p. 32).

Ou seja, “a sofisticação produtiva e comercial” tornou-se imprescindível para a produção de alimentos em escala mundial. É neste sentido que o governo estadunidense, anos antes, em 1967, começou a usar termos como “guerra contra a fome”. Para tanto, Estado e iniciativa privada deveriam atuar juntos nessa questão. Aos países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, houve um encorajamento a realizar operações com o exterior. Líderes americanos vieram ao país oferecer assessoria técnica e com interesses em empreendimentos para investir (Santos; Glass, 2018; Pompeia, 2021).

Ao abordarmos os processos vinculados ao agronegócio, é importante compreendê-los para além do simples crescimento agrícola e do aumento da produtividade, temas frequentemente destacados nos debates sobre o setor. Isso implica não apenas refletir sobre as

circunstâncias que impulsionam a expansão dessas atividades, mas também considerar o contraponto apresentado, ou seja, as situações sociais que não estão abarcadas por esse modelo. Isso sugere o questionamento sobre a noção de agronegócio ser a chave explicativa das mudanças em curso no cenário agrário.

Em outras palavras, busca-se uma compreensão mais abrangente e que ultrapasse os indicadores tradicionais de sucesso do agronegócio e que considere as dinâmicas sociais, econômicas e culturais que escapam à narrativa dominante. Esse questionamento é crucial para uma análise mais aprofundada das transformações em curso no meio rural e para uma apreciação mais equitativa das diversas realidades que coexistem nesse contexto (Heredia; Palmeira; Leite, 2010).

A noção de agronegócio seguiu no Brasil cada vez mais ligada ao processo de relacionar macroeconomia com a intermediação financeira de produtos agrícolas. Com a chegada de Fernando Collor à presidência, no ano de 1990, o setor viveu momentos de tensão econômica. De acordo com Pompeia (2021), tanto a indústria de sementes quanto a de máquinas registraram quedas nas vendas. Além disso, o lançamento do Plano Collor 1 movimentou o cenário, com regulação da inflação a partir da importação de produtos agropecuários. No final de 1990, um evento organizado pela empresa Agroceres destacou o pensamento neoliberal acerca do termo. A partir do Encontro Internacional do *Agrobusiness*, assuntos relacionados ao agronegócio ganham mais espaço na mídia e entre os acadêmicos e, desta maneira, a proposta de legitimar a categoria na esfera pública, de fato, surtiu efeitos.

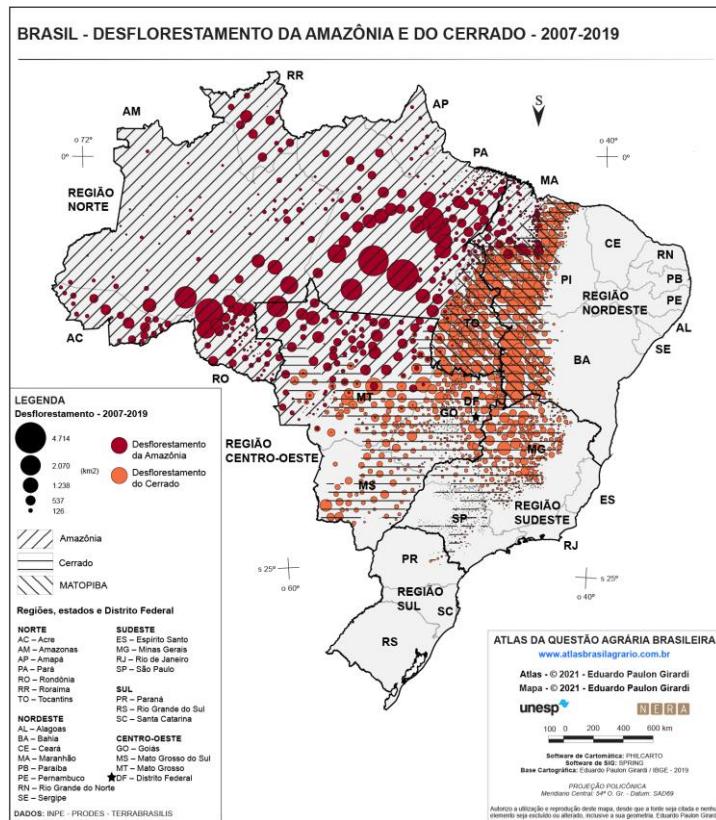
Paulo Roberto Haddad (1999) reforça que não é tarefa simples delimitar fronteiras intersetoriais que venham a definir o que seja o agronegócio no Brasil. Mas é preciso esclarecer que a atuação não se resume ao trabalho na “roça”. Há aqueles que trabalham “antes da porteira”, ou seja, com atividades incluídas na cadeia de suprimentos e serviços que atendem às propriedades rurais. Homens e mulheres que atuam “dentro da porteira” são pessoas que têm atividades e responsabilidades relacionadas efetivamente com a propriedade rural. Deve-se mencionar ainda pessoas que atuam “depois da porteira”, nos negócios ligados ao transporte, armazenamento, industrialização, distribuição e comércio da produção (ABAG, 2017).

É por meio da agroindústria que há uma intersecção entre o rural e o urbano, como apresentado no início deste trabalho. A modernização agrícola e o avanço tecnológico do setor foram imprescindíveis para aumentar a produtividade no campo, mas as consequências em função de políticas públicas que privilegiaram o agronegócio em detrimento da agricultura familiar foram desastrosas. A modernização trouxe pontos negativos, entre elas, a concentração de renda que segue nas mãos de poucos, a predominância da monocultura em diversas partes

do país, o maior uso de agrotóxicos nas lavouras e, consequentemente, a menor qualidade do solo, contaminação de rios e redução da biodiversidade.

A figura abaixo foi publicada na *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, em 2022. Entre os diversos aspectos do agronegócio, Girardi aponta que, entre 2007 e 2019, ocorreram significativos desmatamentos nos biomas brasileiros Amazônia e Cerrado. Na Amazônia, uma área de 9.198.365 hectares foi desflorestada durante esse período. No Cerrado, que possui uma área total de 203.644.800 hectares, observou-se a destruição de 12.941.590 hectares de vegetação natural. Dentre esses, 7.283.806 hectares (56,3%) foram na região do MATOPIBA (região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do MAranhão, TOcantins, PIauí e BAhia), destacando-se como o epicentro predominante de desflorestamento no Cerrado.

Figura 4 - Representação do desflorestamento da Amazônia e do Cerrado



Fonte: Girardi (2022)

Apesar do MATOPIBA ser a área mais proeminente em termos de desmatamento no Cerrado, outras regiões mais antigas do bioma, como o noroeste de Minas Gerais, nordeste de Goiás, e o Cerrado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul também testemunharam uma atividade significativa de desflorestamento. Isso aponta para um fenômeno mais amplo de supressão da vegetação natural do Cerrado em prol da expansão agropecuária. É

particularmente relevante notar que a taxa de desmatamento nessas áreas mais antigas supera aquela registrada na Amazônia, indicando um processo generalizado e crescente de transformação do Cerrado brasileiro. Esse cenário destaca a necessidade de estratégias abrangentes e eficazes para a conservação e gestão sustentável desses importantes biomas.

A distribuição dos três principais usos da terra no Brasil, compreendendo lavouras, pastagens e matas e florestas, carrega implicações significativas tanto em termos econômicos quanto sociais. A concentração das lavouras em áreas como o Sul, São Paulo, oeste de Minas Gerais e Centro-Oeste, especialmente em Mato Grosso e, em menor medida, no MATOPIBA, sugere uma intensa atividade agrícola nessas regiões, indicando possível especialização na produção de determinadas culturas, como a cana-de-açúcar em São Paulo. Por outro lado, a presença expressiva de pastagens em locais como o sul do Rio Grande do Sul, todo o Cerrado, faixa costeira do Rio de Janeiro até o norte da Bahia e extensa faixa no sudeste da Amazônia, incluindo Maranhão até Rondônia, aponta para áreas de relevância pecuária. Essa distribuição não apenas molda a dinâmica econômica regional, influenciando emprego e renda, mas também tem implicações sociais, sendo a expansão da fronteira agropecuária na região amazônica um ponto de atenção devido aos potenciais conflitos territoriais, deslocamentos de comunidades tradicionais e impactos na diversidade cultural dessas áreas.

Segundo Girardi (2022), a disparidade na alocação de recursos públicos entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil revela uma desigualdade significativa nas políticas voltadas para o campo. Enquanto a agricultura familiar, responsável por uma produção proporcional à sua área e pela maioria dos empregos rurais, recebeu apenas 15,66% dos 251,22 bilhões de reais destinados ao financiamento agropecuário no Plano Safra 2021/2022, por exemplo, o agronegócio absorveu a fatia substancial de 84,34%. Essa distribuição desigual não reflete nem mesmo a proporção da área detida pela agricultura familiar, que representa 23% das terras, evidenciando um viés em favor do agronegócio.

O acesso desigual ao financiamento não se limita aos recursos públicos, pois o agronegócio tem acesso facilitado ao financiamento privado, especialmente por meio de empresas multinacionais de commodities. Esta disparidade de acesso coloca os agricultores familiares em uma posição desvantajosa, limitando suas oportunidades de investimento e desenvolvimento. A disparidade na alocação de recursos públicos entre o agronegócio e a agricultura familiar no Brasil também tem implicações críticas na representação das mulheres no agronegócio, um aspecto central do meu objeto de pesquisa sobre a segmentação midiática. A predominância de investimentos no agronegócio em detrimento da agricultura familiar perpetua diversas desigualdades, entre elas as de gênero, uma vez que as mulheres

desempenham papéis significativos em ambos os setores. Enquanto no agronegócio há uma tendência maior de investimentos em tecnologia, maquinário e grandes extensões de terra, na agricultura familiar as mulheres muitas vezes desempenham papéis fundamentais na produção, no processamento e na comercialização dos produtos, porém enfrentam uma série de desafios e desigualdades.

Um exemplo dessa disparidade pode ser observado nas diferentes condições de trabalho e de acesso a recursos entre mulheres que trabalham no agronegócio e as que trabalham na agricultura familiar. No agronegócio, as mulheres podem enfrentar barreiras para ascender a posições de liderança, sendo frequentemente relegadas a funções menos valorizadas e com menor remuneração, mesmo quando desempenham tarefas igualmente importantes.

Por outro lado, na agricultura familiar, as mulheres frequentemente são responsáveis por uma parcela significativa do trabalho agrícola, incluindo o cultivo, a colheita e o processamento dos alimentos. No entanto, elas têm acesso limitado a recursos produtivos, como terra, crédito e tecnologia, o que dificulta sua capacidade de aumentar a produtividade e a renda de suas famílias. Se por um lado as mulheres no agronegócio têm acesso a melhores condições de trabalho, recursos financeiros, oportunidades de desenvolvimento profissional e redes de suporte mais amplas, em contraste, as mulheres na agricultura familiar muitas vezes trabalham em condições mais precárias e têm menos oportunidades de ascensão profissional, o que agrava ainda mais a desigualdade entre esses dois grupos.

Além disso, as mulheres que trabalham na agricultura familiar enfrentam desafios adicionais relacionados à dupla jornada de trabalho, equilibrando suas responsabilidades domésticas com o trabalho no campo. Isso pode resultar em uma sobrecarga de trabalho e em uma maior vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social.

Não só na agricultura familiar, mas também no contexto do agronegócio, as mulheres enfrentam barreiras persistentes de acesso a oportunidades de liderança, participação em decisões estratégicas e reconhecimento público. E a mídia reproduz essas desigualdades, contribuindo para a perpetuação de estereótipos de gênero, ao retratar as mulheres do agronegócio de maneira limitada, concentrando-se em papéis tradicionalmente associados ao feminino e marginalizando suas contribuições essenciais para o setor.

Para Girardi (2022):

Além disso, socialmente a agricultura familiar é mais importante do que o agronegócio e, por ser mais frágil economicamente, deveria ser protegida e incentivada por políticas públicas mais robustas. Manter esses agricultores no campo, se assim desejarem, é uma oportunidade para um país como o Brasil,

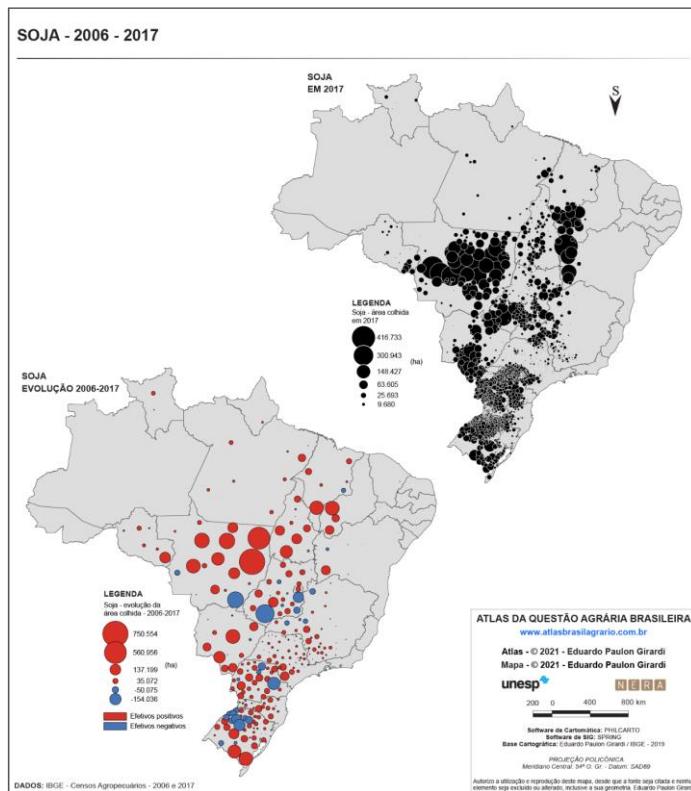
que convive com taxas de desemprego de dois dígitos constantemente. Longe de ser uma propositura “socialista” ou utópica, políticas dessa natureza são desenvolvidas em países centrais do capitalismo e o exemplo mais notável é o que ocorre na União Europeia, onde a Política Agrícola Comum (PAC) reconhece a importância dos estabelecimentos familiares/campões, já que parte significativa de suas ações são focadas em manter o homem no campo nesses estabelecimentos que, sem os auxílios da PAC, há muito tempo teriam desaparecido.

Ao se analisar a disparidade na distribuição de recursos, incluindo financiamento e visibilidade, entre a agricultura familiar e o agronegócio, esta pesquisa se destaca pela relevância crítica. A mídia, ao enfatizar o agronegócio, muitas vezes negligencia a diversidade de experiências e papéis desempenhados pelas mulheres na agricultura familiar, resultando na invisibilidade de suas narrativas e conquistas. Uma visão contrastante é o agronegócio visto como monotemático, centrado em monoculturas, padronizações de cultivo e sabores dos alimentos, assim como nas lideranças uniformes. Em contrapartida, a agricultura familiar se destaca pela sua natureza diversificada em todos os aspectos, desde os métodos de produção até as identidades e trajetórias das mulheres envolvidas. Portanto, ao negligenciar a agricultura familiar em favor do agronegócio, a mídia limita a compreensão pública da riqueza e complexidade do cenário agrícola, perpetuando estereótipos e desigualdades.

Do ponto de vista econômico, a soja, como principal produto agrícola do Brasil, experimentou um aumento significativo na área colhida entre 2006 e 2017, alcançando 30,9 milhões de hectares em 2017, representando 48,7% da área total de agricultura no país. Esse crescimento expressivo foi predominantemente impulsionado pelo agronegócio, uma vez que a agricultura familiar contribuiu com apenas 9,2% da área colhida em 2017.

Projeções da Fiesp indicam um aumento adicional de 44,3% na produção de soja entre 2019 e 2029, com expansão da área e aumento da produtividade.

Figura 5 – Produção de soja entre 2006 e 2017



Fonte: Girardi (2022)

A figura destaca as regiões onde a soja está estabelecida, com ênfase no Sul, Centro-Oeste (especialmente Mato Grosso) e na região do MATOPIBA. Notavelmente, a expansão da produção de soja parece ter expulsado os rebanhos bovinos nessas regiões, indicando a competição lucrativa da soja em comparação com a criação de gado.

Um estudo do Mapa projeta uma expansão contínua da soja até 2029, abrangendo estados como Pará, Rondônia, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul. Esse crescimento expressivo da soja no contexto brasileiro destaca desafios ambientais, como a pressão sobre áreas sensíveis como a Amazônia, e implicações socioeconômicas, incluindo a transformação de paisagens agrícolas e a dinâmica competitiva entre diferentes atividades agrícolas (Girardi, 2022).

De acordo com Bombardi (2023), o mecanismo de latifúndio, com sua característica de improdutividade ou extrema produtividade na monocultura, ressurge de maneira alarmante, refletindo padrões históricos de concentração de terra e exclusão social. Esta dinâmica reproduz o padrão do “velho rural”, caracterizado pela marginalização de pequenos produtores e pela devastação ambiental em prol do lucro imediato. Assim, ao invés de testemunharmos a

emergência de um novo modelo rural, nos deparamos com a continuidade de práticas que há muito tempo prejudicam tanto as comunidades locais quanto o meio ambiente.

O mecanismo de latifúndio hoje, que espantosamente é improdutivo ou extremamente produtivo na monocultura (excludente de pessoas e devastador ao meio ambiente) se apresenta da mesmíssima maneira como já havia se apresentado em outros momentos da nossa história, quando da atuação de outros movimentos sociais. O que nos permite jocosamente dizer que ao contrário de estarmos diante de um novo rural, estamos na verdade diante do nosso Velho Rural (Bombardi, 2023, p. 52).

A ascensão marcante do agronegócio na produção de soja no Brasil, como evidenciado pelas projeções e expansão territorial, tem implicações sociais cruciais. O fortalecimento do agronegócio como uma força dominante na agricultura brasileira pode intensificar desigualdades sociais, concentrando recursos e influência em grandes empreendimentos. No contexto da representação midiática das mulheres no agronegócio, esse predomínio pode influenciar as narrativas, destacando as experiências e contribuições específicas das mulheres nesse setor em detrimento de outras realidades. A inserção das mulheres no agronegócio, portadoras de papéis diversificados nesse cenário, torna-se um ponto crítico de análise. Suas experiências, desafios e conquistas no contexto do agronegócio podem refletir e moldar dinâmicas sociais mais amplas, sendo fundamental considerar como essas mulheres são representadas na mídia, as narrativas promovidas, e como suas vozes são ouvidas em um cenário agrícola cada vez mais dominado pelo agronegócio.

Apesar de relativamente extensa, neste momento, a conclusão de Girardi é esclarecedora sobre o cenário do agronegócio:

O prognóstico não é nada positivo: o mercado interno continuará consumindo a maior parte da produção, mas há tendência de queda dessa participação em quase todas as produções, o que indica que a agropecuária será cada vez mais voltada para o exterior, mesmo com a contradição do aumento da fome e miséria no país. O mercado internacional continuará demandando produtos agrícolas, o país continuará lastreado no setor primário e fomentará o agronegócio como setor estratégico; consequentemente, os agentes da fronteira agropecuária continuarão o desflorestamento mediante a demanda por terras, as terras públicas sendo usurpadas e o meio ambiente poluído com os produtos químicos necessários à agricultura convencional. Como quase tudo, poderia ser feito de outra forma, mas o arranjo de forças nacionais e até mesmo internacionais confluem para que tudo permaneça no mesmo curso apresentado neste artigo, o que fixará cada vez mais o país em posições inferiores da divisão internacional do trabalho e restringirá o desenvolvimento. Equalizar produção, conservação ambiental e justiça social é o desafio que o Brasil tem que enfrentar na posição que lhe coube na divisão

internacional do trabalho, contudo, o país não tem demonstrado empenhos ou interesses para que isso ocorra, mas sim o contrário (Girardi, 2022).

Já outros entusiastas do agro vislumbram o setor sob outra ótica. Para Paulo Cruvinel, à frente da Embrapa, setores estratégicos da economia brasileira, como siderurgia, indústrias de papel, embalagens, madeiras, móveis e construção civil mantêm uma estreita interdependência com o setor agroflorestal. A matéria-prima agroflorestal desempenha um papel de destaque e relevância significativa, não apenas atualmente, mas também em perspectiva para os mercados futuros. Essa matéria-prima tem grande impacto em setores produtivos diversos, incluindo fármacos, cosméticos, alimentos, resinas e óleos. Vale ressaltar que o Brasil, beneficiando-se da abundância desses recursos naturais em comparação com a maioria dos países, estaria posicionado para atender à crescente demanda global por alimentos, fibras e energia. Este cenário destacaria a importância estratégica e a potencial vantagem competitiva que o país poderia obter por meio de seus recursos agroflorestais.

Em um documento recente divulgado pelo Mapa (2023b), as projeções para o agronegócio nos próximos dez anos apresentam perspectivas otimistas. O trabalho foi realizado por um grupo de técnicos do Mapa e da Embrapa. As projeções para 2032/2033 são de uma produção de grãos de 389,3 milhões de toneladas e correspondem a um acréscimo de 24,1% sobre a atual safra que está estimada em 313,8 milhões de toneladas (Mapa, 2023b). Esta é a maior safra já obtida no país e o acréscimo corresponde a uma taxa de crescimento de 2,4% ao ano.

A abordagem positivista do Governo Federal em relação ao agronegócio brasileiro reflete, em parte, interesses econômicos vinculados à significativa contribuição desse setor para o PIB e o emprego. A ênfase otimista também está alinhada com a política agrícola que muitas vezes prioriza os grandes produtores, além de visar fortalecer a posição do Brasil como líder global na produção de alimentos e commodities. Essa perspectiva, no entanto, pode contrastar com análises mais críticas de outros setores, evidenciando a complexidade das dinâmicas políticas e econômicas envolvidas na avaliação do agronegócio brasileiro.

Em síntese, é imperativo que se reconheça que a produção agropecuária que define o Brasil como uma potência agrícola ocorre em um ambiente socialmente intrincado, contraditório e marcado por intensos conflitos. O campo brasileiro não se limita apenas à imagem de modernidade, grandes produções agropecuárias, riqueza e prosperidade. Nele coexistem desafios como a fome, a degradação ambiental, profundas desigualdades sociais

historicamente enraizadas, violências contra os mais vulneráveis, expulsões de terras, resistência e lutas por direitos sociais.

É fundamental compreender essa complexidade para uma análise mais completa e contextualizada da realidade agrícola, principalmente nesta pesquisa, cujo objetivo é refletir sobre as mulheres do agronegócio representadas nas mídias segmentadas que analisamos. Diante dessa contextualização, voltamos nossa atenção para a cultura rural da atualidade, explorando as transformações, desafios e perspectivas que caracterizam esse cenário em constante evolução.

As mulheres que ocupam posições de liderança no agronegócio enfrentam o desafio de romper o ciclo tradicional de produção do agro, caracterizado pela degradação ambiental, pelo colonialismo químico, pela exploração da terra e do trabalho. Elas devem ser protagonistas para a construção de um modelo de produção em larga escala que seja ético, justo, inclusivo e sustentável. Em meio a desafios de várias naturezas - de gênero, ambientais, raciais, entre outros -, as líderes femininas do agronegócio desempenham um papel fundamental na definição de um novo paradigma que promova a justiça socioambiental, integre a diversidade e assegure a sustentabilidade a longo prazo. Este caminho, baseado na responsabilidade e na visão de futuro, é o único possível para o avanço do setor agrícola.

1.4 CULTURA RURAL NA ATUALIDADE BRASILEIRA

O percurso teórico sobre a constituição do agronegócio no Brasil nos leva a outra inquietação: afinal, o que se entende por cultura rural na atualidade? Sabemos que o ambiente rural se modificou do ponto de vista econômico e social, mas resta-nos compreender como estas transformações se deslocaram social e culturalmente. É fato que esta pesquisa não se propõe a discutir em profundidade estes aspectos, nem mesmo esgotar o tema, mas tal reflexão poderá, sim, dar suporte à análise do *corpus*.

Assim, como postulado anteriormente, os limites mais nítidos entre o rural e o urbano são mesmo definidos pelo espaço geográfico. A dualidade entre o social e o cultural, entretanto, existe desde os primórdios. Desta forma, em um sentido mais amplo, buscamos fazer uma reflexão a respeito do conceito de cultura rural, com base nos estudos do sociólogo alemão Norbert Elias que poderá fornecer indicações para compreensão e contextualização da cultura rural da atualidade (Elias, 1994).

Elias investiga o conceito de civilização em um contexto específico. Sua reflexão se centra entre os séculos 9 e 18, na França, Inglaterra e Alemanha. Em sua teorização, o autor reflete a respeito de estereótipos e do imaginário sobre o ambiente rural como espaço incivilizado e do urbano como um espaço onde vivem pessoas com costumes civilizados e modernos. No Brasil o conceito de civilização, no sentido denotativo comumente está associado à noção de progresso (Aquino, 2012). Elias argumenta, no entanto, que esta definição pode ir muito além disso, envolvendo aspectos subjetivos e coletivos como a cultura.

O conceito de civilização refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, as ideias religiosas e aos costumes. Podem-se referir ao tipo de habitações ou a maneira como homens e mulheres vivem [...] Rigorosamente não há o que não possa ser feito de forma “civilizada”, ou “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumarizar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização (Elias, 1994, p. 23).

Para Elias, ao contemplar o conceito de civilização, é evidenciada a consciência de que a sociedade ocidental possui, sobre si mesma, nos últimos três ou dois séculos, uma concepção que a coloca em posição superior em relação às sociedades mais antigas e consideradas “primitivas”. A noção de superioridade está associada à imposição de valores, crenças e padrões de comportamento ocidentais como dominantes e normativos. Essa hegemonia perpetua relações de poder desiguais, em que a sociedade ocidental é posicionada como referência e modelo, marginalizando e subalternizando outras culturas e sociedades. Neste sentido, a sociedade ocidental se considera sob um caráter especial e se orgulha do “nível de sua tecnologia, da natureza das suas maneiras, do desenvolvimento de sua cultura científica, ou de sua visão de mundo” (Elias, 1994, p. 24).

Para o senso comum, estas características são opostas aos primórdios da vida no campo. Por muito tempo, quem vivia ou trabalhava no campo, isto é, no ambiente rural, era considerado atrasado, incivilizado, pois estava apartado das afirmações peculiares dos ambientes urbanos. Ao longo dos anos, muitas destas afirmações, tomadas como estáticas e imutáveis, foram desconstruídas, mas não por completo. E é nesse sentido que se pretende problematizar a cultura rural da atualidade, a fim de estabelecer uma reflexão sobre fenômenos sociais os quais permitam entender o ambiente em que as Agroinspiradoras e tantas outras pessoas do agronegócio estão inseridos.

Robert Elias (1994) discute o processo da formação de alguns estados europeus e sua influência na construção da civilização com base no pensamento freudiano, em especial, as

ideias de “Id” (instintos selvagens do ser humano), “Ego” (contato com a realidade, aspecto racional) e “Superego” (freio aos instintos, valores da sociedade). No estado primitivo, o ser humano vivia e respondia aos desejos instintivos, mesmo que eles pudessem desfavorecer o outro. Para que surja uma relação de convívio social, é preciso um “freio” para os instintos, isto é, o Superego. Também é necessária a criação da civilização, para que as pessoas possam conviver umas com as outras.

Em sua pesquisa, Elias apresenta que, ao longo da história, ocorre um processo de transformação das relações sociais. Se antes a dominação estava relacionada à força, com o tempo, as sociedades tornaram-se mais complexas e o sistema monetário começou a fortalecer e a substituir modelos de escambos. Os guerreiros que tinham poder perderam espaço e o controle/regulação avançou para o Estado, com a burocratização das práticas sociais, como um órgão regulador que pretende evitar conflito entre as pessoas.

Em sua investigação, o pesquisador constatou que, com o passar dos séculos, as regras de etiqueta foram se tornando mais rígidas. Comer com as mãos e cuspir eram atos comuns (como aqui no Brasil, em seus primórdios), mas tomaram-se negativos com o surgimento de novas regras de trato social. Os manuais que foram sendo criados eram voltados para a nobreza, porém quando os hábitos chegavam aos burgueses, esses começaram a reproduzi-los. Assim, num ciclo, a nobreza criava novos hábitos de distinção para evitar serem copiados pelas classes baixas e continuarem superiores o tempo todo. Os principais exemplos apresentados por Elias (1994) estão relacionados ao controle biológico: arrotar, urinar e expelir excreções. Estes hábitos são necessidades básicas do corpo. O processo civilizatório, entretanto, vem para refrear os instintos biológicos do ser humano. Estas seriam algumas distinções entre o primitivo e o civilizado. O modo de falar, de vestir e de se comportar estão relacionados a fazer parte ou não de um modelo, o modelo civilizatório com determinados enquadramentos de costumes.

Laraia (2001) também explica que, desde a antiguidade, foram comuns as tentativas de explicar as diferenças de comportamento entre os homens, a partir das variações dos ambientes físicos, do determinismo biológico e social. Já o determinismo geográfico, por sua vez, considera que as diferenças do ambiente físico condicionam a diversidade cultural. Mas, destaca o autor que “é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em um mesmo tipo de ambiente físico” (Laraia, 2001, p. 12).

A cultura rural é moldada por fatores como o ambiente natural, as condições econômicas, as relações de trabalho, as formas de organização social e as influências históricas e culturais. Ela se expressa em diversos aspectos da vida rural, como a agricultura, a pecuária,

a produção de alimentos, as festividades tradicionais, as formas de moradia, as expressões artísticas, a religiosidade e as dinâmicas de convívio comunitário.

No Centro-Oeste do país as comunidades rurais, e mais precisamente as pessoas que convivem com o agronegócio, possuem uma expressão cultural diversa daquela existente em regiões rurais da Amazônia Legal, do semiárido nordestino e do Sul do país, por exemplo. Apesar dos exemplos estarem ligados ao ambiente rural, não urbano, as manifestações são diferentes.

Os sertanejos de hoje, principalmente os que vivem em locais de produção em larga escala, encaram o tempo de forma bem semelhante às pessoas que vivem na cidade. Atualmente, as grandes propriedades rurais estabelecem escala de trabalho noturno, como acontece nas cidades e nas fábricas, por exemplo. Plantadeiras e colheitadeiras com mecanismos infravermelhos são utilizadas durante a noite para otimizar o tempo de trabalho e acelerar processos de produção. O tempo de trabalho e os dias são cronometrados. Os ciclos da cultura da soja (super precoce, precoce, médio, semitardio e tardio), por exemplo, são contados com precisão, podendo variar entre 100 a 160 dias (Aegro, 2020).

O cenário mencionado anteriormente está pautado por uma lógica indiscutivelmente capitalista que prioriza produzir mais em menor espaço e em menos tempo, para que, desta forma, se possa voltar a produzir mais, formando, assim, um ciclo interminável.

Ao estudar a cultura rural, é essencial considerar a diversidade de experiências e práticas existentes, uma vez que as comunidades rurais podem variar em termos de geografia, etnia, tradições culturais e sistemas agrícolas. Além disso, é importante entender as relações de poder, as desigualdades sociais e as transformações socioeconômicas que afetam as comunidades rurais, influenciando suas identidades culturais e suas formas de vida.

A abordagem antropológica de Laraia (2001) destaca a importância de compreender a cultura rural de maneira contextualizada e dinâmica, reconhecendo as interações entre os elementos culturais e as mudanças sociais que ocorrem ao longo do tempo. Isso nos permite apreciar a diversidade e a riqueza da cultura rural, ao mesmo tempo em que consideramos os desafios enfrentados pelas comunidades rurais diante de transformações sociais, econômicas e ambientais.

A cultura rural demonstra a persistência de certos aspectos do passado, enquanto também evidencia a presença de elementos que reproduzem características da urbanização dentro do contexto rural. Essa coexistência entre conhecimentos tradicionais e inovações tecnológicas revela um cenário complexo em que ocorrem interações, complementações e conflitos.

A paisagem rural é um exemplo claro destas transformações físicas que impactam no social. Se antes a presença de muitas árvores era um convite para caminhadas e coleta de frutas nas matas, hoje, a incidência da monocultura em determinadas regiões reverbera outro sentimento.

As diferenças existentes entre os homens, portanto, não podem ser explicadas em termos das limitações que lhes são impostas pelo seu aparato biológico ou pelo seu meio ambiente. A grande qualidade da espécie humana foi a de romper com suas próprias limitações (Laraia, 2001, p. 14).

A cultura rural ainda permanece com os pés no passado em certos pontos, mas também se nota uma semelhança com a reprodução da urbanização dentro da extensão rural. No entanto, esse processo de modernização também pode gerar tensões e conflitos. Por vezes, as inovações tecnológicas são vistas como uma imposição externa que desvaloriza os saberes locais e desestrutura as relações comunitárias. É importante considerar ainda que a presença das inovações tecnológicas e a persistência do conhecimento tradicional afetam a participação das mulheres no setor, reproduzindo desigualdades de gênero, privilegiando determinados grupos ou marginalizando as mulheres em termos de acesso, controle e decisão sobre os recursos tecnológicos. Contudo, elas também podem oferecer oportunidades de empoderamento e inclusão para as mulheres rurais com acesso a informações, redes de apoio e mercados.

Discutir sobre a cultura no campo da atualidade implica retomar o debate sobre o conceito de cultura apresentado no início deste capítulo, a partir de Hall (2011), que considera cultura como a soma das descrições disponíveis pela qual a sociedade produz sentido e reflete suas experiências, além do modo de vida global e práticas sociais. Para o autor, o indivíduo moderno é fragmentado, construído por meio de várias identidades. O indivíduo que vivia no ambiente rural, da antiguidade, poderia contar com uma identidade unificada e, de certo modo, estável. Hoje em dia, entretanto, o que se observa é a composição de várias identidades e, por conseguinte, novos modos de viver, ou seja, uma cultura rural diferente. “As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente” (Hall, 2011, p.15).

No âmbito do conhecimento tradicional, enraizado nas práticas agrícolas e nas tradições rurais, percebe-se uma base sólida que continua a sustentar muitas comunidades rurais. Esses conhecimentos são transmitidos ao longo das gerações e compreendem técnicas agrícolas, métodos de manejo sustentável, saberes sobre o ciclo das estações e estratégias de convívio com o ambiente natural. Eles representam uma herança cultural valiosa, enraizada nas experiências acumuladas ao longo do tempo.

Por outro lado, observa-se a influência crescente das inovações tecnológicas na cultura rural. A expansão das tecnologias agrícolas, como maquinário avançado, automação de processos e o uso de informações geoespaciais, tem promovido transformações significativas nas práticas agrícolas. Essas inovações buscam aumentar a produtividade, otimizar recursos e viabilizar a integração das atividades rurais com os avanços urbanos. No entanto, é importante destacar que essa interação entre conhecimento tradicional e inovações tecnológicas nem sempre ocorre de forma harmoniosa. Surge uma tensão entre os valores culturais arraigados no passado e as demandas de uma sociedade cada vez mais conectada e globalizada. O confronto entre o tradicional e o moderno pode levar a conflitos de valores, resistência às mudanças e desafios na transmissão do conhecimento tradicional.

Edward Tylor (1958, p. 33) também considera cultura como “todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”.

No que se refere à arte, as músicas sertanejas¹¹, tocadas nos antigos radinhos de pilha das fazendas, chegaram aos centros urbanos há algum tempo, enraizando-se na atualidade.

Não é à toa que a palavra sertanejo vem de sertão. Foram nas áreas rurais que esse gênero começou a surgir, quando trabalhadores de fazendas e tropas de gado se reuniam ao fim do dia para comer, beber e contar histórias, geralmente em torno de uma fogueira e acompanhados de uma viola [...] Nessa época, as composições eram muito relacionadas à vida no interior, passando por questões como as paisagens bucólicas e as diferenças da realidade urbana. [...] Suas composições eram normalmente chamadas de música caipira, mas, hoje, são classificadas como sertanejo raiz. Além desta, outras três fases principais de sertanejo surgiram ao longo dos anos, trazendo ritmos, instrumentos e temas diversos para o gênero já conhecido (Pontes, 2019).

A presença das tecnologias da comunicação seguramente acelerou transformações na cultura rural. Em algumas regiões do país que vivem do agronegócio, é forte a presença de máquinas cada vez mais tecnológicas, operadas a distância, com sistemas de GPS que apontam milimetricamente por onde as gotículas de implementos foram lançadas. É sobre este prisma que se comprehende a cultura rural da atualidade, com diversidade e conexões.

Esse cenário conjuga pequenos produtores que ainda cozinham em fogões a lenha e retiram o leite da vaca ainda de forma manual e produtores rurais que lidam com gráficos, mapas e informações sobre a bolsa de valores que os ajudam na tomada de decisão.

¹¹ Gênero musical do Brasil criado por volta de 1910. O sertanejo é um gênero musical tipicamente brasileiro e um dos mais famosos do país, seja em seu estilo raiz, romântico ou universitário.

Falar em cultura rural em um país tão grande como o Brasil exige que tratemos o tema sob a perspectiva da pluralidade. Esta pesquisa se concentra sob a ótica de um ambiente tecnificado, com semelhança na compreensão do espaço-tempo urbano, longe do estereótipo do personagem Jeca Tatu¹², do caipira, das *cowgirls* e dos *cowboys*. A cultura rural no agronegócio vive um processo de reestruturação, com incorporação de novos valores, hábitos e técnicas que a modernização e industrialização levaram para o campo.

Vimos neste capítulo que os agricultores familiares, embora sejam maioria, não são os maiores produtores de alimentos. O agronegócio está cada vez mais tecnológico e representado desta forma. As mulheres que estão na atividade possuem mais instrução, mas não possuem mais renda ou mais terras. Da mesma forma que os homens, elas integram os grupos dos agricultores familiares e não familiares. Na política nacional, elas possuem pouca representatividade e no agro isso não é diferente.

Destacou-se ainda que o ambiente rural é aquele que não está em oposição ao urbano, que a ruralidade está mais relacionada ao modo de viver. Além disso, o sentido produzido pelas diferentes representações sobre o campo gera significados ainda mais complexos. Percorrer esses conceitos e pensamentos a respeito da ruralidade e da cultura rural é fundamental para compreendermos o cenário em que se insere o agronegócio e, mais precisamente, as mulheres desse setor.

No próximo capítulo, discutimos a participação da mulher no ambiente rural do Brasil, considerando aspectos demográficos, sociais e políticos que influenciam significativamente sua experiência e papel na sociedade.

¹² Jeca Tatu é um personagem criado pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato. Em histórias infanto-juvenis, mostra o contexto arcaico do universo rural por volta de 1920 e o descaso com doenças de saúde pública. Jeca era a imagem do ser abandonado pelo Estado, à mercê de enfermidades típicas dos países atrasados, da miséria e do atraso econômico. Uma condição nada romântica e utópica, como muitos escritores pretendiam moldar o caboclo brasileiro, nesta mesma época.

2 A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO AMBIENTE RURAL DO BRASIL: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, SOCIAIS E POLÍTICOS

Neste capítulo, serão discutidos os diversos aspectos demográficos, sociais e políticos relacionados à participação das mulheres no ambiente rural do Brasil. Além disso, examinaremos as políticas públicas e iniciativas voltadas à promoção da igualdade de gênero no setor rural, destacando os avanços e as áreas que ainda necessitam de melhorias. Em particular, exploraremos o papel do Ministério da Agricultura no Brasil e como ele influencia a participação das mulheres no setor. Por fim, apresentaremos o perfil das “Agroinspiradoras”, destacando as histórias e contribuições de mulheres que têm se destacado e influenciado o agronegócio brasileiro.

Mais à frente, trataremos do aparato teórico de gênero, aprofundando a compreensão das dinâmicas de poder e desigualdade que permeiam o setor rural. Neste sentido, refletimos sobre as teorizações, as principais expoentes feministas, para entender sobre direitos das mulheres, busca por equidade, discriminação de gênero, entre outras questões. Esse embasamento teórico é fundamental para contextualizar as discussões apresentadas. A partir disso, será possível compreender melhor como as questões de gênero que influenciam as experiências e as oportunidades das mulheres no campo.

Por muitos anos, pesquisas investigaram a atuação e os perfis de mulheres trabalhadoras no cenário rural brasileiro. Boa parte dos estudos se concentraram num olhar sobre mulheres ligadas a movimentos sociais ou à agricultura familiar. Entretanto, essa pesquisa se debruça sobre outro perfil: as mulheres que atuam diretamente no agronegócio, isto é, na produção em larga escala.

As mulheres investigadas nesta pesquisa representam um grupo relevante, apesar de pequeno. É relevante devido ao *status quo* que ocupam no agronegócio, por serem herdeiras de famílias patriarcais e latifundiárias. Elas são mulheres que, ao longo dos últimos anos, receberam mais visibilidade da mídia segmentada. Exemplo disso é o programa *Agroinspiradoras* criado por um canal hegemonicamente masculino, com o objetivo de “comemorar” (fala da apresentadora em um dos episódios) a participação das mulheres no agronegócio e contar histórias daquelas que têm feito a diferença em suas áreas.

Lendo outros estudos sobre o tema, nos deparamos com dificuldades em encontrar uma nomenclatura que exprimisse com clareza de que mulheres estamos falando. Desta forma,

optamos por chamá-las de “mulheres-agro”, tal como existe a mulher camponesa, a mulher agricultora familiar, a mulher cooperada, entre outras.

O termo “mulher rural” pode abranger diversas categorias, como apresentamos a seguir. A mulher camponesa é aquela que desempenha um papel fundamental na produção de alimentos e na subsistência de sua família. Ela engloba diferentes perfis, como: pequenas agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação dessas experiências camponesas e a participação política das mulheres legitimam e consolidam, no Brasil, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC).

Pesquisadores, a exemplo de Brumer (2004), destacam as mulheres da agricultura familiar como pequenas trabalhadoras rurais que estão envolvidas nas lutas do setor e passaram a ser representadas por um movimento específico, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

Segundo Salvaro, Oliveira e Felipe (2014), as mulheres cooperativistas fazem parte do sistema e se organizam em cooperativas de produção e associações de trabalhadores. Elas estão presentes tanto em grandes cooperativas quanto em modelos que representam empresas solidárias, nas quais a autogestão é praticada centralmente, visando o desenvolvimento humano de seus membros.

Assim, é possível compreender a diversidade de mulheres que atuam no meio rural, seja como produtoras de alimentos, trabalhadoras cooperativistas ou participantes ativas em movimentos sociais. Essas mulheres desempenham papéis essenciais na economia e na sustentabilidade das comunidades rurais e suas experiências e lutas são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Entendemos que estes grupos, em determinados momentos, se intercalam e nem sempre são exatamente excludentes (Salvaro; Oliveira; Felipe, 2014).

A mulher-agro, em geral, lida com propriedades de médio e grande porte, de alto poder aquisitivo. São mulheres que, em sua maior parte, herdaram propriedades dos pais ou dos maridos. Possuem nível superior e nem sempre atuaram diretamente no campo.

Como dito em outros momentos deste texto, nós chegamos ao perfil da mulher-agro ao percebermos que ele era pouco citado e estudado em outras pesquisas. Uma das publicações encontradas sobre esse perfil é o livro *Mulheres do Agro*, escrito por Cordeiro, Biff e Paffaro (2019). Praticamente todas as mulheres que participaram do programa Agroinspiradoras tiveram suas histórias contadas nesta publicação.

O livro é dividido em capítulos em que são apresentadas “categorias” de mulheres: agricultoras, pecuaristas, sucessoras, políticas, inovadoras, mulheres do futuro, executivas, líderes, mulheres nas finanças (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019). A obra é uma compilação de casos de mulheres que atuam no agro. Ao todo, são mais de 50 histórias. Essa categorização nos dá pistas sobre como são os grupos de mulheres no ambiente rural do país. Vale dizer que, apesar de o livro ter sido organizado por quatro mulheres que, direta ou indiretamente, têm envolvimento com o cenário rural, são três homens que escrevem a apresentação, o prefácio e a introdução. Ou seja, nem mesmo quando o lugar de fala é delas, outros discursos de destaque ou mais representativos partem delas mesmas.

Atualmente, nos Estados Unidos, aproximadamente 1 milhão de mulheres estão envolvidas com a agricultura. A expectativa do Banco Mundial é de que com uma população de quase 10 bilhões de pessoas em 2050, a demanda por alimentos aumente em 70%, o que deve requerer ainda mais a participação delas no agronegócio (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

Uma pesquisa feita pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócios mostrou que a presença das mulheres em funções de decisão da atividade rural apresentou um aumento significativo nos últimos quatro anos, saltando de 10% para 31% (ABMRA, 2017). Esse percentual, segundo aponta a pesquisa, está relacionado a mudanças que a atividade sofreu ao longo do tempo. O trabalho se tornou mais atrativo, pois deixou de exigir força física para a sua execução.

A gestão é direcionada ao pensamento estratégico dentro da propriedade, o que favorece a inclusão feminina no comando dos negócios. Por isso, há necessidade de se analisar habilidades, competências e particularidades para a melhor organização dos perfis nas atividades, algo para o que a mulher possui sensibilidade (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

A pequena participação de mulheres em grandes organizações do agronegócio não é exclusividade do Brasil. Na Argentina, apenas em 2015, uma mulher foi convidada para fazer parte da diretoria da associação que representa os quase 2 mil produtores do país. Esta foi a primeira vez que isso aconteceu em 60 anos de existência da Associação Argentina de Consórcios Regionais de Experimentação Agrícola (CREA) (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

Dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2017) do Brasil mostram que mais de 80% dos produtores do país são do sexo masculino e 18,7% são mulheres. As estatísticas também dão conta de que 20,3% dos estabelecimentos agropecuários são dirigidos por casais que dividem todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento. Quanto à alfabetização, a diferença é pequena entre homens e mulheres: 75,2% delas responderam que sabem ler e escrever, contra 77,4% dos homens. A maioria delas possui entre 34 e 64 anos de idade. A

Bahia é o estado com o maior número de mulheres que assumiram a direção de estabelecimentos agropecuários.

Para Salvaro, Oliveira e Felipe (2014), estudos sobre o trabalho de mulheres em contextos rurais evidenciam também uma certa divisão sexual. Observa-se que atividades agrícolas são classificadas como “leves e pesadas” a partir de quem as realiza: mulheres e crianças realizam atividades consideradas “leves”; homens adultos realizam atividades consideradas “pesadas”.

Neste sentido, Paulilo (1987) acrescenta que a divisão do trabalho é determinada culturalmente, segundo as atividades executadas e, nesse caso, a mulher executa tanto os trabalhos “leves” como os “pesados”.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem quanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar (Paulilo, 1987, p. 07).

Georgino (2008) conduziu um estudo publicado pelo Cepea que também revelou uma divisão sexual para o trabalho no setor de horticultura. O objetivo da pesquisa foi desmistificar a mão de obra feminina, destacando que as mulheres são frequentemente demandadas em tarefas que requerem o manuseio cuidadoso de frutas, enquanto há um desestímulo à contratação delas para atividades que exigem força física. O estudo também ressaltou a influência de fatores culturais na contratação de mulheres para essas atividades, observando que a oferta de mão de obra feminina tende a ser menor em áreas próximas a centros urbanos, onde há mais opções de empregos industriais e de serviços.

A criação de complexos sofisticados nos ramos de distribuição, comunicação e embalagens permitiram a valorização do segmento rural brasileiro por meio das famílias pluriativas¹³, nas quais há também a participação da mulher (Silva, 1999).

Discutindo essa questão, a Associação Brasileira do Agronegócio pesquisou a mulher rural. Denominado como *Perfil da Mulher do Agronegócio Brasileiro*, o estudo de 2016

¹³ São famílias que combinam atividades agrícolas e não agrícolas na ocupação de seus membros. Eles não são apenas agricultores e desenvolvem atividades dentro e fora das propriedades.

mostrou que as mulheres são cobradas a desempenhar outros papéis que a sociedade lhe atribui, além de agricultora. O mesmo trabalho revela que há uma predominância de mulheres que são proprietárias ou sócias das propriedades rurais (cerca de 60% das entrevistadas), o que mostra a participação delas no setor (Abag, 2016).

Uma atualização de dados feita em 2021 pela mesma associação revelou que houve um aumento neste percentual: 69% das mulheres entrevistadas são proprietárias ou arrendatárias de propriedades rurais (Abag, 2021).

Em busca de melhor infraestrutura (saúde, educação, entre outros), proprietárias e trabalhadoras rurais mais jovens optam por morar nas cidades, mas continuam lidando com a atividade rural. A pesquisa feita em 2016 pela Associação Brasileira do Agronegócio mostrou que mais da metade das entrevistadas (54,4%) moravam em cidades e trabalhavam no campo (Abag, 2016).

Esse número também teve um salto em 2021, quando 63% declararam viver na cidade. A mudança pode ter se dado pela melhora na infraestrutura de estradas que permitem a locomoção com mais facilidade para a zona rural. Soma-se a isso o fato de as mulheres lidarem com o campo apenas numa perspectiva de trabalho e não de moradia. Neste sentido, para muitas famílias, a produção é tratada apenas como um negócio e, por isso mesmo, a força de trabalho é investida somente na propriedade (38%). Mas há também a mulher que nasceu e cresceu no campo e, nesse caso, a relação com a propriedade é ponto essencial de sua vida, hábitos e cultura (Abag, 2017; 2021).

Muitas mulheres também ingressaram na atividade por serem de famílias que já estavam inseridas no setor, chegando a assumir posições de comando de propriedades rurais e papéis de destaque em empreendimentos do agronegócio ao se tornarem sucessoras. É o que se observa em boa parte das mulheres apresentadas no livro *Mulheres do Agro* (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

Em geral são mulheres que, histórica e culturalmente, experienciam a atividade direta ou indiretamente e esta costuma ser repassada por pais ou maridos. Apesar disso, um fator preponderante para que elas se mantenham no agronegócio é o gosto pela vida no campo. Esses fatores podem ser destacados como tendência para uma maior participação da mulher no agronegócio (Abag, 2017).

Nota-se ainda que as mulheres mais jovens optam por seguir carreira no agronegócio. Mas é importante lembrar que, em outras épocas e para outras gerações, isso nem sempre podia ser uma questão de escolha. “As mulheres cumprem, além da jornada profissional, tarefas

domésticas e ainda se ocupam com a criação dos filhos [...] apenas uma pequena parcela se mantém como empregadas domésticas” (Abag, 2017, p. 13).

A seguir são apresentados alguns números que trazem um comparativo entre uma pesquisa de 2018 e outra pesquisa de 2021, elaboradas pela Associação Brasileira do Agronegócio.

Figura 6 - Comparativo sobre o tema desigualdade de gênero entre as pesquisas



Fonte: Abag (2017; 2021)

Observa-se, por análise, uma queda na desigualdade de gênero. Acredita-se que isso seja um reflexo do aumento de profissionais liberais entrevistadas e do número de mulheres que prestam serviço dentro das fazendas. Há ainda uma forte percepção de que a situação atual é melhor do que a vivida no passado, o que, de certo modo, é notório, pois houve avanços com a reivindicação e a inserção de mais mulheres em diversas áreas do setor rural. Porém, muitos desafios ainda precisam ser enfrentados.

Estudos realizados pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (Fao, 2021) mostraram que quando as mulheres rurais têm acesso a recursos, serviços e oportunidades, elas se tornam um fator decisivo no combate à fome, desnutrição e pobreza rural.

Segundo a Fao (2021):

Focar nas mulheres não significa deixar os homens para trás: todo o trabalho da Fao sobre igualdade de gênero reconhece que o empoderamento das mulheres também empodera e beneficia os homens e que a chave para melhorar a agricultura, a segurança alimentar e a nutrição é envolver homens, mulheres, meninos e meninas.

A abordagem sobre a igualdade de gênero não implica na homogeneização de homens e mulheres, mas, sim, na garantia de que direitos, responsabilidades e oportunidades não sejam

determinados pelo fato de terem nascido homens ou mulheres. Nesse contexto, o objetivo é alcançar a equidade entre os gêneros, reconhecendo e valorizando as diferenças e diversidades existentes entre os sexos, ao mesmo tempo em que se busca eliminar as desigualdades e discriminações de gênero presentes nas esferas sociais, políticas, econômicas e culturais.

As mulheres que ocupam espaço no cenário rural têm conquistado mais segurança. Entretanto, obter reconhecimento, ou mesmo equidade, é quase sempre um desafio para elas, tanto no que se refere ao setor efetivamente produtivo quanto no setor social.

2.1 O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES

A interação do setor agrícola com o Estado, englobando os três poderes constituídos pelas esferas federal, estadual e municipal, é vasta, variada e complexa. O produtor rural depende de uma série de políticas públicas para desenvolver sua atividade. Não só do ponto de vista econômico, mas também de poder, a agricultura está intimamente ligada a questões políticas. No passado, muitos detentores de terra, nobres, pessoas de alto poder aquisitivo, para citar alguns, possuíam representação política e econômica, o que não é diferente hoje em dia.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nem sempre teve esse nome, tendo sido instituído ainda nos tempos do Império. Em 1860, no dia 28 de julho, o Imperador D. Pedro II assinou o Decreto n.º 1.067, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O primeiro titular foi Joaquim José Ignácio de Barros, Visconde de Inhaúma. Anos depois, em 1930, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas passou a se chamar Ministério da Agricultura. Já em 2001, o Ministério sofreu outra alteração no nome, passando a se denominar, como hoje, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

O Ministério já teve 123 ministros, entre os quais, apenas duas foram mulheres: Kátia Abreu e Tereza Cristina. Atualmente, o Mapa é presidido pelo ministro Carlos Fávoro, mas é importante destacar que, durante a maior parte de desenvolvimento desta pesquisa, Tereza Cristina estava à frente da pasta e, por isso, ela é muitas vezes citada no texto.

A ministra Kátia Abreu permaneceu no cargo de 1º de janeiro de 2015 a 12 de maio de 2016, tendo sido nomeada durante o segundo mandato de Dilma Rousseff que foi, inclusive, a primeira presidente mulher do Brasil. Kátia Abreu é empresária pecuarista, foi candidata a vice-

presidente do Brasil em 2018 e seu mandato como senadora pelo Tocantins findou em janeiro de 2023.

Kátia Abreu assumiu a propriedade rural da família após a morte do marido em 1987. Passado o luto, ela descobriu, nos cofres da fazenda, algo que chama de mapa composto pelo companheiro, sobre como ela deveria prosseguir com os negócios. Eram instruções bastante pontuais sobre como investir, a quem pagar e como comprar insumos, por exemplo (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

Nos anos 1990, Abreu tornou-se líder e presidente do Sindicato Rural de Gurupi, no Tocantins. Sua carreira política teve início em 1998 quando ficou como suplente e assumiu o primeiro mandato como deputada. Foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) por seis anos e escolhida para presidir a Frente Parlamentar Agropecuária, chamada de bancada ruralista¹⁴ no Congresso Nacional. Ela foi a primeira mulher no país a comandar esta bancada que, à época, contava com 180 integrantes.

Em 2014 foi nomeada ministra do Mapa, fato que ganhou grande repercussão em manchetes dos noticiários. Ela deixou o cargo quando a presidente Dilma Rousseff sofreu *impeachment*. Nas eleições de 2018, foi candidata à vice-presidência do Brasil, juntamente com Ciro Gomes que se candidatou à presidente.

Uma reportagem publicada pelo site da BBC Brasil, no ano de 2017, mostra uma mulher mais atenta a outras pautas como veremos no trecho a seguir:

Numa tarde de março, uma mulher negra com tranças no cabelo e uma transsexual loira conversavam numa sala que, há poucos anos, era parada obrigatória para homens com chapéus e botas de couro em passagem por Brasília.

A recepção do gabinete da senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) - decorada com retratos de africanos em roupas tradicionais e uma foto em que ela aparece abraçada a dois **indígenas** - tem atraído um **público diferente** desde que a peemedebista reassumiu seu posto no Congresso, após deixar o cargo de ministra da Agricultura do governo Dilma Rousseff (PT) e se projetar como uma das principais defensoras da ex-presidente no processo de impeachment. A lealdade de Abreu a Dilma a **afastou dos ruralistas**, setor que apoiou a queda da petista com entusiasmo e do qual a senadora agora tenta se diferenciar ao defender “um agro moderno, sem posturas reacionárias”. Mas a nova postura também lhe fez ganhar admiradores à esquerda e a expôs a outras bandeiras políticas. (Fallet, 2017, grifos nossos).

¹⁴ A bancada ruralista, também referida pejorativamente como “bancada do boi”, atua em defesa dos interesses dos proprietários rurais no Congresso Nacional do Brasil.

Outra mulher a ocupar uma cadeira do Mapa foi Tereza Cristina. Nascida em Mato Grosso do Sul, é engenheira agrônoma e trabalhou em diversas multinacionais do setor de alimentos, além de ter atuado nos negócios da família. Seu avô e o bisavô foram governadores do Mato Grosso. Tereza Cristina atuou em diversas entidades representativas do setor e, em 2014, foi eleita deputada federal. Posteriormente, em 2018, foi reeleita, ocupando também a presidência da Frente Parlamentar Agropecuária (Mapa, 2020).

Como líder da bancada ruralista, foi uma das principais responsáveis pela aprovação do Projeto de Lei n.º 6.299/2002 que regulamenta o processo de registro de agrotóxicos no Brasil e, por isso, também ficou conhecida pejorativamente como a “musa do veneno” (Carta Capital, 2018). Ela recebeu este apelido em 2018, como deputada federal, quando os colegas e a imprensa começaram a chamá-la desta forma por sua atuação em defesa do Projeto de Lei que flexibilizava as regras de utilização de agrotóxicos no País, conhecido como PL do Veneno.

A nomeação de uma mulher para qualquer posição de destaque no governo representa uma oportunidade para promover a diversidade e a representatividade de gênero em um setor tradicionalmente dominado por homens. No entanto, é fundamental reconhecer que a simples presença de uma mulher em uma posição de poder não garante automaticamente a transformação de estruturas machistas. A luta pela igualdade de gênero vai além de representatividade individual e requer esforços contínuos para enfrentar estereótipos de gênero, promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação sistêmica.

Apesar de ser possível notar uma mudança com a presença de duas ministras à frente do Mapa, em governos diferentes e no período de cinco anos, é preciso observar também que, em 2018, segundo a ONU, o Brasil ocupava a 32ª posição, de um total de 33 países da América Latina e Caribe, em participação de mulheres na política. Apenas 10% dos representantes eleitos brasileiros são mulheres. Essa mudança ainda não foi suficientemente expressiva para alterar, de forma significativa, a dinâmica de gênero no contexto político do país. A presença de mulheres em posições de poder no governo brasileiro ainda é limitada e são necessários esforços mais amplos para promover uma participação feminina igualitária nas esferas de tomada de decisão. Representando 52% dos votos no Brasil, a mulher ainda não possui uma representatividade proporcional (Cordeiro; Biff; Paffaro, 2019).

Outro ponto a ser levantado aqui é a conexão entre as mulheres-agro, protagonistas do programa Agroinspiradoras, com a ex-ministra Tereza Cristina. A agropecuarista que ancorou as duas primeiras edições do programa, Teka Vendramini, em nome da Sociedade Rural Brasileira, nunca escondeu sua admiração pela então ministra e, frequentemente, verbalizava

isso a veículos de comunicação. Em entrevista exibida a um programa, sobre a possível saída da ministra, a agropecuarista disse, sobre Tereza Cristina:

[...] é extremamente eficaz e é nossa principal interlocutora, isso é um fato, até quem não gosta do agro respeita isso daí. Ela é uma grande negociadora, é uma figura altamente importante para o agronegócio. A gente sabe as grandes vitórias para o Brasil e para o agro que a nossa ministra já trouxe. Ela é nossa defensora, com certeza, então a gente se preocupa muito sim e que tomara que isso daí seja uma inverdade, que seja uma fake News, que não é possível que isso aconteça [...] (Band Terraviva, 2019).

A empresária reproduz o discurso de que a ministra teria feito um bom trabalho frente ao Ministério (diante da perspectiva neoliberal do setor). Porém, também se observa um silenciamento (Foucault, 2008) de Teka com relação ao gênero. Em momento algum, em mais de quatro minutos da entrevista, como no trecho transcrito acima, ela menciona a palavra mulher, nem assinala que a ministra tem fortalecido e trazido mais representatividade para as mulheres-agro. Este mesmo silêncio foi observado em outras entrevistas, quando Teka se furtou a falar sobre o assunto e até reconhece isso. Tal ponto será retomado mais adiante nesta pesquisa.

Ainda sobre a relação de Teka com Tereza Cristina, em outro momento, também em 2021, a agroinspiradora publicou duas fotos em sua rede social Instagram ao lado da então ministra. Tratava-se de um encontro em Marabá (Pará), onde o governo federal fez a entrega de títulos de propriedades a agricultores familiares.

Sempre que eu encontro a Tereza ela me abraça e estende a mão. Me incentiva e oferece ajuda, e é assim que sigo com as minhas amigas e mulheres desse nosso Brasilzão, juntas♥Nos apoiando e uma dando oportunidade para a outra♥vamos continuar caminhando, falando e nos posicionando□□ #ministradaagricultura #mulheresdobrasil (Vendramini, 2023).

Desta vez, na legenda, Teka destacou o tema gênero e, em uma das fotos que publicou, Tereza Cristina aparece apertando as mãos da agropecuarista, o que justifica a fala sobre o apoio. Ela não escreve o segundo nome da ex-ministra, o que sugere uma certa proximidade e até mesmo intimidade. Esta mesma relação da amizade que Teka transparece ter com Tereza Cristina é a que ela procura verbalizar, ao se referir a outras mulheres do Brasil, numa tentativa de demonstrar apoio e parceria ao/com o público feminino. As hashtags também reforçam que, neste momento, Teka fez questão de não apenas falar de agronegócio, mas também de mulheres.

A junção desses temas nem sempre aparece em seus discursos. Observa-se, nas situações em que ela conjuga agro e gênero na fala, um uso político que revela certa consciência do que o seu discurso pode gerar. Em alguns momentos, ela pode considerar produtivo falar sobre gênero, mas, na maior parte das vezes, isso não ocorre, assim como veremos em outros exemplos mais adiante (Bonin, 2022).

Além da abordagem de gênero, precisamos considerar outros aspectos dessa publicação. Durante o governo Bolsonaro, houve uma significativa entrega de títulos, cerca de 420 mil (Bonin, 2022). Mais de 50 mil títulos foram concedidos no Pará em um único ato. Essa descentralização da propriedade da terra, ao oferecer títulos individuais, levanta questões sobre a distribuição justa e a possível ampliação da concentração de terras, impactando comunidades tradicionais e indígenas. O Pará, com 40% dos processos de regularização fundiária do país (Brasil, 2021), vê a entrega de terras influenciar conflitos políticos e socioambientais preexistentes, gerando tensões entre a entrega de títulos individuais e a reforma agrária coletiva defendida pelo MST.

Para compreender o impacto social e econômico dessas iniciativas, é crucial examinar como as famílias beneficiadas lidam com a posse da terra. A entrega de títulos pode promover empoderamento individual e reduzir conflitos fundiários, mas também pode não resolver completamente as disputas por terras, sem um sistema judiciário eficiente e sem abordagens que considerem as dimensões sociais e culturais das comunidades. No agronegócio, a descentralização da propriedade pode afetar a participação e a liderança feminina, influenciando o acesso a recursos e a autonomia econômica das mulheres. Nesse sentido, a equidade de gêneros deve ser considerada na implementação de políticas fundiárias para garantir condições igualitárias para as mulheres no setor.

Simone Tebet é outra mulher do agronegócio que se conecta com o poder político e que, de certa forma, dialoga com as mulheres-agro aqui pesquisadas. Tebet (filiada ao Movimento Democrático Brasileiro-MDB) é advogada, professora, proprietária de terras no Mato Grosso do Sul e já ocupou diversos cargos públicos, incluindo o mandato como senadora, deputada estadual, secretária de governo, vice-governadora e prefeita de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul (Agência Senado, 2022).

Tebet atuou inicialmente como representante da bancada ruralista e intercessora do agronegócio. Ela foi contrária à demarcação de terras indígenas em áreas de conflito, o que gerou críticas e colocou seu nome em uma lista de parlamentares que atuaram contra os direitos indígenas. Em 2021, ganhou visibilidade ao integrar a CPI da Covid-19 e criticar a resposta do governo Bolsonaro à pandemia (Agência Senado, 2022).

Essas críticas resultaram em um distanciamento de sua base política conservadora. Simone Tebet também concorreu à presidência do Brasil nas eleições de 2022, apresentando uma campanha centrista e social liberal. Ela ficou em 3º lugar no primeiro turno, sendo posteriormente escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministra do Planejamento e Orçamento. Em 2022, Tebet foi eleita uma das “100 mulheres mais inspiradoras e influentes do mundo”, pela BBC. Durante a campanha política, Tebet se declarava feminista, apesar do discurso moderado. Na despedida do Senado, emocionada, pediu mais participação ativa das mulheres na vida pública.

Em junho de 2023, o Senado aprovou, em votação simbólica, o projeto de lei que reforça a obrigatoriedade de igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenharem a mesma função nas empresas. O projeto já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e agora segue à sanção presidencial. A proposta teve forte atuação de Tebet. Há indícios de que as mulheres-agro pesquisadas apresentam uma identificação com o discurso e as políticas defendidas por Simone Tebet, especialmente as que promovem o empreendedorismo, a livre iniciativa e a redução do papel do Estado na economia (Brasil, 2023).

Observa-se no discurso de mulheres que atuam na política e no agro (Tebet em maior instância), que há uma habilidade na proposição de políticas públicas que buscam abordar questões importantes e promover mudanças positivas. Suas propostas refletem um entendimento dos desafios enfrentados em determinados setores ou áreas de atuação. No entanto, é importante observar que, de maneira geral, muitas dessas políticas enfrentam dificuldades na sua implementação efetiva. Isso pode ser atribuído a uma variedade de fatores, incluindo limitações orçamentárias, resistência política, burocracia administrativa e complexidade dos problemas abordados.

Tal dificuldade também perpassa o discurso das agroinspiradoras, que ressaltam a importância de uma análise abrangente e que leve em consideração tanto as propostas políticas, ou discursos de empoderamento, quanto a sua efetividade na prática, visando identificar obstáculos e buscar soluções para melhorar a implementação de políticas públicas e inclusão de mais mulheres no debate público, como foco em pautas como gênero e trabalho.

A conexão entre agronegócio e política é muito forte no Brasil. As considerações acima e os autores expostos ajudam a adensar o entendimento acerca da participação das duas ministras no Mapa. É bem verdade que a presença das mulheres em cargos representativos no Brasil ainda é tímida. Constatando-se que, como setores separados, agricultura e política agregam pouca participação feminina, então, juntas, estas áreas são ainda mais segregadoras. Mesmo com esforços legislativos e de outras ordens neste sentido, talvez o cenário permaneça

inalterado por algum tempo, o que resulta da desigualdade cultural e social que vivenciamos há bastante tempo.

No contexto histórico brasileiro, a interseção entre o setor rural, representado principalmente pelo agronegócio, e a política é profunda e complexa. Durante boa parte da história política do Brasil, foi marcante a influência de fazendeiros e de grandes proprietários de terra nas esferas política e econômica. Essa conexão histórica entre a elite agrária e o poder político permeou desde os tempos coloniais até dias mais recentes.

No passado, os fazendeiros não apenas detinham propriedades extensas, mas também ocupavam posições de destaque como prefeitos, governadores e até mesmo legisladores. Essa influência direta na política contribuiu para a formação de políticas que frequentemente refletiam os interesses do setor rural dominante. A distribuição desigual de terras e recursos, aliada à falta de representatividade de outros setores da sociedade, criou um cenário a partir do qual o agronegócio exerceu considerável influência nas decisões políticas.

Atualmente, embora tenham ocorrido mudanças e diversificação na política brasileira, a influência do agronegócio permanece substancial. A bancada ruralista, composta por representantes do setor agropecuário no Congresso Nacional, exerce uma influência significativa na formulação de políticas agrárias e ambientais. Essa relação estreita entre o agronegócio e a política também tem impactos na imagem e na sustentabilidade socioambiental do país.

Com efeito, a agricultura brasileira passou por mudanças consideráveis, tanto do ponto de vista tecnológico, como capitalista. Com a chamada Revolução Verde, muitos produtores mantiveram-se na atividade com acesso a modernos meios de produção e estes mesmos modos fazem a distinção entre grandes e pequenos produtores. As transformações no ambiente rural não aconteceram da mesma forma em todas as regiões do Brasil e as disparidades são notáveis ainda hoje. O discurso da reforma agrária, tantas vezes reverberado, parece sem voz e sem força a cada novo governo.

Apesar de o tema central desta pesquisa não ser a discussão sobre campesinato e agronegócio, e sim a mulher no agronegócio, é importante destacar o conflito entre os dois setores e a resistência existente entre ambos. “Na conflitualidade entre camponeses e o agronegócio verifica-se um conjunto de ações assentadas no território que se erguem como parte das estratégias de existência, resistência e expansão de ambos os modelos de desenvolvimento” (Roos, 2012, p. 02).

Para Oliveira (2015), que também discute a questão, antes da fundamentação do neoliberalismo, a agricultura era sustentada pela produção dos camponeses, apoiada por fortes

subsídios agrícolas e pelo sistema de estoques governamentais. Porém, com a mundialização do capitalismo monopolista, a agricultura capitalista também se transformou e, então, a agricultura familiar camponesa foi ficando cada vez à parte, “tornando o mercado o único regulador do abastecimento alimentar das populações nacionais (Oliveira, 2015, p. 239).

Isso implica pensar também que a participação das mulheres nos modelos de produção é diferente. As mulheres do agronegócio movimentam-se de forma diferente e buscam resultados diferentes, como veremos logo mais, ao discutirmos o Movimento das Mulheres Camponesas, o ecofeminismo e aquilo que temos denominado como feminismo agro.

2.2 MOVIMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS E O MOVIMENTO DAS MULHERES CAMPONESAS

Adélia Maria Schmitz, uma das líderes do Movimento das Mulheres Agricultoras (MMC) de Santa Catarina, contou em uma entrevista que, após ingressar no movimento, foi como se uma venda tivesse sido retirada de seus olhos. Ela era produtora rural em seu estado natal, liderou várias conferências e participou de eventos fora do país. Entrou para o MMC em 1991 como líder e viu o movimento crescer rapidamente.

O percurso histórico do MMC foi de articulações e Adélia fez parte dele. Em 1995, foi criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais que contava com a participação das mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, por último, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA (MMC, 2021).

Aos poucos, os movimentos de mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas específicas e gerais, na organização da base, na formação de lideranças que buscassem o protagonismo feminino. O MMC se fortaleceu discutindo gênero e classe, se declarando feminista, lutando pela autonomia das mulheres camponesas organizadas cujas vidas estão ligadas ao rural “em suas diversas formas de ser” e que estão em luta por um projeto de agricultura popular, camponesa e agroecológica. “A luta das camponesas sempre foi por melhorias para a vida das mulheres, mas as conquistas mudam a vida de toda a classe trabalhadora” (MMC, 2018, p. 10).

Na década de 1980, surgiram e se consolidaram vários movimentos de mulheres nos estados brasileiros, assim como movimentos ligados ao campo. Entre as principais reivindicações, estavam libertação da mulher, sindicalização, direito a documentos, previdência (salário-maternidade, aposentadoria), participação política, entre outros (MMC, 2021). Uma crítica feita ao movimento foi com relação à pouca participação de homens no MMC.

Segundo Paulilo e Silva (2007), para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, não contar com a participação dos homens era dividir a luta. A questão principal deveria ser, segundo críticos, baseada nas questões de classe e não na luta de gêneros, intitulada pejorativamente como “lutinha”. No entanto, sabemos que, ao longo das últimas décadas, os movimento feministas vêm discutindo justamente a interseccionalidade e inseparabilidade entre as questões de classe e as questões de gênero, raça, etnia. Seguindo esta linha, o MMC incentiva as mulheres a terem um espaço de diálogo voltado a elas, no qual elas possam falar para si próprias, sem a presença do postulado patriarcal e sem medo da opressão (MMC, 2021).

O MMC busca organizar todas as mulheres trabalhadoras do campo. Somos um movimento classista, das mulheres trabalhadoras do campo que compõem a classe trabalhadora. Então é um movimento de mulheres que trabalham no campo (Paulilo; Silva, 2007, p. 411).

A mulher branca sempre teve um papel diferente das escravizadas e indígenas. O papel que cabia às mulheres da classe dominante era o de esposa, mãe e dona de casa que administrava os trabalhos de serviços. Esse quadro era reforçado desde a infância e quando a menina tinha qualquer atitude diferente desse estereótipo, em geral, ela era encaminhada a internatos. Mesmo para as mulheres da elite, leitura, escritura e contas eram atividades direcionadas para homens. As mulheres burguesas são solidárias a homens burgueses e não a mulheres proletárias. Mulheres brancas são solidárias a homens brancos e não a mulheres pretas (Teles, 1999; Beauvoir, 1980a).

No Projeto de Agricultura Camponesa defendemos a produção de alimentos saudáveis, de qualidade e diversificados para a mesa das famílias camponesas e para toda a sociedade, não como uma novidade ou como uma moda, mas como o resgate do nosso modo de vida, preservando a cultura e a identidade do campesinato que o modelo do agronegócio tem negado, desvalorizado e tentado acabar (MMC, 2021).

Em termos de posicionamentos, ideais e disputas, o MMC e as mulheres-agro estão em campos distintos. Isso porque as mulheres-agro não reivindicam e nem são porta-vozes dos mesmos direitos ou causas das camponesas. Enquanto estas querem ter direito à terra e a crédito,

aquelas já possuem terra e crédito muitas vezes herdados de suas famílias. O desafio da mulheres-agro passa por multiplicar aquilo que ela já possui; ela faz parte da estrutura econômica do capitalismo.

As mulheres-agro e as mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas compartilham do fato de serem mulheres rurais, mas têm perspectivas e demandas distintas. Enquanto as mulheres-agro estão ligadas ao agronegócio e valorizam o sucesso econômico individual, buscando acesso a recursos e políticas que promovam a eficiência no setor agropecuário, as mulheres do MMC representam um movimento camponês que enfatiza a agroecologia, a soberania alimentar e a justiça social. Estas últimas lutam pela reforma agrária, pela agricultura familiar e por práticas sustentáveis. Tais diferenças refletem visões contrastantes sobre o desenvolvimento rural e sobre os modelos de produção em agricultura.

Apesar das diferenças, ambos os grupos enfrentam desafios relacionados à igualdade de gênero (com particularidades para cada grupo), acesso a recursos e direitos trabalhistas. No site do MMC, por exemplo, ficam claras as principais pautas do movimento, que visam um projeto “popular para a agricultura, através da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade” (MMC, 2021). O movimento também declara enfrentamento ao “modelo neoliberal que produz, ao mesmo tempo, a opressão de gênero e a exploração de classe que fere a dignidade de mulheres e de homens, jovens e idosos, negros, brancos e indígenas” (MMC, 2021).

A oposição entre pensamentos e posicionamentos de ambos os grupos femininos é perceptível. O MMC critica o modelo neoliberal do qual boa parte das mulheres-agro são portavozes. No primeiro episódio do programa Agroinspiradoras, exibido em dezembro de 2016, uma das participantes, Marize Porto, afirma que foi uma das primeiras tomadoras de empréstimos do programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC). Junto a ela, Carmem Perez contou que também adquiriu o crédito para plantar uma floresta de seringueira. As agricultoras não explicitam se essa aquisição de crédito foi rápida ou facilitada, mas deixam claro que o crédito estava acessível, o que nem sempre ocorre com pequenos agricultores que se veem travados em burocracias e procedimentos diversos.

Enunciados e contextos se diferem e, com isso, também são diferentes os sentidos produzidos. O estudo aqui realizado não pretende reproduzir binarismos, mas é importante ressaltar as diferenças entre os grupos de mulheres apresentados. O discurso do MMC está pautado na coletividade, em uma construção social que pretende realizar mudanças na forma de lidar, reconhecer e valorizar as mulheres que trabalham no campo.

No fenômeno que chamamos de feminismo agro, percebemos a perspectiva neoliberal. O “todo” nem sempre é mencionado e o que se busca em primeiro lugar é o aumento da produtividade, aumento da tecnologia, traduzido em aumento dos lucros. Este discurso é criticado por ativistas, como Jessa Crispin, autora do livro *Why I am not a feminist? (Por que eu não sou feminista?)* que declarou em entrevista:

Era só o que faltava. Mas e como esse poder é usado? Se for só para obter dinheiro e posição, para conjugar no feminino o capitalismo masculino, então, de feminismo, não tem nada e não vai mudar nada. O que Sheryl Sandberg faz pelas mulheres normais? Por trás da hipocrisia do self-empowerment, há apenas a pergunta: “Onde está a minha metade dos lucros?”. Hoje, o progresso das mulheres é medido com quantas mulheres são diretoras executivas. Mas e as outras? Por que, assim que se tornou diretora executiva, Marissa Mayer tirou das empregadas o smart-working, tornando mais difícil conciliar maternidade e trabalho? (Orsogna, 2017).

Em outras palavras, a relação contratual com um enunciado, a adesão e aceitação de seu conteúdo faz-se no ponto da tensão dessa voz, com outras vozes sociais, como visto acima na crítica de Jessa Crispin. A sociedade é dividida em grupos sociais (mulheres-agro, mulheres campesinas, por exemplo) e os enunciados tornam-se espaço de luta entre vozes sociais e inevitavelmente perfazem lugares de contradição.

2.3 PERFIL DAS AGROINSPIRADORAS

O *corpus* inicial desta pesquisa compreende três episódios do programa Agroinspiradoras, exibido pelo Canal Rural, como apresentaremos adiante na etapa de exploração do material e tratamento (Bardin, 2016). Ao longo de quatro anos, 13 mulheres participaram das edições do programa e apenas uma mulher participou mais de uma vez: Teka Vendramini. E é por meio dela que iniciamos um breve relato sobre as participantes.

No ano de exibição do primeiro episódio, **Teka Vendramini** era presidente do Núcleo feminino do Agronegócio. A pecuarista do interior de São Paulo herdou a propriedade do pai e começou a trabalhar no campo após a morte dele. Desde 2014, ela tem aparecido na mídia como uma das maiores representantes das mulheres-agro. Durante as entrevistas, Teka adota um tom de humildade, fala baixo e evita temas como gênero ou feminismo.

Junta-se à Teka, **Carla de Freitas**, produtora rural que criou o Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA) juntamente com outras mulheres. Ela nasceu em Rondônia, começou a trabalhar no campo com o pai e depois passou a administrar a propriedade. No programa,

expressa-se com facilidade e de maneira alegre. Por diversas vezes, no discurso, ela se dirige diretamente às mulheres telespectadoras, convidando-as a empreender.

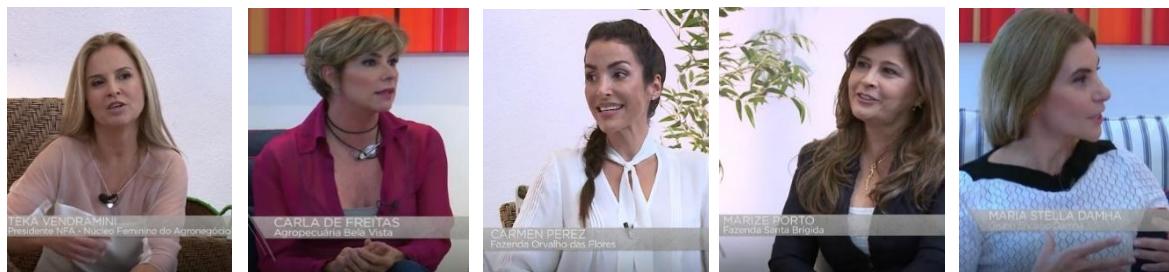
Carmem Perez é outra Agroinspiradora que participou do primeiro episódio do programa. A pecuarista nasceu em São Paulo, mas se mudou para Barra do Garças (MT) com o objetivo de cuidar da fazenda que visitava quando era criança. Uma propriedade que era vista como um elefante branco pela família. É jovem e essa vitalidade aparece em seu discurso, assim como as questões ligadas à inovação e à tecnologia do campo. À época da exibição do programa, ela estava prestes a assumir a presidência do NFA, o que de fato ocorreu. Hoje é colunista agro da Forbes, veículo em que apresenta sua rotina de trabalho na fazenda.

Marize Porto também participou do primeiro programa. A dentista por formação assumiu a propriedade após a morte do marido. Em 2016, quando o programa foi ao ar pela primeira vez, ela tinha pouco mais de 10 anos de atividade no campo, mas já se destacava no setor por causa do posicionamento no mercado. No programa, é uma das que mais revela suas experiências no campo e expressa satisfação ao ser procurada por outras mulheres para compartilhar suas jornadas.

Por fim, **Maria Stella Damha** é uma economista que ingressou no negócio agro da família em 2002. No programa, ela conversa em tom ameno e de maneira sutil. Entre as participantes é a que mais salienta as questões de preço, custo, talvez justamente por causa de sua formação. Quando fala sobre mulheres, ela destaca o perfil questionador desse grupo que geralmente não demonstra medo de aprender.

Todas essas mulheres são apresentadas na figura abaixo e pertencem à mesma geração. São agropecuaristas que administram propriedades rurais com foco no lucro. Estão na atividade não apenas por uma escolha de vida, mas para seguir com uma atividade que já era desenvolvida por suas famílias de origem ou por seus maridos. Das cinco agroinspiradoras, três são herdeiras. Teka e Marize assumiram os trabalhos após a morte de seu pai e marido, respectivamente.

Figura 7 - Participantes do episódio 1 do programa Agroinspiradoras



Fonte: Canal Rural (2023)

Nota: Da esquerda para a direita: Teka Vendramini, Carla de Freitas, Carmem Peres, Marize Porto, Maria Stella Dhama.

O episódio 2 do programa Agroinspiradoras foi exibido no fim de ano de 2017. Como dito anteriormente, **Teka Vendramini** foi, mais uma vez, convidada para ancorá-lo.

Nesta edição, **Lilica de Menezes** foi uma das participantes. Ela nasceu em São Paulo, capital, mas mora em Araçatuba. Provém de uma família de pecuaristas e deixa claro que sempre teve o apoio de seus familiares para trabalhar no ramo, o que nem sempre acontece com outras pessoas e, principalmente, com mulheres. Ela também faz parte da NFA.

Edy Tarrafel é uma pecuarista que nasceu em São Paulo, mas, desde criança, mora no Mato Grosso do Sul. Em 2017, quando o programa foi exibido, era presidente do Sindicato Rural da cidade onde morava, Ivinhema (Mato Grosso do Sul). Atua na atividade rural juntamente com o marido com quem gosta de compartilhar as lutas e vitórias no campo. Entre as participantes, é a que mais fala em associativismo, capacitação e novas ações no campo em prol do outro.

A quarta participante do episódio 2 é **Jaqueleine Casale**, nascida em São Paulo. Em 2017, era a diretora da empresa familiar, uma indústria que atende ao agronegócio. À época do programa, sua empresa passava por um processo de sucessão familiar e por mudanças estruturais, tema que aparece com frequência no discurso dela durante sua participação. Tinha menos de 30 anos quando o programa foi exibido e o fato de já assumir tantas responsabilidades no negócio despertou a admiração das colegas.

As quatro agroinspiradoras são apresentadas abaixo e, durante o programa, elas compartilham sobre sua entrada para o setor agro, o que ocorreu por intermédio de suas famílias. Edy deixa claro que trabalha conjuntamente com o marido. Diferentemente do primeiro programa, que contava com cinco mulheres em debate, no segundo episódio, há apenas quatro. Os temas dos dois primeiros episódios são semelhantes no sentido de apresentarem as histórias de vida e a atividade no campo. O cenário é outro, porém continua com as mesmas características: móveis em madeira, presença de plantas e um aspecto que lembra a varanda de uma casa.

Figura 8 – Participantes do episódio 2 do Agroinspiradoras



Fonte: Canal Rural (2023)

Nota: Da esquerda para a direita: Teka Vendramini, Lilica Telles de Menezes, Edy Tarrafel, Jaqueline Casale.

O terceiro episódio do programa foi exibido em 2019. Nesta edição, há apenas uma mulher que trabalha “dentro da porteira” sendo entrevistada. A gravação ocorreu em um cenário com características de uma adega. Sentadas em banquetas, quem ancora o episódio é a jornalista, por formação, **Roberta Paffaro**, que também dá palestras sobre o tema mulheres do agronegócio e empoderamento. Ela escreve para blogs na área rural e economia, além de ser uma das colunistas do Blog Agroinspiradoras do Canal Rural e autora do livro *Mulheres do Agro*.

Sarita Junqueira é pecuarista e produtora de grãos. Assumiu o negócio da família aos 25 anos, após o falecimento do pai. Administra um dos maiores grupos de produção de carnes do país. Mora em São Paulo, mas também tem negócios no Mato Grosso do Sul. Durante o programa, questiona a pouca participação feminina em cargos de gestão de propriedades rurais. Aparenta ser bastante racional e não seguir o modismo social que assinala “agora é vez delas”.

Ticiane Figueiredo também é autora do livro *Mulheres do Agro* e colunista do Blog Agroinspiradoras. É advogada e atua diretamente no setor do agronegócio. No programa, sua fala está mais voltada para ações ligadas à tecnologia.

Andreia Cordeiro é advogada, coordena grupos de mulheres no agro e realiza várias palestras sobre agronegócio e empoderamento no país. É colunista sobre o tema agronegócio no InfoMoney e escreve para o Blog Agroinspiradoras. Seu discurso, durante o programa, também está centrado na participação efetiva das mulheres no campo. Com frequência, participa de eventos do setor para falar justamente sobre esses temas.

Por fim, **Mariely Biff** é a última participante a integrar o episódio 3 de Agroinspiradoras. É formada em Administração em Agronegócios e conhece os desafios do setor. É palestrante e colunista do setor agro para diversos sites e revistas no Brasil e também escreve para o Blog Agroinspiradoras.

Figura 9 – Participantes do episódio 3 do programa Agroinspiradoras



Fonte: Canal Rural (2023)

Nota: Da esquerda para a direita: Roberta Paffaro, Sarita Junqueira, Ticiane Figueiredo, Andrea Cordeito, Mariely Biff.

Figura 10 – Episódio 3 do programa Agroinspiradoras



Fonte: Canal Rural (2023)

Após assistir aos programas, nos quais essas mulheres contam um pouco mais sobre si, e em seguida pesquisar sobre sua atuação profissional no agronegócio, pode-se inferir que este é o perfil da mulher-agro atualmente. São mulheres que ocupam espaços patronais e estão na atividade da agricultura e pecuária, lidando, direta ou indiretamente, com produção e/ou gestão em propriedades rurais.

Até aqui, procuramos elucidar o espaço rural e quem são as mulheres que o ocupam. A seguir, discutiremos sobre gênero e feminismo, em sentido mais amplo, para então estabelecer a interconexão com as mulheres-agro e com o feminismo neoliberal. As questões de gênero no meio rural, que permeiam boa parte das relações de trabalho, também são alinhavadas neste estudo.

3 DISCUSSÕES DE GÊNERO: UM OLHAR SOBRE OS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA E INFERÊNCIAS SOBRE O FEMINISMO NEOLIBERAL E O ECOFEMINISMO

As personagens principais desta pesquisa, como apresentado anteriormente, são mulheres empresárias que trabalham no agronegócio. A maior parte delas exerce a gestão de médias e grandes empresas ligadas à produção de grãos e carnes, compondo, então, as agroinspiradoras. Porém, para compreender o lugar no qual elas se inserem e, principalmente para entendermos as relações de gênero e trabalho que permeiam as discussões propostas nesta tese, é preciso buscar ancoragem em temas basilares, entre eles, gênero e feminismo.

Neste capítulo, recorremos a uma explanação do tipo histórica para entender, nos dias atuais, como este movimento político social se deu, quais os caminhos percorridos pelas principais autoras e suas correntes filosóficas. Para além disso, falamos sobre o percurso do Brasil no tema e discutimos a posição social das mulheres quanto ao trabalho. Em um segundo momento, há um diálogo acerca do Movimento das Mulheres Agricultoras e do Movimento das Mulheres Camponesas.

3.1 EM BUSCA DO GÊNERO

As mulheres, em geral, estiveram envolvidas na atividade laboral desde sempre, seja no campo, nas fábricas ou mesmo nas atividades domésticas. Apesar disso, nem sempre esses cenários foram reconhecidos. Silvia Federici, em *Calibã e a Bruxa*, questiona a “invisibilidade” da mulher nas origens do capitalismo apresentado por Marx. Segundo Federici, os homens alcançaram um certo grau de liberdade formal, mas as mulheres continuaram sendo tratadas de maneira similar à escravidão (Federici, 2017, p. 27).

Na história das relações capitalistas, as mulheres foram sujeitas a formas particulares de exploração que não se limitaram a isso. Simone de Beauvoir (1980a, p. 14), como uma das autoras mais citadas em trabalhos sobre gênero e feminismo, ponderou que “todo ser humano do sexo feminino não é necessariamente mulher”. Na verdade, a intersecção estaria na presença misteriosa da feminilidade. E, para a autora, a mulher era vista pela sociedade como “o Outro”, o não homem. Ela seria o Outro dentro de uma totalidade (Beauvoir, 1980a).

No segundo volume de *O Segundo Sexo*, a estudosa segue apresentando as diferenças na formação social e cultural entre meninos e meninas, desde bebês, e o quanto isso é preponderante para interpretar as condutas da vida adulta. A autora afirma que “não há, durante

os três ou quatro primeiros anos, diferença entre a atitude de meninas e a dos meninos". (Beauvoir, 1980b, p. 11). Isso significa compreender que o gênero é uma construção social, perspectiva à qual nós também nos filiamos nesta pesquisa (Beauvoir, 1980a, 1980b; Machado, 2006).

Com o passar dos anos, a menina começa a entender o significado de palavras como "bonita" e "feia"; ela sabe que para agradar é preciso ser bonita como uma imagem, como a boneca de criança. Os estudos de gênero têm mostrado, ao longo dos anos, que a influência da educação e do ambiente são preponderantes na formação social das pessoas. Paulilo (1987), por exemplo, fez diversas pesquisas relacionadas à mulher no campo e no trabalho. Em contato com pessoas de diferentes regiões do país, ele constatou ser comum que a mulher trabalhe rotineiramente com enxada e atividades fisicamente mais pesadas. A divisão sexual do trabalho é clara e, mesmo realizando o que se considera como trabalho "pesado", as mulheres recebiam e continuam a receber menos do que os homens por seu serviço.

No agronegócio, essa perspectiva não é tão diferente: são inúmeras as mulheres veterinárias, vaqueiras, agrônomas, operadoras de máquinas etc. que dividem espaço com homens, porém, com remuneração não semelhante. Um estudo feito pelo Cepea (2018) revelou que o rendimento médio das mulheres era 27% inferior ao dos homens, mesmo quando os dois grupos desenvolviam a mesma atividade.

Paralelamente, o encargo do trabalho doméstico costuma ser predominantemente atribuído às mulheres, sendo-lhes incutido, desde a infância. Tal incentivo não é observado de forma equivalente entre os jovens rapazes. O mesmo ocorre com o trabalho materno. Para Beauvoir (1980b), a menina, quando sobrecarregada de tarefas, pode prematuramente ser escrava e ter uma vida sem muitas alegrias. A realidade do homem é bastante diferente: quanto mais ele cresce, mais superioridade masculina ele adquire.

Para Jeffrey Weeks (*apud* Louro, 2000), os códigos e identidades sexuais têm sido frequentemente forjados no complexo processo de definição e autodefinição, tornando a moderna sexualidade um tema central para o modo como o poder atua na sociedade moderna. O pesquisador faz distinção entre os termos "sexo" (que abrange diferenças anatômicas, internas e externas aos corpos, desde quando se nasce) e "gênero", que abrange processos históricos e sociais imbuídos de significados (definição que aporta a diferença social entre homens e mulheres).

Scott (1995) destaca que, durante séculos, as pessoas se basearam em termos gramaticais para evocar identidades sexuais. A autora critica esta perspectiva e reforça que tentar encontrar palavras para codificar sentidos pode ser visto como inútil, inválido. Machado

(2006), também seguindo esse diálogo, pontua que os gêneros são construídos e que as mídias participam dessa construção, de forma que o conceito de gênero não está atrelado ao de diferença sexual.

Louro (2000), por sua vez, assinala:

No entanto, podemos entender que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções... Processos profundamente culturais e plurais. Nessa perspectiva, nada há de exclusivamente "natural" nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza. Através de processos culturais, definimos o que é — ou não — natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, consequentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente (Louro, 2000, p. 05).

Entende-se que o modo como olhamos para o outro e também a forma como reagimos a ele envolve de fato questões políticas, sociais e culturais. Para alguns estudiosos, o conceito de gênero já passa, há alguns anos, por um desenvolvimento. Piscitelli (2001) explica que o conceito foi cunhado à luz das teorias sociais sobre a diferença sexual e disseminou-se no Brasil a partir da década de 1980. Para Hall (2003), é impossível abstrair a análise da cultura das relações de poder e das estratégias de mudança.

Ainda segundo Piscitelli (2001), esse novo conceito residia em um espaço em que se permitia olhar a realidade social de maneira diferente. Em suas palavras, “as diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural da subordinação” (Piscitelli, 2001, p. 65). Tal subordinação seria construída a partir de como a mulher se constitui socialmente.

Neste sentido, a subordinação, ao mesmo tempo em que pode ser construída, também pode ser desconstruída. Na igualdade de direitos, é comum a confusão entre gênero e mulher e também por esta razão o estudo sobre gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre as mulheres.

Scott (1995) destaca que o termo gênero, de acordo com o tempo, passou a indicar construções culturais, ou seja, passou a referenciar que papéis são atribuídos a homens e mulheres. O conceito de gênero, então, está relacionado a áreas tanto estruturais quanto ideológicas no que tange à relação entre os sexos. A autora critica o fato de que muitos estudos se reduzem a descrever o que é ou não é gênero e não fazem análises sobre as relações sociais que se entrelaçam. Muitos trabalhos não apresentam como funcionam tais relações e como elas podem ser mudadas. Em geral, não há proposição para quebra de paradigmas, reforça a estudiosa.

Como forma de refletir sobre as questões apontadas por Scott, nosso trabalho propõe uma análise dos sentidos que emanam das falas das agroinspiradoras em diversas mídias. Ao ampliar a pesquisa para o campo, essa abordagem nos ajuda a identificar possíveis lacunas entre o discurso e a prática, fornecendo uma percepção do discurso de promoção da equidade de gênero e da sustentabilidade no meio rural. O trabalho busca verificar, por meio da análise de conteúdo, até que ponto as participantes expressam posicionamentos de quebra de paradigmas do poder patriarcal nas diversas áreas da sociedade, mas principalmente no agronegócio.

No texto *A Tecnologia do Gênero*, de Teresa de Lauretis (1987) explora a ideia de que o gênero não é uma simples categoria natural ou biológica, mas uma construção social e cultural produzida e mantida por várias práticas discursivas e institucionais. Ela argumenta que o gênero é “tecnologizado” por meio de discursos, normas e representações que moldam as identidades de gênero e as expectativas sociais. O gênero, então, é produzido através de um conjunto de técnicas e de procedimentos que regulam e normalizam o comportamento e as identidades, mantendo as hierarquias e as diferenças de poder entre os sexos (Lauretis, 1987).

- 1) Gênero é (uma) representação - o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário.
- (2) A representação do gênero é a sua construção — e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção.
- (3) A construção do gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como da era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que aconteça
- na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental — em resumo, naquilo que Louis Althusser denominou "aparelhos ideológicos do Estado". A construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radicais, e até mesmo, de forma bastante marcada, no feminismo.
- (4) Paradoxalmente, portanto, a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação (Lauretis, 1987, p. 209).

A estudosa critica ainda abordagens feministas que se concentram exclusivamente na oposição entre homens e mulheres, negligenciando as diferenças internas entre as próprias mulheres, como aquelas baseadas em raça, classe e sexualidade. A autora defende um feminismo mais inclusivo que reconheça essas diferenças, alertando para o risco de marginalização de certos grupos dentro do movimento feminista. Apesar do poder da tecnologia

do gênero, ela acredita na possibilidade de resistência e subversão, incentivando a criação de novas práticas que desafiem as normas estabelecidas e promovam novas formas de expressão de gênero.

Butler (2018), por sua vez, propõe que o gênero é performativo e não uma essência natural; é o resultado de repetidas ações que seguem normas sociais. O gênero, para Butler, é uma performance que cria a ilusão de uma identidade estável e coerente. Essa repetição é o que faz com que as categorias de gênero pareçam naturais e fixas, embora na verdade sejam construções sociais que podem ser subvertidas.

Tanto Judith Butler quanto Teresa de Lauretis criticam a falta de atenção às diferenças entre as mulheres nas discussões sobre gênero. Butler (1990) argumenta que a universalização da categoria “mulher” no feminismo tradicional marginaliza as experiências diversas de mulheres que não se encaixam nas normas hegemônicas, como as mulheres negras, lésbicas ou transgênero (Butler, 1990). Lauretis critica a visão que foca apenas na dicotomia entre homens e mulheres e ignora interseccionalidades, como raça, classe e sexualidade, as quais moldam as variadas experiências de gênero entre as mulheres (Lauretis, 1987).

Considera-se, portanto, que as premissas teóricas apresentadas nesta seção podem contribuir para ampliar a compreensão sobre as representações midiáticas das mulheres-agro e para promover uma abordagem crítica em relação à questão do gênero no contexto agrícola.

3.2 FEMINISMO: UM OLHAR SOBRE MOVIMENTOS POLÍTICOS E DE RESISTÊNCIA

Nesta sessão, será discutida suscintamente a evolução do movimento feminista ao longo de suas quatro ondas, abordando as principais suas reivindicações e propostas de mudanças sociais. Além disso, destaca-se o conceito de interseccionalidade, essencial para compreender as diferentes formas de opressão vividas por grupos diversos de mulheres. Essa análise busca evidenciar a pluralidade e os desafios contemporâneos do feminismo.

A compreensão do conceito de gênero evoluiu significativamente com o tempo, especialmente à medida que correntes feministas contemporâneas desafiaram as noções tradicionais. Inicialmente, o conceito de gênero era frequentemente visto como uma simples dicotomia entre masculino e feminino, refletindo uma perspectiva dualista, posto que não considerava a diversidade e complexidade das experiências humanas. No entanto, correntes feministas, como as abordagens pós-estruturalistas e interseccionais, passaram a oferecer uma crítica a essa visão limitada.

Teóricas como Butler (2018) e Lauretis (1987), como dito anteriormente, argumentam que o gênero deve ser entendido como uma construção social fluida e multifacetada, que vai além das categorias binárias e reconhece a variedade das experiências individuais e coletivas. Essa transição reflete uma tentativa de repensar as desigualdades de gênero e desafiar as normas sociais que perpetuam hierarquias e injustiças.

Beauvoir (1980a; 1980b) também acredita que gênero é uma construção social aprendida. A autora destaca a importância de transcender limitações e restrições impostas pelo binarismo de gênero e enfatiza a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade de experiências e identidades de gênero.

O feminismo surge ao lado de outros movimentos de libertação, como o movimento negro, ecologista e homossexual; ele tem raízes históricas, mas está em constante transformação, sendo adaptável às demandas contemporâneas das mulheres. Segundo Alves e Pitanguy (1991), o feminismo busca superar a organização tradicional, marcada pela hierarquia e pelo autoritarismo, e propõe a desconstrução de modelos hierarquizados de identidade de gênero.

Historicamente, as mulheres foram relegadas a tarefas domésticas, mas também participaram de trabalhos externos, embora, como apontado por Paulilo (1987), os trabalhos mais valorizados fossem destinados aos homens. A exclusão das mulheres dos espaços de poder e conhecimento é evidenciada em eventos como “caça às bruxas” (Federici, 2017) que vitimou milhares de mulheres sob a acusação de impureza e inferioridade.

A leitura e análise das correntes filosóficas sobre feminismo nos permite dizer que a desvalorização observada hoje é fruto de um processo histórico e cultural, de séculos de subjugos. Os movimentos políticos que surgem como um contraponto buscam, por meio da resistência, mudanças das práticas sociais. A cultura patriarcal está materializada na sociedade, estando ainda mais evidente no meio rural.

É importante destacar que a cultura do patriarcado está relacionada à formação social, assim como outros conceitos aqui apresentados. A ordem patriarcal é alimentada pelas pessoas e por instituições (Machado; Schons; Melo Dourado, 2019). No entanto, não há consenso entre as feministas quanto ao conceito e o uso do termo.

Nesse mérito, Morgante e Nader (2014, p. 02) ponderam o seguinte:

Para as feministas socialistas a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, e seus beneficiários são os capitalistas, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se a um sistema diferente e original – o sistema patriarcal – e seus beneficiários são os homens como uma categoria social [...] Para Heleith Saffioti há ainda uma clivagem no

interior do feminismo marxista, entre aqueles que acreditam ser o patriarcado uma [...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais [...] exatamente como as feministas socialistas apontadas por Delphy – e os que consideram o patriarcado somente uma ideologia, de forma adjetivada.

De acordo com as autoras, entendemos que a maneira como se faz referência ao conceito nos estudos feministas não é um problema, desde que ele seja devidamente precisado. Entretanto, é preciso ponderar que o patriarcado não é algo universal e atemporal, mas que está atrelado a relações históricas e a construções culturais.

O feminismo organizado emergiu na França do século 18, quando mulheres reivindicaram direitos de cidadania e mudanças nas leis de casamento. Essa luta evoluiu para uma demanda por direitos igualitários, culminando na criação do Dia Internacional das Mulheres pela ONU em 1975 (Alves; Pitanguy, 1991). Segundo Schons (2019), esse marco global também fomentou o debate sobre questões de gênero nas mídias.

No século 19, o movimento feminista focou na luta pelo sufrágio. A Nova Zelândia foi o primeiro país a garantir o voto feminino em 1894. Em 1932, o presidente Getúlio Vargas publicou o decreto-lei de direito ao voto para mulheres, porém, este já vinha sendo exercido em 10 estados do país. Em 1927, uma mulher brasileira se alistou para votar pela primeira vez: Celina Guimarães Viana, de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Ela e outras 20 mulheres ficaram registradas na história brasileira pela conquista desse direito. O Senado, porém, invalidou os votos delas sob o argumento de que o voto feminino não era aceito. A validação do voto feminino ocorreu mesmo somente em 1933, quando as mulheres de fato conquistaram este direito, causando, entre 1930 e 1940, a desmobilização do movimento (Vianna, 2017; Alves; Pitanguy 1991).

O movimento feminista evoluiu em diversas ondas, cada qual marcada por diferentes reivindicações e focos. A **primeira onda**, analisada por estudiosas como Guacira Lopes Louro, Adriana Piscitelli e Bertha Lutz, foi centralizada no movimento sufragista, destacando-se pelas lutas políticas e sociais das mulheres no fim do século 19 e no início do século 20, com foco no direito ao voto e à cidadania. Essa fase foi fundamental para estabelecer as bases do movimento feminista como uma luta organizada em busca de direitos civis e igualdade.

A **segunda onda** ganhou força nas décadas de 1960 e 1970 e foi marcada pelo questionamento das desigualdades entre homens e mulheres no campo do trabalho e na autonomia sobre o corpo. As reivindicações incluíam direito ao trabalho, igualdade salarial e direito ao aborto, temas que desafiaram a visão patriarcal de que a mulher deveria se dedicar exclusivamente à vida doméstica. A feminilidade e o papel social da mulher passaram a ser

questionados como construções sociais e culturais, conforme destacado por Simone de Beauvoir (1980a, p. 09): “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Judith Butler (2018) ampliou essa perspectiva, argumentando que o gênero é uma performance social, uma construção fluida e dinâmica, reforçada por práticas sociais ao longo da vida.

A **terceira onda** começou nos anos 1990 e nela o conceito de interseccionalidade emergiu como um dos principais marcos do feminismo contemporâneo. Proposto por Crenshaw (2002), esse conceito reconhece que as mulheres não enfrentam opressões isoladas apenas com base no gênero, mas que essas opressões são amplificadas e entrelaçadas com questões de raça, classe, sexualidade e outras identidades sociais. Isso trouxe à tona a pluralidade de experiências femininas, como a mulher negra, lésbica, camponesa, e a chamada mulher-agro. A interseccionalidade tornou-se essencial para compreender que as lutas feministas devem ser vistas de maneira diversa, considerando as realidades múltiplas vividas por diferentes grupos de mulheres (Pinheiro, 2016). Crenshaw (2002) destaca que as vulnerabilidades de gênero não podem ser analisadas isoladamente, mas devem integrar raça, classe e outros marcadores sociais que afetam as mulheres de forma distinta.

Nessa perspectiva, é fundamental reconhecer a contribuição de Lélia Gonzalez, socióloga e ativista brasileira que foi pioneira ao articular o feminismo com questões raciais no Brasil. Gonzalez enfatizou a interseção entre raça, gênero e classe, especialmente no contexto das mulheres negras, mostrando como essas múltiplas opressões se sobrepõem.

Lélia fez parte do grupo de fundadores do Movimento Negro Unificado - MNU, principal canal de ressurgimento da luta pela igualdade racial, nos anos 70. Incansável na luta contra o racismo e a discriminação racial, foi também uma militante da causa feminina, particularmente da mulher negra (Ipea, 2009).

A proposta de Kimberlé Crenshaw, ao desenvolver o conceito de interseccionalidade, visa entender como diferentes formas de opressão, como gênero, raça e classe, se cruzam e influenciam a experiência dos indivíduos. Fernanda Carrera (2020), ao expandir essa ideia para o campo da comunicação, propõe uma análise mais profunda, utilizando ferramentas epistemológicas para examinar as dinâmicas comunicacionais e identificar como essas opressões se manifestam nas representações midiáticas e comportamentais. Na tese, além dos marcadores tradicionais de raça e gênero, observa-se a interseccionalidade em relação a outros demarcadores, como o território (especialmente o espaço rural), e um olhar crítico sobre a branquitude, entendida como a construção social que naturaliza o privilégio dos brancos,

perpetuando desigualdades nas relações de poder (Frankenberg, 1993; Souza, 2019). Esse olhar sobre a branquitude busca refletir sobre como a norma racial branca se invisibiliza, favorecendo os brancos em diversas esferas sociais, enquanto outros grupos enfrentam marginalização e discriminação.

A metáfora da roleta interseccional é usada para ilustrar a complexidade das experiências de indivíduos subalternizados, que são atravessados por diversas formas de opressão, como gênero, raça, classe, sexualidade, entre outras. Cada uma dessas opressões é representada por cores primárias (por exemplo, o azul para o racismo e o amarelo para o sexismo). Quando essas opressões se combinam, elas formam novas "cores" que refletem experiências únicas e subjetivas. Por exemplo, mulheres negras não são uma mistura de racismo e sexismo, mas uma "cor verde" que resulta da fusão dessas opressões, criando uma experiência distinta. A proposta é que a pesquisa em comunicação considere não apenas cada eixo de opressão isoladamente, mas também seus cruzamentos, que são essenciais para entender a complexidade das identidades e das dinâmicas comunicacionais.

Nesta tese, direcionamos nosso olhar para demarcadores interseccionais que se entrelaçam e configuram as complexas vivências dos sujeitos (Carrera, 2021, p.11). A partir dessa abordagem, consideramos a geolocalização, com foco no ambiente rural, como um eixo fundamental para entender as especificidades das experiências vividas pelas mulheres agro. O gênero, com ênfase nas mulheres no setor agropecuário, e a classe, com um olhar crítico sobre a branquitude, são analisados a partir de suas intersecções, revelando as dinâmicas de opressão e privilégio que moldam as identidades dessas mulheres. A roleta interseccional, como ferramenta metodológica, nos permite explorar como essas "cores" de opressão—gênero, raça, classe e território—se combinam para constituir subjetividades únicas e complexas. Assim, buscamos não apenas entender as dinâmicas de exclusão, mas também as formas de resistência e adaptação que emergem dessas interações, destacando as especificidades das experiências das mulheres agro em um espaço marcado por desigualdades estruturais.

Patrícia Hill Collins (2022), por sua vez discute como a interseccionalidade, mais do que um conceito teórico, é uma prática viva e dinâmica que pode transformar as relações sociais. Collins argumenta que o verdadeiro impacto da interseccionalidade só ocorre quando ela é usada como ferramenta para mudanças concretas em sistemas de opressão e desigualdade. Ela explora como as estruturas de poder — como raça, classe, gênero e sexualidade — interagem para moldar as experiências das pessoas e reforça que a interseccionalidade não deve

se limitar à academia, mas deve guiar estratégias de resistência e justiça social, sendo aplicada no cotidiano e em políticas públicas.

Nesta tese articulamos as perspectivas de Patrícia Hill Collins, Kimberlé Crenshaw e Fernanda Carrera, destacando a complexidade das interseções entre gênero, raça, classe e outros marcadores no agronegócio. Enquanto Crenshaw cunhou o conceito de interseccionalidade para expor como múltiplas formas de opressão se sobrepõem, Collins amplia essa visão ao destacar a importância dos saberes locais e das ações comunitárias na construção de resistências e transformações sociais. Já Carrera, permite mapear e compreender as formações discursivas interseccionais, evidenciando como essas múltiplas variáveis moldam práticas comunicacionais e reforçam desigualdades. No contexto das agroinspiradoras, essas abordagens permitem investigar como as mulheres do setor agro negociam sua visibilidade e participação em um espaço dominado por homens, expondo as limitações de uma sororidade romantizada que não reconhece a diversidade de pautas.

A **quarta onda** se iniciou nos anos 2000, tendo sido impulsionada pelo ativismo digital e o uso massivo de redes sociais. Campanhas como #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas¹⁵ viralizaram na internet e ajudaram a expor questões de assédio, violência de gênero e discriminação, utilizando a força das mídias digitais para mobilizar o debate público. Essa onda é marcada por uma maior atenção às diferentes formas de opressão que afetam grupos específicos de mulheres, como mulheres trans, negras e gordas, ampliando o escopo de luta feminista. A interseccionalidade aqui desempenha um papel central ao reconhecer que as lutas femininas são múltiplas e que os marcadores sociais se sobrepõem, criando opressões complexas que devem ser abordadas em conjunto (Perez; Ricoldi, 2019).

Sendo assim, as quatro ondas do feminismo demonstram o aprofundamento das reivindicações feministas ao longo do tempo, desde os direitos políticos básicos até questões mais complexas de raça, etnia e classe. O conceito de interseccionalidade consolidou-se como um pilar teórico importante na análise das diferentes formas de opressão, ampliando o entendimento sobre como diversas identidades sociais se cruzam para moldar as experiências femininas.

¹⁵ As campanhas #PrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas foram movimentos feministas nas redes sociais que ganharam força no Brasil. #PrimeiroAssédio foi criada pelo coletivo Think Olga em 2015, incentivando mulheres a compartilharem suas primeiras experiências de assédio. #MeuAmigoSecreto, criada espontaneamente no Twitter, denunciou comportamentos machistas e abusivos de homens próximos, enquanto #AgoraÉQueSãoElas abriu espaços para que mulheres falassem sobre temas feministas em colunas de opinião geralmente ocupadas por homens (Visconti, 2016).

3.3 CORRENTES FILOSÓFICAS E CAMINHOS QUE LEVAM AO FEMINISMO NEOLIBERAL E AO ECOFEMINISMO

Como esclarecemos anteriormente, os movimentos feministas foram formados por várias correntes ao longo das últimas décadas. Uma das correntes filosóficas do feminismo que nos ajuda a compreender o objeto de estudo desta tese, isto é, as mulheres-agro e sua representação na mídia, é o feminismo neoliberal. Também faz parte desta discussão outra corrente que nos fornece pistas acerca de uma crítica direcionada ao neoliberalismo: o ecofeminismo.

De acordo com Gandhy (2018), os valores do liberalismo, incluindo a crença fundamental na importância e na autonomia do indivíduo, foram desenvolvidos no século 17. A doutrina surgiu com o capitalismo na Europa, época em que a filosofia da burguesia estava em ascensão. A filosofia liberal estabelecia a crença na igualdade natural e na liberdade dos seres humanos. No início, verdadeiros sentidos puderam passar despercebidos, mas hoje não é assim. Embora a perspectiva de igualdade social e de oportunidades para todos tenha ganhado força, ela ainda não é realmente aplicada.

Defendiam uma estrutura social e política que reconhecesse a igualdade de todas as pessoas e que proporcionasse igualdade de oportunidades. Esta filosofia foi rigorosamente racional e secular e, por sua vez, a potência máxima e o desenvolvimento progressivo do maior período do Iluminismo. Caracterizou-se por um intenso individualismo. Contudo, os famosos filósofos liberais do século XVII, como Rousseau e Locke, não aplicaram os mesmos princípios à família patriarcal e à posição das mulheres nela. Esta foi a inclinação patriarcal residual do liberalismo que se aplicou apenas aos homens no mercado (Eisenstein *apud* Gandhy, 2018, p. 03).

Mary Wollstonecraft escreveu, em 1791, um folheto em que criticava a interpretação conservadora de Edmund Burke em relação ao significado da Revolução Francesa. Ela pertencia à seção radical da aristocracia intelectual da Inglaterra que aprovara as revoluções francesa e americana. Em *Justificativa dos Direitos da Mulher*, Mary se manifesta contra as noções patriarcais feudais acerca da dependência natural das mulheres em relação aos homens. Questiona ainda a noção de que as mulheres foram criadas para agradar aos homens.

Wollstonecraft escreveu o folheto antes do surgimento dos movimentos de mulheres e seus argumentos se baseiam na lógica e na racionalidade. O texto trouxe para a discussão o fato de que as mulheres deviam receber a mesma educação para que pudessem ter o comportamento

racional com as mesmas capacidades de levar uma vida independente. Na visão de Gandhy, o texto de Wollstonecraft é anterior aos movimentos feministas, mas aquele tão pertinente quanto estes últimos.

As feministas liberais surgiram dentre as que estavam trabalhando nos grupos de direitos das mulheres, nas agências governamentais, comissões, etc. Sua preocupação inicial era conseguir modificar as leis que negavam a igualdade das mulheres no âmbito da educação, do emprego, etc. Também fizeram campanha contra convenções sociais que limitavam as oportunidades das mulheres com base no gênero. Mas à medida que estas barreiras legais e educacionais começavam a cair, ficou evidente que a estratégia liberal de mudar as leis dentro do sistema existente não era suficiente para lograr a justiça e a liberdade para as mulheres. Assim, elas mudaram sua ênfase para a luta pela igualdade de condições em vez de limitarem-se à igualdade de oportunidades (Gandhy, 2018, p. 04).

As demandas por assistência aos filhos, bem-estar, saúde, seguro-desemprego, políticas especiais para mães solteiras, entre outras, foram retomadas pelas feministas liberais. A luta das mulheres feministas liberais não deve ser posta de lado, afinal, em determinados momentos, ela ajudou a despertar o desejo de igualdade, promovendo um viés progressista ao movimento. Mas para compreender o porquê de o feminismo liberal ser questionado e criticado hoje em dia, é preciso compreender, em princípio, o liberalismo.

O liberalismo surgiu como uma crítica à sociedade feudal ocidental, com suas hierarquias divinas que incomodavam a burguesia, a qual, por sua vez, almejava chegar ao poder. Camuflado pela filosofia do “você pode”, o liberalismo defende o individualismo em favor do coletivo e postula que, havendo igualdade formal, é possível que todos tenham oportunidades iguais e sucesso na vida. Exatamente aí se concentra um dos maiores questionamentos postos a esse movimento: a luta e a desigualdade de classes não foram postas em questão.

Como apresentado anteriormente, o liberalismo teve sua parcela de contribuição para algumas rupturas de paradigmas, porém quando a burguesia chegou ao poder, no século 19, os direitos que eram postulados não se aplicavam a todos, nem aos negros nem aos pobres, por exemplo. As mulheres da classe burguesa estavam na vanguarda deste movimento e não estenderam a questão dos direitos às classes trabalhadoras, incluindo as mulheres.

Dessa forma, o sistema socioeconômico burguês começou a ser questionado e as limitações da ideologia liberal com foco no individual tornam-se mais visíveis. Entre os pontos deficientes no liberalismo estão o fato de ele estar centrado no individual, anulando o coletivo.

Esse movimento não faz análise do papel histórico de subordinação das mulheres e não considera as diferentes classes sociais ao propor igualdade de oportunidades (Gandhy, 2018).

No contexto desta pesquisa, entende-se que o liberalismo, ao focar nas conquistas individuais, pode não levar em consideração as dinâmicas coletivas, as disparidades de classe e as formas específicas de opressão e desigualdade enfrentadas pelas mulheres-agro analisadas. Essas mulheres podem ter acesso a recursos e oportunidades devido a sua posição de elite, mas é importante pensar como essa elite se beneficia de estruturas sociais e econômicas que podem perpetuar desigualdades e restringir o acesso a outras mulheres rurais que não compartilham do mesmo status social e econômico.

As três questões básicas do liberalismo são a garantia da propriedade privada, a garantia dos excedentes monetários e a liberdade de usar os excedentes monetários. É como se a sociedade, como um todo, obtivesse benefícios porque cada um estaria buscando o melhor para si. E isso ocorreria de forma natural, automática, sem a necessidade de intervenção estatal.

Após o liberalismo, veio o neoliberalismo, uma criação do século 20, principalmente a partir da década de 1980. Para muitos, não há diferença significativa entre liberalismo e neoliberalismo. Já para Dardot e Laval (2014), houve uma crise do liberalismo, a qual fortaleceu a expansão do neoliberalismo.

O liberalismo é um mundo de tensões. Sua unidade, desde o princípio, é problemática. O direito natural, a liberdade de comércio, a propriedade privada e as virtudes do equilíbrio do mercado são certamente alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX. Modificar os princípios seria quebrar a máquina do progresso e romper o equilíbrio social (Dardot; Laval, 2014, p. 35).

A crise do liberalismo vai dos anos 1880 aos anos 1930. Enquanto o liberalismo contava com a manutenção da propriedade privada e o livre mercado como mão autorreguladora, no neoliberalismo, a premissa é de que o Estado deve garantir os direitos básicos da população em setores estratégicos como transporte, educação e saúde. No novo modelo econômico, as privatizações se tornam mais constantes, o Estado tem intervenções mínimas e há a continuação do livre mercado, o que aumenta a competitividade empresarial, dificultando o crescimento de pequenas e médias empresas. Com a competição acirrada, surgem as aglutinações e, no contexto trabalhista, o indivíduo torna-se empreendedor de si mesmo (Foucault, 2008).

A crítica ao neoliberalismo surge com o aumento da desigualdade social, da precariedade trabalhista, da redução da soberania nacional e da maior influência das multinacionais nas decisões do Estado. Dessa forma, o neoliberalismo freia o desenvolvimento

dos países mais pobres, exportadores de *commodities* - como o Brasil - e a abertura comercial altera as relações espaciais e sociais (Dardot; Laval, 2006).

A abertura comercial incentivada pelo neoliberalismo pode levar à reconfiguração do mercado agrícola, favorecendo grandes empresas multinacionais em detrimento dos agricultores locais, incluindo as mulheres rurais. Nesse contexto, são afetadas as condições de vida, as relações de trabalho e o desenvolvimento socioeconômico de uma maneira geral.

Criado em um contexto histórico diferente, o neoliberalismo prega a garantia das liberdades individuais e a pouquíssima intervenção do Estado, principalmente nas questões econômicas. É nesta época que surge um maior estímulo à privatização e o afrouxamento das garantias dos trabalhadores.

No Brasil, esta perspectiva é cada vez mais presente. A reforma trabalhista ocorrida em 2017 beneficiou, em muitos pontos, os patronais. Vários direitos adquiridos foram revistos, o que abriu espaço para mais uma desenfreada sociedade neoliberal. Com relação às mulheres, por exemplo, era proibido o trabalho da gestante e lactante em locais que apresentassem qualquer nível de insalubridade. Com a Lei nº 13.167/2017, esse cenário se modificou, subordinando apenas o afastamento imediato da mulher grávida ou que estava em período de amamentação das atividades insalubres em grau máximo.

Retomando um pouco o passado, é preciso destacar que a mulher rompeu as fronteiras de espaço privado e doméstico. A participação efetiva delas no mercado de trabalho possibilitou que elas pudessem atuar nos processos de produção e na vida pública. A saída do espaço privado, da casa e dos afazeres domésticos - como o cuidado com os filhos e as tarefas do cotidiano - “possibilitou que, de alguma forma, a mulher conquistasse um espaço antes destinado unicamente aos homens. Em decorrência disto, iniciou-se um processo de emancipação” (Reis; Freitas, 2016, p. 72).

Essa emancipação, entretanto, não se dá de maneira simples e igual, sem um alto preço. Ainda perduram discriminações de gênero e desigualdades nas condições de trabalho. Em geral, elas recebem menos do que os homens, apenas por serem mulheres; também cumprem dupla ou tripla jornada de trabalho e, em muitas e diversas situações, precisam provar que são capazes de exercer atividades.

Sabe-se que o uso da mão de obra efetiva das mulheres na Revolução Industrial gerou uma sobrecarga para elas. Nesta mesma época, foram constatados abusos, tais como o excesso de trabalho. A formação da sociedade brasileira foi marcada por desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero. Observa-se ainda o patriarcado como um constructo da sociabilidade burguesa.

No Brasil o avanço do agronegócio e do modelo extrativista da monocultura, somado a uma série de retrocessos na luta pela demarcação das terras indígenas e quilombolas, mostra a necessidade de o nosso feminismo incorporar a luta por um outro modelo de desenvolvimento (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2009, p. 17).

Para as autoras acima citadas, a lógica capitalista lançou luz sobre uma minoria de mulheres brancas privilegiadas e pautadas no feminismo neoliberal. Segundo as estudiosas, esse feminismo não tem como horizonte a superação da exploração. Pelo contrário, é um reforço dessa condição.

Neste sentido, Oliveira (2015) acrescenta:

Uma das contradições do feminismo foi o de permitir a entrada de mais mulheres nas elites, enquanto mantinha aquelas marcadas pela classe social mais baixa e pela ‘raça’ com os mesmos problemas que sempre tiveram. A meu ver, o que observamos é o triunfo do feminismo liberal sobre outras formas de feminismos, como sejam o feminismo negro e o feminismo socialista, sendo que esta corrente liberal do feminismo se coaduna de forma muito mais evidente com o regime capitalista neoliberal (Oliveira, 2015, p. 72).

Neste sentido, Nalu Faria (*apud* Moreno e Zelic, 2019, p. 37) argumenta o seguinte: “O neoliberalismo avança, aliado ao conservadorismo, sobre processos democráticos; a capacidade de organização se vê limitada pela fragmentação e o mercado se empenha em tomar para si o feminismo em uma caricatura individualista”.

Isto significa que o feminismo neoliberal se trata de um movimento que não contempla a todos, sendo criticado por Fraser, Arruzza e Bhattacharya no livro *Feminismo para os 99%: um Manifesto*. Na obra, que contém 11 teses, as autoras contestam a pauta da agenda destas mulheres, pautas essas que são historicamente privilegiadas e que continuam a exercer a posição de dominação sobre outras mulheres.

Porque nem todo feminismo serve a todas as mulheres, à humanidade, ao planeta. Precisamos avançar contra o feminismo do 1% que detém mais da metade da riqueza deste mundo às custas da exploração e da opressão da minoria (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 17).

Muitas mulheres ligadas ao agronegócio brasileiro fazem parte deste cenário composto por uma minoria privilegiada. Entre elas, as figuras femininas que fazem parte do *corpus* deste estudo. São mulheres que ocupam funções de decisão nas propriedades rurais, uma posição que tem crescido nos últimos anos. Ainda assim, não se pode negar a divisão sexual do trabalho

caracterizada neste meio, considerando que, culturalmente, algumas funções são classificadas como leves e pesadas, a depender de quem as realiza.

De acordo com Salvaro *et al.* (2014), as atividades leves são destinadas a mulheres e crianças e, neste caso, por se tratar de um trabalho “leve”, ele também está relacionado à baixa remuneração.

A premissa cultural é de que a maior parte das mulheres tem habilidades para cuidar dos filhos e da casa. De acordo com Flávia Biroli (2016), mesmo com todas as transformações que ocorreram nos últimos anos, as mulheres continuam a dedicar tempo às tarefas de casa e recebendo menores salários do que os homens. Aquelas que decidem e conseguem romper essa barreira precisam demonstrar competência para cuidar dos negócios e capacidade de administração. O trabalho doméstico, entretanto, não é posto de lado e o que se vê, em geral, é um acúmulo de funções.

Esse cenário indica que, se a mulher executa bem as tarefas fora de casa, então, o mérito é do sistema que lhe permitiu executar o trabalho apropriadamente. Ao contrário, se ela não desempenha bem o papel fora de casa, trata-se de erro e de dificuldade próprios dela, sem relações com o sistema. No cenário do agro, por exemplo, muitas mulheres herdam terras de seus maridos ou pais, sendo essa uma constatação da pesquisa e não uma crítica. Contudo, mesmo diante da possibilidade de atuarem autonomamente e segundo o caminho dos homens que as precederam, esse passo não é libertador, pois estimula uma competitividade que não é natural e nem positiva.

De acordo com Fraser (2009), a doutrina neoliberal estabeleceu uma convergência assustadora com as lutas feministas. Deixou ainda mais claro que a noção de subordinação das mulheres é sistêmica e fundamentada em profundas estruturas da sociedade. Nas palavras da autora, a doutrina neoliberal ressignificou os ideais feministas, abrindo espaço para a ambiguidade e, nesse contexto, as discussões de alguns movimentos deixaram de lado o igualitarismo social.

De fato, aquele espírito inclui uma narrativa masculinista do indivíduo livre, desimpedido, automodelado, que eles descrevem apropriadamente [...] Mas o capitalismo neoliberal tem tanto a ver com Walmart, maquiladoras e microcrédito quanto com o Silicon Valley e o Google. E seus trabalhadores indispensáveis são desproporcionalmente mulheres, não apenas jovens mulheres solteiras, mas também mulheres casadas e mulheres com filhos; não só as mulheres racializadas, mas virtualmente mulheres de todas as nacionalidades e etnias. Como tais, as mulheres despejaram-se em mercados de trabalho ao redor do globo; o efeito foi cortar na raiz de uma vez por todas o ideal do salário familiar do capitalismo organizado pelo Estado (Fraser, 2019, p. 25).

O efeito não foi apenas o de ampliar imensamente as fileiras de ativistas, mas também de transformar as visões de senso comum sobre família, trabalho e dignidade. As mulheres se viram na condição de realizar não só uma ou duas jornadas de trabalho, mas três ou quatro. Trata-se de um capitalismo “desorganizado” que vende a imagem de uma nova narrativa feminina e de justiça de gênero, ambas incoerentes. Tal movimento conseguiu, de uma só vez, abranger uma enorme gama de mulheres. Tratam-se, segundo Fraser, de mulheres que queriam “quebrar o teto de vidro”, aquelas de classe média, que trabalham temporariamente sob baixa remuneração e que buscam empreender ou se amparam nas “facilidades” dos microcréditos.

Ainda em 2009, quando escreveu este artigo, Fraser acreditava que estávamos diante de um novo cenário, com a chegada de Barack Obama ao poder e que os movimentos voltariam a ter um sentido mais igualitário. Mais de 10 anos depois, esse cenário não se formou e uma pressão ainda maior recaiu sobre as mulheres. Esta pressão está pautada principalmente na palavra empreendedorismo, a qual ressoa no discurso das agroinspiradoras em estudo.

Durante os programas analisados, as agroinspiradoras deixam claro que empreendem, porém, não encaram esse processo como complexo. Elas não vivenciam as condições inerentes a esse modelo econômico, seja em níveis salariais decrescidos, na diminuição da segurança em relação ao emprego, em padrões de vida em declínio, ou no grande número de horas trabalhadas.

Segundo Macedo (2006), para algumas correntes feministas, o pós-feminismo estaria alinhado ao discurso do pós-modernismo. Essa leitura baseia-se no fato de que o objetivo pós-feminista é desconstruir/desestabilizar o gênero enquanto categoria fixa e imutável, assunto debatido no final dos anos 1960 pelas “teóricas da diferença”, tais como Julia Kristeva e Hélène Cixous. A maior crítica à corrente pós-feminista é que ela considera que as principais reivindicações de igualdade e equidade entre homens e mulheres já foram atendidas e que o feminismo deixou de representar adequadamente as preocupações e anseios das mulheres na contemporaneidade (Macedo, 2006).

O pós-feminismo certamente não é um conceito consensual e, como dito, não é nossa intenção debatê-lo exaustivamente nesta tese. Nas últimas três décadas, o pós-feminismo foi entendido como uma mudança histórica de paradigma após o auge da segunda onda do feminismo, uma espécie de reação contra o feminismo, uma nova perspectiva epistemológica no âmbito dos debates feministas. Assim, o pós-feminismo atende a uma série de temas que dialogam com o individualismo, a escolha e o consumismo.

Numa concepção alinhada à terceira onda do feminismo, há a percepção de que existem diversas versões sobre os feminismos e suas vivências. Dessa forma, a práxis e as vivências

feministas deveriam iniciar-se pelas diversas experiências das mulheres. Nessa abordagem, o pós-feminismo não é encarado como o fim do feminismo, mas como um intenso processo de transformação. É um movimento que pode ser entendido também como um termo que abrange diversos feminismos e que convida a refletir e debater as contradições e oportunidades que as mulheres enfrentam na contemporaneidade (Macedo, 2006).

Ao estudarmos o discurso das agroinspiradoras, nós nos filiamos à concepção acima elaborada. Pensamos no pós-feminismo dentro de um quadro mais amplo, considerando a visibilidade e o poder da mídia como atributos, de certa forma, positivos. Além disso, a prática de consumo pode significar um espaço para retratar mulheres de outras formas e não unicamente um espaço para a circulação de discursos e representações misóginas (Januário, 2021).

No contexto desta pesquisa, as mulheres que analisamos lutam e defendem suas próprias causas. Assim como na abordagem do pós-feminismo, elas reconhecem a importância das suas vivências individuais e coletivas como ponto de partida para a transformação e para o empoderamento feminino, mesmo que dentro de um grupo em específico.

Na próxima seção, apresentamos outra corrente filosófica, o ecofeminismo, que busca estabelecer conexões entre a opressão das mulheres e a degradação ambiental. Essa abordagem teórica reconhece que tanto as mulheres quanto a natureza têm sido historicamente subjugadas e exploradas em sistemas patriarcais e capitalistas.

3.3.1 Ecofeminismo: a equidade entre a mulher e a natureza

O termo ecofeminismo teria sido usado pela primeira vez por volta de 1970, paralelamente ao surgimento das primeiras ecovilas, na França (Aguiar; Silva; Martinez, 2018). A corrente filosófica tem nomes como Ynestra King, Vandana Shiva e Maria Mies, entre as mais conhecidas. A perspectiva desta corrente é repensar o posicionamento da humanidade junto à natureza.

De maneira enfática, Gandhy (2018) postula que feminismo e ecologia são manifestações da natureza para frear a dominação humana, ou seja, a natureza é a questão central das discussões, assim como a posição social histórica das mulheres.

Há muitas correntes dentro do ecofeminismo. Há as ecofeministas espirituais, que consideram seu espiritualismo. Há uma corrente entre as ecofeministas contrária à ênfase na relação natureza-mulher. As mulheres devem, segundo elas, minimizar sua conexão especial reforçada com a natureza, construída social e ideologicamente principal [...] A atual divisão do mundo em

masculino e feminino (cultura e natureza), homens para a construção da cultura e mulheres para a criação da natureza (criação dos filhos e procriação), deve ser eliminada e a unidade enfatizada (Gandhy, 2018, p. 17).

Ainda segundo Ghandy (2018), mesmo entre as ecofeministas, há correntes divergentes. Para as ecofeministas construtivistas, o binarismo mulher (natureza, criação dos filhos, procriação) – homem (produção cultural) deve ser eliminado para que se coloque ênfase sobre a unidade. Os homens devem trazer a cultura para a natureza e as mulheres devem levar a natureza à cultura, ou seja, um pensamento que busca salvar a terra e onde há espaço para os homens.

A econfeminista Vandana Shiva (2015) faz duras críticas à revolução verde iniciada nos anos 1960 e ao patriarcado, uma vez que, para ela, ambos subjugam as mulheres e a natureza. Na perspectiva da ecofeminista, o avanço do agronegócio e as agroindústrias obrigariam os camponeses a aumentar sua produção com o uso desenfreado de pesticidas e fertilizantes. Assim, ela defende o cultivo tradicional (que mesmo na origem também contava com dominação e exploração) da terra, de forma a desfazer o rompimento da relação mulher-natureza, causado pela revolução verde.

Na concepção de Shiva (2015), as forças que dominam e oprimem a natureza são as mesmas que oprimem e marginalizam as mulheres, sendo criadas pelo patriarcado capitalista. Outro ponto refutado pelo ecofeminismo é a força criativa da mulher e da natureza, uma vez que, na cultura patriarcal, a natureza é considerada morta e a mulher, passiva.

Algumas correntes consideram o ecofeminismo como um movimento “biologizante”, ao considerarem as mulheres como guardiãs primárias das sementes e cuidadoras da terra. As ecofeministas discordam, uma vez que, para elas, não há reducionismo no movimento. Em entrevista, Vandana Shiva (2015) afirmou que o ecofeminismo é uma nova ordem para a comunidade humana, que prega respeito independentemente de raça, gênero, etnia, religião ou de classe e que não concorda com feminismo praticado por Margareth Thacher¹⁶, que busca ser mais dominante do que o homem.

O ecofeminismo é fruto dos movimentos que surgiram na Europa e nos EUA, por volta de 1960, propondo interligar meio ambiente e educação ambiental, ambientalismo e feminismo. Tal corrente vislumbra a mulher como o agente privilegiado que possibilitaria a proteção do

¹⁶ Margaret Thatcher foi a primeira mulher a ocupar o cargo de primeira-ministra na Europa. Ocupou o cargo no Reino por 11 anos, entre 1979 e 1990. Foi a única a vencer três eleições no século 20; seu trabalho provocou transformações econômicas profundas e seu forte estilo de liderar lhe rendeu o apelido de “Dama de Ferro”. (Galileu, 2021).

ecossistema, o qual não deixa de ser opressor. O ecofeminismo situa-se dentro do chamado feminismo da diferença ao invés de disputar por poder. A realização do evento Eco-92 no Brasil ajudou a difundir ainda mais os pensamentos ecofeministas no país.

O ecofeminismo se assenta em três pontos principais, a saber:

- 1) Um sob o ângulo econômico, no qual se percebe que a mulher e a natureza são tidas como recursos ilimitados que proporcionam a acumulação do capital.
- 2) Sob o enfoque político, que identificaria a mulher com a natureza e o homem com a cultura, perpetuando a hierarquização dos segundos (homem e cultura) para legitimar a opressão da mulher e da natureza.
- 3) Sob as políticas científicas e tecnológicas do desenvolvimento econômico moderno, não há neutralidade ao gênero, além de formarem uma visão que exclui o feminino do campo do conhecimento “científico” (Souza, 2019, p. 07).

Para as ecofeministas, o meio ambiente também é uma questão de gênero, uma vez que a estrutura que sustenta a exploração da natureza é a mesma que sustenta a exploração das mulheres.

Grosso modo, a relação se dá da seguinte maneira: com a degradação climática, face ao capitalismo, os pequenos agricultores seriam diretamente os mais afetados. Como cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar e as mulheres são as mais presentes neste tipo de atividade, elas são as que mais sofrem com a chamada insegurança alimentar¹⁷.

O ecofeminismo critica veementemente a perspectiva neoliberal que está focada em um desenvolvimento que não inclui as mulheres. O ecofeminismo afirma que não se pode falar de feminismo sem se refletir acerca do meio ambiente, assim como também não é possível falar do meio ambiente sem mencionar as mulheres. Estas são duas lutas que caminham de mãos dadas e que propõem a libertação de uma estrutura de opressão. Dessa forma, a mulher e a terra seriam as imagens/representações simbólicas do princípio feminino.

Ao abordarem a mulher como agente privilegiado de proteção do ecossistema, as ecofeministas podem inadvertidamente reforçar estereótipos tradicionalmente associados à feminilidade e à relação da mulher com a natureza. Apesar das negações explícitas, ressalta-se a possibilidade de que o ecofeminismo, ao buscar essa conexão entre mulheres e meio ambiente, pode retroceder em relação aos avanços conquistados nas últimas décadas, os quais objetivam desconstruir a visão de que as mulheres são inherentemente ligadas à natureza e orientadas por instintos.

¹⁷ Caracterizada pela condição de fome ou de não se saber se haverá alimento disponível para a próxima refeição.

Faz-se importante examinar de perto como as teorias e práticas ecofeministas podem inadvertidamente contribuir para políticas biologizantes, naturalizando a existência das mulheres. Apesar das negações sobre tal intenção, um olhar mais apurado sugere que as abordagens adotadas pelas ecofeministas podem, na prática reforçar presunções biológicas sobre as mulheres, indo na contramão dos esforços empreendidos para desvinculá-las dessas narrativas.

O pensamento ecofeminista situa-se na contramão do feminismo neoliberal, corrente da qual as agroinspiradoras e boa parte das mulheres-agro fazem parte, embora isso não seja verbalizado. Enquanto o ecofeminismo se pauta na igualdade e na distribuição, o feminismo neoliberal fomenta o sucesso individual.

Nesta seção, discutimos como os movimentos feministas envolvem uma pluralidade de pensamentos. O feminismo e as questões de gênero se estabelecem entre as opressões a que mulheres são submetidas e ecoam por meio de suas vozes, tantas vezes sufocadas pelo sistema cultural.

De modo geral, o movimento social feminista visa a liberdade não só para mulheres, mas para toda a sociedade. Porém, na prática, não há unidade, nem mesmo entre as integrantes dos movimentos. Atualmente, em que se observam cada vez mais particularidades de interesses, pode-se considerar que o movimento possui diversidade, é interseccional e tem se transformado ao longo dos anos,

As mulheres-agro, por exemplo, representam uma parcela daquelas que exercem atividade rural. Os interesses e lutas se constituem a partir da construção social delas. São mulheres protagonistas de um feminismo de elite, neoliberal e que não se conectam com as causas defendidas pelas ecofeministas.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo delinear as etapas metodológicas seguidas para analisar o conteúdo dos discursos das mulheres participantes do programa Agroinspiradoras. Nossa abordagem buscamos oferecer uma visão do processo de análise, destacando as estratégias empregadas para extrair significados.

A pesquisa adota uma abordagem interdisciplinar. O escopo analítico visa compreender a representação das mulheres-agro na mídia segmentada, especialmente no programa Agroinspiradoras, além de 18 produções audiovisuais que incluem entrevistas, transmissões ao vivo e reportagens sobre o tema. O objetivo é revelar os significados construídos a partir dos discursos proferidos nesses contextos. Nesse sentido, as teorias feministas desempenham um papel crucial para a investigação, juntamente com a Teoria de Representação Social (Hall, 2003; 2016) e os fundamentos da análise de conteúdo (Bardin, 2016).

Ao articular a análise de conteúdo e a Teoria da Representação Social, de Hall, é possível examinar como os discursos participam da construção ou reforçam representações permitindo-nos desvendar os processos envolvidos na produção e na disseminação dessas representações. Essa abordagem metodológica proporciona uma compreensão crítica do conteúdo dos discursos presentes no objeto de estudo, contribuindo para uma análise das relações de poder e dos significados envolvidos.

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2016), envolve várias etapas sistemáticas para categorizar e interpretar o conteúdo textual. Essa metodologia é didaticamente difundida em uma das obras mais representativas da autora, *Análise de Conteúdo*, publicada em 1977 e reeditada em 2016.

Segundo Bardin (2016, p.8), a análise de conteúdo trata-se de um “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, com objetivo de examinar documentos obtidos durante uma investigação, a fim de construir e apresentar conceitos sobre um objeto de estudo específico.

O material coletado neste estudo é analisado de maneira rigorosa e percorre as seguintes etapas estabelecidas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se

aplicam a discursos (conteúdos e continentes), extremamente diversificados. [...] Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade (Bardin, 2016, p. 8).

A primeira etapa de análise proposta é denominada de organização da análise e envolve a pré-análise e a exploração do material. Nesta fase, o pesquisador realiza uma leitura flutuante, escolhe os documentos, constitui o *corpus*, formula hipóteses e objetivos e prepara o material. Ela é fundamental para estabelecer uma base sólida sobre a qual a análise subsequente será construída (Bardin, 2016).

No mesmo sentido, Minayo (2019, p. 80) assinala que “a leitura flutuante dos dados é uma etapa preliminar indispensável, pois permite ao pesquisador entrar em contato direto com o material e começar a identificar temas, padrões e questões que merecem maior atenção durante a análise”.

A etapa seguinte é a codificação. Nessa fase, o pesquisador faz recortes do objeto de estudo, criando unidades de contexto e de registro que podem ser palavras, frases ou parágrafos, dependendo da unidade de significado identificada. Além disso, o pesquisador pode realizar a enumeração, determinando a presença, a frequência ou a intensidade das unidades de registro.

Tal procedimento permite uma organização sistemática dos dados, facilitando a interpretação e a análise dos conteúdos textuais de forma a captar nuances e relações entre os elementos encontrados. Seguindo as diretrizes de Bardin (2016), as categorias devem ser rigorosamente definidas e relacionadas aos objetivos específicos da pesquisa para garantir consistência e profundidade na análise.

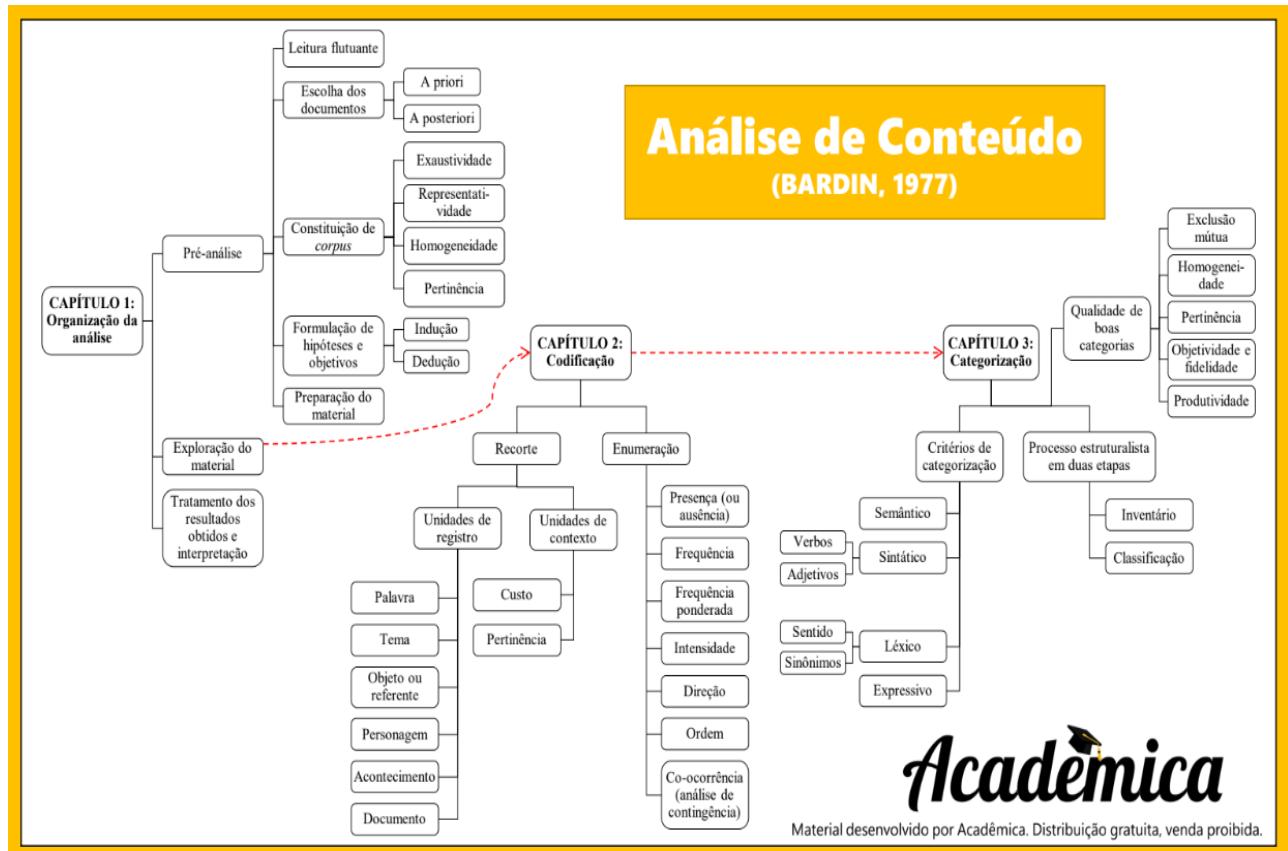
Após a codificação, o conteúdo é categorizado e analisado. Os critérios de organização podem ser semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos, por exemplo.

Para Bardin (2016, p. 117): “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero (*analogia*) com critérios previamente definidos”.

No tratamento dos resultados, a análise de conteúdo adota uma abordagem combinada de análise quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa utiliza técnicas estatísticas para quantificar a frequência e a distribuição das categorias identificadas, proporcionando uma visão numérica dos padrões observados nos dados textuais. Por outro lado, a análise qualitativa busca uma compreensão mais profunda dos contextos, significados subjacentes e interpretações dos conteúdos.

A seguir, apresentamos de forma esquemática a metodologia de análise de conteúdo de Bardin.

Figura 11 – Esquema da análise de conteúdo



Fonte: Acadêmica (2023)

Ao aplicar a metodologia da análise de conteúdo ao estudo, entendemos que essas etapas permitem uma compreensão sistemática do tema. A pré-análise orienta a seleção e a compreensão inicial dos documentos; a exploração do material facilita a identificação e a categorização de aspectos cruciais; e o tratamento dos resultados proporciona uma base sólida para conclusões fundamentadas (Bardin, 2016).

O método aplicado permite ainda identificar e interpretar padrões em discursos, textos ou dados, o que pode revelar informações relacionadas a desafios e oportunidades que perpassam o trabalho de mulheres no setor agropecuário. Esta é uma análise que possivelmente será contributiva para a formulação de políticas inclusivas e estratégias de apoio à igualdade de gênero no campo.

Sem a pretensão de esgotar todas as premissas teóricas da análise de conteúdo, esta seção apresentou os principais aspectos do método. Na sessão seguinte passamos abordamos

os pressupostos teóricos de Stuart Hall, entendendo ser possível relacionar a análise de conteúdo com os estudos culturais, especialmente na forma como o autor explora a construção e a interpretação dos significados sociais. A análise de conteúdo, ao revelar padrões e significados em dados textuais, complementa a análise crítica de Hall sobre como significados são produzidos e negociados nas práticas culturais, o que certamente permite uma melhor compreensão das dinâmicas sociais.

4.1 ANÁLISE DE REPRESENTAÇÃO DE STUART HALL

Segundo Stuart Hall, as representações sociais têm por objetivo examinar como a mídia segmentada representa a realidade. O estudo discute a representação da mulher-agro a partir de uma abordagem sociocultural, ou seja, por meio da relação entre cultura e comunicação de massa.

Para Hall (2003), a cultura pode ser compreendida como uma manifestação heterogênea e diferenciada, um lugar de convergência. O intelectual defende que não há um significado pré-definido, ou seja, a própria mídia cria e amplia esse significado ao representar grupos sociais, lugares, eventos entre outros (Hall, 2003). Nesse sentido, a cultura não é uma prática, nem apenas uma forma descritiva de costumes e culturas populares. Ela pode ser entendida como a soma das descrições disponíveis pela qual a sociedade produz sentido e reflete suas experiências, além do modo de vida global e das práticas sociais.

Escosteguy *et al.* (2019) fazem um resgate histórico sobre a formação dos chamados Estudos Culturais, com foco no conceito de representação. Trata-se de um campo que existe antes mesmo de Stuart Hall ficar mundialmente conhecido por seus relevantes trabalhos nessa área de estudo. Sendo assim, Escosteguy *et al.* (2019) percorrem a tradição dos antecessores de Hall, explorando os desdobramentos desses estudos ao longo do tempo, com atenção especial aos trabalhos de Raymond Williams, E. P. Thompson e Richard Hoggart. O recorte temporal está centrado no surgimento dos Estudos Culturais na década de 1960, perpassando o feminismo dos anos 1980 e as análises de audiência nos anos 1990.

Nesta pesquisa, compreendemos os Estudos Culturais como um movimento teórico-político que propõe uma reflexão interdisciplinar; um estudo de aspectos culturais da sociedade contemporânea. E é justamente a investigação sobre a forma como se constrói o significado que mobiliza os estudos e a análise de Stuart Hall.

Os Estudos Culturais corroboram a crença de que a sociedade é marcada pela constante luta pelo poder e que são exatamente os códigos culturais que criam identidades, tanto para o

produtor quanto para o receptor, numa relação dialógica e constante. Com isso, compreendemos que o cotidiano de valores e rotinas experienciados pelas participantes do programa Agroinspiradoras, juntamente com o aporte midiático, pode nos apresentar o que chamamos de real social (Escosteguy *et al.*, 2019; Souza; Monteiro, 2017).

A construção constante de sentidos entre o cotidiano e a mídia nos apresenta o “real social”. Em outra palavras, os valores atribuídos às falas das agroinspiradoras durante as aparições na mídia conferem sentidos que nos permitem compreender o campo social em que elas estão inseridas.

Souza e Monteiro (2017, p. 301) complementam esta ideia com a seguinte afirmação:

Este é um dos pontos centrais que tornam a contribuição dos Estudos Culturais atual e importante para o mundo pós-moderno das redes em que vivemos. Faz-se mister identificar ainda o importante papel dos meios de comunicação na constituição de identidades de gênero, de classe, geracionais e culturais, donde destacam-se as relações de cultura e poder, particularmente, as desigualdades do poder relacionado à raça, à classe social, à questão de gênero e ao colonialismo. Para esta corrente, a linguagem, as imagens visuais têm papel simbólico na criação de significados, em especial em relação às questões de poder. Isto porque diante da representação enquanto processos e formas comunicacionais, a comunicação, de acordo como se apresenta, pode distorcer a significação cultural, afetando, em última análise, no nascedouro de sua produção, a forma como produtos serão concebidos e ainda como serão interpretados pelo público.

Os Estudos Culturais foram considerados fundamentais para compreender a cultura como campo de dominação. A década de 1950 significou um período de transição entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início de várias revoluções comportamentais, entre elas, as movimentações políticas das mulheres. Nesse contexto, Hall (2003) afirma ser necessário questionar as imagens para, então, compreender o que elas representam.

Nesta pesquisa, entende-se que a identidade da mulher-agro, representada no Agroinspiradoras, é um construto social, baseado nas relações e na vivência dos indivíduos, homens e mulheres do agro (ou não). Acreditamos que tanto a análise de conteúdo quanto a Teoria da Representação Social podem e devem ser utilizadas teórica e metodologicamente, não se configurando como meros instrumentos de análise. Ambas as abordagens figuram como possibilidade de se pensar as questões sócio-históricas relacionadas às mulheres-agro na mídia segmentada.

Também são relevantes à discussão aqui realizada alguns pressupostos teóricos de Dominique Maingueneau, especialmente no que diz respeito à noção de contexto. Para Maingueneau (2001), o contexto não é apenas o cenário onde o discurso ocorre, é também parte

integrante da construção do sentido. O autor propõe que o discurso e o contexto estão em uma relação dialética, na qual o primeiro é influenciado pelas condições externas (sociais, históricas, culturais) da mesma forma que as influencia. Então, nessa perspectiva, a compreensão das vulnerabilidades de gênero e raça também deve ser analisada dentro de seus contextos discursivos, nos quais os sujeitos e suas vozes são constantemente (re)construídos.

O estudo aqui proposto não apenas permite uma análise estratégica do comportamento dos agentes e da interação entre os atores, mas também possibilita uma avaliação do contexto histórico na formação de preferências. Esses aspectos mostram que conhecer uma língua em si não é suficiente para entender e interpretar um conteúdo; é fundamental compreender o contexto em que o conteúdo está inserido para que a interpretação seja precisa (Domingues-da-Silva, 2011).

Michel Foucault (1990), por sua vez, reflete sobre formações discursivas e discute o poder e a sexualidade, oferecendo um entendimento sobre como o poder é exercido através dos discursos. O teórico argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas produtivo, porque molda corpos, comportamentos e identidades. No campo dos gêneros, suas análises sobre as relações de poder e sexualidade mostram como essas categorias são construídas historicamente e como o controle sobre os corpos das mulheres e de pessoas marginalizadas é legitimado através de discursos normativos. Inserindo essas questões, Foucault contribui para a compreensão de como as opressões de gênero, raça e classe operam dentro de formações discursivas que naturalizam a subordinação de certos grupos.

Michel Foucault (1990, p. 487) destaca ainda que:

[...] embora o homem seja no mundo o único ser que fala, não constitui de modo algum ciência humana o conhecer as mutações fonéticas, o parentesco das línguas, a lei das derivações semânticas; em contrapartida, poder-se-á falar de ciência humana desde que se procure definir a maneira como os indivíduos ou os grupos concebem as palavras, utilizam a sua forma e o seu sentido, compõem discursos reais, neles mostram e ocultam o que pensam, dizem, sem que talvez tenham consciência disso, mais ou menos do que pretendem dizer, deixam, em todo caso, desses pensamentos, uma massa de traços que é necessário decifrar e restituir tanto quanto é possível à sua vivacidade representativa.

É importante ressaltar que o conjunto de teóricos e teorias agregam entre si pontos de convergência teórico-epistemológicas, embora apresentem também algumas dessemelhanças decorrentes dos distintos contextos acadêmicos dos quais tais obras e autores provêm. Sendo assim, este trabalho se concentra no que de semelhante e convergente pode ser extraído deles.

Por meio da análise de conteúdo, discutimos como a mulher-agro tem sido representada pela mídia segmentada, com o objetivo de compreender os sentidos produzidos a partir de determinadas escolhas das unidades e registro e do contexto. Nesse caminho, também investigamos as relações entre gênero e trabalho permeadas no discurso midiático, traçando o comportamento estratégico dos agentes e a interação dos atores, com avaliação do contexto histórico da formação de preferências discursivas.

Ao levar em conta os textos e imagens produzidos pelos veículos em análise, pretendemos trazer à luz o entendimento e o posicionamento de seus emissores. O intuito do estudo é observar o que foi dito sobre a mulher-agro, o quanto já se falou sobre o tema, para que, então, verifiquemos os sentidos produzidos pela materialidade textual do conteúdo deste objeto de estudo.

Na análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2016), cada segmento analisado é tratado como uma unidade de análise (frase, parágrafo ou outras unidades de texto). Com foco na estrutura e no conteúdo dos dados textuais, busca-se extrair informações relevantes e significativas.

Os enunciados, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e construída como tal. Ou seja, o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. Importante dizer ainda que a palavra pode ser apenas uma, mas deve construir várias significações, assim como vários contextos. “Neste caso, é o como (a técnica) que poderá precisar o porquê (a teoria). Em ambos os casos, contudo, existe um elo entre os dados do «texto» e a teoria do analista” (Bardin, 2016, p.113).

Nesse sentido, Hall (2003) acrescenta que, para um pesquisador, a linguagem e o comportamento são o meio pelo qual se dá o registro material da ideologia. Ou seja, quando se analisa esses elementos, é possível aproximar-se dos padrões de pensamentos intrínsecos no contexto analisado. O autor também destaca que o significado das coisas é determinado pela cultura, que é um signo vivo e móvel.

O conteúdo das falas nos permite perceber que as pessoas não apenas representam o mundo, mas o constituem conforme o nomeiam e o classificam. Por meio da representação, a realidade é organizada e a construção discursiva dá sentido às coisas. Olhar para o contexto nos permite analisar as relações de poder permeadas no discurso midiático do objeto em foco. As nuances desta enunciação midiática poderão permitir identificar o poder hegemônico ou contra hegemônicos presentes nas relações de gênero que, fundamentalmente, não se apartam do tema.

Ainda no contexto metodológico, apresentamos a seguir um esquema visual para aprimorar a compreensão sobre o perfil das mulheres que são objeto de pesquisa. Esse diagrama

fornecer uma representação que visa elucidar a diversidade e as interconexões entre as mulheres analisadas, contribuindo para uma análise mais abrangente do objeto de estudo

Figura 12 – A identificação das mulheres rurais



Fonte: A autora (2023)

A representação visual esquemática semelhante a um guarda-chuva apresenta as mulheres do contexto rural. Na parte superior do guarda-chuva, encontra-se a figura central das mulheres rurais, enquanto os braços do dispositivo visual delineiam alguns grupos específicos que se interconectam significativamente com os objetivos desta pesquisa.

Entre os grupos representados, destacam-se as mulheres camponesas; as pertencentes aos movimentos sociais; as integrantes da agricultura familiar; as atuantes no setor agropecuário e; as mulheres quilombolas. Cumpre ressaltar que a representação visual posta se constitui de uma simplificação necessária à condução metodológica do trabalho, porém, ela não abrange a totalidade dos grupos existentes. Imperativo ressaltar ainda que outras representações visuais podem ser concebidas para abordar essa pluralidade de grupos, sendo o guarda-chuva adotado como uma escolha deste estudo.

A análise de conteúdo e a Teoria da Representação Social são utilizadas para a análise do *corpus* selecionado neste estudo; essas propostas nos permitem compreender os sentidos emanados pelos enunciados dos textos, por meio do trabalho qualitativo e quantitativo com o *corpus* (Mouillaud; Porto, 2012).

A princípio, o percurso de investigação desta pesquisa desenhava-se de maneira linear, contemplando recorte do *corpus*, revisão bibliográfica e análise do conteúdo dos discursos em planejamento. Mas nem sempre os passos planejados permanecem exclusivos ou são de fato

suficientes perante algumas inquietações. E por força desse cenário, esta tese seguiu por um caminho considerado mais extenso, complexo e multifacetado.

Durante a análise do primeiro recorte do Agroinspiradoras, foi identificada a necessidade de ir além das três edições previamente selecionadas do programa, a fim de que a pesquisa obtivesse mais elementos para a compreensão de como a mídia segmentada representa a mulher-agro.

A pesquisa de campo, entendida neste contexto como integrante da fase de pré-análise da análise de conteúdo, consistiu-se de uma imersão da pesquisadora em duas edições do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio, uma em 2022 e a outra em 2023. Além das últimas edições do Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (2022 e 2023) houve outros de relevância para o tema e/ou com presença das mulheres que fazem parte desta pesquisa.

Um deles é a Feira Tecnológica Tecnoshow Comigo, realizada em Rio Verde, Goiás, nas edições de 2022 e 2023, que contou com painéis temáticos voltados a mulheres, refletindo o aumento e a relevância de discussões sobre o protagonismo feminino no agronegócio. Nos mesmos anos, a Feinagro, em Mineiros, Goiás, recebeu Roberta Paffaro e Carmen Pérez como palestrantes, sublinhando o crescente papel das mulheres no agronegócio.

Na Agrishow, maior feira de agronegócio do país, que conta com mais de 800 expositores e cerca de 160 mil visitantes, realizada em Ribeirão Preto, foi intensa a participação feminina, com painéis específicos, inclusão de mulheres na programação e promoção de rodas de conversas.

As visitas a esses eventos foram relevantes para a pesquisa, uma vez que elas proporcionaram uma visão sobre o movimento das mulheres do agro para ocupação de espaços simbólicos, sua interação com o público e como elas são abordadas pela mídia. Estar nesses diferentes contextos permitiu ainda uma análise das dinâmicas sociais, discursivas e culturais que envolvem a representação dessas mulheres em diversos cenários. Mais do que apenas conhecer melhor as mulheres do setor, estas experiências possibilitaram uma observação participante das interações sociais, revelando um intercâmbio tanto com outras mulheres participantes quanto com a mídia segmentada.

Em 2022, a participação no Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio representou uma experiência imersiva inicial. O objetivo era conhecer melhor as mulheres envolvidas no assunto e estabelecer contato com Roberta Paffaro e Carmen Pérez, que se apresentaram bastante solícitas na ocasião. Embora tenhamos conversado com Teka

Vendramini, ela optou por não conceder entrevista, mesmo esta tendo sido combinada anteriormente (no capítulo 7 detalhamos mais sobre essa situação).

Diante disso, optamos então por participar das principais palestras e observar o comportamento das participantes, bem como as dinâmicas do congresso, incluindo as estratégias para atrair o público feminino para os estandes. Esses aspectos também serão detalhados no último capítulo da tese. A primeira visita ao Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio nos permitiu compreender mais sobre o evento/contexto que anos antes, em 2016, desencadeou a criação do programa Agroinspiradoras.

Já na visita à edição de 2023 do mesmo congresso, com um olhar mais apurado e menos surpreso, foi possível observar que as mulheres frequentemente dividiam seu tempo entre enfrentar filas para pegar brindes e assistir às palestras. Esse cenário revelou que o evento não é apenas um espaço de aprendizado, mas também um local de interação e lazer entre as participantes. Trata-se o congresso também de um ambiente de competição entre empresas por atenção, as quais empregam estratégias de marketing criativas para atrair as participantes. Essas estratégias incluem passeios e experiências de realidade virtual, como pilotar uma colheitadeira rosa com uso de óculos de inteligência virtual. Ao aplicarem a cor rosa nas colheitadeiras, as empresas se utilizaram do simbolismo da cor para comunicar apoio à causa feminina, enquanto reforçavam identidades e significados culturais que Stuart Hall analisa como construções sociais moldadas por contextos específicos.

4.2 AMPLIAÇÃO DO CORPUS E REFLEXÕES SOBRE CONTEXTOS DE TEMPO E ESPAÇO

Como já relatado, o foco desta pesquisa reside na investigação dos diálogos do programa Agroinspiradoras e nas características da linguagem visual, crucial para a formação de representações. A seleção de novos materiais se deu, a princípio, por ordem cronológica, conforme recomenda Bardin (2016). A última edição do programa Agroinspiradoras foi exibida em 2019 e, por esse motivo, optamos por ampliar o *corpus* de estudo, analisando materiais complementares posteriores a esse período, com a finalidade de compreender outras nuances dos conteúdos dos discursos das participantes e de vislumbrar suas práticas discursivas no que se refere a gênero e trabalho, considerando um espaço-tempo além dos programas.

Desde 2017 acompanhamos e realizamos inúmeras leituras de materiais publicados na imprensa a respeito das participantes e, nesse processo, percebemos que três delas tinham mais inserções na mídia segmentada, isto é, apareciam com mais frequência. Tendo este dado como

pressuposto, ativamos uma ferramenta de alerta com o nome de todas as participantes durante os anos de 2020, 2021 e 2022, que serviu para fornecer mais dados acerca desses nomes como assunto na mídia. Teka Vendramini, Carmen Perez e Roberta Paffaro têm espaço na imprensa e, por diversos motivos (entre eles, suas capacidades técnicas e representatividades no setor), frequentemente aparecem na mídia especializada, o que pode ser constatado em números.

Nesse sentido, identificamos 96 citações. O passo seguinte foi separar apenas produtos audiovisuais (reportagens, lives ou entrevistas) exibidos em programas de TV ou na internet. Foram excluídos também produtos que tinham caráter extremamente técnico, focando em materiais que abordavam temas como mulher e trabalho. Dessa maneira, o método de análise utilizou as unidades de registro palavra, tema, objeto, personagem e acontecimento de documento, como veremos nos próximos capítulos. Sendo assim, além das três edições do Agroinspiradoras, contamos com mais 18 materiais audiovisuais para análise, que nos ajudaram a compreender como as mulheres-agro são representadas pela mídia segmentada. No que se refere aos programas e videorreportagens, assistimos a todos aqueles selecionados e identificamos desde então seus pontos principais. A seguir, o *corpus* selecionado.

Figura 13 – Recorte do *corpus*



Fonte: A autora (2023)

Encerrando o capítulo, ressaltamos a importância da integração metodológica entre a análise de conteúdo e as teorias de Stuart Hall, que estabelece uma base sólida para a interpretação das narrativas sobre a participação das mulheres-agro na mídia. Embora a base teórica e metodológica sobre gênero e feminismo tenha sido apresentada no capítulo 3, é importante destacar que as contribuições de autoras, como Simone de Beauvoir, Adriana Piscitelli, Judith Butler, Marcia Veiga e Silvia Federici seguem enriquecendo e orientando as nossas análises ao longo deste estudo.

Passamos, a seguir, a investigar a estrutura televisiva, tanto em termos técnicos quanto conceituais, que nos auxiliará na interpretação dos enquadramentos, ângulos e cenários presentes nos programas. Esta abordagem destaca a influência da televisão na construção dos discursos das mulheres-agro.

5 O GÊNERO TELEVISIVO VOLTADO PARA O DIÁLOGO

Neste capítulo, abordamos algumas especificidades técnicas dos meios de comunicação, com ênfase na televisão de transmissão via parabólica e nas videorreportagens transmitidas via internet. Sendo assim, analisamos características estruturais e funcionais desses meios, explorando como os diferentes formatos e as diversas tecnologias contribuem para a formulação de discursos.

O programa Agroinspiradoras foi exibido em canal de televisão cuja transmissão é realizada por meio de antena parabólica, um dispositivo muito comum no Brasil, principalmente em áreas rurais. Esse tipo de antena se popularizou a partir dos anos 1980, permitindo ao telespectador acessar vários canais que possuem sinais transmitidos por satélites. A Anatel estima que 20,7 milhões de lares possuem TV por parabólica, sendo 17 milhões de parabólicas por sinal aberto (o restante tem TV por assinatura). Entre as centenas de canais disponíveis por antena parabólica está o Canal Rural, com conteúdo para produtores rurais e empresas ligadas ao setor (Agência Brasil, 2021).

Além do Agroinspiradoras, esta pesquisa também analisa materiais audiovisuais exibidos pela Band Terra Viva (02 materiais); Band Brasília (01 material); Canal do Boi (03 materiais); Canal Rural (04 materiais); TV Globo (02 materiais) e sites/canais no YouTube especializados no meio rural (06 materiais).

Os canais Band Terra Viva e Canal do Boi seguem uma linha editorial semelhante à do Canal Rural: contam com uma programação plural quanto ao formato dos programas, diversificada quanto aos conteúdos, e voltada para o setor rural. São programas hegemonicamente masculinos, o que significa que ele é dominado por normas, valores e comportamentos associados ao público de homens. Nota-se que esses programas frequentemente marginalizam ou desvalorizam perspectivas e contribuições femininas. Essa hegemonia reflete uma estrutura em que as experiências masculinas são privilegiadas e as oportunidades para outros gêneros são limitadas.

A TV Globo faz parte de um conglomerado de comunicação com domínio de audiência em muitos programas. Os sites/canais no Youtube especializados no agro possuem uma programação quase diária de conteúdo audiovisual. Esses e outros detalhes a respeito dos veículos em análise são apresentados em uma tabela, presente no capítulo 6 desta tese.

No livro, a *Televisão Levada a Sério*, Arlindo Machado (2000) discute elementos da linguagem audiovisual, fundamentais numa produção de TV, e apresenta uma série de produtos que chamam a atenção nesse campo. Em linhas gerais, o autor critica várias pesquisas

brasileiras e mundiais que estudam a televisão. Além disso, ele questiona muitos pesquisadores que julgam a produção de TV como de baixo nível, ou de péssima qualidade, em detrimento de outras produções, como o cinema e a literatura. Para Machado (2000), ignora-se o fato de que se a TV é/está assim é porque quem a faz e a consome a deixou desta maneira.

Machado critica também os estudos sobre televisão que se concentram em aspectos teóricos e conceituais, sem abordar diretamente os problemas inerentes à produção e aos conteúdos televisivos. Ele argumenta sobre a importância de se analisar e se refletir acerca de produtos televisivos, considerando suas especificidades e seu impacto social, em vez de limitar as discussões às características abstratas e ao papel da televisão (Machado, 2000).

Motivado pelas considerações desse teórico, este trabalho de pesquisa parte do pressuposto de que a TV precisa ser pensada sob um ponto de vista mais técnico, um ponto de vista que compreenda a TV como uma ferramenta constituída por vários elementos e por meio da qual a “civilização pode exprimir, a seus contemporâneos, anseios e dúvidas” (Machado, 2000, p.11).

Isabel Travancas, em *Juventude e Televisão*, argumenta que num país onde não se lê, ou onde se lê pouco, a informação veiculada na TV assume a centralidade na vida das pessoas. Corroborando Machado, para a autora, a televisão não tem sido um tema privilegiado pelas ciências sociais e por isso ela recebe um “mal olhado” por parte dos intelectuais das ciências sociais na América Latina (Travancas, 2007, p.56).

Para além de discussões que visem compreender se a televisão pode ser vista ou não como instrumento de ócio e diversão, fato é que a televisão é um meio de destaque no Brasil. De acordo com Travancas (2007), o significado e a presença da TV no país estão associados à pouca presença de leitura e ao grande alcance da televisão nos lares: a TV está presente “em praticamente 100% das casas, sendo uma unidade imaginária, num espaço de contrastes” (Travancas, 2007, p. 58). Em sua visão, sem essa unidade, o Brasil certamente não se reconheceria.

Importante salientar que não pretendemos, neste texto, recontar a história da TV, mas desenvolver uma reflexão sobre as técnicas que ela utiliza, tais como seus enquadramentos, recortes, edições, ou seja, características e especificidades por meio das quais seja possível estudar os sentidos dos discursos veiculados por este meio de comunicação.

Nesse sentido, Mota, Motta e Cunha (2012, p. 207) alertam:

A captação de imagens como sons ambientes permite uma amostragem do texto semiótica mais atraente e mais próximo do real. [...] a montagem final

vai adequar todos estes elementos definindo que imagens ilustram narrativas verbais, como usar os depoimentos dos personagens e que trechos das imagens podem ficar apenas com uma sonoridade particular. Todos estes elementos são unidos pelo que Barthes chama de ancoragem, uma forma de interação na qual o texto indica o enquadramento ou forma de leitura da imagem.

Segundo Machado (2000, p. 12), um programa é qualquer peça “sintagmática, única ou com temporadas demarcadas como as séries”. O autor faz uma crítica à categorização ou rotulação das produções, como se elas tivessem um sentido único. O que ocorre é que, na verdade, o gênero se renova de tempos em tempos; é novo e velho ao mesmo tempo.

O programa que elegemos como *corpus* teoricamente faz parte do gênero *talk show*, que se caracteriza pelo modelo “apresentador-entrevistado”. Esse modelo foi referência para *De frente com Gabi*, programa exibido de 2002 a 2016 e apresentado por Marília Gabriela, que se destacou por entrevistas aprofundadas com figuras públicas e personalidades. O programa foi popular por sua capacidade de explorar aspectos íntimos e profissionais dos convidados, atraindo uma audiência significativa. *Cara a Cara* foi outro programa sob o modelo “apresentador-entrevistado”. Transmitido de 2003 a 2006 e apresentado por Pedro Bial, era composto de conversas detalhadas com pessoas de diferentes esferas da sociedade. Seu foco era em temas variados e obteve grande popularidade à época de sua exibição. Ambos os programas ajudaram a popularizar o formato *talk show* no Brasil (Santana, 2018).

Há também os programas baseados no modelo “apresentador-debatedores fixos e convidados”, do qual o *Sem Censura*¹⁸ é um exemplo. Alguns deles ainda contam com plateias e outros não. Pautados na herança do rádio, esses programas se fundamentam na oralidade, mesmo dispondo de recursos tecnológicos. É por meio da eloquência, em maior ou menor escala, que muitas dessas produções se sustentam (Machado, 2000). Tendo por base esses modelos e configurações, a apresentadora do Agroinspiradoras, Teka Vendramini, poderia ser vista como uma *talking head*, que serve de suporte para a fala de outras protagonistas.

Importa destacar que cada evento audiovisual consiste em um enunciado único, produzido com intencionalidades e regido por pressupostos econômicos e sociais para abranger um certo campo de acontecimentos ou segmento de telespectadores. A partir desse prisma, observamos que o cenário do programa, a maneira como foi levado ao ar, teve uma função pré-estabelecida.

¹⁸ Referência na televisão aberta, o programa *Sem Censura*, da TV Brasil, tem mais de 35 anos no ar. O programa estreou na então TV Educativa do Rio de Janeiro (que posteriormente seria chamada de TVE Brasil), no dia 1º de julho de 1985.

Nos dois primeiros programas, o cenário apresenta-se como uma grande varanda, com cadeiras e bancos de formatos diferentes, mesa de centro, presença de quadros e plantas. A ideia, aparentemente, não era fazer com que o local se parecesse com um ambiente formal, ao estilo de escritório. Com mulheres à mesa, a ideia era transparecer um ambiente de fazenda amigável, sem sofisticação e aconchegante para simular uma roda de conversa.

A observação sobre esse cenário remete a dinâmicas históricas que podem ser interpretadas como reminiscências das casas grandes do período colonial no Brasil. Gilberto Freyre, em *Casa-Grande & Senzala*, destaca que a casa grande era “o centro de um pequeno universo patriarcal”, onde as elites agrárias, especialmente as sinhazinhas, desfrutavam de um espaço de lazer, enquanto “as tarefas diárias eram executadas pelos escravos” (Freyre, 2020, p. 372).

A imagem da varanda, associada a uma roda de conversa descontraída, reflete essa hierarquia social e o distanciamento das elites das atividades produtivas. Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*, complementa essa visão ao afirmar que “a organização social herdada das grandes fazendas perpetuou uma elite agrária distante das tarefas cotidianas, mantendo a exploração sobre a base trabalhadora” (Ribeiro, 1995, p. 31). Dessa forma, a imagem da varanda pode ser interpretada como um símbolo da continuidade dessas relações hierárquicas no campo brasileiro.

Essa analogia sugere ainda uma continuidade simbólica entre o cenário contemporâneo e as estruturas de poder históricas, em que as mulheres ligadas ao agronegócio ocupam um espaço de conforto e prestígio. Essa representação visual, embora busque expressar uma atmosfera amigável, levanta questionamentos sobre como essas imagens podem reforçar estereótipos de classe e gênero, recriando, de certa forma, a dinâmica de privilégio associada ao passado colonial. Tais elementos compõem os chamados códigos televisuais. Ou seja, são práticas que produzem efeitos de real (Machado, 2000; Mota; Motta; Cunha, 2012).

Tal construção visual pode inadvertidamente reproduzir narrativas que remetem a estruturas sociais historicamente problemáticas. Essa reflexão nos ajuda a entender como as representações visuais contribuem para a percepção do público sobre as mulheres no contexto do agronegócio, trazendo à tona questões de classe, gênero e poder.

Longe do acaso, os modelos de programa que se sustentam na oralidade, como o Agroinspiradoras, são, em geral, mais econômicos na produção e suportam um ritmo maior de tempo de exibição. Segundo Bessa (2013), “com finanças bem mais modestas, os canais pagos valem-se do baixo custo de produção e da versatilidade dos talk shows para reinventarem o formato”.

De acordo com Machado (2000, p. 71), o diálogo, como vemos hoje na TV, segue modelos criados no passado, inspirados no estilo socrático: a síncrise, que envolve a confrontação de diferentes pontos de vista, e a anácrise, que provoca a participação do interlocutor, forçando-o a expressar sua opinião. Para Sócrates, o diálogo só é possível quando há diversidade de pensamentos. Entretanto, o que se observa no programa Agroinspiradoras não se alinha a esse modelo. O intercâmbio verbal entre as participantes acontece de maneira sincronizada, com falas coordenadas sobre temas predefinidos, em vez de se configurar como um debate verdadeiro. Em determinados momentos, observa-se uma espécie de “coro”, em que as falas são encaixadas em torno dos temas elencados. Essa análise será posteriormente aprofundada.

Na linguagem audiovisual, existem diversos tipos de planos, mas vamos por ora destacar o plano aberto, o plano americano e o close, pois esses aparecem com maior frequência no programa Agroinspiradoras. Esses enquadramentos desempenham papéis ao contar as histórias das mulheres no agronegócio. O plano aberto, que captura uma visão ampla do cenário, é usado para situar as personagens em meio ao ambiente planejado, com móveis e objetos em madeira ou no tom amadeirado, evidenciando a conexão com a terra e o ambiente agrícola (Gerbaise, 2002).

O plano americano, que enquadra a personagem do joelho para cima, equilibra o foco entre a protagonista e o ambiente ao redor, permitindo ao espectador perceber tanto a presença dela quanto os detalhes do cenário.

Por fim, o close destaca as expressões faciais, aproximando o público das emoções e dos pensamentos da personagem, criando uma conexão íntima e humanizada. A alternância entre esses planos no Agroinspiradoras ilustra o contexto do agronegócio, mas também enfatiza as experiências pessoais, os desafios e as conquistas dessas mulheres, criando uma narrativa rica e envolvente.

Quando usamos o close, estamos examinando um determinado objeto com mais atenção, estamos fixando o olhar. Já o plano aberto ou plano geral, é mais usado para situar o contexto do fato. [...] É pelo enquadramento em primeiro plano dos personagens da narrativa que se vai definir a participação no evento. (Mota; Motta; Cunha, 2012, p. 209).

Jacques Aumont (1993) explica que o enquadramento é o processo pelo qual se chega a uma imagem que contém determinado campo visto, sobre determinado ângulo. Ainda para o teórico da área de cinema, “a imagem é universal, mas sempre particularizada” (Aumont, 1993, p. 7).

Isso significa pensar que a imagem se torna individualizada à medida que o outro a percebe, sendo o modo de apreensão também um processo linguístico. É importante destacar ainda que os modos de produção e de difusão das imagens provocam apreensões diferentes nos espectadores. Para Amount (1993), toda imagem exprime uma ideia e trabalha com conceitos como a narratividade.

O cenário, o enquadramento, os recortes durante o programa podem parecer despretensiosos, ou até simples em termos televisivos. Mas se pensarmos que todo esse conjunto exprime um discurso e, por conseguinte um sentido, não podemos considerá-lo sob uma perspectiva simplificada. Nesse sentido, elucidamos que a narrativa filmica, os movimentos de câmera e os enquadramentos também serão observados nesta tese.

5.1 A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA PRODUÇÃO E NO CONSUMO DE CONTEÚDO

A análise e o debate que propomos nos capítulos a seguir concentram-se em 18 produções audiovisuais que incluem entrevistas realizadas em estúdios, transmissões ao vivo e reportagens com presença e/ou citação das agroinspiradoras em foco neste estudo. A maior parte desse material foi exibida inicialmente em canais de TV especializados em agronegócio. No entanto, 05 dessas produções foram reproduzidas na internet, em canais de mídia segmentada que também cobrem exclusivamente o setor, por isso entendemos ser necessário discutir, mesmo que brevemente, o papel e a influência da internet na distribuição de conteúdo.

A internet proporciona ao público um acesso sem precedentes a conteúdos, permitindo que estes sejam visualizados a qualquer momento e em qualquer lugar. Esse meio digital oferece flexibilidade e controle sobre a experiência de visualização, permitindo que os espectadores personalizem suas próprias programações, assistam a conteúdos em dispositivos móveis e interajam ativamente com os programas por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos. Segundo autores como André Lemos (2008) e Manuel Castells (2013), a internet tem transformado a maneira como consumimos e interagimos com a mídia.

Embora a internet tenha possibilitado o acesso a diferentes vozes, autores como Sérgio Amadeu da Silveira (2017) destacam que as redes sociais também favorecem a propagação de discursos de ódio, a disseminação de preconceitos e o anonimato que muitas vezes abre espaço para publicações irresponsáveis. Os algoritmos reforçam as polarizações, privilegiando a visibilidade de conteúdos sensacionalistas e criando bolhas de informação, o que pode comprometer a pluralidade de vozes na rede (Silveira, 2017, p. 150). Dessa forma, a internet,

não deve ser vista simplesmente como um ambiente plenamente democrático, mas também um meio com distorções que precisam ser analisadas e debatidas.

Além disso, a crescente influência dos algoritmos nas redes sociais, conforme apontam Silveira (2017) e Di Felice (2008), traz à tona questões sobre o controle da informação e a formação de uma esfera pública limitada por interesses comerciais e políticos. A personalização dos conteúdos e o fenômeno das bolhas de filtro acabam restringindo o acesso a visões diferentes, o que pode intensificar a polarização e fragmentar o debate público.

Neste sentido, Silveira (2017, p. 102) assinala: “Os algoritmos, ao direcionarem o que consumimos e o que vemos, moldam a percepção do real e limitam a exposição a opiniões diversas, reforçando padrões de comportamento e visão de mundo”. Essa estrutura limita a verdadeira democratização da internet, concentrando poder nas mãos de grandes corporações tecnológicas que controlam a distribuição de conteúdos e a visibilidade de discursos. Enquanto a internet pode facilitar a inclusão e o acesso, ela também reforça assimetrias de poder, exigindo uma reflexão crítica sobre seus impactos na sociedade e na comunicação.

A possibilidade de engajamento e a participação do público facilitada pela internet têm impulsionado a visibilidade e a popularidade de determinados programas e conteúdos. Silveira (2017) e Schoffer (2013) ressaltam que a internet tem se tornado um espaço para a mobilização social, ampliando a voz de grupos historicamente marginalizados e permitindo que suas discussões específicas ganhem destaque. Contudo, essa democratização da informação também traz desafios significativos, como a disseminação de *fake news* e a formação de nichos que operam à parte do contexto social, político e econômico mais amplo. Esse fenômeno gera um ambiente propício para a proliferação de visões distorcidas, em que a desinformação pode prevalecer sobre a verdade, minando a qualidade do debate público.

Autores como Eduardo Giannetti (2017) e Marilena Chauí (2019) argumentam que a fragmentação da informação na internet contribui para a consolidação de narrativas que ignoram evidências científicas e promovem uma visão simplista e equivocada da realidade. Assim, é imprescindível relativizar a ideia de que a internet serve apenas como um espaço de inclusão e democratização. Reconhecer essas contradições e os desafios que surgem a partir delas é fundamental para a construção de um debate público plural e informado que leve em consideração a complexidade das questões sociais e ambientais em discussão.

A flexibilidade oferecida pela internet também permite que os produtores de conteúdo explorem novas formas de narrativa e alcancem um público mais amplo. De acordo com Bruno Costa (2017) e Claudia Leite (2015), a internet não só altera a forma como o conteúdo é

consumido, mas também permite a construção de comunidades em torno de interesses específicos, como o agronegócio, criando um ambiente propício para debates diversificados.

Nos capítulos a seguir analisaremos algumas publicações da rede social Instagram, com foco nas legendas utilizadas pela pecuarista Teka Vendramini. Redes sociais, como o Instagram, são ferramentas poderosas na construção e disseminação de narrativas visuais e textuais. A rede, lançada em outubro de 2010 inicialmente para iPhones, rapidamente se expandiu para outros *smartphones*, consolidando-se como uma rede social focada no compartilhamento de imagens e vídeos curtos. Além de permitir a interação por meio de curtidas, comentários e seguidores, a plataforma incentiva o uso de filtros, *emojis*, *hashtags* e *geotags* para personalizar o conteúdo. Sua interface promove uma comunicação visual dinâmica e instantânea, destacando a autenticidade das postagens. Em 2023, o Instagram se firmou como a terceira rede social mais popular no Brasil, com 113,5 milhões de usuários, segundo a *We Are Social* e a *Meltwater* (Marques; Sampaio; Aggio, 2013).

A importância da rede social reside em sua capacidade de criar aproximação, engajamento e interação direta com o público. As legendas, nesse sentido, oferecem contexto, reforçam a mensagem e estimulam a participação do público. A interdependência entre a internet e as redes sociais permite um ciclo contínuo de produção e consumo de conteúdo, no qual as mídias se retroalimentam e amplificam as mensagens, contribuindo para um maior alcance e um amplo impacto das narrativas.

A relação entre a internet e a quarta onda do feminismo é particularmente significativa. A internet, como um meio de comunicação altamente acessível e participativo, tem sido um terreno fértil para o florescimento da chamada quarta onda do feminismo (apresentado no capítulo 3). Esta onda do feminismo é caracterizada pela maior ênfase na interseccionalidade e na utilização de plataformas digitais para a mobilização e para o ativismo.

Através de redes sociais e plataformas digitais, o feminismo contemporâneo encontra um espaço para a expressão e a organização de campanhas que visam a igualdade de gênero e a justiça social. Como observado por autores como Nancy Fraser (2019), a internet proporciona uma plataforma mais inclusiva e acessível para o ativismo feminista, permitindo que mulheres de diversas origens se conectem e compartilhem suas experiências e demandas.

A capacidade da internet de facilitar a comunicação e a colaboração entre feministas em todo o mundo fortalece a capacidade do movimento de abordar questões complexas e interconectadas. Isso não apenas amplia o alcance das mensagens, mas também fortalece a resiliência do movimento diante de desafios e adversidades. De acordo com Silvia Federici

(2019) e Bell Hooks (2014), a internet é uma ferramenta importante para a promoção do feminismo e a construção de redes de apoio que dão base para a quarta onda do movimento.

Neste capítulo, analisamos aspectos técnicos da televisão, entre eles, enquadramentos, ângulos e cenários que contribuem para uma análise do conteúdo dos discursos das agroinspiradoras. Analisamos ainda a influência da internet e dos meios digitais na produção e no consumo de conteúdo audiovisual. Destacamos também como a flexibilidade e o engajamento proporcionados pela internet ampliam a visibilidade e a interação com o público, enquanto os elementos técnicos da TV contribuem para a construção e a apresentação das mensagens. Compreendendo a relevância dessas mídias e suas características técnicas, avançamos para a análise de conteúdo propriamente dita no próximo capítulo. Nele, examinamos o *corpus* de produções audiovisuais selecionadas, explorando como as representações das agroinspiradoras são construídas.

6 AGROEMPREENDEDORAS DE SI MESMAS: EM PAUTA A INSPIRAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO FEMINISMO AGRO

Nos capítulos anteriores, discutimos a respeito da ruralidade no Brasil, abordando o agronegócio e suas interrelações com as questões de gênero e trabalho. Além disso, analisamos os pontos de inflexão entre duas correntes filosóficas, o feminismo neoliberal e ecofeminismo, que nos ajudam a compreender melhor o nosso *corpus*.

No presente capítulo, debatemos sobre o feminismo agro e o sentido de inspiração, um dos pilares do empreendedorismo e do feminismo neoliberal ou de elite.

Por meio de uma abordagem epistêmica, calcada em Vander Casaqui (2020) e Dardot e Laval (2014), empreendemos a análise de conteúdo das unidades de registro que se sobressaem no programa Agroinspiradoras.

É importante destacar que o material coletado foi rigorosamente analisado, seguindo as etapas estabelecidas por Bardin (2016): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A primeira etapa foi concluída com a definição e organização do *corpus*.

Neste capítulo, damos continuidade às etapas seguintes. Após uma análise preliminar do *corpus*, identificamos duas unidades de registro, que serão examinadas detalhadamente: “o silêncio como pauta” e “empreendedoras de si mesmas”.

Por fim, apresentamos como a mídia constrói a representação de Teka Vendramini, destacando-a como uma agroinspiradora emblemática. A seguir, apresentamos visualmente o esquema de categorização e o tratamento do *corpus*, com o objetivo de promover uma melhor compreensão sobre a análise.

Figura 14 – *Corpus* analisado



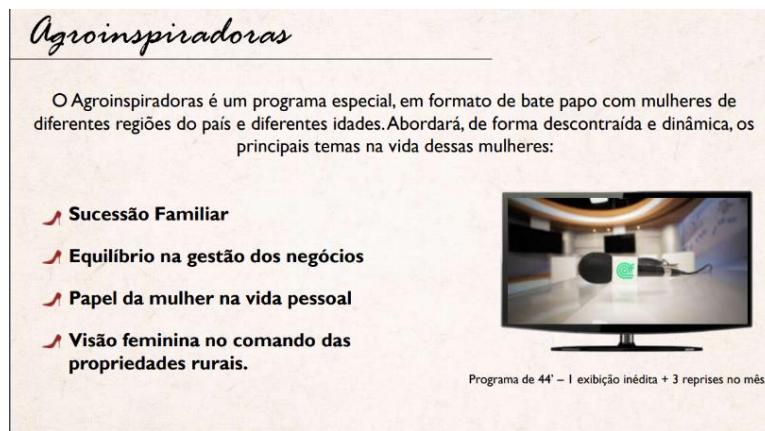
Fonte: A autora (2024)

6.1 SILÊNCIO COMO PAUTA E FEMINISMO QUE NÃO SE PAUTA

Nesta seção, foram encontradas e analisadas quatro unidades de registro, sendo elas “feminino/feminismo”, “sororidade”, “gênero” e “preconceito”. Essas unidades foram examinadas quanto a sua presença ou ausência no conteúdo investigado. Em outras palavras, esta análise permite identificar como essas pautas foram abordadas ou silenciadas nas falas das agroinspiradoras.

Uma das fases que compõem o planejamento de um programa audiovisual é a produção. Nessa etapa são traçados os objetivos, a forma, o público-alvo e o roteiro (isto é, o que vai ser discutido ao longo do programa). Além disso, o material de apresentação do programa detalha os principais temas abordados pela atração.

Figura 15 - Apresentação do programa Agroinspiradoras



Fonte: Canal Rural (2023)

Por tratar-se de um programa planejado para estabelecer diálogo com mulheres e para mulheres, parece óbvio que as questões de gênero se sobressaiam nas discussões, entretanto, o que observamos é uma ausência de debate acerca de temas, tais como a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho para homens e mulheres, a interseccionalidades entre raça, questões de classe e gênero, entre outros assuntos importantes. Tal constatação se dá não só pela observação e análise do conteúdo dos episódios, como também pela busca de palavras-chave realizadas durante a decupagem do material na etapa de recorte.

A categorização e a análise ocorrem com base em aspectos semânticos e sintáticos. As unidades de contexto e de registro relacionadas ao termo “feminino” possuem três ocorrências no discurso das participantes, aparecendo exclusivamente quando elas mencionam o Núcleo

Feminino do Agronegócio (NFA). Esta instituição foi criada com o objetivo de ser “um ambiente de intercâmbio e de estudo, com participação em debates, algo que envolvesse o agronegócio e as propriedades” (NFA, 2021). Sendo assim, a frequência de ocorrência dessa palavra sugere que o NFA é um ponto central nas discussões das participantes. A presença do termo indica a relevância do papel das mulheres no agronegócio e destaca a importância do NFA como um espaço de articulação e de representação das mulheres neste setor.

Na própria página virtual da organização, a sessão denominada “Sobre nós” traz um trecho referente a um momento vivenciado por uma das fundadoras do Núcleo, Carla Dias, o que teria sido a motivação para que ela criasse a instituição. “Carla expôs as dificuldades em seu começo, lembrando a “falta de voz” que sentia quando alguém chegava na propriedade e procurava o gerente ou o seu ex-marido, não acreditando que era uma mulher que estava à frente dos negócios” (NFA, 2021). O termo gênero surge apenas uma única vez. Já as discussões políticas como feminismo e políticas públicas não possuem espaço.

Conforme estabelecido por Bardin (2016) e complementado por Krippendorff (2004), examinamos o silêncio como um tópico que nos inquietou desde o início. Interpretar tanto os elementos presentes quanto os ausentes no discurso nos permite compreender os significados subjacentes, sendo a ausência de expressão verbal intrinsecamente vinculada à História e às ideologias.

A presença de determinados temas, palavras ou expressões indica sua importância e relevância dentro do *corpus* analisado. Por outro lado, a ausência de certos elementos pode ser igualmente reveladora, sugerindo possíveis silenciamentos, tabus ou assuntos que, por alguma razão, não são abordados pelos sujeitos do estudo, revelando significados implícitos e a dinâmica das relações de poder e ideologia que permeiam o discurso.

O silêncio a respeito do tema gênero não se limita a uma simples lacuna na comunicação; ao contrário, manifesta-se como uma forma multifacetada que pode assumir características de violência, resistência, ambiguidade, contradição, contemplação, disciplina, emoção, poder e autoria, entre outros aspectos (Bardin, 2016). A ausência de discussões sobre gênero no programa Agroinspiradoras sugere um silenciamento ou tabu sobre o tema, indicando que as participantes evitam ou não se sentem confortáveis em abordar questões de gênero abertamente. Isso pode refletir resistências culturais, sociais ou ideológicas que limitam a discussão sobre o papel das mulheres e as questões de gênero no agronegócio.

6.1.1 Episódio 01

No início dos dois primeiros blocos do episódio 1 de Agroinspiradoras, exibido em dezembro de 2016, a apresentadora Teka Vendramini mostra dados sobre a participação da mulher no agronegócio (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 /00:46-01:21; EP 01 /BL 02 /00:46 -01:21).

São números do IBGE que revelam o espaço a ser percorrido para o estabelecimento da equidade no campo. Esse seria um momento oportuno para a discussão sobre sexism, por exemplo, o que não ocorre. As apresentadoras não questionam dados, não discutem números, sugerindo, com isso, que a problematização não é encarada como algo relevante em um programa projetado para falar com mulheres.

Em um determinado momento (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 03:45) Teka destaca a persistência de uma das participantes, Marize Porto, que prosseguiu com os negócios da fazenda “em cima do salto”, de acordo com as próprias palavras de Teka. Ao colocar em pauta um objeto tipicamente feminino, o salto, Teka sugere que a então dentista não havia perdido a feminilidade ao encarar o trabalho. Mesmo se vestindo com um objeto que exige maestria e equilíbrio para andar, Marize “conseguiu” se equilibrar e se saiu bem na situação que lhe foi imposta. Na prática, isso significa que, enquanto sujeito-mulher, inevitavelmente, as definições, usos e costumes culturais ainda são impostos à Marize e, neste caso, por outra mulher. Mas vale lembrar que o salto também deve ser visto como algo que limita a possibilidade de movimento das mulheres, reforçando a função decorativa que, por muito tempo, lhes foi destinada cultural e historicamente (Jeffreys, 2014).

Na sequência do diálogo, Marize não faz qualquer relação com a discussão de gênero e segue comentando sobre como conseguiu erguer tecnicamente a propriedade que ela herdou após ficar viúva.

A razão pela qual essas mulheres não discutem explicitamente o tema gênero pode ser atribuída a diversas causas e pensada à luz do “silenciamento constitutivo”, como observa Eni Orlandi. O estudo linguístico do silêncio, conforme abordado pela autora, transcende a dicotomia tradicional entre o dito e o não dito. A complexidade desse fenômeno é explorada a partir de diversos matizes e significados, desafiando a concepção binária predominante. A ausência de expressão verbal sobre um assunto é intrinsecamente vinculada à História e às ideologias.

Para a autora, o silêncio não se limita a uma simples lacuna na comunicação; ao contrário, manifesta-se como uma forma multifacetada que pode assumir características de

violência, resistência, ambiguidade, contradição, contemplação, disciplina, emoção, poder e autoria, entre outros aspectos. A compreensão do silêncio, nesse contexto, emerge de maneira complexa que demanda uma análise cuidadosa. O silêncio, conforme delineado pela autora, não se confunde com o implícito ou o não dito. Ao contrário, é apresentado como um fenômeno que não é passível de interpretação direta, mas que, no entanto, é suscetível de compreensão.

Nessa concepção, o silêncio é concebido como uma proposta de descentração verbal, configurando-se como um espaço rico em significação. Essa abordagem analítica ressalta a importância de reconhecer o silêncio não apenas como uma ausência de palavras, mas como um fenômeno que contribui ativamente para a produção de sentido na comunicação. “O silêncio é assim, a “respiração”, (o fôlego) da significação, um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido, faça sentido (Orlandi, 2007).

Dessa forma, podemos avaliar que quando estas mulheres evitam conscientemente abordar o tema de gênero, o silêncio é uma escolha deliberada que visa definir os limites do discurso, destacando a preferência por não explorar certos tópicos. Podemos também inferir que as questões de gênero sofrem algum tipo de censura por parte da emissora ou mesmo que se trata de uma decisão das próprias mulheres que estão fazendo o debate.

Não é possível ter certeza sobre os motivos do silenciamento, mas o fato é que os estudos feministas e de gênero têm uma perspectiva política disruptiva. Tânia Navarro Swain, em *As Heterotopias Feministas: Espaços Outros de Criação*, afirma que, apesar das diferentes perspectivas, todos os feminismos parecem compartilhar o objetivo de transformar o mundo, começando pelas relações entre feminino e masculino. A autora destaca a necessidade de mudar práticas sociais que perpetuam a desigualdade de gênero. O programa não visa aprofundar questões agrárias, como o acesso à propriedade de terras ou sociais e questões de classe e raça que grassam no Brasil, então ele os evita para que não haja confrontos com anunciantes ou com as opções políticas da audiência (Swain, 2003).

No primeiro bloco do episódio 1 de Agroinspiradoras, as participantes falam sobre o significado do Congresso Nacional do Agronegócio que foi, segundo elas, um marco para este grupo de mulheres-agro, não só pela quantidade de participantes, mas também porque permitiu a construção de um lugar de exposição e de debate sobre a cadeia produtiva. É um discurso que está pautado no viés econômico e, nesse sentido, Teka salienta que o congresso comumente oportuniza a mais mulheres se capacitarem para “fazer dinheiro”, como pode ser constatado no excerto a seguir:

Teka: [...] é muito possível estar no agro é trabalhar, é fazer o dinheiro.

Carla: Criar filhos, marido, tudo isso.

Teka: E outra coisa que eu gosto de falar gente, a gente é muito igual.

Carmem: Se cuidar né...

Carla: Se cuidar é (risos)... ser feminina. E o que que acontece a gente não tem mais no Brasil moderno a questão do gênero. Hoje você não pode mais dizer que uma mulher não pode fazer tal coisa. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 /05:30-05:49).

Ao afirmar que “não há mais a questão de gênero no Brasil moderno”, Carla demonstra um desconhecimento sobre a realidade social brasileira. Na verdade, diversas pesquisas revelam a persistência de desigualdades entre homens e mulheres em vários aspectos da vida pública e privada. Em relação às diferenças salariais, dados recentes do IBGE (2023) indicam que as mulheres ainda ganham, em média, 22% menos que os homens, mesmo ocupando cargos equivalentes. Essa disparidade persists em diferentes setores e níveis de instrução, reforçando a estrutura de desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro.

Além disso, as violências diárias contra as mulheres continuam alarmantes. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) reportou que, em 2022, uma mulher foi vítima de violência doméstica a cada dois minutos no Brasil (FBSP, 2023). A violência psicológica, sexual e patrimonial também se destaca com muitos casos subnotificados, tornando o problema ainda mais grave.

Os dados sobre feminicídios são igualmente preocupantes. Em 2022, mais de 1.400 mulheres foram mortas por razões relacionadas ao gênero, segundo o FBSP (2023). Esses números demonstram que a violência de gênero ainda é uma realidade cotidiana no país, evidenciando que questões de gênero estão longe de ser superadas.

Por fim, a representação política das mulheres no Brasil ainda é bastante limitada. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2023), apenas 18% das cadeiras na Câmara dos Deputados são ocupadas por mulheres. Esse dado sublinha a falta de representatividade feminina no espaço político, refletindo o desequilíbrio de poder entre os gêneros. Esses fatos demonstram que a questão de gênero permanece um desafio significativo no Brasil e afirmações como a de Carla ignoram as reais barreiras e desigualdades que as mulheres enfrentam.

Na sequência, do diálogo apresentado e analisado acima, Carmem Perez aponta um conselho sobre como superar possíveis limitações para a atuação das mulheres:

Maria Stella: É uma profissional.

Carmem: Eu acho que é muito também na questão da postura que você tem em relação as pessoas em relação... Eu acredito muito nisso e o que eu achei muito interessante no Congresso é que as mulheres, elas querem saber das coisas. Teve uma que falou para mim: olha eu tô com meu marido, eu quero montar um confinamento, será que eu vou dar conta? Eu falava: claro que você vai dar conta, é claro que você vai dar conta. Porque no começo, quando a gente entra, a gente acha que não vai dar conta. Eu falava: meu Deus! (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 /11:30-12:19).

A partir da análise de conteúdo de Bardin, é possível identificar que, no trecho apresentado, ao invés de discutir as desigualdades estruturais de gênero presentes no agronegócio, as interlocutoras preferem apelar ao profissionalismo como a solução para superar os desafios enfrentados pelas mulheres no setor. A fala de Carmem, ao incentivar uma mulher a acreditar que pode “dar conta” de montar um confinamento, reflete uma visão que coloca foco na capacidade individual e na postura profissional, sem reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no agro são, muitas vezes, decorrentes de barreiras sociais e culturais que envolvem o gênero.

Ao enfatizarem o profissionalismo, as participantes desconsideram o impacto que questões de gênero, como desigualdade de oportunidades e preconceitos enraizados, têm no ambiente de trabalho e no setor agropecuário. Embora o incentivo à autoconfiança e à competência seja positivo, a ausência de uma reflexão crítica sobre as estruturas que historicamente dificultam a entrada e permanência das mulheres nesse setor revela uma abordagem que minimiza os problemas de gênero em favor de uma perspectiva meritocrática, ignorando as dinâmicas de poder que ainda influenciam profundamente o espaço profissional das mulheres.

Os trechos anteriores fornecem pistas de como as participantes discutem pautas relacionadas ao gênero: com foco no viés econômico. Para além disso, é importante salientar que a cultura do patriarcado, ao relacionar a força feminina com cuidados domésticos e com a família, acaba por menosprezar que existe um caminho muito longo e plural a ser percorrido pelas mulheres.

No diálogo que reproduzimos a seguir, é possível observar como essas representantes do agro percebem a relação entre homens e mulheres:

Teka: Os homens tão junto com a gente, né?

Todas: Com certeza.

Teka: Sabe, eu tive muita ajuda sabe, de alguns homens que estavam no meu entorno. Então eu tenho um respeito muito grande e hoje essa parceria, eu acho que isso é importante falar, somos mulheres, do agro, que já é uma coisa diferente etc., não vamos entrar no mérito, mas, assim, nós estamos juntos estamos fazendo isso juntos. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 /12:46-13:11).

Neste trecho, Teka enuncia que as conquistas foram realizadas conjuntamente, envolvendo homens e mulheres. Em momento algum ela sugere que as mulheres tiveram que buscar e conquistar este espaço. Ao contrário, tudo ou os bons resultados têm acontecido satisfatoriamente porque o trabalho é feito em parceria, em uma espécie de divisão igualitária. O discurso da apresentadora possui, na verdade, um tom pacificador. Ela enfatiza a parceria e a colaboração entre homens e mulheres no contexto do agronegócio.

Embora destaque o auxílio que recebeu de homens em seu entorno, é importante considerar que essa afirmação isolada não aborda as desigualdades estruturais históricas existentes no campo e na sociedade em geral. As desigualdades de gênero no agronegócio são amplamente documentadas na história de mulheres que enfrentam barreiras e discriminação em termos de acesso a recursos, oportunidades de liderança e reconhecimento.

Assim, a fala de Teka, ao enfocar a parceria entre homens e mulheres, sem que haja uma abordagem contextualizada e problematizadora, pode terminar por promover um apagamento das questões estruturais e históricas que afetam as mulheres no setor agrícola.

No início do terceiro bloco do episódio 1 de Agroinspiradoras, Teka retorna ao tema gênero e preconceito, dessa vez, com a seguinte enunciação:

Teka: Não converso sobre negócios com mulher. Tem muita mulher do Brasil que já ouviu e ouve isso daí, eu não converso de negócio com mulher. E aí vamos discutir isso daí como é que é isso aí? (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 03 /0:45-0:49).

No diálogo, as participantes seguem apresentando os pontos de vista delas. Das cinco, apenas Carla Dias e Marize Porto afirmam, abertamente, que sofreram preconceito por serem mulheres pecuaristas. Por diversas vezes, elas foram menosprezadas pela imprensa ou por outros homens empresários do campo. Carla contou que, após um leilão no qual havia vendido muito gado, saiu uma reportagem dizendo que ela deveria esquentar a barriga no fogão. Em outra situação, segundo seu relato, um homem afirmou não negociar com ela porque tratava-se de uma mulher “desquitada”.

Na análise desse trecho, podemos identificar aspectos relacionados à construção de gênero, poder e hierarquia social. O texto jornalístico citado por Carla e que lhe sugeriu

“esquentar a barriga no fogão” revela um estereótipo de gênero que associa a mulher ao papel tradicional de dona de casa e reforça a ideia de que sua atividade no agronegócio é inadequada. Por outro lado, o comentário do homem que se recusou a negociar com ela devido ao seu estado civil (desquitada) demonstra um discriminação baseada sem seu estado civil.

Observamos ainda a incoerência no fato de mulheres reproduzirem discursos machistas no programa, considerando que elas estão vivenciando situações de discriminação de gênero no próprio contexto do agronegócio. A contradição pode ser resultado de diversos fatores, como a internalização de normas sociais, pressões sociais ou até mesmo a falta de consciência sobre a reprodução de discursos e práticas discriminatórias.

Necessário destacar ainda que a reprodução de discursos machistas não é exclusiva dessas mulheres, mas está enraizada em estruturas sociais mais amplas. Marize relembra que outros homens preferiam conversar e negociar com o funcionário dela, ou mesmo com seu filho, de apenas 15 anos à época, a ter que se dirigir diretamente à produtora rural.

Marize: No começo acontece... Tem gente de todos os níveis te olhando, chegou um dia que o vendedor de insumos conversou com rapaz que tava me acompanhando... era um gerente e não falou comigo.

Carla: Ah, mas isso já aconteceu demais, comigo, tinha gente que nem falava comigo e nem...

Marize: Não falo com mulher né?

Teka: Então, é a frase não converso sobre negócios com mulher.

Marize: Exato

Carla: Quer dizer, é horrível, era assim que acontecia.

Marize: E teve um dia que eu tava com meu filho que na época não tinha nem 15 anos de idade e o vendedor se dirigiu ao meu filho. Aí eu falei: olha ele é um aprendiz neste momento você tem que falar comigo. Ele olhou para mim e falou: Ah, mas será? Isso foi lá atrás lá no começo; isso foi há 10 anos atrás.

Carla: Mas isso tá mudando. Hoje em dia da gente tá aqui nesse, nesse programa né... tá mudando. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 03 /05:59-06:49).

As situações relatadas acima por Marize, sobre outros homens preferirem interagir com o funcionário ou com seu filho adolescente em vez de dirigir-se a ela, evidenciam a desvalorização e a marginalização da mulher no contexto do agronegócio. Essas situações

revelam discursos e práticas que perpetuam desigualdades de gênero, negando a autoridade e a competência das mulheres no setor.

A análise do conteúdo chama a atenção para o fato de elas se referirem a isso como algo do passado, já superado. Baseando-se em que dados isso pode ser descartado como práticas antigas? Nenhuma delas entra nessa questão e todas preferem focar na ideia: “Hoje em dia a gente tá aqui, nesse programa né...tá mudando”. De fato, dar voz às mulheres e retirá-las da invisibilidade é algo relevante, mas não é suficiente para transformar as relações de poder que grassam entre homens e mulheres. Neste sentido, vale a pena questionar o alcance dessas mudanças e o êxito/fomento dessa discussão entre as agroinspiradoras.

Nesse caminho, os questionamentos propostos são: Será mesmo que as coisas têm se modificado? Apesar da ausência do tema, as outras participantes também não teriam passado por preconceito? Considerando que o Brasil se trata de um país machista, talvez essas mulheres já tenham sido expostas a vários tipos de preconceitos, entre eles, o de gênero, mas por questões culturais, incluindo o patriarcado, elas não tenham se dado conta de como isso é comum.

Nesse sentido, assinala Maria Stella Damha no programa:

Nós somos profissionais/mulheres e isso eu acho que é uma coisa que a gente precisa construir nessa caminhada, principalmente porque esse posicionamento tira um pouco desse preconceito tanto do homem quanto da mulher. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 03 /04:58 -05:17).

Outro ponto muito discutido pelas correntes feministas é a sororidade.¹⁹ Este comportamento também é levantado, porém, de maneira bastante sutil no programa. Teka chega a destacar o preconceito entre mulheres (entendido aqui como uma ausência de sororidade), mas o assunto não é desenvolvido e, logo depois, outra participante segue fazendo outro comentário.

¹⁹ No sentido denotativo, sororidade significa estabelecer uma relação de irmandade, união, afeto ou amizade entre mulheres, assemelhando-se àquela estabelecida entre irmãs. A sororidade no âmbito das lutas feministas pressupõe ainda a união de mulheres que compartilham os mesmos ideais e propósitos, normalmente de teor feminista, sendo caracterizada pelo apoio mútuo evidenciado entre essas mulheres. Para as autoras Liliane Machado, Aline Schons e Laila Dourado (2019), a sororidade é uma ação política pontual e que, de forma alguma, tenta negar as diferenças existentes entre as mulheres. Entretanto, deve ser incentivada de maneira a reconhecer as diferenças existentes entre as mulheres. Elas argumentam que essa abordagem só se torna efetiva quando se está atenta à interseccionalidade das opressões, ou seja, às diversas formas de discriminação que diferentes mulheres enfrentam. Dessa forma, as autoras enfatizam que a solidariedade entre mulheres precisa ser construída com uma compreensão crítica das realidades variadas que afetam (Machado; Schons.; Melo Dourado, 2019, p. 240).

Sabe que eu acho que o pior preconceito são dois. Eu acho, Carla, que é o que vem de dentro da família e o segundo é de mulher contra mulher gente. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 03 04:49 -04:57).

Pelo trecho anterior percebe-se que, apesar de o assunto ser levantado pelas participantes do programa, cabe à audiência tirar suas próprias conclusões. Pela sequência de imagens, nota-se que não foram feitos cortes. Isso porque naquele momento Teka sorri de modo discreto, como se aquela fala não devesse ter acontecido. Ela levanta uma das mãos e diz para a outra participante seguir com o comentário e que isso [o preconceito de mulher contra mulher] não deveria existir.

É preciso destacar que, no contexto da construção do feminismo e dos esforços para fundamentar a sororidade, observamos que esta última não se configura como um elemento inato e espontâneo, apesar de manifestar-se de diversas maneiras ao longo da história das mulheres e do movimento feminista.

Marcia Tiburi (2018), no prefácio do livro *Vamos juntas? – o guia da Sororidade para Todas*, enfatiza que a noção de rivalidade feminina é um mito fabricado, intrínseco à ideologia de dominação masculina. Esta ideologia perpetua a concepção da rivalidade como algo natural e arraigado, servindo como um instrumento tradicional para a sustentação do poder patriarcal.

Ainda para Tiburi (2018), a aliança entre mulheres é percebida pelo sistema patriarcal como uma ameaça a ser prevenida, uma vez que ao se unirem as mulheres adquirem maior capacidade para questionar, demandar igualdade e fortalecer seu empoderamento. Dessa forma, a prática da sororidade desempenha um papel significativo na resistência contra o machismo, pois instrumentaliza as mulheres por meio da solidariedade entre elas.

Em outro trecho do bloco 1, Maria Stela Dhama comenta que uma característica marcante da mulher é não demonstrar medo assumir a falta de conhecimento sobre algo.

Mas eu acho que isso é uma característica, né, da mulher que a gente tem essa vontade de entender e de como aprimorar, e acho que é uma questão da mulher ter essa vontade de entender qual que é o melhor caminho né, como você pode agregar e não ter medo de dizer que não sabe né. (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 03 07:41-07:57).

Ela não complementa a frase, mas o sentido implícito é de que os homens não costumam demonstrar que não sabem de algo; ou têm resistência de demonstrar qualquer tipo de fragilidade e vulnerabilidade, como as mulheres fazem. As participantes acreditam que essa característica é natural das mulheres e, por isso mesmo, é algo que as diferencia dos homens, pois estes não costumam deixar o “orgulho” de lado.

A informação implícita, abordada nesse contexto, refere-se a mensagens não expressas de maneira explícita, requerendo inferências a partir do contexto, entrelinhas ou pistas não verbais. Tais mensagens podem ser intencionais ou não intencionais, demandando uma análise mais aprofundada por parte do receptor para uma compreensão completa do significado. Elementos como tom de voz, expressões faciais, escolha de palavras, entre outros, podem ser veículos para a transmissão dessa informação implícita, como evidenciado no discurso da pecuarista.

É crucial notar que, embora a dimensão explícita do texto seja objetivamente apresentada, em muitas instâncias é a dimensão implícita que constitui o cerne da comunicação, conforme salientado por Gomes (2004). Esse autor enfatiza que, de maneira didática, a manifestação do implícito absoluto ocorre de forma intrínseca nos discursos, introduzindo-se inadvertidamente e escapando ao controle consciente do produtor da mensagem, como ilustrado no exemplo da pecuarista.

6.1.2 Episódio 02

No episódio 01 de Agroinspiradoras observou-se que, por meio da produção e a cada início de bloco, os temas eram pautados com discussões ligadas à mulher. Diferentemente do primeiro, o segundo episódio, exibido em dezembro de 2017, segue sem deixar clara essa temática. Com novas participantes, Teka Vendramini comemora a participação das mulheres no agronegócio. O destaque é para a inserção dela na Sociedade Rural Brasileira (SRB), associação centenária do agronegócio que até aquele momento contava apenas com a presença de homens.

Esse episódio também destacou a presença de mais mulheres em cargos representativos. Tal cenário nos revela, assim como pontuaremos na seção que trata do empreendedorismo feminino, que o sinônimo de sucesso está atrelado ao poder econômico e social.

Teka: [...] Eu acho que nunca houve um ano como ano de 2017 de tanta mulher do agro assim, firme, de tanta mulher no agro trabalhando e chegando...

Lilica: Muito, então isso logicamente quando você está andando na frente, as portas vão se abrindo, ou a gente vai abrindo portas, uma delas foi a exportação para o Emirados Árabes, acabou de acontecer, exportamos 16 novilhas e um touro de central, para lá isso provavelmente vai abrir um mercado muito grande para lá, para outros produtores, só coisa boa, então a gente tem que pensar para frente. (Agroinspiradoras, 2016, EP 02 /BL 01 /05:14-05:30 / 06:16-06:45).

O trecho acima demonstra que a exportação para outros países é possível, mas não para grande parte de mulheres que trabalham na pecuária. A apresentadora também salienta, em outros momentos, que houve uma caminhada, um processo para que ela e outras mulheres do mesmo grupo pudessem ocupar o lugar que hoje ocupam, como se percebe nesta frase:

Então eu acho que foi uma mudança muito grande foi um caminho que não foi de graça para chegar até aqui, mas um caminho muito bom assim, muito positivo né? E este caminhar conecta com outras tantas mulheres pelo Brasil e a elas traz (sic) autoridade. (Agroinspiradoras, 2017, EP 02 /BL 02 /01:22 - 01:35).

Adiante, outro diálogo chama a atenção por ser antagônico ao anterior. As participantes reconhecem que as experiências de vida delas não representam a maioria. Talvez uma das mais conscientes em relação a isso seja Teka Vendramini, que não só nesse programa como no anterior, pontuou, mesmo que ligeiramente, sobre desigualdade de gênero e preconceito.

JaqueLINE: Apoiar né, eu acho que isso também, é uma mensagem para os pais assim apoiar os filhos.

Lilica: Eu nunca passei por nada de dificuldade em relação a minha família, acho que você também não, né?

Teka: Mas a gente é exceção, né?

Edy: E discriminação, também, né? Uma coisa que eu também nunca tive. Discriminada eu também nunca fui.

Teka: Mas gente eu acho assim que a gente tem um time aqui que tem muita sorte, né? Porque é bacana ouvir de vocês, porque eu não sabia de vocês, de você eu sabia porque o teu pai sempre te deu força, dentro da sua família. Mas esse aqui é um time que teve muita sorte. É isso que eu vejo no Brasil, tanto que eu vejo que tem mulheres que falam assim: Ah, não tem esse problema da mulher entrar. Tem sim, depende do estado, depende da região, olha o tamanho do Brasil, então, assim é nós aqui não tivemos, o estado de São Paulo não tem, eu falo isso. (Agroinspiradoras, 2017, EP 02 /BL 02 /04:43-05:40).

O uso da palavra "sorte" no discurso apresentado pode ser interpretado como um eufemismo que suaviza ou desvia o foco de aspectos estruturais e sociais que influenciam as oportunidades das mulheres. A palavra "sorte", em sua função eufemística, mascara ou minimiza os esforços individuais, históricos e coletivos necessários para que mulheres superem barreiras impostas por questões culturais e regionais. Ao utilizar "sorte", o Teka desloca a responsabilidade para uma variável aleatória ou externa, deixando implícito que os méritos ou

dificuldades são acidentais, e não produto de desigualdades estruturais. Esse recurso linguístico pode ser associado à estratégia de atenuação, caracterizando uma função conotativa que suaviza a menção a possíveis privilégios ou desigualdades regionais, como exemplificado na referência ao estado de São Paulo. A palavra, então, opera para evitar um confronto direto com os desafios enfrentados por mulheres em diferentes contextos do Brasil.

As participantes de Agroinspiradoras representam de fato uma exceção. Elas fazem parte de um grupo pequeno de mulheres que integra sindicatos e associações patronais. Elas são formadoras de opinião e empregadoras, podem contratar ou não, e podem decidir por este ou aquele curso de capacitação. Em suma, são mulheres que não tendem a advogar pelo coletivo.

Edy: Antes eu era diretora, hoje sou presidente, é uma mudança grande, só que é uma questão de representatividade de mulher, a gente tem 67 presidentes de sindicato, onde cinco são mulheres. E hoje você ver, que a nossa situação é super respeitada. Eu me dou muito bem nesse meio não tem problema nenhum e sou muito ouvida.

Teka: Outro orgulho muito grande que eu tenho, a Lilica assim, me fez falar é realmente de ter chegado na Sociedade Rural Brasileira, de ser essa mulher que está lá hoje trabalhando e começando o trabalho na Rural. E eu tenho certeza que vão vir outros depois de mim, que é o que é o que eu acho, a que começa né, tem que abrir lugar, como a Edy, presidente sindicato, só cinco você disse né, no universo de quantos 60, 67, cinco são mulheres. Eu acho que a gente sendo né, as que estão iniciando esses processos está querendo que as outras venha, e aí eu quero saber das minhas amigas aqui, Edy como é que são esses orgulhos de lá no sindicato? (Agroinspiradoras, 2017, EP 02 /BL 02 /07:17-07:40).

No trecho anterior, Teka acredita que “a porta” aberta por ela pode permanecer aberta também a outras mulheres. É bem verdade que existe um avanço no sentido mais oportunidades para as mulheres do que existiram no passado, mas o caminho à frente ainda é extenso. Ao comparar o número de mulheres e o número de homens que integram a associação fica óbvio que elas são minoria, não representam dez por cento do total.

Números mais recentes indicam que a participação feminina na liderança dos sindicatos não apresentou um aumento expressivo ao longo dos anos. De acordo com a CNA, em 2023, havia 89 mulheres presidindo sindicatos rurais, o que representa apenas 4,85% do total de 1.941 sindicatos listados na confederação, entidade criada em 1951. Entre as 27 federações estaduais, que agregam os sindicatos, nenhuma é presidida por uma mulher. Na Federação do Mato

Grosso, por exemplo, dos 94 sindicatos, apenas nove constam como liderados por mulheres em 2024 (CNA, 2024).

6.1.3 Episódio 03

Após a edição de 2017, o programa sofreu uma pausa e foi gravado novamente no ano de 2019. Ele manteve o nome, porém, com cenários, apresentadora-âncora e participantes diferentes. No episódio de 2019, o Agroinspiradoras ganhou nova vinheta. Nos primeiros programas, a edição de vídeo ressaltava a figura das participantes desde a abertura, mas no terceiro episódio, o sentido se modificou.

Além de o programa alterar a vinheta, ele também mudou a logomarca, deixando de lado o modelo que tinha apenas o nome e adotando um símbolo, isto é, uma planta numa espécie de vaso com formato de lâmpada de energia. O cenário aparenta ser numa vinícola, com várias prateleiras preenchidas de garrafas. As mulheres encontram-se todas sentadas em banquetas altas e o local da gravação não conta com muita iluminação, por isso a imagem tem um tom mais fechado, quase com um aspecto de ambiente noturno. Observa-se também que há pelo menos quatro câmeras em ângulos diferentes. Nesse sentido, nota-se que a produção visual também não é o ponto chave do programa.

Figura 16 – Cenário do programa 03 Agroinspiradoras



Fonte: Agroinspiradoras (2023)

Roberta Paffaro, a apresentadora desta edição, é jornalista por formação, realiza diversas palestras voltadas a mulheres sobre agronegócio e empoderamento. Além disso, ela escreve para blogs na área rural e econômica, sendo uma das colunistas do Blog Agroinspiradoras do

Canal Rural. Paffaro é uma mulher branca, aparenta ter menos de 50 anos e, durante o episódio, veste calça jeans e camisete preta. Os acessórios e maquiagem também são discretos.

Assim como na primeira versão do programa, logo na abertura do bloco, Roberta apresenta números sobre a participação da mulher na administração de propriedades rurais: são cerca de 31%.

No episódio, a convidada, Sarita Junqueira, critica os números.

E eu acho que a mulher vem sim crescendo, mas eu ainda não consigo enxergar esses 31% por onde eu ando nas atividades que a gente pratica. Acho que o número é promissor, a participação da mulher é promissora, a gente tem muito a agregar. Todas as nossas habilidades serão muito importantes pro agro, porque o Agro é vida e a gente entende de vida, mas ainda estamos longe de chegar em números de igualdade. O que me falta é ver no dia a dia realmente mulheres totalmente na liderança comandando seus negócios nessa proporção de mais de 30%. (Agroinspiradoras, 2019, EP 03 /BL 01 /01:08-01:50).

O episódio 3 de Agroinspiradoras tem 22 minutos e é dividido em dois blocos. O único trecho em que elas discutem sobre a atuação e participação feminina no mercado ou questionam a falta de igualdade/equidade para mulheres contém apenas dois minutos. Ao longo da conversa, os temas perpassam tecnologia, sucessão familiar e sustentabilidade. No comparativo das três edições (2016, 2017 e 2019), somente o terceiro apresenta uma crítica mais direta aos números quanto à realidade da participação da mulher no agronegócio. Essa ausência do tema no discurso do programa estimulou uma inquietude dentro desta pesquisa, que se desdobrou no seguinte questionamento: Será que esse foi um tom adotado pela direção/editores do programa ou é inerente ao discurso das mulheres que dele participam?

Antecipamos, nesse mérito, a premissa de que a preservação do silêncio diante de questões controversas e pautas polêmicas persistiu, enquanto a sutileza no tratamento de temas polêmicos continuou predominante.

A ausência de discussões sobre gênero entre essas mulheres pode ser atribuída ao desejo de evitar tópicos polêmicos e de não chamar a atenção do sistema patriarcal. Além disso, é importante considerar o contexto em que essas mulheres estão inseridas, pertencendo a um setor predominantemente masculino, o agronegócio, e participando de um canal projetado principalmente para uma audiência masculina.

Essas mulheres optam por evitar deliberadamente temas polêmicos relacionados ao gênero para evitar conflitos ou desconforto, especialmente em um ambiente em que a presença feminina ainda é exceção. A decisão de não abordar questões de gênero torna-se uma estratégia

para manter a harmonia no ambiente, evitando debates que possam desencadear reações negativas ou resistência por parte dos homens na audiência ou no setor.

Além disso, o fato de essas mulheres estarem no ambiente predominantemente masculino do agronegócio e no Canal Rural, destinado majoritariamente a homens, pode influenciar a escolha delas de não trazerem à tona temas que possam ser percebidos como disruptivos ou que desafiem as normas estabelecidas pelo universo patriarcal. O silêncio nesse contexto pode ser uma forma de censura, mas também pode se mostrar como meio de adaptação ao ambiente e às expectativas sociais presentes no cenário agrícola, configurando-se como uma política de silêncio.

Para Orlandi (2007, p.31 e 53):

[...] o silêncio não fala, o silêncio é, ele significa. Ou melhor, no silêncio, o sentido é [...] silenciamento como uma forma de não calar, mas de dizer uma coisa, para não deixar dizer outras.

O que não é expresso verbalmente também possui um significado e representa um papel. Compreendemos que o silêncio observado estabelece uma relação de consentimento. A questão não se trata de concordar com aquilo que é posto pelo programa, mas de se evitar o envolvimento em questões que possam desviar a atenção do ponto principal que elas desejam abordar. Além disso, não observamos, nos discursos, uma disposição para enfrentar situações difíceis e de pouco resultado. O silenciamento, nesse contexto específico, não é uma mera ausência de expressão, mas uma escolha estratégica que comunica sutilmente preocupações e considerações sobre relações sociais, adaptação ao ambiente e gestão de possíveis estigmas. Isso destaca a complexidade das dinâmicas sociais e individuais que influenciam as escolhas comunicativas das mulheres no setor agropecuário.

A abordagem discursiva das agroinspiradoras evita confrontos inúteis ou situações que exijam esforços em nome de benefícios tangíveis para o coletivo feminino. Do ponto de vista da representação social, a associação do silêncio à moderação sugere que as participantes evitam conflitos diretos e optam por abordar tópicos polêmicos de maneira indireta, o que pode ser interpretado como uma estratégia de preservação da harmonia social e do equilíbrio, na busca por se evitar confrontos e promover a convivência pacífica.

6.2 EMPREENDEDORAS DE SI MESMAS

Empreender é uma atividade que vai além de conceber e gerir um negócio. Um dos grandes paradigmas do nosso tempo tem sido a premissa de que é preciso empreender a si mesmo, o que recai sobre a ideia de empreendedorismo da subjetividade. Há uma linguagem do capitalismo contemporâneo que se apropria dos cenários e forma subjetividades e, nesse sentido, a cultura empreendedora se fortalece no “novo” espírito do capitalismo (Boltanski; Chiapello, 2009).

Esse espírito cria uma cortina sobre os reais interesses do capitalismo e, de forma maquiada, apresenta que a busca do interesse individual serve ao geral, uma vez que tudo que é benéfico ao indivíduo acaba sendo benéfico à sociedade. Nessa perspectiva, só o crescimento de riquezas, seja qual for o seu beneficiário, é considerado critério de bem comum.

Para Boltanski e Chiapello (2009, p. 44):

O espírito do capitalismo é a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo; é o conjunto de crenças associadas à ordem capitalista que contribui para justificar e sustentar esta ordem. Todavia, essas lógicas não são ingênuas, uma vez que a cultura empreendedora é hegemônica.

A cultura da inspiração e o empreendedorismo, que caracterizam os programas de TV ora em análise, têm sido um dos focos de pesquisa do professor Vander Casaqui nos últimos 10 anos. Em diversos trabalhos, ele analisa as intersecções entre inspiração, empreendedorismo e capitalismo neoliberal. De acordo com o pesquisador, a noção de inspiração tem suas origens em três vertentes: religiosidade, fontes intrapsíquicas e fatores ambientais, entre eles o modelo de cultura, pelo qual nos interessamos nesta pesquisa²⁰. (Casaqui, 2018; 2019; 2020)

O estudioso defende que a banalização do termo inspiração abre brechas para que indivíduos pensem em si mesmos, através de uma possível narrativa inspiracional, como uma trajetória de vida a ser replicada pelo outro (o que faz sentido de certa forma, pois basta pensar na ideia de “óculos” – no sentido mais Bourdiesiano – utilizado para enxergar inspiração no outro).

Dessa maneira, a inspiração é um termo que tem se naturalizado na cultura contemporânea. O cenário midiático trabalha com a noção de inspiração com discursos

²⁰ A primeira é originária da religião e das artes. Há um processo de revelação (transmissão dos preceitos religiosos vindos de Deus) e inspiração (transposição da revelação divina para a língua humana, a fim de que a palavra de Deus chegue aos homens, por meio da Bíblia, por exemplo). A segunda vertente são as fontes intrapsíquicas da inspiração: com o advento da disciplina psicológica, bem como a emergência da sociedade da produção derivada da segunda Revolução Industrial, a inspiração é incorporada ao processo produtivo de ideias, da inovação, da criatividade cooptada pelo sistema capitalista. E a terceira vertente, que nos interessa particularmente, é a que se baseia na inspiração por fatores ambientais, a influência do ambiente para inspirar é algo que se pode perceber (Casaqui, 2018, 2019, 2020).

carregados de intenções, nem sempre iluminados. Entende-se inspiração como cultura, como práticas e saberes comuns e como socialidades. É assim que temos vivido a chamada cultura da inspiração (Casaqui, 2020).

Na perspectiva do autor, há lugares criados para estimular a inspiração. Os *coworks* de *startups*, por exemplo, possuem um ambiente estético, com determinados padrões pensados para inspirar. Casaqui (2020) também considera que a inspiração é um mercado de ideias, concretizado a partir de ações físicas, entre as quais se destacam palestras de autoajuda aplicadas ao empreender a si mesmo.

No Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio (no qual quase todas as participantes de Agroinspiradoras já deram palestra ou estiveram) notam-se esses dois pontos de vista. O local e ambiente são espaços criados para estimular a inspiração, tendo em vista que são modernos, permitindo conexões e mesas redondas. Há também palestras de dezenas de mulheres-agro que revelam suas histórias e contam ao público sobre suas jornadas de vida e sobre o que elas e o público consideram como sucesso. Caravanas de mulheres saem de diversos lugares do país para participarem do congresso. Elas se organizam por meio de pequenos, grupos, sindicatos e associações e partem em busca não só de conhecimento, mas também de inspirações.

A inspiração também é vista, atualmente, como um projeto de sociedade, uma utopia de construção de uma sociedade melhor. Hoje, várias organizações assumem o objetivo de inspirar (Casaqui, 2021), assim como as mídias, cujo programa Agroinspiradoras é um típico exemplar.

O título da produção audiovisual em estudo, Agroinspiradoras, diz muito sobre o conteúdo apresentado. As falas de trajetórias bem-sucedidas visam inspirar e, ao longo dos três episódios, são apresentados discursos sobre mulheres que se reinventaram. Logo na edição 1, no primeiro bloco, as participantes revelam parte de suas histórias de vida e explicam que não estavam, desde sempre, intimamente ligadas ao agronegócio.

Desta forma, em determinados momentos de suas vidas, elas começaram a cultivar um empreendedorismo dentro delas, o que é reverberado com o sentido de inspiração, como vemos nos trechos a seguir:

Carla de Freitas: [...] Tô lá em Rondônia há muitos anos, cheguei na década de 70 e meu pai me deu essa, esse presente porque eu acho que eu cresci, foi muito bacana e fui trabalhar com a Fazenda [...]

Carmem Peres: [...] Eu saí de São Paulo com 22 anos fui para o Mato Grosso, para Barra do Garças, cheguei para assumir uma fazenda que era da família, era um elefante branco e eu sempre fui a minha infância toda [...]

Marize Porto: [...] Não Teka, eu na verdade sou dentista. Ortodontista e ainda ocupo essa posição embora eu esteja agora passando para minha filha mas eu tô terminando os pacientes que ainda estão em tratamento antes de me dedicar um pé em cada Canoa, um pé no agro [...]

Maria Stella: [...] Exatamente, vim para o Agro em 2002. Era uma empresa, era um braço de pecuária, só de uma empresa familiar na qual tinha outras atividades e sem nenhum conhecimento na área. Eu, só que eu vim do mercado empresas, que eu trabalhei muito na área financeira porque sou economista, minha formação é economia [...] (Agroinspiradoras, 2016, EP 01 /BL 01 /01:26-08:28).

Em seu depoimento, Carla Freitas conta sobre o local de onde ela vem e tais aspectos sugerem uma conexão profunda com a região, caracterizando também uma continuidade de herança familiar no agronegócio. No trecho de Carmem Perez, por sua vez, observamos a importância da trajetória pessoal e a presença de uma memória de infância ligada ao agronegócio. Já o discurso de Marize aponta para a coexistência de diferentes papéis e identidades profissionais, com um vínculo familiar e um envolvimento ativo tanto na área da saúde quanto no setor agropecuário. E o trecho de Maria Stella menciona o *background* no mercado financeiro e sua formação em Economia, ressaltando assim a importância do conhecimento financeiro na gestão do agronegócio.

Os discursos apresentados pelas mulheres nos permitem compreender como a cultura empreendedora se manifesta no campo da comunicação, valorizando a relação com o território, a herança familiar, a versatilidade de papéis e a mobilidade entre diferentes setores de atuação.

Segundo Casaqui (2018), a cultura da inspiração reverberada pelo discurso da mídia pressupõe que todos contam com um “empreendedor interior” dentro de si e a inspiração seria um fator crucial para isso. Ele considera ainda que esse movimento se fortalece na constituição de mentalidades: vai se incutindo esse pensamento nas pessoas e a mídia mais uma vez ocupa papel de destaque nesse âmbito.

O pesquisador ainda critica alguns discursos das chamadas jornadas de sucesso, pois quando se analisam algumas biografias, há a impressão de que a pessoa já nasceu com uma vocação empreendedora, trazida por alguma entidade. Ou seja, a propagação dos exemplos é a “materialização” da inspiração. Ao selecionar as mulheres-agro âncoras, o programa potencializou esses exemplos, no sentido de não só provocar mudanças e inspirar, como também de capacitar a audiência, mesmo que mentalmente. Elas são agentes que assumem vozes em nome do empreendedorismo no campo. E talvez seja este um dos pontos mais

complexos quando se leva em conta a inspiração, pois sujeitos que tomam a voz para falar sobre algo estão atravessados pelos seus próprios discursos.

Casaqui (2021) mais uma vez critica esse discurso, que mistura capacitação técnica e enquadramentos morais, por estar carregado de prescrições. O “ponto de partida”, as oportunidades, o cenário social e a própria história de vida de mulheres que atuam no campo de maneira geral, ou até mesmo no agronegócio, são diferentes do que vivenciam as agroinspiradoras que se compõem de uma minoria culturalmente e economicamente privilegiada.

Mesmo que mulheres comuns se sintam inspiradas a romper inúmeras barreiras socioeconômicas, ter as mulheres acima descritas como inspiração pode ser um grande desafio para boa parte do público que assistiu aos programas, o que nos leva a defender que as agroinspiradoras inspiram a si próprias em primeiro lugar, ou seja, um seleto grupo do qual elas não só fazem parte, como também representam socialmente.

No contexto atual, tem-se como ponto pacífico que o empreendedor é o modelo ideal, o ser paradigmático de nosso tempo [...] Sua imagem heroica serve de referência, de modelo de sucesso nesse momento histórico, por sua visibilidade midiática e centralidade na retórica do capitalismo atual históricas em torno dos direitos trabalhistas, o empreendedorismo serve como antídoto, ou seja, é apresentado como a saída para a crise que se instaura no âmbito individual, a solução mágica para as problemáticas do trabalho e da vida como um todo (Casaqui, 2019, p. 02).

O conteúdo das falas é semelhante, principalmente no primeiro bloco da edição de 2017, no qual elas se apresentam. Neste caso, a cultura da inspiração está relacionada à “ativação” do seu “eu empreendedor”.

JaqueLINE: [...] Eu sou Jaqueline Casale de São Carlos São Paulo, minha família é um pouco diferente da delas, eu não sou produtora rural, minha família é industrial, nós temos uma empresa de máquinas para pecuária, a Casale [...]

Teka: [...] Eu sou Teka Vendramini sou produtora rural aqui do interior de São Paulo e eu adoro falar que a minha história é igual aqui, a gente mudando TEKA: algumas circunstâncias, de todas as mulheres do Brasil. E lá é minha fazenda, eu tenho história de que uma mulher que chegou na propriedade rural não sabia nada e tinha que fazer dinheiro daquilo, se sustentar daquilo [...] (Agroinspiradoras, 2017, EP 02 /BL 01/ 01:30 - 2:15).

Apesar de Jaqueline Casale afirmar que é originária de uma família diferente (não composta por produtores rurais), na prática, o que se observa é que ela e Teka partilham de um

mesmo pressuposto: o de dar continuidade a um trabalho iniciado anteriormente e que se mostrou economicamente viável. A hereditariedade do negócio rural é comum a outras mulheres-agro e o movimento do qual elas são porta-vozes é restrito a uma minoria.

O terceiro episódio, de 2019, traz Sarita Junqueira que entrou na atividade após a morte do pai e precisou acessar não só o seu “eu empreendedor”. A cultura do “eu empreendedor”, ainda com base em Casaqui (2020), se coloca como uma solução que, em última instância, atribui ao indivíduo a responsabilidade por transformar o próprio destino, de transformar o fracasso em sucesso, algo comum na atitude empreendedora. A responsabilidade está centrada nas mãos do indivíduo que precisa transformar seu destino, superar o fracasso e adotar uma postura empreendedora, mesmo sendo uma pessoa comum, sem habilidades técnicas para tal.

Sobre Sarita Junqueira, Roberta Paffaro diz:

[...] Aos 24 anos assumiu a fazenda né, uma tragédia infelizmente pelo falecimento do teu pai, mas teve um processo de sucessão nesse momento? Como é que foi para você nesse momento? [...] (Agroinspiradoras, 2019, EP 3 /BL 01/ 04:44 - 04:59).

E nesse sentido Sarita Junqueira responde:

[...] Olha eu brincando com tudo que você disse, eu tenho a mais absoluta certeza de que a mulher tem muito para agregar no agro, em questão de gestão de pessoas, e isso foi o que sem eu estar preparada eu aprendi com o meu, meu sucedido, no caso o meu pai, que foi a maior habilidade talvez que meu pai tenha tido durante toda a gestão dele. E aí eu continuei acreditando nas pessoas e foi assim que a gente conseguiu superar os desafios para que tudo desse certo. Por mais que não existisse um preparo prévio, que é o que eu não recomendo, eu acho que todo mundo tem que se preparar. Foi acreditando nas pessoas que a gente conseguiu alcançar isso. (Agroinspiradoras, 2019, EP 3 /BL 01/ 04:45 - 05:45).

De acordo com o trecho, acreditar nas pessoas foi fundamental para a participante superar desafios e alcançar o sucesso, mesmo sem um preparo prévio adequado. Esses elementos estão alinhados com a perspectiva da cultura da inspiração, que valoriza o potencial individual, a confiança e o trabalho colaborativo para alcançar resultados positivos.

Analizando este conteúdo percebemos, pelo trecho anterior, a presença de vozes múltiplas no discurso, representadas pelas diferentes experiências e perspectivas mencionadas. Temos a voz da interlocutora, Sarita Junqueira, que destaca a importância das mulheres no agronegócio e a crença no potencial das pessoas, atrelada à cultura da inspiração e à voz do pai, mencionada como uma influência significativa. Esse cenário indica a relação dialógica entre as experiências passadas e a construção do conhecimento presente. Tal visão contrapõe

representações negativas e desafiadoras que poderiam surgir em relação aos desafios enfrentados no agronegócio.

À luz dos pressupostos teóricos de Stuart Hall, observamos ainda a construção de representações sociais relacionadas à participação das mulheres no agronegócio. Junqueira destaca que as mulheres têm muito a agregar nesse setor, especialmente em termos de gestão de pessoas. Essa representação desafia estereótipos de gênero e sugere, de certa maneira, uma redefinição do papel das mulheres nesse contexto específico.

O produto audiovisual analisado tem a intenção de inspirar. Ele conta com mulheres-agro, escolhidas pelo que elas representam, por suas trajetórias de sucesso e, neste sentido, o sucesso é visto como sinônimo dos modos de produção capitalista. Outras mulheres atuantes no agronegócio (veterinárias, agrônomas, motoristas, operadoras de máquinas etc.) não fazem parte do programa. Embora elas sejam mulheres de sucesso por exercerem suas atividades com competência, o programa, ao não representá-las, produz discursivamente um sentido: o modelo de inspiração é ditado apenas pelas mulheres ali presentes, com suas opiniões, visões e histórias.

Dessa forma, fica claro que a hegemonia neoliberal não abre espaço para a representação de tantos outros grupos de mulheres que também trabalham em grandes e médias empresas/propriedades do agro e que, da mesma forma, podem ser inspiradoras para muitas outras mulheres que almejam acessar este espaço.

Segundo Dardot e Laval (2014), a ideia de sociedade neoliberal ultrapassa as características de uma economia neoliberal e responsabiliza os sujeitos por seus sucessos e fracassos. Casaqui (2019) dialoga com esse pensamento. Ao empreendedor atual, incute-se que é preciso ser flexível, resiliente, transformador, inovador, criativo, disruptivo, heroico, visionário e um bom gestor das próprias emoções (Casaqui, 2019).

E baseado numa perspectiva desenvolvimentista e progressista, há uma glamourização do trabalho, cercado pela psicologia positiva, com uma narrativa engajadora.

Observemos no discurso de Jaqueline Casale, participantes do episódio 2 de Agroinspiradoras:

Eu trabalhei cinco anos no mercado um aprendizado muito grande que eu recomendo muito no meio da faculdade eu tranquei a faculdade de zootecnia né, fui para Austrália trabalhar em confinamento que foi um ano maravilhoso um ano de muito aprendizado eu tive essa oportunidade e muito brilhante, as mulheres na lida. Porque aqui no Brasil a gente tá um pouco nesse movimento, mas ainda no início né, é muito focado em bem-estar animal lá eles têm legislações muito firmes, fiscalização que é mais importante e as mulheres na lida no maior confinamento que eu trabalhei 35 mil bois e só mulheres. (Agroinspiradoras, 2017, EP 2 /BL 02/ 02:19 - 03:03).

Na sequência desse trecho, Teka conta que durante a faculdade esteve em um evento com Jaqueline e que, como estudantes, ficaram perguntando muito sobre as experiências de vida e trabalho. Jaqueline responde, mas não discute, não amplifica as lutas e muito menos as complexifica. Ou seja, a observação se interrompe por ali mesmo.

[...] Uma experiência incrível. Eu fiquei muito emocionada, se você ver as meninas. Teve uma delas me chamaram muita atenção. Ah, mas as pessoas da minha família, os meus primos achavam que eu não tinha que ir. Ah! o que uma mulher vai fazer na fazenda e eu quero me formar em zootecnia, então poxa uma oportunidade melhor (Agroinspiradoras, 2017, EP 2 /BL 02/ 04:15 - 04:40).

Outro ponto a se considerar a respeito da cultura da inspiração é a referencialidade que se configura por narrativas de gente de “carne e osso” e de suas organizações e empreendimentos. Essas narrativas têm como objetivo favorecer a interpretação dos preceitos da cultura que se deseja propagar (Casaqui, 2020). Neste sentido, pode-se afirmar que “fatos” da vida das agroinspiradoras ganham um ar de mais-valia.

O próximo trecho reporta uma fala nesse sentido. Maria Stella participou do episódio 1 de Agroinspiradoras, sendo considerada uma referência de superação de “carne e osso”. Ela palestrou para centenas de outras mulheres no Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio e sua referência ecoou de tal maneira que muitas outras mulheres foram inspiradas por ela e buscaram um contato com a pecuarista após o evento.

[...] Falei, eu falei que ele (trabalho) evoluiu nesses 10 anos de onde eu estava, onde eu cheguei, onde eu quero chegar, então foi uma coisa... e eu vou te falar que o retorno foi muito bom, mais de 50 pessoas já entraram em contato comigo pelo Facebook pelo WhatsApp, até por telefone pedindo ajuda [...]. (Agroinspiradoras, 2016, EP 1 /BL 01/ 12:24 - 12:45).

Além disso, foi possível observar que as participantes do programa, somente em alguns momentos, deixam claro que estão ali para inspirar a audiência como ocorre na abertura do terceiro episódio, apresentado por Roberta Paffaro:

Olá, bem-vinda ao Agroinspiradoras, um programa feito por nós mulheres para vocês, que respiram e inspiram o setor mais importante da economia do Brasil: o agronegócio. (Agroinspiradoras, 2019, EP 3 /BL 01/ 00:06 - 00:19).

Apesar de não estar diretamente relacionada ao contexto do agronegócio, é importante mencionar outra empreendedora brasileira com trajetória profissional inspiradora e que tem verbalizado e atuado cada vez mais como uma defensora dos direitos das mulheres: Luiza Trajano. Sua trajetória profissional e seu ativismo em prol da causa feminina fazem dela uma referência relevante a ser considerada nesta tese, principalmente nesta seção que discute a cultura da inspiração.

Luiza Trajano tem se destacado na mídia devido a ações para promover a igualdade de gênero, raça e condição social (Expert XP, 2022). Em várias entrevistas, a empresária expressou desconforto por se tratar da única mulher presente em muitas reuniões, o que evidencia a necessidade de ampliar a representação feminina em espaços de poder. Além disso, após um episódio traumático envolvendo o feminicídio da gerente de uma das lojas de sua empresa, Trajano intensificou seus esforços para apoiar mulheres em situação de abuso.

Liderando o movimento “Mulheres do Brasil”, que conta com a participação de mais de 95 mil mulheres de forma apartidária, a empresária busca criar iniciativas significativas que contribuam para a defesa dos direitos das mulheres e para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária. Em 2020, ela chamou atenção ao lançar, no mesmo sentido, um programa de *trainees* voltado exclusivamente para profissionais negros.

A trajetória profissional de Luiza Trajano, a defesa dos direitos das mulheres e sua atuação como líder em movimentos sociais podem ser considerados elementos que se alinham com a cultura da inspiração. Ao se destacar na mídia e compartilhar suas experiências e ideais, Trajano serve como um modelo de sucesso e engajamento, inspirando outras mulheres a se envolverem na luta por igualdade de gênero e por melhores condições sociais. Isso porque suas iniciativas para apoiar mulheres em situação de abuso são exemplos concretos de como ela utiliza sua influência para promover mudanças positivas na sociedade.

Assim como algumas das agroinspiradoras analisadas, Trajano cresceu profissionalmente em meio a um negócio econômico em curso e, neste sentido, seu ponto de partida é privilegiado. Ainda assim, sua contribuição tem sido notável e significativa. As mulheres-agro, em geral, apresentam um engajamento limitado em termos de ações práticas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e direitos femininos. Embora demonstrem tímido apoio às questões femininas, as evidências presentes nos conteúdos analisados sugerem uma lacuna entre o discurso e a implementação efetiva de mudanças. Isso pode ser atribuído a diversos fatores, como estruturas de poder dominantes, questões socioeconômicas e problemas de representação política.

6.3 TEKA VENDRAMINI: MULHER ONÇA, ALFA E AGROINSPIRADORA

O nome de Teka Vendramini talvez seja hoje uma das maiores referências para as mulheres-agro. Sua trajetória no campo e escalada a cargos institucionais importantes, a exemplo do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA), da presidência da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e da Federação das Associações Rurais do Mercosul (FARM), lhe conferiram capital simbólico dentro do setor. Em 2015, em visita a vários estados, a pecuarista conversou com várias mulheres por meio de associações e sindicatos rurais. Em diversas entrevistas concedidas nesta época, a pecuarista afirmava que muitas mulheres queriam ouvi-la, mas, ao fim, quem retornava para casa inspirada era ela própria, após ter contato com tantas outras histórias.

Em maio de 2022, Teka fez viagens internacionais (Marrocos, Egito, Emirados Árabes, entre outros) juntamente com a comitiva do Ministério da Agricultura e Pecuária. Entre tantos chefes de Estado e equipes, ela figurava como a única mulher. Nas redes sociais, em uma das publicações, a pecuarista disse que visitou muitos países entre a África e o Golfo Pérsico e que seguiria para o Leste Europeu dando continuidade à missão comercial da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República²¹.

Uma das publicações feitas por Teka no Instagram se refere a essas viagens.

Figura 17 – Postagem de Teka Vendramini sobre viagens



Fonte: Vendramini (2023)

²¹ A nomeação da ministra Tereza Cristina, também indica uma intenção de fortalecer e promover o setor no âmbito governamental e fortalecimento de políticas de crédito e financiamento (Brasil, 2022).

Em 2023, as viagens e reuniões com representantes do agro continuaram e Teka destacou-se novamente como única presença feminina, como demonstram as imagens a seguir:

Figura 18 – Postagem de Teka Vendramini sobre reunião com representantes



Fonte: Vendramini (2023)

Figura 19 - Postagem de Teka Vendramini sobre reunião do Mapa



Fonte: Vendramini (2023)

A trajetória institucional da empresária talvez seja um dos moteis da inspiração sobre a qual falamos. Como dito anteriormente, ela foi a primeira mulher a ocupar um cargo na diretoria da SBR, instituição fundada em 1919 pela cúpula da aristocracia paulista cafeeira e que contava, até então, com presença exclusivamente masculina. Vendramini tornou-se presidente da SBR, ocupando o cargo entre os anos de 2020 e 2021. Ela ainda foi a primeira mulher a ocupar a

presidência da Federação das Associações Rurais do Mercosul. Dito isso, nota-se uma escalada rápida da pecuarista a cargos de instituições importantes no agronegócio.

A revisão histórica da trajetória de mulheres em cargos desta natureza demonstra como tem sido complexo e demorado o processo de fazer com que mulheres alcancem um espaço tão masculino.

Apesar de Teka não reverberar a representatividade dos cargos que ocupa, ela é reconhecida no universo do agronegócio como uma celebridade empreendedora (Brandão, 2018). Ela circula nos principais eventos do setor, é constantemente convidada para palestras e, por meio dela, ecoa a “voz da mulher no agro”, mesmo que esta não seja uma voz plural.

Sobre isso, Casaqui (2020, p. 07) afirma o seguinte:

São diversos os agentes que disputam simbolicamente o poder de inspirar: grandes corporações e suas comunicações publicitárias; agentes capitalistas que personalizam e dão voz ao sistema em fóruns mundiais e outros eventos globalizados, transmitidos online para audiências maciças ao redor do mundo; palestrantes que encontraram na atividade de inspiração uma forma de produzir lucro e notoriedade; ativistas e “mobilizadores” (para usar o jargão corrente nesse meio) ligados ao campo do empreendedorismo e do empreendedorismo social.

Já dissemos em outros momentos desta tese que nosso *corpus* de estudo se compõe de três episódios de Agroinspiradoras, acrescido de outras produções audiovisuais (entrevistas concedidas a outras emissoras) que contaram com a participação de Teka Vendramini. A escolha pela ampliação do *corpus* se deu diante do objetivo de observar e analisar como a representação midiática de Teka Vendramini é construída e como ela mesma se posiciona diante de tais representações.

A seguir, apresentamos um trecho de entrevista concedida por Teka à TV Centro-Oeste Paulista.

TV Centro Paulista: Você tem andado esse Brasil todo, **tem dado várias palestras e em especialmente conversado com muitas mulheres.** O que é que você tem visto nas mulheres do agronegócio brasileiro? [...] eu acredito que **você inspira muitas mulheres** e você também se inspira através do que você conhece por aí, né?

Teka Vendramini: No ano passado eu participei, eu falo 15, mas foram mais de 15 eventos de mulheres pelo Brasil. Sempre **convidadas por mulheres que estão aí.** [...] **elas tão me chamando**, tô participando de tudo, mas sou eu que ganho. (TV Centro-Oeste Paulista, 2017, grifos nossos).

Em outra entrevista, desta vez concedida à TV Jovem Pan News, a mídia reforça o caráter inspiracional dela.

TV Jovem Pan News: Eu estou aqui neste momento, na rede jovem Pan com uma das **estrelas** desse encontro: a Tereza Vendramini. Ela é presidente do Núcleo Feminino do Agronegócio, **produtora e uma líder espetacular desse nosso mundo do agro, feminino** que cada vez mais vai tomando proporções de liderança [...] é uma **inspiradora** desse nosso programa. (TV Jovem Pan News/Band, 2016, grifos nossos).

Nos destaques acima, observa-se que a mídia segmentada confere à Teka um capital simbólico ao identificá-la como “inspiradora, estrela, líder espetacular do agro feminino”. No entanto, ao analisar várias entrevistas, percebe-se que Teka não assume de fato a responsabilidade de ser uma fonte de inspiração e não busca se exaltar nesse sentido. Em vez disso, ela expressa humildade em outras ocasiões e questiona o porquê de ter se tornado uma referência, considerando-se apenas “mais uma” mulher do agronegócio brasileiro.

Essa aparente modéstia por parte de Teka sugere também a utilização de uma estratégia de comunicação. Ao não se colocar como líder inspiradora, ela cria uma conexão com o público transmitindo uma imagem de proximidade e empatia.

Apesar de repetir inúmeras vezes que se trata de “mais uma” mulher, sabemos que os enunciados são irrepetíveis, ou seja, são acontecimentos únicos que, a cada fala dela, apresentam cada vez mais acento, apreciação e entonação própria. Ela participa de um diálogo com outros discursos, constituídos a partir da própria fala dela ou de outras pessoas (Fiorin, 2008).

A apresentadora do programa também é tema de um capítulo do livro *Mulher Alfa* (Brito, 2018). Na obra, são apresentados trechos de entrevistas feitas com 10 mulheres do Brasil que atuam em cargos de liderança de diversos setores. No agro, quem conta a história é Tereza Cristine Vendramini, a Teka, que se autodenomina como uma onça pintada. Ao falar de si própria desta forma, compreendemos um pouco mais sobre sua personalidade. A pecuarista reconhece sua exuberância, é ágil e forte, embora também aja de maneira sutil e silenciosa.

Ela revela ter assumido cargos, ganhado títulos e ter sido reconhecida como uma agroinspiradora, o que revela uma construção simbólica de sua identidade. Identificando-se assim, Teka comunica uma imagem de si mesma que vai além de uma personalidade individual, como podemos ver no trecho a seguir.

Eu as inspiro de alguma maneira. O que eu passo para elas é: venha, porque o caminho é possível; venha, porque a gente consegue. [...] quanto eu vejo as mulheres me esperando para chegar, eu me pergunto, o que eu ainda tenho para falar para elas. Só que então eu lembro de tudo que vivi. Eu tenho essa conexão com as mulheres do Brasil que me mandam tantas mensagens, que me inspiram. [...] Eu sou a onça, que pega pelo pé, resolve a situação. A onça deita, acalma-se e dá o bote - um bote bom. Essa vida dentro da fazenda me ensinou muito e levo isso pra mim até no dia a dia. Eu sei esperar para dar o bote (Brito, 2018, p. 127).

Ao se autodenominar também como uma leoa, Teka demonstra muito do seu *ethos* (Fairclough, 2008). Em boa parte das entrevistas analisadas, vimos que o estilo verbal da produtora, assim como o seu tom de voz, expressa o tipo de pessoa que ela é, sinalizando também sua identidade social. Em um primeiro momento, Teka faz a relação a partir de perspectiva biológica e naturalizada quanto ao fato de ser mulher. Esta fórmula simples de caracterizar e identificar a mulher, criticada por Beauvoir (1980a, p. 25), diz respeito à matriz, ao ovário, à “fêmea que abocanha e castra o ágil espermatozoide”, assim como Teka sinaliza no excerto da entrevista: “A onça deita, acalma-se e dá o bote - um bote bom” (Brito, 2018, p. 127).

No cenário agro, ela se torna uma personificação de inspiração e de sucesso. Tanto é que ela foi chamada, por dois anos seguidos, pelo Canal Rural para apresentar o programa Agroinspiradoras. Simbolicamente, isso lhe confere mais poder, mais relações com o próprio campo e uma proximidade com o feminismo neoliberal, com o feminismo agro, evocando, nessa relação, o poder econômico.

Casaqui (2019; 2020) trata o empreendedorismo sob uma perspectiva crítica, por meio da qual se enxerga o ato de empreender de maneira menos glamourizada. Tudo com o objetivo de problematizar as questões de gênero e trabalho. Não se tratando de um movimento fundamentalmente positivo para os homens, ele é ainda menos benéfico para as mulheres que possuem várias jornadas de trabalho cotidianas.

Dessa forma, concluímos, neste capítulo, que a cultura empreendedora é constituída a partir de narrativas e conexões com dispositivos midiáticos. Além disso, a cultura perpassa processos complexos de produção, circulação e consumo.

Teka Vendramini e as outras agroinspiradoras são porta vozes de um fenômeno em construção e que temos chamado de feminismo agro, o qual se conecta com a cultura da inspiração, com o feminismo neoliberal, imbricado por interesses individuais, econômicos e de poder. Esse discurso, por sua vez, estabelece relação com as reflexões de Hall (2003) a respeito da obra de Bakhtin, para quem as formações discursivas fixam o fluxo da linguagem e, por isso

mesmo, há um domínio social e simbólico. Nas palavras de Bakhtin (2009, p. 10), “a classe dominante tende a conferir ao signo ideológico um caráter intangível e acima das diferenças de classe.”

Porém, também não se pode negar que, ao abordar algumas questões em seus discursos, como, por exemplo, o incentivo às mulheres que desejam romper as barreiras do “não é possível” (Heller, 2005, p. 13), as agroinspiradoras estão, de certa forma, introduzindo assuntos e ações antes vetados às mulheres, entre eles, a gestão de grandes propriedades e de empresas no campo.

No próximo capítulo, avançamos com as análises, fornecendo destaque a outras unidades de registro e contexto, a partir da observação de novas produções audiovisuais sobre as mulheres em destaque neste estudo.

7 OUTRAS MÍDIAS EM ANÁLISE: O DISCURSO UNÍSSONO DAS MULHERES-AGRO AO LONGO DOS ANOS

Neste capítulo, a pesquisa se direciona para uma investigação e para a análise de um conjunto diversificado de materiais, utilizando diferentes veículos de comunicação. Conforme mencionado na introdução, além das três edições do programa Agroinspiradoras, foram analisados outros 18 materiais audiovisuais que exploram a representação das mulheres participantes do programa em questão. Essa ampliação do *corpus* permitiu uma compreensão mais detalhada dos discursos das participantes e da forma como a mídia segmentada as retrata.

As unidades de registro definidas para a análise neste capítulo foram “sororidade”, “jeito de mulher”, “resistência”, “ajuda como sinônimo de sororidade”, “ocupação de espaços” e “dificuldade/resistência como sinônimo de preconceito”, permitindo uma compreensão maior das dinâmicas sociais e dos desafios enfrentados por essas mulheres no setor agropecuário. Para chegarmos a esse recorte do *corpus*, analisamos e decupamos muitas entrevistas, reportagens, uma trajetória que foi essencial para consolidar a compreensão da fala dessas mulheres como sujeitas do próprio discurso.

Figura 20 – Mídias analisadas



Fonte: A autora (2023)

7.1 UM CAMINHO PARA NOVOS DISCURSOS: SORORIDADE, RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS

A análise e o debate que propomos agora se concentra em 18 produções audiovisuais que incluem entrevistas realizadas em estúdios, *lives* e reportagens com presença e/ou citação das agroinspiradoras em foco neste estudo. A maior parte desse material foi exibida, primeiramente, em canais de TV que retratam o cotidiano do agronegócio. Entretanto, cinco dessas produções foram expostas na internet, em canais de mídia segmentada que também cobrem exclusivamente o setor²². Do material selecionado, apenas duas são reportagens, o que nos permite afirmar que o elemento principal de análise continua sendo a fala, isto é, os discursos das próprias mulheres, sem muitos recortes e interpretações por meio de *offs*²³ que compõem as reportagens jornalísticas.

Para tornar mais claro o trabalho em questão, foram produzidas três tabelas que possibilitam identificar o material proposto com um breve resumo. O formato do conteúdo, os veículos de comunicação, assim como os apresentadores e a duração dos produtos audiovisuais, são bastante diversos. Os anos das produções variam entre 2020, 2021 e 2022. Algumas produções se compõem de entrevistas realizadas em estúdios, enquanto outras ocorreram em ambientes externos durante eventos do agronegócio.

A sintetização das informações nas tabelas sobre os produtos fornece observações específicas para cada produção, tais como detalhes sobre os programas, características dos apresentadores e observações sobre os veículos de comunicação.

Tabela 01 – *Corpus* sobre Teka Vendramini

Ano	Veículo/ Programa	Link	Produto audiovisual	Apresentador/ Apresentadora	Outras observações
	Canal do Boi Fala Carlão	P1	Entrevista online Tempo: 16'	Carlão da Publique	Programa diário exibido como primeira atração do Programa Mais Pecuária. Carlão usa uma linguagem simples, descontraída e demonstra muita afinidade com os entrevistados. As entrevistas são realizadas principalmente durante

²²A internet permite ao público acessar o conteúdo que deseja, quando e onde quiser, oferecendo maior flexibilidade e controle sobre sua experiência de visualização. Os espectadores têm a liberdade de criar suas próprias programações, assistir a conteúdos em seus dispositivos móveis e interagir com os programas de forma mais ativa, por meio de comentários, curtidas e compartilhamentos. Isso resulta em maior engajamento e participação do público, o que pode impulsionar a visibilidade e a popularidade de determinados programas.

²³O termo *off* em jornalismo designa: “Toda narração editada com imagens, que depois são editadas e cobertas com imagens com o texto narrado pelo repórter” (Barbeiro; Lima, 1993, p. 39).

	2020		Tema/Chamada: Outubro Rosa		eventos do agro, online ou em estúdio. Na internet os vídeos vão também para o canal do profissional, além do Canal do Boi.
		Canal do Boi Entrevista da Semana	P2 Entrevista online Tempo: 15:02" Tema/chamada: Dia Internacional da Mulher Rural	Kaile Rodrigues	Programa exibido no Canal do Boi e portal SBA1.com. O Sistema Brasileiro do Agronegócio (SBA), reúne diversos programas voltados para o setor que são disponibilizados também na internet.
	2021	Canal Blog da Carne / You Tube Direto ao Ponto	P3 Entrevista online Tempo: 41:34" Tema/chamada: Mulheres da Carne- liderança feminina no agronegócio com Teka Vendramini	Juliana Chini	O Blog da Carne surgiu primeiro nas redes sociais em 2021. É comandado por mulheres que levam informação sobre o mundo da carne. Além de receitas, apresenta entrevistas. O programa Direto ao Ponto, voltado para o You Tube é mais focado em entrevistar personalidades do agronegócio.
		Sistema Faep	P4 Live e estúdio Tempo: 1:05:09" Tema/chamada: Capacitando Mulheres, vencendo desafios	Kellen Severo	O canal do Sistema Faep conta com diversos conteúdos sobre a agropecuária do Estado do Paraná. Tem notícias, dicas e novidades sobre grãos, pecuárias e outras atividades ligadas ao meio rural. A produção do canal é intensa e conta com reportagens, boletins informativos diários, <i>lives</i> e entrevistas, por exemplo.
	2022	Canal Rural Canal Rural Entrevista	P5 Entrevista em estúdio Tempo: 21:17" Tema/chamada: mês das mulheres/ Segurança alimentar	Priscila Paiva	O programa conta com episódios semanais, exibidos às terças-feiras com reprise na quinta-feira. Além de ser ancorado no estúdio, o programa também se desloca por outros cenários do canal ou é gravado em eventos.
		Canal Rural Giro do Boi	P6 Reportagem Tema/Chamada: 2:06 / 13:21 Congresso discute as tecnologias no agro nas mãos	Janaína Barros	O Giro do Boi é um dos programas mais tradicionais do Canal Rural. É exibido diariamente pela manhã há mais de oito anos. Conta com reportagens variadas do setor agro, entrevistas com personalidades e técnicos, além de articulistas e consultores. O programa também é

			das mulheres no campo		ancorado no canal do You Tube da TV.
--	--	--	-----------------------	--	--------------------------------------

Fonte: A autora (2023)

Tabela 02 - *Corpus Carmem Perez*

Ano	Veículo/ Programa	Link	Produto audiovisual	Apresentador/ Apresentadora	Outras observações
2020	Canal Rural	P1	Entrevista em estúdio Tempo: 23' Tema/Chamada: entrevista com Carmem Perez, bem-estar animal	Mário Sérgio Ortega	Programa tradicional do Canal Rural exibido há mais de oito anos. Conta com reportagens variadas do setor agro, entrevistas com personalidades e técnicos, além de articulistas e consultores. É ancorado no canal do You Tube da TV. O jornalista Mario Ortega apresenta o programa nos moldes do telejornalismo tradicional.
	Giro do Boi				
	Canal Rural	P2	Entrevista em estúdio Tempo: 1:50" Tema/chamada: Na fazenda Orvalho das Flores, quem comanda a produção é Carmem Perez	Ivaci Matias	A revista Globo Rural é uma das mais antigas do setor, assim como o programa de TV. A entrevista foi exibida apenas no Canal do You tube da revista. Foi realizada durante o Congresso Nacional das Mulheres da Agronegócio.
	Revista Globo Rural				
2021	Canal Kellen Severo/ You Tube	P3	Entrevista online Tempo: 38:58"	Kellen Severo	A jornalista Kelen Severo realizou cinco entrevistas com mulheres do agronegócio. A jornalista ancorou as <i>lives</i> no próprio canal do You Tube que, além desse material, conta com a exibição de centenas de materiais apresentados por ela na TV Jovem Pan News.
	Série Mulheres do Agronegócio		Tema/chamada: Decidi cuidar da fazenda aos 22 anos		
2022	TV Globo É de casa (Quadro Belezas da Terra)	P4	Entrevista online Tempo: 12' Tema/chamada: Carmem Perez é referência no bem-estar animal	Juliana Sana	O quadro é exibido dentro do programa semanal de variedades É de Casa. Apesar de ser o único produto analisado fora de um programa segmentado em sua totalidade, o quadro Belezas da Terra apresenta entrevistas e reportagens do meio agrícola.
	Band/ Terra Viva	P5	Entrevista em estúdio Tempo: 29:34"	Juliana Matthes	Programa que leva o nome da empresa Ourofino Saúde Animal, um grupo farmacêutico-veterinário de origem brasileira. O programa é

	Ouro Fino em Campo		Tema/chamada: Conheça a história da pecuarista Carmen Perez, referência na pecuária sustentável		diário e conta com reportagens e entrevistas no estúdio e on-line.
	KWS Sementes/ Canal You Tube	P6	Entrevista em live Tema/Chamada: Live Mulher a força do Agro	Alessandra Decicino	A KWS é uma empresa alemã de mais de 160 anos em sementes. No canal do You Tube da empresa estão diversas reportagens, documentários, vídeos institucionais a série de <i>lives</i> com 12 mulheres do agronegócio.

Fonte: A autora (2023)

Tabela 03 - *Corpus Roberta Paffaro*

Ano	Veículo/Programa	Link	Produto audiovisual	Apresentador/ Apresentadora	Outras observações
2020	Canal do Boi Fala Carlão	P1	Entrevista em ambiente externo – durante um evento Tempo: 5:41”	Carlão da Publique	Programa diário exibido como primeira atração do Programa Mais Pecuária. Carlão usa uma linguagem coloquial e demonstra muita afinidade com os entrevistados. As entrevistas são realizadas principalmente durante eventos do agro, online ou em estúdio. Na internet os vídeos vão também para o canal do profissional, além do Canal do Boi.
	Canal Rural Giro do Boi	P2	Entrevista em estúdio Tempo: 18' Tema/chamada:	Mário Sérgio Ortega	Programa tradicional do Canal Rural exibido diariamente pela manhã há mais de oito anos. Conta com reportagens variadas do setor agro, entrevistas com personalidades e técnicos, além de articulistas e consultores. O programa também é ancorado no canal do You Tube da TV. O jornalista Mario Ortega apresenta o programa de maneira sóbria, nos moldes do telejornalismo.
2021	Band Brasília Jornal Tribuna Rural	P3	Reportagem Tempo: 2:12” Tema/chamada: Lançamento livro	A reportagem não é assinada, porém o off é narrado por voz feminina.	Programa exibido na região do Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE). Após 10 anos no mercado com a versão impressa, o jornal se expandiu e foi para a TV em 2020, com frequência semanal.

		Mulheres do Agro		
2022	Site Notícias agrícolas Conexão Campo Cidade	P4	Entrevista online Tempo: 55' Tema/chamada: Mercado futuro soja	Alexandre Barros Marcelo Prado Roberto Rodrigues O site Notícias Agrícolas foi fundado pelo jornalista João Batista. O programa Conexão Campo Cidade é exibido no canal oficial do Notícias Agrícolas. São exibidos conteúdos em diversos formatos sobre o agronegócio com visualizações expressivas.
	Band/Terra Viva Agro Manhã	P5	Entrevista em estúdio Tempo: 10:33 Tema/chamada: Semana especial do Dia da Mulher	Lilian Munhoz e Pedro Costa O telejornal conta com atualização das notícias e cotações, entrevistas e debates. Ancorado por dois jornalistas.
	Agro Mais /Band Tech e Startups Agro Digital	P6	Entrevista online com ancoragem em estúdio Tempo: 27 Tema/chamada: Roberta Paffaro fala sobre o mercado	Raissa Lomonte AgroMais é um canal de televisão fechada focado em notícias sobre o agronegócio, pertencente ao Grupo Bandeirantes de Comunicação, com sede em Brasília.

Fonte: A autora (2023)

No que se refere ao material apresentado, é preciso destacar alguns pontos em comum sobre os veículos que integram esse *corpus*. Apesar de os veículos Canal do Boi e Giro do Boi serem identificados com esses nomes, eles não versam apenas sobre pecuária. E como todos os outros veículos mencionados nas tabelas, os temas de Canal do Boi e Giro do Boi são variados. Além disso, os temas abordados nas produções audiovisuais incluem questões relacionadas ao setor agropecuário, tais como bem-estar animal, liderança feminina no agronegócio, mulheres do agronegócio e mercado futuro da soja, por exemplo.

Realizamos a decupagem do *corpus*, um processo que consiste em analisar e fragmentar o material em partes menores para facilitar a compreensão e a categorização. Seguindo a pré-análise proposta por Bardin (1977), que organiza os dados em torno de unidades temáticas ou de significado relevantes para o objetivo da pesquisa, identificamos as seguintes unidades de

registro: “jeito de mulher”, “ajuda como sororidade”, “ocupação de espaços” e “resistência como sinônimo de preconceito”.

O estudo do conteúdo do discurso emitido por essas mulheres constitui-se de um profundo e intenso processo. Com efeito, apesar de elas ocuparem espaços midiáticos, o discurso verbalizado, ainda que ensaiado e recortado, diz muito sobre a preexistência das práticas sociais delas.

Certamente, entre as agroinspiradoras apresentadas no material selecionado, Roberta Paffaro é a que dá mais pistas sobre um posicionamento crítico com relação aos temas gênero e trabalho. Apesar de no passado sua família ter exercido atividades no campo, Paffaro não é produtora, não atua dentro da porteira e talvez seja esse um dos motivos que façam com que ela apresente menos “ideários progressistas de liberdade para a mulher, atrelado aos princípios neoliberais”, conforme nos lembra Januário (2021, p. 52), em sua teorização.

A realidade social é construída pelos discursos, e os sentidos por seu turno são cercados de ideologia. Bardin (1977, p. 143) esclarece que a análise das unidades de registro são “complexas e comportam um grande número de variáveis a tratar em simultâneo”. As reflexões que apresentamos resultam da análise de oito horas e meia de produção audiovisual.

7.1.1 Jeito de mulher

No imaginário popular, repleto de simbolismos e de construções sociais (entre elas, o patriarcado), a mulher possui um jeito diferente de ser e agir. Desde os primórdios das civilizações, ela é representada diferentemente dos homens. Em *Feminino e Masculino: uma Nova Consciência para o Encontro das Diferenças*, Muraro (2022) reflete sobre os sistemas simbólicos, destacando a capacidade humana de se comunicar com a realidade através desses sistemas, apesar das limitações. A autora enfatiza que somos moldados por categorias de gênero, homens ou mulheres, o que gera limitações na compreensão completa do real. Ela ainda questiona o “jeito de mulher”, destacando como as representações simbólicas constroem e restringem a identidade feminina, explorando a conexão entre o imaginário e o real, as dinâmicas patriarcais, a sexualidade e a influência econômica.

O sistema modela a carne em mulher/homem, cujas particularidades e limites “perdem” o feminino nos labirintos de uma identidade já marcada pelo assujeitamento (Navarro-Swain, 2013). O jeito de uma mulher agir e administrar o agronegócio é uma representação que fica evidente por meio do conteúdo do discurso das agroinspiradoras e da própria mídia. Em geral, esse jeito de mulher, retratado pelas agroinspiradoras, está atrelado a características positivas.

Em um dos recortes do *corpus* relacionado à Teka Vendramini observamos uma palavra que produz essa mensagem em tom pejorativo.

Vivemos de estereótipos, pois a mulher nasceu para ser **boazinha** e homens que vão lá e fazem. Isso vai impregnado e acha que nasceu desse jeito, mas não nasceu. Temos que derrubar isso e chegar em igualdade e equidade (Sistema Faep, 2021, [54:55-55:05], grifo nosso).

O trecho anterior foi verbalizado por Teka Vendramini na *live* com o tema “Capacitando mulheres, vencendo desafios”, realizada em um estúdio e organizada pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná (Faep). De acordo com o conteúdo do discurso das agroinspiradoras, esse jeito feminino de ser possibilita que as ações das mulheres alcancem sucesso. Adjetivos como “organizada”, “humilde”, “modesta”, “equilibrada”, “determinada”, “antenada”, “inteligente”, “estudiosa”, “competente”, “sensível”, “perseverante”, “resiliente” e “curiosa” aparecem com frequência no *corpus* analisado.

Na fala de Teka, o mais recorrente dos adjetivos é “organizado”, como podemos perceber no excerto a seguir:

Nós nunca tivemos tão **organizadas**, cada vez mais. Eu falo que 2015, 2016, 2017 a gente explodiu. As mulheres do agro não estavam tão **organizada** em grupos, cooperativas por esse Brasil inteiro. [...] Agora elas (mais jovens) já chegaram, estão se **organizando**, a juventude tá se **organizando** (Blog da carne, 2021, [28:59-29:37/30:20- 30:22], grifos nossos).

Na opinião dela, o ato de se organizar em grupos ou durante o trabalho no campo é uma característica feminina que faz com que as mulheres cheguem mais longe. A ênfase na expressão “nós nunca tivemos tão organizadas” sugere um sentimento de conquista e fortalecimento do coletivo “mulheres do agro”. O trecho também aponta para uma transformação significativa no contexto social e político do setor agrícola. Essa mudança pode ser interpretada como uma resposta às desigualdades e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no campo, evidenciando, com isso, a busca por maior representatividade e protagonismo feminino.

Paralelamente a isso, outro adjetivo que chama a atenção no discurso de Teka Vendramini é “equilibrada”. A pecuarista afirmou à jornalista Kaile Rodrigues, durante sua entrevista ao Canal do Boi, que a então ministra Tereza Cristina era uma pessoa equilibrada, que não era de falar muito. Em geral, atribui-se à mulher, de maneira estereotipada, a

característica de pessoa falante e histérica, ao contrário da ministra, que Teka elogia pela parcimônia de palavras dela.

Adicionalmente, ao dizer que a ministra falava pouco e era equilibrada, Teka sugere que a não replicação do “jeito de mulher” tornava a ministra ainda mais inteligente e competente. Existe, nessa fala, um incentivo ao afastamento da ministra de características estereotipadas de gênero, reforçando a ideia de que as mulheres devem se distanciar dos estereótipos femininos para que sejam levadas a sério e para que sejam bem-sucedidas.

Já na opinião de Carmem Perez, o jeito sensível da mulher a ajuda na gestão dos negócios rurais. Em duas das seis reportagens analisadas, os apresentadores dizem que Carmem é uma mulher forte, porém, doce e sensível. A pecuarista é referência mundial em bem-estar animal. A forma como maneja o rebanho em sua propriedade no Mato Grosso tornou-se um modelo de pecuária com adoção de boas práticas. Importante observar que o adjetivo forte, habitualmente ligado à representação masculina, vem agregado às qualidades de doce e sensível, salientando que ela não perdeu a gênese da feminilidade. Há limites para a ruptura de gênero em sua atuação no campo.

Durante o Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio de 2022, tivemos a oportunidade de conversar por alguns minutos com Carmem Perez e assistir a uma palestra dela. Na ocasião, a pecuarista apresentou suavidade na fala e na maneira de se movimentar, o que pode levar a mídia a retratá-la como uma mulher sensível. No entanto, o tom de voz firme que ela adota transmite uma imagem de determinação e força.

Outros trechos de fala da pecuarista Carmem Perez sugerem que ela incorpora a ideia de força, mas sem perder suas qualidades femininas, como podemos observar a seguir:

[...] As pessoas falam isso é coisa de mulher (trabalhar com bem-estar animal), porque é muito sensível. Mas eu falo, isso é bom também, porque teve uma época que eu achava que ser sensível era ruim e hoje eu acho tão bom ser sensível, foi essa sensibilidade que me levou para tantas transformações (TV Jovem Pan News, 2021, [23:52- 24:10]).

[...] É porque a mulher tem um jeito diferente na gestão, de lidar com as pessoas, o negócio, é muito saudável (TV Globo, 2021, [10:14-10:21]).

[...]A mulher tem uma capacidade mais empática. Tem um olhar mais humano, com uma percepção maior, mais empático em todas as questões relevantes da gestão de uma fazenda. Ela tem olhar 360º (KWS, 2022, 09:04-09:22).

Nesse contexto, a sensibilidade evocada está relacionada a um padrão culturalmente atribuído às mulheres, caracterizado pela expressão emocional e pela maior conexão com os

sentimentos. A diversidade de experiências individuais e as múltiplas formas de expressão emocional devem ser consideradas, reconhecendo-se que tanto homens quanto mulheres têm a capacidade de agir com base nos sentimentos e na racionalidade, de maneiras variadas e igualmente válidas.

A análise desses trechos revela como a ideia de uma “verdadeira mulher” é reforçada nas falas das agroinspiradoras, atribuindo características específicas, como sensibilidade, empatia e um estilo de gestão diferenciado. Esses discursos reproduzem o conceito tradicional de feminilidade, ao sugerirem que as qualidades mais valorizadas nas mulheres estão ligadas à emotividade e ao cuidado, naturalizando essas características como intrínsecas ao gênero feminino.

A visão da mulher como uma gestora empática e com uma percepção “360º” (KWS, 2022) ou como alguém cuja sensibilidade transforma (Jovem Pan News, 2021), reforça um estereótipo. Assim, mesmo ao valorizarem essas qualidades, esses discursos mantêm uma perspectiva limitada, já que a definição da “verdadeira mulher” é moldada por expectativas tradicionais e ignora a diversidade de experiências e competências femininas.

A tese de Liliane Machado, *E a mídia Criou a Mulher: Como a TV e o Cinema Constroem o Sistema de Sexo/Gênero* (Machado, 2006), evidencia como a mídia reforça um modelo normativo de feminilidade, naturalizando papéis binários e promovendo a ideia da “verdadeira mulher”. A autora observou representações díspares das mulheres nos filmes de animação, representações que ora reproduzem estereótipos tradicionais, ora apresentam tentativas de ruptura. Ela destaca ainda como as matrizes discursivas midiáticas constroem uma imagem padronizada da “verdadeira mulher”, como feminina, sensível, cuidadosa e destinada ao amor, casamento e maternidade. Ao promover esse modelo homogêneo, a mídia exclui a diversidade de corpos, as belezas e experiências femininas, naturalizando papéis sociais binários e sexistas.

Machado (2006) argumenta que a repetição contínua dessas representações tradicionais, combinada com ausências sutis e discursos silenciosos, reforça o sistema de sexo-gênero, ignorando a pluralidade de identidades e comportamentos. A mídia, ao mesmo tempo que parece introduzir inovações, mantém uma lógica conservadora por meio de “negociações aprazíveis”, conciliando valores tradicionais e contemporâneos para validar a hierarquização dos gêneros.

Tal arranjo permite que, por um lado, as mulheres sejam percebidas como seres dotados de inteligência, perspicácia, disciplina, entre outros valores

positivos, os quais, durante muito tempo, foram atribuídos unicamente aos homens e, por outro lado, que sejam vistas como as guardiãs da família, destinadas ao casamento (Machado, 2006, p. 228).

Ao longo do trabalho, Machado (2006) também demonstra como filmes e programas de TV analisados moldam o imaginário social sobre o que se deve desejar e ser. Essa pedagogia invisível, que estabelece normas sobre o “certo” e o “errado”, desvaloriza os que não se enquadram nesses padrões, deixando suas existências no silêncio.

Em outra mídia, o apresentador do programa Giro do Boi, Mario Ortega, nomeia como espetáculo as imagens das massagens feitas nos animais da fazenda de Carmem Perez: “Tinha que ser mesmo uma mulher para mudar a realidade da pecuária, e não é porque ela é **boazinha** não, é porque tem resultados” (Giro do Boi, 2019, grifo nosso). O diminutivo “boazinha” está carregado de sentido pejorativo e negativo. Ao dizer que Carmem não era boazinha, Ortega revela discursivamente que a pecuarista não estava fazendo tudo isso (a mudança de práticas no bem-estar animal) apenas porque era inocente, ingênua, mas porque sabia dos resultados financeiros que isso lhe traria.

A escolha das palavras e expressões revela uma representação negativa em relação à figura feminina. No trecho, o apresentador sugere ainda que as ações da entrevistada não são motivadas por bondade ou inocência, mas por interesses financeiros que, de certa forma, desvalorizam as ações dela e desconsideram a sua competência profissional, reduzindo o trabalho de Carmen a uma mera estratégia para obter resultados econômicos.

No You Tube, mídia em que a entrevista foi exibida, um internauta comentou que “a mulher faz melhor que os homens [atividades no campo] e deve ser por causa do tal amor” (Perez, 2021). Ao relacionar amor com a mulher, o usuário sugeriu que os homens não trabalham com amor, o que, em alguns casos, é considerado positivo e em outros, não. A associação estereotipada reforça a ideia de que a emoção e o afeto são inerentes às mulheres, ressignificando a noção biologizante acerca dos gêneros.

Pode-se afirmar, ao contrário do que se costuma imaginar, que a diferença biológica entre os dois sexos não é fator determinante para a propagação de sentimentos. Isso porque o que mais conta no quesito emoção são as influências culturais e sociais. Jimenez (1995, p. 209) nesse sentido, explica que:

Cada cultura constrói sistemas de valores nos quais se estabelecem as categorias e os papéis convencionais para cada sexo, que não derivam das diferenças biológicas entre homens e mulheres. Um aparelho simbólico e coercitivo é construído para que os indivíduos respeitem os padrões ideais de

conduta ou sancionem as infrações. É verdade, porém, que os indivíduos, através da prática social, manipulam as normas, as tornam flexíveis, as utilizam de maneira conjuntural, as quebram e reelaboram de acordo com suas experiências e necessidades.

Roberta Paffaro também deixa claro que a mulher tem um olhar mais periférico e que observa tudo:

[...] Eu noto muito as mulheres a frente das *startups*, então, estão trazendo e olhando de maneira mais periférica para o mercado (Band Terra Viva, 2022, [07:34-7:37]).

[...] A mulher tem uma mente mais aberta, mais periférica (Agro Mais, 2022, [25:30-25:37]).

Assim como as duas outras agroinspiradoras, o enunciado da jornalista Roberta Paffaro também evidencia a unidade de contexto (Bardin, 1977, p. 104) nomeada como “jeito de mulher”. No Canal Rural, o apresentador Mario Ortega inicia a entrevista com a jornalista a partir da seguinte frase: “[...] as senhoras do agro elas podem ir muito além das expectativas, afinal elas agem com o coração sem perder a razão” (Canal Rural, 2019).

Na sequência, Roberta concorda e diz que a “mulheres agem com o coração e colocam amor em tudo” (Canal Rural, 2019). Mais uma vez é posta a relação entre o “agir com razão” versus “o agir com emoção”. Porém, aqui a menção ao fato de que a mulher trabalha com o coração soa positiva, criando um sentido de que a mulher consegue ser tanto emocional quanto racional, enquanto os homens seriam capazes de usar apenas a razão.

Os trechos anteriores são exemplos de papéis de gênero considerados “femininos por excelência” (Jimenéz, 1995, p. 207). Isso sugere a ideia de que certas características, comportamentos ou funções atribuídas historicamente às mulheres são fundamentadas em diferenças biológicas entre os sexos. Em outras palavras, a justificativa para esses papéis estaria associada a supostas características inerentes ao corpo feminino.

Tal conjuntura reflete uma perspectiva biologicista que busca explicar as disparidades de gênero com base em características biológicas, como diferenças hormonais ou estruturas anatômicas, em vez de considerar as influências sociais, culturais e históricas na construção dos papéis de gênero. Essa visão, entretanto, deve ser vista de maneira crítica, principalmente ao considerar estudos de gênero, pois tende a simplificar e naturalizar as diferenças de gênero, negligenciando as complexas interações entre fatores biológicos e sociais na formação dos papéis de gênero.

Além disso, os conteúdos analisados destacam a presença de discursos binários que opõem razão e emoção, associando a razão aos homens e a emoção às mulheres. Nesse sentido, é importante acionar as reflexões de Stuart Hall, pois essas representações reforçam estereótipos de gênero, limitando as possibilidades de atuação das mulheres e desvalorizando sua capacidade intelectual.

Tais construções linguísticas reproduzem desigualdades de poder, reforçam hierarquias entre os gêneros, mantendo uma divisão desigual de atribuições e qualidades. Esse cenário faz com que as mulheres que “chegam lá” se desobriguem de pautar questões específicas sobre gênero porque já conquistaram o que almejavam. Ou ainda, são incentivadas a reproduzir ali papéis socialmente atribuídos a elas, tais como, o jeito feminino de fazer as coisas, o agir dócil e a personalidade meiga (Ayres, 2017).

Outra questão recorrente na fala de Paffaro e Teka é a busca por capacitação, conforme observamos nas falas a seguir:

Roberta Paffaro: A mulher tá sedenta por **conhecimento**, tão buscando aprender cada vez mais e de trazer inovação [...] o conhecimento é a base de tudo, é a curiosidade, correr atrás do que acredita e o conhecimento, é a determinação (Canal Rural, 2019, [12:01-13:14], grifos nossos).

Teka Vendramini: Parece que as mulheres, sobretudo o **conhecimento**, que tem nunca é suficiente, parece que tá sempre em débito [...] não se sente pronta preparada. Eu acho que foco, **ir atrás** e estudar é isso aí (Sistema Faep, 2021, [30:06-30:17], grifos nossos).

Na fala de Teka, nota-se um jogo semântico e ideológico nos enunciados que repercutem um efeito de deslocamento da memória discursiva no interlocutor. Em outras entrevistas, a mídia a indaga sobre como ela chegou a estes espaços e sobre como se tornou uma referência no setor. Ela responde sem pestanejar que está sempre estudando (Sistema Faep, 2021).

Essa resposta, apesar de refletir o mérito individual de Teka, pode também alimentar a percepção de que as mulheres só podem se sobressair numa tarefa a partir de um esforço hercúleo, constante e específico. A menção às tradições religiosas e às ciências como moldadoras da imaginação social e estabelecedoras do sistema patriarcal reforça a influência dessas construções na definição de papéis de gênero. A insistência na necessidade contínua de estudo, como expresso por Teka, pode ser vista como uma manifestação desses valores sociais que perpetuam a ideia de que as mulheres devem constantemente se esforçar para alcançar reconhecimento e sucesso, acima das ações realizadas pelos homens.

Explorando a interseção entre discurso e realidade, é fundamental reconhecer que a narrativa do “fazer o que quiser”, “ser o que quiser”, “estudar o quanto quiser” atrelado às mulheres pode ser limitador, pois não contempla uma grande porcentagem de mulheres brasileiras, principalmente em situação de vulnerabilidade.

Januário (2021, p. 52) reforça que este é um debate complexo.

[...] especialmente se o observamos também de uma perspectiva do feminismo interseccional (Henning, 2015). Ao pontuarmos que nem todas as mulheres têm acesso a esse tipo de emancipação, na qual muitas estão preocupadas com o que vão comer naquele mesmo dia, é preciso ponderação. O panorama brasileiro, latino-americano e, por que não, mundial, nos fomenta a reflexão em torno dos recortes de classe, gênero e raça.

Mais do que trabalhar para se tornar uma presidente de sindicato ou estudar com afinco sobre a Bolsa de Chicago, seria preciso vislumbrar também, num país marcado por desigualdades como o Brasil, mecanismos que ajudassem a elucidar uma maneira de modificar esta situação.

7.1.2 Ajuda como sinônimo de sororidade?

A sororidade é uma palavra que tem ganhado cada vez mais espaço nos últimos anos. Recentemente, ela foi incluída nos principais dicionários de língua portuguesa e vem sendo entoada com veemência por mulheres que lutam pela igualdade de gênero (Fernandes, 2021).

A princípio pode parecer estranho encontrar essa unidade de registro no conteúdo do discurso das agroinspiradoras selecionadas, pois, em geral, elas evitam deixar esse comportamento evidente. Contudo, é exatamente este o exercício da pesquisa: vislumbrar, para além dos ditos, também os não ditos ou mesmo os implícitos. Para isso, a análise de conteúdo se entrelaça com a análise do discurso, utilizando conceitos teóricos que nos permitam aprofundar a compreensão sobre os dados coletados.

Maingueneau (2008) argumenta que aquilo que é expresso em um enunciado exclui todas as possibilidades não expressas, ressaltando a importância do contexto e das ausências significativas. Assim, o “Outro” é concebido como um “Tu” virtual, mas também como um “Eu” que precisa ser constantemente dissociado. Esses preceitos da análise de discurso enriquecem a abordagem de análise de conteúdo, permitindo-nos capturar as sutilezas e as complexidades presentes nos discursos analisados.

A sororidade tem sido comumente disseminada na internet, como observado em outros momentos deste texto, o que se deu, primeiramente, com o avanço de movimentos como o *Me Too*²⁴. Numa dimensão ética e política, a sororidade tornou-se um tema e uma prática do feminismo contemporâneo.

A sororidade é um pacto político de gênero entre mulheres que, reconhecendo-se como interlocutoras, são fiéis a si mesmas e às outras mulheres, sem hierarquia [...] contudo, a sororidade não é uma fraternidade ou simplesmente uma irmandade entre mulheres. Trata-se de um movimento que demanda uma voz própria. Genericamente, a sororidade pode ser explicada como uma solidariedade feminina – que não é recente, como nos mostra, por exemplo, o movimento sufragista – numa organização que se forma pela reciprocidade e amizade entre mulheres que nem sequer precisam ser amigas, mas que compartilham o mesmo ideal e trabalham para alcançar o mesmo objetivo, [...]deriva de uma espécie de acordo entre mulheres. (Fernandes, 2021, p. 03).

Nesse sentido, a sororidade tem se tornado um instrumento para reivindicação e conquista da igualdade de gênero e equidade. A sororidade, por se tratar de um coletivo voltado para um coletivo, se torna uma forma de reação à fraternidade masculina e um caminho para enfraquecer a misoginia. O uso de redes sociais por mulheres mais jovens, como tentativa de estabelecer um espaço de fala, proporciona mais visibilidade não só ao conceito como também às práticas sociais que as cercam. Essas ações são também difundidas pela mídia segmentada contemporânea, principalmente as não tradicionais e de massa.

Alguns pesquisadores situam a sororidade na chamada terceira onda. Outros, na quarta onda. Entretanto, Fernandes (2021) relembra que a irmandade feminina não é recente, tendo em vista, como ele destaca, a existência do movimento sufragista, uma organização entre mulheres que não eram amigas, conhecidas, mas que compartilharam o mesmo ideal e trabalharam para alcançar o mesmo objetivo. É notório que o conceito vem recebendo apropriações para além do espaço de militância do feminismo. E ao ser definido de diferentes formas, torna-se alvo de críticas e discussões sobre sua funcionalidade (Leal, 2020).

Em pesquisa, Machado, Schons e Melo Dourado (2019) discutem a construção da sororidade como um elemento central nos discursos veiculados pela Revista AzMina. Nesse artigo as autoras destacam que a rivalidade entre mulheres é uma construção social moldada pelo patriarcado, dificultando alianças genuínas. O conceito de sororidade surgiu nos anos 1970

²⁴ O movimento internacional *Me Too* é uma iniciativa social que surgiu em 2017, quando a atriz Alyssa Milano encorajou as pessoas a compartilharem suas experiências de assédio sexual usando a hashtag #MeToo nas redes sociais. O objetivo do movimento é combater o assédio e a violência sexual (Me too, 2021).

como um esforço para promover a solidariedade entre mulheres, mas ainda carece de reconhecimento formal na língua portuguesa.

Embora a sororidade promova união e solidariedade entre mulheres, ela pode acabar desconsiderando ou minimizando as diferenças entre elas, como raça, classe social e orientação sexual. Essa crítica aponta o risco de tratar as mulheres como uma categoria homogênea, ignorando as diversas formas de opressão que algumas enfrentam de maneira mais intensa que outras (Machado; Schons; Melo Dourado, 2019).

Em acréscimo a essa perspectiva, trazemos Bardin (1977, p.114) para reforçar como a metodologia de análise de textos pode contribuir para a análise da sororidade no discurso das agroinspiradoras.

A medida de co-ocorrência (análise de contingência) dá conta da distribuição dos elementos e da sua associação. A distribuição dos elementos, pode constituir um ponto significativo de conhecimento. Por exemplo, dois «Textos» apresentam o mesmo número de elementos a, mas no primeiro, estes elementos encontram-se dispersos por todo o texto, enquanto no segundo estão concentrados numa determinada passagem.

A medida de co-ocorrência ou análise de contingência permite compreender como os elementos estão distribuídos em um conjunto de textos e como se relacionam entre si, revelando padrões significativos. No contexto desta análise, observamos a presença e a distribuição da palavra sororidade nos materiais estudados. Teka Vendramini destaca-se ao abordar a sororidade, utilizando pautas transversais para estimular esse sentimento entre as mulheres.

A análise de co-ocorrência revela que, embora o termo sororidade não esteja sempre presente, a ideia é central e concentrada em certas partes do discurso de Vendramini. Isso evidencia que a distribuição dos elementos (neste caso, o conceito de sororidade) pode variar significativamente, com uma concentração em determinados trechos, indicando uma ênfase temática importante. Dessa forma, por meio da análise de contingência, percebemos como o conceito de sororidade é estrategicamente disseminado nos discursos das agroinspiradoras, que fortalece a união entre as mulheres, mesmo sem a necessidade de nomeação direta.

Recorremos novamente à análise de discurso sob perspectiva de Orlandi (1999) para aprofundar essa compreensão. A visão teórico-discursiva nos permite explorar não apenas o que é dito explicitamente, mas também o que é sugerido ou implícito. Observamos que, embora a palavra sororidade apareça explicitamente em apenas um dos materiais analisados, ela permeia o discurso das agroinspiradoras, especialmente o de Teka Vendramini. A ausência da palavra em alguns materiais não implica sua ausência conceitual. O “não dito” traz consigo o

pressuposto e o subentendido relativos ao ato de não dizer. Entre os ditos e não ditos, há subentendidos e significados subjacentes que não são expressos claramente.

A análise de discurso complementa a análise de contingência, revelando nuances e ênfases temáticas que fortalecem a sororidade no discurso dessas mulheres. Assim, o discurso das mulheres-agro transcende o uso da palavra sororidade, indicando que a ideia subjacente está presente, mas que pode ser expressa por pautas transversais. Nesse contexto, Teka Vendramini se destaca ao conscientemente (mas não literalmente) promover um dos aspectos da sororidade entre mulheres do setor agropecuário, aproveitando pautas que, mesmo não mencionando explicitamente o termo, contribuem para fortalecer os laços e a colaboração feminina na área.

Em entrevista concedida ao programa Direto ao Ponto, exibido pelo Blog da Carne, Teka afirma:

E as mulheres, eu acho que a gente tem que difundir uma amizade, muito grande, sabe, além da gente tá se capacitando. É assim, uma amizade sincera que a gente se ajude, que a gente se paute (Blog da Carne, 2021, [33:29-33:38]).

Na sequência, Teka critica, mais uma vez, a competição tão enraizada e estimulada culturalmente entre as mulheres. Essa noção de rivalidade é difundida por uma cultura machista e enraizada socialmente.

E tem uma coisa, que quem me conhece e fica perto de mim, sem competição. A competição é agradável em algumas situações, aqui não. A gente tem que ter uma união, tem que ter essa amizade, difundir realmente entre a gente, eu acho que assim a gente vai conseguir caminhar mais porque num bloco grande eu tenho certeza que temos força maior [...]uma mulher puxa a outra pra alcançar objetivos (Blog da Carne, 2021, [33:38-34:06]).

A declaração de Teka Vendramini reflete uma postura crítica em relação ao senso comum de que mulheres são, ontologicamente, rivais entre si. Entretanto, nos estudos feministas e de gênero, essa rivalidade é estimulada pela cultura ocidental que leva as mulheres a acreditarem que a competição é uma norma, sendo impossível a união entre elas.

Nesse sentido, Babi Souza observa:

O fato é que fomos ensinadas a achar que não temos motivos para nos unirmos ou, ainda, que, mesmo se quisermos nos unir, isso não seria possível, afinal, somos mulheres e apenas os homens são capazes de ter laços verdadeiros e intocáveis (Souza, 2016, p. 46).

Ao afirmar “a competição não é agradável aqui”, Teka sugere uma quebra com essa mentalidade competitiva internalizada. Ela advoga pela necessidade de união, amizade e colaboração feminina. A ideia de que “uma mulher puxa a outra para alcançar objetivos” reflete uma perspectiva contrária à narrativa de que as mulheres são incapazes de desenvolver laços verdadeiros. Assim, Teka busca desafiar os estereótipos de competição e rivalidade, promovendo uma visão mais positiva da força coletiva feminina para alcançar objetivos comuns. Isso sugere certa conscientização sobre os padrões culturais limitantes e uma busca por mudança e fortalecimento da sororidade e da colaboração entre as mulheres.

Em outra entrevista, a pecuarista acessa um dos sentidos da sororidade e faz uma analogia com o universo animal para ilustrar a força e a irmandade entre as mulheres.

Andar em bando é muito mais fácil e por isso eu digo para as mulheres, se unanim, chegar a lugares em vários é muito mais fácil, a gente se agrregar. (Sistema Faep, 2021, [57:36-57-42]).

Como visto, o conceito de sororidade está entremeado com discursos sociais. Na primeira unidade de contexto, a fala de Teka está em primeira pessoa: “eu acho”. Ao fim de sua fala, ela diz “que a gente se ajude”, utilizando o plural, demonstrando-se inclusiva e convidativa para que outras mulheres tomem parte do movimento que ela propõe.

No segundo trecho, Teka procura desconstruir o discurso que circula na sociedade, segundo o qual as mulheres não conseguem ser amigas, pois estão sempre competindo. A unidade de contexto em tom convocador pede a união feminina para que, juntas, as mulheres obtenham mais conquistas. Por meio do interdiscurso, recupera-se um discurso presumivelmente machista sobre a relação entre mulheres e o enunciado de Teka funciona como uma resposta a ele.

Nesse sentido, Tiburi no prefácio de *Vamos Juntas? O guia da sororidade para todas* reforça: “[...] a união feminina é um mal que se precisa evitar para que a ordem continue estabelecida e não seja questionada”. Sendo assim, as mulheres naturalmente não podem estabelecer laços de irmandade e ajuda mútua por serem eternas rivais. Na mesma direção, Souza (2016) esclarece que nenhum fator biológico torna as mulheres menos capazes que os homens de serem amigas. Entretanto, se elas ouvirem e acreditarem nisso a vida toda, isso pode ocorrer.

Machado, Schons e Melo Dourado (2019) também observam que as interações entre mulheres são frequentemente apresentadas sob a ótica da rivalidade. O senso comum perpetua

a ideia de que mulheres são naturalmente rivais, uma construção social reforçada por imagens que promovem a desconfiança entre elas.

O que o senso comum afirma a respeito da relação entre mulheres? Em geral, que somos rivais umas das outras. Essa rivalidade instaura-se socialmente e possui um repertório imagético que alimenta esse sentimento de desconfiança (Machado; Schons; Melo Dourado, 2019, p. 238).

No que se refere à atuação das mulheres no meio agrícola, observa-se uma dinâmica interessante em relação à abordagem sobre a rivalidade e sobre a ausência do termo sororidade nos discursos das agroinspiradoras. Essas mulheres, em suas práticas e falas, buscam muitas vezes combater a rivalidade de maneira implícita, concentrando-se incentivar a solidariedade, a colaboração e o apoio mútuo. Embora não expressem explicitamente o conceito de sororidade, suas ações refletem alguns dos princípios subjacentes a essa ideia. É uma abordagem que encapsula a essência de uma prática que se manifesta de maneira tangível nas relações entre as mulheres envolvidas.

Voltando ao trecho em que Teka faz menção ao universo animal, é importante fazer uma observação. Na natureza, os animais frágeis se protegem quando estão reunidos. Peixes em cardumes protegem-se de predadores; pássaros em bando chegam mais longe quando fazem jornadas pelo céu. Assim, coletivamente, Teka acredita que as mulheres possam chegar mais longe, o que consequentemente diminui as chances de elas serem “devoradas” pelo sistema patriarcal. Dessa forma, a pecuarista evoca a necessidade de mulheres ajudarem outras mulheres, principalmente para acessarem espaços que habitualmente lhes são negados.

Vendramini deixa evidente a necessidade de mulheres que alcançam espaços não destinados a elas se lembrarem de outras mulheres, como demonstra o seguinte trecho:

E outra coisa, da gente quando chegar em outra posição, porque, a gente não esquecer de trazer outra (mulher), da gente olhar no entorno e a gente entender, trazer junto. (Blog da Carne, 2021, [34:01-34:10]).

A jornalista Roberta Paffaro apresenta, em suas falas, mais elementos que nos levam a identificar o discurso da sororidade. Em 2022, durante uma entrevista online para o canal Agro Mais, ela destacou a necessidade de união entre mulheres.

Em resposta a uma pergunta, Paffaro reafirma sua posição como mulher do agro (que atua fora da porteira), incluindo-se, portanto, em um grupo que agrupa outras mulheres:

Você também é uma mulher do agro. Parabéns pelo seu trabalho, eu acredito que a gente tem que se fortalecer ainda mais. A mulher já está, há muito tempo, 30% das fazendas, são lideradas por mulheres (Agro Mais, 2022, [23:30-23-53]).

Em outra entrevista, Roberta Paffaro assinala:

As empresas precisam desenvolver programas de capacitação, programas que possam incentivar realmente liderança. A gente precisa muito mais de Malus, Julianas, líderes com cargos mais alto dentro das empresas. [...] aproveitando a mensagem, eu gostaria que você mulher do agro, não se compare a ninguém, você é única. Não tem que olhar o que a outra tá vivendo, olha para sua história. Entenda onde você chega e quer chegar (Band Terra Viva, 2022, [08:10-8:30 /09:39-09:55]).

Nos dois trechos, notamos a sororidade presente na fala de Paffaro. Primeiro, ao evocar o fortalecimento de mais mulheres e, depois, ao reivindicar mais espaço para outras mulheres e reforçar o discurso contra a competitividade feminina.

Sobre essa questão, Januário (2021) esclarece:

[...] será que ao dar visibilidade as essas questões, as empresas meio que se “se livrariam” de um debate e uma análise real sobre o tema do feminismo, especialmente aquele pautado na segunda onda, no qual se questiona onde estariam as mulheres nos processos e cargos de decisão? Quantas mulheres realmente participam dos critérios e escolhas empresariais tomando decisões? Afinal, lugar de mulher é onde ela quiser? Ao tratar do tema para fora, resolve a questão da mulher no mercado de trabalho? A resposta é não (Januário, 2021, p. 41).

Os questionamentos postos pelo autor ascendem neste trabalho algumas questões igualmente importantes: Será que ao mencionarem, ainda que timidamente, sobre a importância e a necessidade de mais mulheres ocupando cargos de liderança, as instituições se livram de um debate mais profundo sobre o tema? Quantas mulheres realmente são convidadas a participar de diretorias? Abordar o tema em palestras e eventos resolve o problema da relação entre gênero e trabalho?

Diferentemente de Januário (2021), que foi assertivo ao responder não a esses questionamentos, podemos compreender o discurso do feminismo agro como um passo tímido, mas, ainda assim, importante para a busca de outros espaços.

Nas unidades de contextos analisadas, o conteúdo dos discursos das agroinspiradoras versam sobre alguns aspectos que emanam elementos da sororidade. Contudo, são falas que evitam estimular uma discussão política e, por essa razão, acabam por se ater a termos como ajuda e apoio, em substituição à palavra sororidade. É notável o esforço delas em não deixar o

tema ganhar relevo nas discussões que emergem nas entrevistas. E pelo fato de não darem voz a uma discussão mais ampla e que vá além de ajudar ou não, as produtoras não só limitam o debate como também não se posicionam acerca do tema. Adicionalmente, por não se posicionarem, elas implicitamente estimulam outras mulheres, em seus lugares de fala, a se representarem da mesma forma, como se no agronegócio não fosse necessário discutir sobre sororidade.

Fica claro ainda que as mulheres acessam elementos do conceito de sororidade quando elas estão sendo entrevistadas por outras mulheres. Isso porque a convocação para a irmandade não ocorre em materiais em que elas são interpeladas por homens. Ao analisar os trechos da entrevista, é possível circunscrever possíveis sentidos e verificar a acepção de sororidade nas falas das agroinspiradoras. Não observamos, de fato, uma conexão ou sororidade com outros grupos de mulheres em situação diversa, como as mulheres camponesas, as mulheres de movimentos sociais, as da agricultura familiar e de outros tantos coletivos femininos.

Nesse sentido, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que é salutar elas incentivarem a sororidade (ainda que não usem o termo), o silenciamento, nesta perspectiva, produz outro questionamento: Quem elas convocam para a união? A sororidade pressuposta seria direcionada somente para mulheres brancas e de classe média?

Mariana Guidetti Rosa, em *Sororidade e Empoderamento: uma Análise do Discurso Feminista no Facebook*, pontua:

[...] o sentimento de irmandade, ou sororidade, é algo cobrado das mulheres em lugares em que elas têm de ser contempladas, ou seja, em lugares de valorização da mulher (como o lugar de feminista, talvez) e essa sororidade socialmente “cobrada” teria o dever de existir também na relação com o que o enunciador denomina de opressor (a): uma mulher que seja branca, cisgênero, heterossexual e de classe média ou rica. (Rosa, 2019, p. 66).

A partir dessa reflexão, compreendemos que a sororidade representada nas falas das mulheres agro se revela como uma sororidade limitada e, de certo modo, romantizada. Ela não abrange todas as mulheres, permanecendo restrita ao grupo ao qual as agroinspiradoras pertencem. Embora exista uma relação de afeto, não há reconhecimento pleno da diversidade de pautas, que podem ser diferentes ou até opostas, mas não necessariamente excludentes.

No campo dos estudos de gênero, o conceito de sororidade, frequentemente idealizado, exige uma análise mais profunda. Reconhecer a pluralidade de pautas entre as mulheres é essencial, mas a simples ausência de rivalidade não basta para construir uma verdadeira

sororidade. É necessário observar como essas pautas interagem, pois muitas vezes são ignoradas em nome de uma harmonia superficial.

Essas tensões, especialmente em contextos midiáticos, evidenciam a importância de resistências que desafiam discursos unificadores e simplistas. Tal cenário abre caminho para futuras análises que considerem não apenas as diferenças, mas também as potencialidades de um diálogo mais inclusivo e representativo entre as diversas vozes femininas.

7.1.3 Ocupação de espaços

Ao longo da história, as mulheres ocuparam e estiveram presentes em diversos espaços. Um deles, o espaço doméstico, continua sendo “destinado” a elas, conforme perpetrado pela cultura. No setor privado, a presença delas no campo do trabalho se iniciou pelas fábricas têxteis e foi crescendo gradativamente. Apesar disso, os espaços de poder, em geral, sempre estiveram e continuam sendo destinados a homens.

Nesse contexto, a presente seção empreende uma análise que vislumbra observar no *corpus* quais são as funções que estão sendo ocupadas pelas mulheres-agro e como elas têm se posicionado nestes espaços.

Segundo Fiorin (1999), entre as três categorias da enunciação – “pessoa”, “tempo” e “espaço” – a categoria “espaço” é a menos estudada. No entanto, é importante compreendê-la porque todas as atividades e papéis de homens e mulheres dependem do espaço em que esses papéis ocorrem. As ideias de posição e movimento são essenciais, não só no espaço físico, mas também no espaço de comunicação.

Teka Vendramini é, entre as três mulheres que analisamos, a que mais ocupa espaços de poder. Ela se insere em várias comissões do agro e em instituições financeiras. Os primeiros convites feitos a ela tinham o objetivo de incentivá-la a contribuir com grupos formados por mulheres, entre os quais, o Núcleo Feminino do Agronegócio. O bom desempenho para estabelecer o diálogo, assim como sua competência técnica lhe abriram portas em outros locais de destaque.

Isso aí todo mundo fala muito né e eu sei disso, eu tenho consciência dessa responsabilidade Carlão, de ser a primeira mulher em 100 anos na SBR. Eu também fui eleita a primeira mulher da FARM (Federação de Associações Rurais do Mercosul Ampliado), né. Eu sei estas coisas, são importantes, recebo mensagens, a gente comemora tanto, nós as mulheres do agronegócio.

Todo mundo comemora, só que eu falo, tomara que num futuro muito próximo a gente não precise mais comemorar, que isso daí se torne algo normal na vida das mulheres. Que muitas de nós cheguem e vários postos e posições. A gente fala de oportunidade de comando, que faça a vida de todo mundo melhor. [...] Eu tive a felicidade de participar, oportunidade de participar, que é um conselho dos três maiores bancos privados, Itaú, Santander e Bradesco que formam o Conselho da Amazônia são sete conselheiros e eu tô levando nossas pautas do agronegócio. [...] eu tive outra oportunidade de participar do Conselho da Febrabam. Está sendo muito importante pra mim levar as pautas [...] faço parte do Conselho Consultivo da JBS, a JBS montou um conselho, eles também querem estar perto da Amazônia legal [...] (Canal do Boi, 2020, [4:54 -6:06/11:50-12:10/ 13:21-13:31]).

Em 2023, a pecuarista ocupava, pelo menos, quatro cargos representativos dentro do setor agropecuário. Observa-se ainda, com base em Fiorin (1996), que a pecuarista realiza operações de movimento: a expansão e a condensação permitem descrever mudanças de posição. Palavras como “aí”; “daí”; “eu tô”; “faço parte” e “muitas de nós cheguem” revelam um sentido que pretende provocar a modificação de posição, isto é, uma transposição de espaços. O espaço físico (de estar literalmente ocupando e presidindo algo), entretanto, não deve ser analisado a partir da categoria geográfica apenas, mas também na relação com outras categorias.

Primeiramente, a referência à posição de Teka Vendramini como a primeira mulher em 100 anos na Sociedade Rural Brasileira (SBR) destaca uma categoria de análise que podemos denominar de “contexto histórico e social”. Essa categoria inclui elementos que se referem ao papel histórico de Vendramini e à importância de sua posição dentro da SBR, ressaltando a responsabilidade e o impacto de sua liderança.

A menção à eleição de Vendramini como a primeira mulher na Federação de Associações Rurais do Mercosul Ampliado (FARM) e sua participação em conselhos de grandes instituições financeiras e empresas, como Itaú, Santander, Bradesco e JBS, evidencia outra categoria, entendida como “contextos institucionais”. Aqui, analisamos como cada uma dessas organizações apresenta um contexto específico com suas próprias normas, práticas e expectativas. Essa categoria permite entender a relevância e a influência das participações de Vendramini na vida das mulheres do agronegócio.

Por fim, a expressão usada por Teka “tomara que num futuro muito próximo a gente não precise mais comemorar, que isso daí se torne algo normal na vida das mulheres” aponta para uma terceira categoria de análise: o “contexto social e cultural”. Essa categoria foca nas transformações desejadas socialmente, a partir da qual se busca a normalização da presença

feminina em diversos setores, com destaque para as mudanças culturais necessárias a essa inclusão.

Em outro trecho, Teka faz uma reflexão sobre o papel das mulheres no agronegócio, destacando a importância de elas assumirem posições de liderança e outras funções, além das tradicionalmente ocupadas no setor.

O que eu chamo a atenção é para as mulheres virem para outras posições, além de ser profissionais do agro. A gente pode alçar outros cargos, nós temos condições para isso e capacidade [...] eu acho isso disruptivo (mulheres que são mestres da carne), esse trabalho que está fazendo. Eu acho que isso aí já nos coloca as mulheres do agronegócio num outro lugar, num outro patamar, numa outra conversa, já é muito disruptivo (Blog da Carne, 2021, [31:31-31:45/ 36:59-37:01]).

Por essa perspectiva, poderíamos considerar que a “simples” ampliação da participação das mulheres em espaços simbólicos de poder, e majoritariamente masculinos, seria garantidor do aprimoramento da qualidade das democracias. Ou seja, a inclusão de mulheres na cena pública, de alguma forma, alteraria a “identidade do agronegócio” que atualmente se configura como um ramo tipicamente machista. Mas a ativista e vereadora Carla Ayres critica esses acessos ou concessões e seus argumentos giram em torno da seguinte consideração:

Dado que espaços públicos, as instituições políticas e os espaços de decisões políticas de modo geral são historicamente dominados por homens e pela reprodução de valores patriarcais, a mera presença das mulheres nestas arenas demandaria uma reorganização simbólica e comportamental da ação política – espaço físico, vocabulário, léxico, estratégias de negociação, etc. (Ayres, 2017).

Não se pode afirmar que esta reorganização ocorra a partir das afirmações de Teka. Nas conversas com os jornalistas, Teka não relata exemplos de que alguma mudança já tenha ocorrido. Também é importante destacar a “concentração” da ocupação de espaços de alto poder simbólico por apenas uma pessoa. Ao todo, 13 mulheres perfazem o *corpus* desta tese, entretanto, a maioria delas não está presente nas instituições. Além disso, é preciso levar em consideração e reconhecer a exclusão de grupos politicamente minoritários, tais como mulheres com outras atuações no campo, negras e indígenas, em espaços ligados ao agronegócio. Para que possamos observar mudanças a partir de outras ocupações, precisamos considerar que outros grupos, minoritários ou não, também estejam representados nestes espaços de decisão, a fim de que seus interesses sejam levados em consideração.

Ainda segundo Ayres (2017), “as democracias se constituem quanto mais grupos sociais obtiverem oportunidade e igualdade de condições (materiais, formas, cognitivas e estruturais) de influenciar as decisões políticas”. Todavia, não é isso o que se observa no discurso da mídia segmentada quando representa a mulher-agro.

Nesse sentido, recorremos mais uma vez ao campo literal da política para ampliar a discussão. Anne Phillips (1995), considerada uma expoente da teoria democrática feminista, catedrática das ciências políticas, cunhou o conceito “política da presença”, que defende a ampliação da representatividade dentro do Parlamento ao incorporar grupos minoritários para que eles possam fazer reivindicações diretas à instituição.

Ou seja, para Phillips, deve existir uma preocupação em colocar, no centro das discussões, a composição dos espaços político-institucionais, a fim de considerar não somente o que se representa, mas, sobretudo, quem se representa. Para ela, nem todos os interesses das mulheres podem ser engendrados por um legislador, principalmente se ele for de outro gênero.

Ao direcionarmos nossa reflexão para a análise do espaço ocupado pelas mulheres-agro na mídia e em espaços de poder, corroboramos a ideia da autora anteriormente mencionada, segundo a qual importa observar quem ocupa esses lugares e o que se busca a partir deles. A pouca pluralidade nos espaços, e até mesmo na mídia, demonstra insuficiência para lidar, isoladamente, com questões de exclusão e diferenças estruturais. Phillips (1995, p. 273) acredita ainda que a representação presencial das pluralidades pode até garantir que “as mensagens vão variar, mas isso dificilmente importa, se os mensageiros são os mesmos”.

A constatação de que as agroinspiradoras ocupam espaços simbólicos e presenciais é, sim, motivo para considerar que houve um movimento diferente ao longo dos anos. Não obstante, há, nesse processo, uma engrenagem que opõe mulheres. Por isso, uma pergunta se abre nesse sentido: Que mulheres tendem a ocupar esses espaços?

Longe de querer simplificar a resposta e querer evitar uma discussão complexa, é preciso, em primeiro lugar, repensar ações para que mais grupos estejam igualmente envolvidos nas tomadas de decisões de nossas vidas. Não há como negar que quando existe uma presença maior de mulheres em postos de tomada de decisão, isso traz mais itens e questões para agenda social. Mas é importante ressaltar que as mudanças não acontecem de maneira natural, é preciso que alguém as queira realizar.

Continuando a analisar as falas de Teka, a pecuarista destaca a diferença entre os perfis de mulheres em apenas um trecho do *corpus*. Durante a *live* realizada pela Faep, em alusão à mulher-agro no trabalho, Teka diz que viaja pelo Brasil e que, com isso, tem a “oportunidade

de ver realidades diferentes e que não dá pra minimizar um problema que é real”, isto é, a pouca presença feminina em espaços de decisão (Sistema Faep, 2021).

Em outro momento, mais adiante, observamos um “chamamento” mais ostensivo de Teka para que outras mulheres se mostrem prontas a ocuparem posições que hoje a pecuarista ocupa. Esse discurso é muito recorrente nas falas da pecuarista, revelando não só o desejo de que isso ocorra, mas também a preocupação com o tempo que isso vai levar para acontecer. Destacamos, a seguir, algumas falas que sinalizam este posicionamento: “que assumamos alguns cargos”, “cargos de responsabilidade”; “é esse legado que eu quero deixar”; “com mulheres no poder a gente volta a sonhar” e “assumam posições de líderes”.

Então, é preciso reconhecer a desigualdade no ponto de partida destinado a outras mulheres integrantes do agronegócio. A presença de uma mulher-agro veterinária em espaços como os citados acima é, certamente, mais improvável. Em geral, as mulheres que ocupam espaços de tomada de decisão são aquelas que previamente ocupam posições patronais.

Em relação à outra mulher-agro, Carmem Perez, observamos que ela também evoca o tema ocupação de espaços, porém, de forma menos frequente do que a pecuarista anterior. Na *live* da KWS Brasil ela diz que muitas mulheres estão perseverando, abrindo caminhos e derrubando muros. Em outro recorte, desta vez extraído da entrevista concedida ao programa “É de casa”, ela reconhece que o campo é um lugar muito masculino e acha “muito saudável a mulher se apropriar desse lugar que também é dela” (TV Globo, 2021).

O uso que Perez faz do adjetivo “saudável” chama a atenção. Denotativamente, ser/estar compreende um conjunto de ações, hábitos e condições que proporcionam o bem-estar geral do ser humano: a qualidade de vida. Neste sentido, é bom para o bem-estar geral, do ser humano e da sociedade, que a mulher esteja no espaço do trabalho. Entretanto, logo na sequência, temos a expressão “se apropriar”, ou seja, apoderar-se de algo.

Em um curto discurso, Carmem Perez declara que os “espaços” também são das mulheres, porém, eles são pouco apreendidos socialmente. A expressão “muito saudável” sugere uma visão positiva e encorajadora, enfatizando os benefícios da presença feminina e a importância de a mulher reivindicar o seu espaço. De maneira implícita, Carmem Perez valoriza a atuação das mulheres no campo e questiona estereótipos de gênero associados a determinados espaços ou atividades, reafirmando, então, a necessidade de inclusão feminina no campo e questionando a predominância masculina nesse ambiente.

Para Flávia Biroli (2013), a separação histórica que relega aos homens o domínio do mundo público e às mulheres o cuidado com atividades domésticas é:

[...] uma das bases para a alocação desigual dos recursos de oportunidades para que os indivíduos tomem parte, como iguais, da sociedade em que vivem, de modo que, em um circuito completo de acúmulo de desvantagens, a participação das mulheres no mundo do trabalho e no mundo da política é reduzida, ou marcada por obstáculos e expectativas que se desdobram do seu ‘pertencimento’ à vida privada, doméstica, familiar (Biroli, 2013, p. 13).

São desiguais as condições materiais e simbólicas nas quais os indivíduos exercem sua liberdade e buscam determinar autonomamente as suas vidas. Assim como são desiguais as garantias de integridade individual (física e psíquica) e de igual participação nas decisões que lhes afetam.

Em quatro das seis produções audiovisuais analisadas, nas quais Roberta Paffaro aparece, ela destaca a importância e a necessidade de as mulheres se verem representadas em espaços para além do doméstico. Em boa parte das entrevistas, ela gosta de citar o último levantamento do IBGE, segundo o qual cerca de 30% das mulheres ocupam cargos de liderança nas fazendas. Para ela, “o sexo frágil é coisa do passado” (Canal Rural, 2019).

Já no veículo Terra Viva, a jornalista reforça que vê uma maior participação das mulheres no agronegócio, principalmente após a criação do Congresso Nacional das Mulheres no Agronegócio e do lançamento do livro *Mulheres do Agro*.

A ideia [de escrever o livro] surgiu após uma visita a Rondonópolis. Norma Gato, só tinha uma mulher na sala. [...] depois daquela apresentação ela segurou na minha mão, me abraçou e disse: que orgulho, eu me senti representada e naquele momento eu comecei a perceber que como a gente via nos eventos algumas mulheres, uma presença muito tímida, mas algumas mulheres ali [...] a gente tinha que dar voz a estas mulheres, mostrar que estas histórias. (Band Terra Viva, 2022, [23:58-23:59/ 24:02/25:01/26:00-26:02]).

Paffaro observa que muitas mulheres se sentiram representadas pelo livro. Norma Gato é uma delas. Norma assumiu a gestão da propriedade após o companheiro ser assassinado por um funcionário e sua história foi parar no livro.

A produção dessa obra colocou luz sobre um grupo de mulheres. Entretanto, como já era esperado, muitas outras foram excluídas. Durante a entrevista, Paffaro, foi questionada se não há a intenção em avançar com esse “mapeamento”, trazendo a experiência de outras mulheres. Então ela explicou que, por enquanto, não há a intenção de ser fazer isso, mas ressaltou que consta como um de seus objetivos ampliar os olhares neste sentido.

Ao analisar as falas das mulheres do agro, observamos que frequentemente elas projetam uma narrativa de superação pessoal. Apesar de aparentarem inclusão, são falas acabam reproduzindo um comportamento individualista. Essa ênfase na história individual

transmite a ideia de que “se eu consegui, qualquer uma pode também”, mas desconsidera barreiras sociais e culturais específicas que afetam outras mulheres. A valorização da trajetória própria cria um modelo meritocrático que não reconhece a necessidade de ações coletivas mais amplas e políticas públicas estruturadas para promover inclusão efetiva.

O voluntarismo também sobressai nas ações dessas mulheres, pois muitas iniciativas são feitas de maneira isolada e sem articulação com outras lideranças ou movimentos femininos. Embora essas ações sejam bem-intencionadas, a falta de uma estratégia coletiva impede a criação de redes de apoio consistentes e dificulta a inclusão de outras mulheres com diferentes perfis e realidades. Dessa forma, o discurso de inclusão se torna fragmentado, sem alcançar uma representatividade mais ampla e, assim, as oportunidades de cooperação e fortalecimento mútuo acabam limitadas.

Essa é uma abordagem que revela contradição: ao mesmo tempo em que tentam se posicionar como protagonistas, essas lideranças não conseguem aglutinar mulheres com diferentes experiências no campo, especialmente aquelas que enfrentam condições mais adversas.

Na próxima seção, discutiremos o preconceito e como ele é muitas vezes disfarçado por meio de outras nas falas dessas mulheres.

7.1.4 Resistência e dificuldade como sinônimos de preconceito?

Diferentemente de outros temas analisados, Teka Vendramini raramente aborda o preconceito nas produções audiovisuais de que participa. Durante a *live* do Sistema Faep, a jornalista Kellen Severo a questiona perguntando se, na visão dela, as mulheres enfrentam **obstáculos** apenas por serem mulheres, ou se esse é um tema do passado.

A isso, Teka responde da seguinte forma:

Encontra [...] quando você vai falar de qualquer obstáculo, masculino ou feminino, eu falo, de qual Brasil a gente vai falar. Então este estado do Paraná, o meu estado São Paulo, as mulheres eu tenho certeza né porque a condição é muito melhor em vários sentidos. O nosso foco aqui é aprendizado, e nesses estados a gente sabe que isso não acontece [...] o nortão (*sic*), no Acre, a realidade destas mulheres é muito diferente ainda [...] não dá pra gente minimizar os problemas que estas pessoas têm, que é real. Então dependendo da região eu vejo com certeza mais **dificuldades** ainda, eu vejo até da mulher falar, dela se sentir segura para se manifestar. [...] Ser essa presidente da SBR e me relacionar com as mulheres que você sabe Kellen que eu faço muito aí no Brasil, é perceber que elas querem falar das mesmas coisas que os homens falam, não tem isso de fazer nenhuma distinção disso [...] essas mulheres eu

vejo caminhando em pé de igualdade (Sistema Faep, 2021, [53:59-55:01/ 55:08-55:12/ 55:22-55:33/ 1:07:54-01:01:07:56], grifos nossos).

A pergunta da jornalista nos chama a atenção, pois sugere uma indagação sobre preconceito. Esse sentido fica mais evidente no contexto e quando ela acrescenta ao questionamento a expressão “só por ser mulher”. O tema aparece encoberto na pergunta (substituído pela palavra obstáculo) e na resposta de Teka, que não titubeia e responde prontamente: “Encontra”, e segue discorrendo sobre a mesma palavra, obstáculo.

O contexto do diálogo pode admitir a substituição de palavras a depender da preferência ou do objetivo do enunciador, porém o significado e o sentido delas nunca serão os mesmos. Enquanto o termo “obstáculo” versa sobre algo que impede alguma coisa de avançar, a palavra preconceito traz à tona o sentido de discriminação. Ainda na mesma fala Teka traz elementos da sua formação como socióloga e relativiza as “dificuldades”, de acordo com cada região. Para ela, no Sudeste, os “obstáculos” (termo usado com o sentido de preconceito) com relação ao conhecimento estão menores. Já no “Nortão” (como ela mesma nomeia) os “obstáculos” ainda perduram. Num país com dimensões culturais e geográficas como o Brasil, seguramente, essa disparidade é notada.

Ao evitarem o uso da palavra preconceito, essas mulheres do agro – especificamente Teka Vendramini, neste trecho – acabam por minimizar as lutas das gerações anteriores que enfrentaram desafios significativos para abrir caminhos importantes. A criação do projeto Agroinspiradoras só é possível hoje graças às batalhas travadas por essas mulheres que vieram antes.

Nesse sentido, falar em “obstáculos” em vez de “preconceito” torna-se uma estratégia para deslocar a atenção de um indivíduo ou grupo que exerce o poder para as estruturas sociais mais amplas que criam barreiras e desafios. Essa escolha linguística pode estar relacionada à ideia de Foucault sobre como o poder opera de maneiras sutis e internalizadas na sociedade, influenciando as normas e práticas cotidianas. Ao descrever os desafios como “obstáculos”, estas pessoas apontam para essas estruturas e normas mais amplas, sem atribuir a responsabilidade a indivíduos específicos.

Já nas falas de Carmem Perez, as unidades de registro que remetem ao tema preconceito são “resistência” e “dificuldades”. Mais uma vez, tais termos são trazidos desde a pergunta efetuada pela própria mídia. É apenas na entrevista com a repórter da TV Globo que a palavra preconceito aparece claramente pronunciada, contudo, sem estabelecer uma relação direta com gênero. A relação se dá apenas com o trabalho, conforme pode ser visto a seguir:

TV Globo: Você sofreu **preconceito** por ser uma herdeira e chegar numa terra, onde já tinha gente trabalhando?

Carmem Perez: Juliana, não, eu não senti isso, com 22 anos eu não senti, absolutamente nada disso [...] hoje 20 anos depois aos 42, estando mais amadurecida eu sinto que existem **dificuldades**. Eu acho que sempre tive um cuidado, pelo fato de ser mulher com a minha postura, com meus trajes, com as minhas roupas, e isso sempre gerou uma reflexão do jeito que ...antes eu tinha muito mais do que hoje, a minha preocupação era enorme do jeito que ia me portar, como eu falava, se eu tava sendo escutada, e eu acho que é um **desafio** a mais (TV Globo, 2021, [5:12–6:10], grifos nossos).

Em sua resposta à jornalista, Carmem Perez evidencia o preconceito que as mulheres sofrem todos os dias, apenas por serem mulheres, em relação, por exemplo, ao modo de se vestir e de falar. Esse foi um ponto que a fez refletir, principalmente por estar ladeada de homens, no sentido de evitar infortúnios os quais poderiam atrapalhar seu foco naquele momento (o trabalho). Pelas imagens, ela pode ser vista com camisas de mangas compridas, calça jeans, botas, chapéu de aba larga e tranças. Nos congressos e palestras, Carmem gosta de vestir com roupas claras. Raramente em público ela está com outra vestimenta que apresente o ombro ou parte do braço, por exemplo.

O cuidado de Carmen Perez em usar roupas compridas, como evidenciado por suas escolhas de vestuário em congressos e palestras, revela uma atenção a temas, como preconceito de gênero e estereótipos associados às vestimentas femininas. O fato de ela optar por camisas de mangas compridas, calça jeans e evitar mostrar ombros ou parte dos braços pode ser interpretado como uma estratégia para desviar a atenção de sua aparência física e direcionar o foco para sua presença e contribuição intelectual.

O uso de roupas compridas pode ser, ainda, uma forma de resistir aos padrões tradicionais de vestuário feminino que frequentemente são objeto de julgamento e críticas, especialmente em ambientes profissionais, ou, por outro lado, o de submeter-se à lógica de que as mulheres honestas devem vestir-se com sobriedade e discrição para não darem margem a críticas sobre o seu comportamento.

No campo, a vestimenta da pecuarista não é muito diferente. O fato de Carmen Perez optar por usar roupas compridas, mesmo no ambiente rural ou na roça, acrescenta uma dimensão à sua escolha de vestuário. Em ambientes rurais, especialmente na roça, onde as atividades envolvem muitas vezes o contato com elementos naturais, o uso de roupas compridas pode ser uma medida prática de proteção contra insetos, plantas espinhosas, sol intenso e outros

fatores climáticos adversos. Essa escolha pode ser guiada por considerações de conforto e segurança física.

Ao escolher roupas compridas na roça e justificar isso como uma medida de proteção, Carmen Perez pode estar combinando práticas tradicionais, considerações práticas e uma expressão de resistência contra estereótipos de gênero. Essa escolha demonstra a complexidade das decisões relacionadas à vestimenta. Apesar de rapidamente falar da preocupação com os trajes, a pecuarista não complexifica a questão e, mais uma vez, o preconceito de gênero é posto de lado.

Em outra entrevista, ao canal Band Terra Viva, em 2022, a jornalista Juliana Mattes também usa a palavra “dificuldade” para iniciar uma pergunta. Ela não deixa claro que o questionamento está relacionado ao preconceito de gênero, então, Carmem a responde mencionando o processo de aprendizagem em gestão.

Band Terra Viva: Muitas mulheres com quem eu já conversei disseram realmente nisso, mas colocando até uma **dificuldade** né, que para dar, pra ter voz muitas vezes, elas precisavam ter informação para a turma, principalmente os homens acreditaram nelas. Você passou por uma **situação** semelhante?

Carmem Perez: Eu digo que eu tava tão preocupada em aprender a trabalhar, que eu não tive essa percepção de **resistência** [...] mas depois de muitos anos, acho que a gente vai ficando mais madura, com mais conexão eu percebi que existia sim (mas não diz o que). [...] eu acredito que com a ciência, com a perseverança quebra esse tipo de **paradigma** (Ourofino em Campo; Band Terra Viva, [03:33-04:09 / 4:14-4:30/ 4:45-4:55], grifos nossos).

As palavras grifadas nos ajudam a compreender o nítido esforço de ambas para não usarem a palavra preconceito. Passar rapidamente pelo assunto ou tratá-lo de forma velada, ao mesmo tempo em que cumpre a agenda do politicamente correto, também fornece menor destaque à discussão.

Assim como foi observado nas outras duas análises relacionadas à jornalista Roberta Paffaro, o discurso da mídia, especificamente do programa Band Terra Viva, se repete e nele são usadas outras palavras para abordar o tema preconceito de gênero.

Quais os principais desafios que você ainda vê hoje da mulher do agro, não só no agro, mas também de forma geral, na sociedade? (Band Terra Viva, 2022, [6:28 -6:32]).

A entrevista ao Band Terra Viva tem 12 minutos e é mediada por um casal de jornalistas. O tema da chamada retrata a semana especial do Dia da Mulher. Mas o assunto aparece apenas

aos seis minutos e vinte e oito segundos de entrevista. Logo no início da resposta, Roberta opta por elencar pontos positivos sobre a participação da mulher no agro e não há uma apresentação de dificuldades. Após quase dois minutos, ela destaca a importância de se ter mais espaço destinado a mulheres, com cargos de liderança.

Em outra entrevista, ao site “Notícias Agrícolas”, a jornalista segue se comportando da mesma forma, fazendo sugestões para que haja mais oportunidades para mulheres em empresas. Na *live* promovida pelo site, estão presentes outros três homens, entre eles, o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, muitas vezes considerado pelo setor como uma referência (Notícias Agrícolas, 2021).

Um dos mediadores, então, a indaga sobre o papel da mulher no agronegócio. Em resposta, Paffaro alerta para a necessidade de busca por mais mulheres capacitadas no setor. Logo na sequência, outro participante da *live*, o empresário Alexandre Barros, diz: “Roberta, deixa eu te fazer uma pergunta mais técnica, né?” (Notícias Agrícolas, 2021). E ele segue perguntando sobre a Bolsa de Chicago. Nota-se que não houve qualquer espaço na entrevista destinado a discutir a questão do gênero. E, mesmo que houvesse, como se viu em outras entrevistas, a jornalista provavelmente seguiria apontando possíveis soluções, mas sem discutir as várias dimensões do problema.

Está muito claro que as agroinspiradoras estão atentas à diferença de posicionamento entre homens e mulheres dentro do setor e, no fim, elas convocam as mulheres a falarem de temáticas abordadas também por homens, restando claro que elas também possuem conhecimento e capacidade para isso. As agroinspiradoras acreditam que muitas mulheres ainda precisam aparecer na mídia e, para obter este espaço, é preciso se posicionar, querer e demonstrar competência. Ao fazerem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas falas, elas também fazem escolhas de significados, de identidades sociais, relações sociais e conhecimento. A repetição é uma condição de existência e legitimação dos discursos dominantes. Isso porque, todos os dias, recebemos um bombardeio de informação que promove pedagogias culturais que estruturam e ratificam padrões sociais (Louro, 2008).

A análise de conteúdo associada à representação social apresentada neste capítulo teve por objetivo integrar uma variedade de perspectivas para o estudo das dimensões discursivas no âmbito social e cultural.

E, ao final deste percurso, questionamos o seguinte: “É possível pensar nesta representação da mulher-agro, na construção desse fenômeno, como um passo positivo?” Com efeito, viu-se que outros espaços foram alcançados pelas agroinspiradoras e lugares de fala antes inacessíveis foram galgados. Mas é preciso considerar que o debate acerca de gênero e

trabalho a partir desse grupo pode ser algo mais profundo e propositivo do que até então tem sido apresentado. Ao lançar luz a trechos das entrevistas, a intenção foi discutir pressupostos e estratégias enunciativas que não são tornadas explícitas com frequência. Como produtores ou intérpretes de textos, somos sempre confrontados sobre os significados sociais do que escrevemos, falamos.

Por fim, neste capítulo, observamos como as mulheres seguiram com seus discursos ao longo dos anos nas mídias, o que nos permitiu compreender como a mídia representa a mulher-agro. Por meio das falas, notamos a tendência a dar outros nomes a temas polêmicos. Gênero, sororidade e preconceito de gênero aparecem nos discursos das agroinspiradoras, porém, muito pouco. Outro aspecto que até então não tinha surgido foi a convocação para ocupação de espaços físicos e ideológicos. Buscou-se assim refletir para além das amarras sociais nas quais socialmente nos encerramos. O que também está claro é que este fenômeno em construção, o feminismo agro, necessita de atenção, observação e análise continuadas.

Finalizamos este capítulo assinalando, assim como Januário (2021), que é preciso pensar sobre o privilégio das mulheres-agro e o que elas podem fazer a partir de seu lugar. O acesso a determinadas ferramentas não chega para todas as mulheres. Existe uma questão de classe, existem assimetrias sociais, raciais e privilégios que precisam ser ponderados nesse debate.

A mídia, neste sentido, tem representado a mulher como altamente competente, tecnificada, ciente das mazelas a respeito de gênero e do trabalho. Mas, ainda assim, é uma mulher que inspira em primeira instância aos iguais e que não questiona o sistema patriarcal, pois agindo assim ela consegue se manter em espaços até então inatingíveis a ela. A mulher-agro representada pela mídia segmentada faz parte de um grupo estruturado, economicamente e simbolicamente, que ao mesmo tempo em que filtra partes dos discursos, manifesta a voz do meio e tem a voz mesclada pelos próprios interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa proporcionou uma análise de conteúdo e das representações sociais dos discursos midiáticos, a fim de compreender como a mídia segmentada retrata as mulheres-agro (*corpus* dessa tese), com especial atenção às dinâmicas de gênero e trabalho.

O feminismo agro, como temos denominado, se concentra em mulheres privilegiadas no contexto rural, especialmente aquelas ligadas ao agronegócio. O movimento se caracteriza pela busca de representação e de representatividade de mulheres do campo, porém, sob uma perspectiva mais individualista e alinhada aos interesses do setor agroindustrial. Essa vertente do feminismo neoliberal não tem como foco principal a busca por mudanças sociais coletivas, nem a superação das desigualdades existentes. Em certos casos, pode até fortalecer as estruturas de exploração e desigualdade que já estão estabelecidas.

A pesquisa aqui apresentada não teve como objetivo superar dicotomias sobre o agronegócio ou sobre a atuação das mulheres-agro. No entanto, é crucial reconhecer que a superação dessas dicotomias é necessária e isso está relacionado ao objeto de estudo. Ao entender o perfil das mulheres no setor agrícola de forma abrangente, podemos contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais inclusiva e valorizada do papel feminino na agricultura. Portanto, embora a pesquisa não busque diretamente essa superação, suas descobertas e análises podem alimentar o diálogo e as ações.

O território, com suas dimensões rural e urbana, não pode ser compreendido como uma dicotomia rígida. Essa polarização está frequentemente atrelada às relações de poder que vinculam o espaço urbano ao avanço tecnológico e o rural ao atraso. No entanto, esses espaços são imbricados, já que a cidade não é apenas um centro isolado, mas também ocupa e transforma a floresta, sobrepondo práticas ancestrais com dinâmicas da agroindústria. A produção de saberes tradicionais enfrenta, assim, o desafio da complexidade e da resistência frente à modernização tecnológica promovida pelo agro. Quando há tentativas de diálogo por parte do setor agroindustrial, muitas vezes, essas iniciativas acabam inviabilizando práticas e tradições locais, ao invés de fortalecê-las.

É importante mencionar que, ao iniciar esta pesquisa, o entusiasmo e uma certa ingenuidade se fizeram presentes, pois a autora observava as mulheres-agro e o agronegócio a partir de uma abordagem específica, centrada na perspectiva econômica. Isso significa que o fazer da pesquisa desconstruiu parte dessa ideia prévia, conduzindo-a por um caminho fundamentalmente analítico e crítico. No início da pesquisa, ela compreendia a representação

das mulheres-agro, do programa Agroinspiradoras e de outros materiais analisados ao longo de anos de forma construtiva e o agronegócio como sendo imprescindível para a sobrevivência no mundo.

Dessa forma, sua percepção pessoal era de que a criação do programa Agroinspiradoras, exibido em um canal hegemonicamente masculino, poderia de alguma forma significar uma espécie de “reconhecimento” pelos anos de invisibilidade das mulheres-agro, que já há muitos anos trabalham na gestão de grandes propriedades. No entanto, ao longo do processo de pesquisa, a autorreflexão como pesquisadora a levou a reconhecer a necessidade de ampliar a abordagem e considerar outras dimensões importantes do tema, como as experiências pessoais das mulheres-agro, suas relações com a terra e o meio ambiente, além de aspectos socioculturais e de gênero que influenciam em sua atuação no agronegócio.

Nesse caminho, algumas hipóteses foram sendo descartadas e, com isso, foi possível observar que as agroinspiradoras têm, na verdade, inspirado a si mesmas ao longo do discurso do programa. Assim como descreve Gilberto Velho (1978), todos podemos nos acostumar com uma paisagem e com a disposição de seus atores, no entanto, isso não significa necessariamente que compreendamos a lógica das relações que ali acontecem. Nesse caminho de entendimento, é possível nos familiarizarmos com a presença das mulheres no agronegócio, mas isso não implica uma compreensão profunda de suas experiências, relações e desafios.

As nossas construções sociais e profissionais, seguramente, nos colocam em uma posição familiar com o setor agro, e mais ainda com as mulheres-agro, mas isso não esgota o assunto e nem deixa de exigir o aprofundamento crítico na questão. Por essa razão, esta pesquisa buscou ir além da superfície, explorando essas dinâmicas e relações subjacentes para uma compreensão contextualizada do papel das mulheres no campo.

Em determinados momentos, houve questionamentos sobre o porquê de se pesquisar um grupo que historicamente é privilegiado. Neste mérito, é preciso esclarecer que a intenção deste estudo não foi reproduzir privilégios legitimados, mas analisar o sentido dessa legitimação (neste caso, relacionado à classe e em desfavor do gênero) (Souza, 2017).

O esforço foi justamente o de contribuir para uma análise crítica sobre o sentido produzido pelas falas das mulheres-agro no programa Agroinspiradoras e nas 18 produções audiovisuais que incluem entrevistas, *lives* e reportagens, para, então, discutir a respeito dos pontos de inflexão e transformação no que se refere às relações de gênero e trabalho no agronegócio. Estudar a elite tem sido o esforço de muitos pesquisadores, entre eles, o sociólogo Jessé Souza (2017; 2019). E, assim como Souza, é preciso entender que o pensamento da classe média e da elite viabiliza uma análise crítica das relações sociais e de âmbito econômico.

É válido ressaltar que, mesmo desfrutando de privilégios econômicos e sociais, uma considerável parcela das mulheres ligadas ao setor agrícola não se desvincula de sua condição feminina. Nesse contexto, submetem-se, em virtude da influência da cultura patriarcal, a formas de opressão e a uma dinâmica de domínio social. Segundo Souza (2017), está incutido em nossa cultura que as ideias dominantes passam a determinar a vida comum e o comportamento cotidiano, sem ao menos termos a consciência refletida disso.

Essa análise permite cogitar que, para ocupar cargos de liderança, por exemplo, muitas mulheres-agro tiveram que lidar com os desafios com que se deparam as mulheres em uma cultura patriarcal. Também é notável que muitas romperam barreiras e outras tantas lutaram para ocupar determinados espaços na sociedade. Em sua luta para conquistar espaços majoritariamente masculinos, as mulheres-agro analisadas nessa tese, concomitantemente, acabaram reforçando a dominação capitalista. Belisário, Geraldes e Moura afirmam que “no que concerne às representações sobre a mulher, é preciso lembrar que a classificação de gênero (masculino/feminino) serve a uma divisão de poderes (quem manda/quem obedece; quem pode/quem não pode; quem tem valor/quem não tem valor)” (Belisário; Geraldes; Moura, 2013, p. 02).

No contexto desta tese, essa reflexão é importante para destacar que as representações sobre as mulheres no agronegócio são moldadas por estruturas de poder e hierarquias de gênero. Reconhecer que a classificação de gênero serve a uma divisão de poderes é fundamental para entender as dinâmicas de poder que permeiam a atuação das mulheres-agro e suas interações dentro do setor agrícola. Isso nos leva a questionar e problematizar as representações e estereótipos que podem influenciar a forma como as mulheres são vistas, valorizadas e tratadas no contexto do agronegócio.

As mulheres-agroinspiradoras, mesmo que indiretamente, encontram correspondência com o que Souza (2017) denomina como a “elite do atraso”, que emerge a partir do período de escravidão. O sociólogo declara que outras elites no mundo pensam na sociedade como um todo, pois precisam encontrar um modo de permanência contínua para elas próprias permanecerem dominando. Segundo Souza, a elite brasileira opera de forma diferente. E isso pode ser observado a partir de um cenário que provê, entre outras coisas, níveis salariais extremamente desiguais, diminuição da segurança e do emprego, padrões de vida em declínio e aumento abrupto no número de horas trabalhadas.

No início deste estudo científico, abordamos a heterogeneidade da ruralidade brasileira, reconhecendo a diversidade de realidades que permeiam esse contexto e compreendendo as

nuances e particularidades das mulheres rurais e agro, sempre considerando as múltiplas experiências e desafios que enfrentam.

Ao adentrarmos nas complexidades da ruralidade brasileira, foi significativo abordar a intersecção entre o colonialismo químico (Bombardi, 2023) e as mazelas do agronegócio, em particular a questão da concentração e degradação das terras. O modelo agrícola predominante no Brasil, historicamente fundamentado em práticas agrícolas intensivas e na utilização massiva de agroquímicos, remonta a um legado colonial que privilegiava a exploração dos recursos naturais em prol do lucro econômico, muitas vezes às custas da degradação ambiental e social.

Nesse sentido, a Lei de Terras de 1850, que consolidou a propriedade privada da terra, estabeleceu as bases para um sistema de concentração fundiária que perdura até os dias atuais, com vastas extensões de terras sendo controladas por poucos proprietários. Esse quadro não apenas perpetua as desigualdades socioeconômicas, mas também marginaliza as comunidades rurais e agrícolas, limitando seu acesso à terra e aos recursos necessários para uma agricultura sustentável e inclusiva. Assim, ao considerarmos a heterogeneidade da ruralidade brasileira, é imprescindível confrontar as estruturas coloniais e agrárias que perpetuam a injustiça e a desigualdade no campo.

Realizar essa análise crítica foi fundamental para a compreensão do cerne desta tese, que se concentra no conteúdo proferido pelas mulheres-agro na mídia segmentada, suas interações com o agronegócio e as dinâmicas de poder subjacentes. Essa reflexão permitiu uma compreensão das múltiplas experiências e desafios enfrentados por elas, inseridas em um contexto marcado pela concentração de terras, pelo modelo agrícola dominante e pelo machismo enraizado no patriarcado.

Diante das situações de pressão por uma posição crítica em relação ao assunto, buscamos agir cientificamente e de modo ético, não desprezando que o estado de Goiás, de origem desta autora, é tipicamente agrícola e agrega muitas mulheres-agro protagonistas de suas próprias histórias.

Ao compreendermos a complexidade da ruralidade e os fundamentos dos feminismos, analisamos, de forma significativa, as trajetórias das mulheres-agro e sua abordagem peculiar em relação às questões de gênero. Ao analisarmos os conteúdos, reconhecemos que esta relação é complexa e multifacetada, ao invés de unívoca. Durante o desenvolvimento do estudo, não restrinhamos nossa análise apenas às unidades de registro e à sua semântica, mas também consideramos as unidades de contexto, o sujeito e sua posição social.

Examinamos não apenas as grandes polêmicas filosóficas, políticas e econômicas, mas também os fenômenos discursivos cotidianos das mulheres-agro em destaque. Inspirados por

Beauvoir, rejeitamos noções vagas de superioridade, inferioridade e igualdade que distorceram as discussões sobre gênero e trabalho.

Observamos ainda que as falas das agroinspiradoras são moldadas por relações de poder e por ideologias que exercem efeitos construtivos sobre as identidades sociais, nem sempre evidentes devido à complexidade das relações sociais e dos sistemas de conhecimento e crença.

Ao analisar as falas das mulheres-agro em diversas mídias, seria muito fácil descartar exemplos positivos, se elencássemos apenas a lógica capitalista como argumento de exclusão. Além das vozes das mulheres convidadas para os episódios de Agroinspiradoras, estão imbricadas ali outras vozes, tais como a voz do mercado, a voz da mídia e a voz da cultura do patriarcado, para citar algumas.

O nosso empenho, contudo, foi direcionado para alcançar uma representação que transcendesse os binarismos convencionais, promovendo uma discussão sobre o papel da mídia. Esta representação é complexa e não pode ser completamente encapsulada. Tal fato possivelmente instiga novas pesquisas que visem investigar a representação da mulher no setor agrícola não apenas na mídia segmentada, mas também nos principais veículos de comunicação, incluindo grandes jornais, televisões e canais de alcance nacional.

A presente pesquisa nos revelou que as mulheres-agro tendem a evitar o termo “feminismo”, “feminista” ou “sororidade” em suas falas. Em vez disso, elas recorrem à palavra “ajuda” para expressar a importância da solidariedade entre as mulheres e destacam as “dificuldades” que enfrentam como forma de abordar o preconceito e as desigualdades.

Mas “será que podemos invocar o feminismo para o não-feminismo?”. Esta indagação provocativa feita a nós, convida à reflexão sobre como os princípios e ideais do feminismo podem influenciar até mesmo aqueles que não se identificam verbalmente com o movimento feminista. Ao longo deste estudo, vislumbramos como as mulheres-agro pesquisadas, mesmo não se reconhecendo feministas, promovem ideias e práticas alinhadas ao feminismo, em especial ao feminismo neoliberal. Ao observar ações, discursos e pontos de vista, mesmo quando não expressos explicitamente como feministas, percebemos eles ecoam ideias de sororidade, igualdade de gênero e empoderamento feminino, sugerindo que as influências podem ser encontradas mesmo em contextos em que o termo “feminismo” é rejeitado ou não reconhecido.

Então, ao invés de se apropriarem do discurso feminista, a seleção de sinônimos é uma opção que pode ser entendida como uma estratégia para evitar conflitos e não confrontar diretamente outras estruturas hegemonicamente masculinas. Isso porque tais mulheres já se encontram inseridas nas comunidades agrícolas e desejam manter sua posição e influência

dentro desse contexto. Por esta razão, evitam a polarização e reforçam a ideia de que trabalham com a cooperação do público masculino, o que se nota como uma tentativa de preservar a sua conquista em relação ao espaço já alcançado no setor agrícola.

Recorremos a metáfora da roleta interseccional para entender as dinâmicas de opressão que configuram as subjetividades sociais. Ao invés de focar em um único eixo de opressão, a pesquisa explorou as interações entre gênero, geolocalização (com ênfase no ambiente rural) e branquitude, a fim de compreender a vivência das mulheres no setor agro e evidenciar as múltiplas camadas e variáveis desses eixos destacando as desigualdades que moldam escolhas discursivas e visibilidade midiática.

Além disso, avançamos no entendimento das relações de poder e privilégios sustentadas pela branquitude, especialmente no contexto agro. Essa análise permitiu desvendar os não ditos e silêncios que persistem, mostrando como, historicamente, homens no setor têm oferecido apenas espaços limitados às mulheres, preservando o *status quo* masculino. As mulheres conquistam, assim, apenas fragmentos desse espaço, e barreiras significativas permanecem, limitando sua plena participação em determinados âmbitos.

Ao reconhecer e problematizar o “feminismo agro”, a pesquisa amplia o entendimento acerca do feminismo como uma luta que ultrapassa as fronteiras urbanas e contempla as experiências e demandas específicas das mulheres no ambiente rural. Isso contribui para uma visão abrangente do feminismo, nos levando a refletir sobre outras formas de resistência.

À luz das dinâmicas investigadas ao longo desta pesquisa, compreendemos que mesmo imersas nessa realidade, algumas mulheres emergem como líderes no setor, ocupando cargos de destaque em diversas esferas decisórias ligadas à agricultura no Brasil. Ao assumirem essas posições, elas se deparam com a necessidade de romper com paradigmas históricos, predominantemente masculinos, e buscam promover transformações. A eficácia dessas mulheres em implementar políticas transformadoras é alvo de questionamentos, porém, sua presença em posições de liderança representa (no mínimo) uma oportunidade significativa para impulsionar agendas mais inclusivas e sustentáveis no âmbito do agronegócio.

Ao longo das análises, foi constatado que as mulheres-agro têm enfoque centrado em suas próprias realidades e nos desafios que enfrentam como grupo. Embora não proponham mudanças em larga escala e não se engajem em movimentos feministas mais amplos, elas lidam diariamente com questões como desigualdades estruturais e normas de gênero arraigadas na comunidade agrícola. Ao se concentrarem em suas próprias demandas e na busca por melhorias

dentro de suas esferas de atuação, essas mulheres estão promovendo uma forma de ativismo e resistência localizada.

Ao concluir esta pesquisa, é preciso reconhecer a ousadia de explorar novos conceitos e perspectivas dentro do contexto do feminismo agro. Através da análise cuidadosa das experiências das mulheres-agro e das dinâmicas específicas do setor agrícola, emerge um termo que reflete a sua abordagem em particular: o feminismo neoliberal agrícola. Esse termo busca capturar a complexidade das lutas e aspirações das mulheres-agro que se movem dentro das estruturas neoliberais e encontram maneiras de reivindicar seu espaço e voz.

Enquanto o feminismo tradicional pode estar associado a movimentos políticos e sociais mais amplos, o feminismo neoliberal agrícola aponta para a capacidade dessas mulheres de se apropriarem das lutas feministas de maneira que tais lutas se tornem relevantes para suas realidades e necessidades específicas.

Por fim, este estudo sugere a necessidade de um olhar futuro mais atento para as questões geracionais. As mulheres analisadas pertencem a faixas etárias de 40 a 50 anos, muitas vezes com percepções sobre o feminismo que diferem das gerações mais jovens. Pensar em novas pesquisas que explorem a perspectiva de mulheres mais jovens no setor agro pode revelar novos padrões de resistência, adaptação e enfrentamento das desigualdades, oferecendo caminhos para compreender melhor as transformações sociais e culturais em andamento.

Diante desse cenário, consideramos ter lançado um olhar audacioso em direção ao futuro, convidando a comunidade acadêmica, as próprias mulheres-agro, a mídia segmentada e os diversos atores envolvidos no setor agrícola a participarem de discussões e ações que promovam a igualdade de gênero, a justiça social e a dignidade para todas as mulheres envolvidas nesta importante atividade produtiva.

REFERÊNCIAS

- ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Todas as mulheres do agronegócio.** Sorocaba, 2016. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/mulheres-no-agronegocio001-min.pdf>. Acesso em: 20 maio 2022.
- ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Todas as mulheres do agronegócio.** Sorocaba, 2017. Disponível em: <https://abag.com.br/wp-content/uploads/2020/08/sumario-pesquisa-mulheres-do-agro-2017-compressed.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Elas fazendo história:** pesquisa sobre a participação feminina no agronegócio brasileiro. 2021. Disponível em: https://abag.com.br/wp-content/uploads/2022/03/Ebook_Agroligadas_final.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.
- ABMRA. Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio. **7ª pesquisa hábitos do produtor rural ABMRA.** 2017. Disponível em: http://www.webrural.com.br/wp-content/uploads/2018/11/7_PESQUISA_HABITOS_DO_PR_RELATORIOFINAL.pdf. Acesso em: 02 mar. 2023.
- ABRAMOVAY, R. De volta ao futuro: mudanças recentes da agricultura familiar. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PESQUISA EM AGRICULTURA FAMILIAR DA EMBRAPA, 1., 1995, Petrolina. **Anais [...].** Petrolina: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa Semiárido, 1995, p. 17-27.
- ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. In: ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre, UFRGS, 2003. p. 17-56.
- AGÊNCIA SEBRAE. **AgroNordeste:** pequenos produtores rurais ampliam participação nas compras públicas. 2023. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/cultura-empreendedora/agronordeste-pequenos-produtores-rurais-ampliam-participacao-nas-compras->
- ACADÊMICA. **Mapa conceitual da análise de conteúdo.** 2023. Disponível em: <https://www.analisedeconteudo.com.br/mapa-analise-conteudo>. Acesso em: 08 nov. 2023.
- ACTION Aid Brasil; Grupo de Trabalho Mulheres da ANA. **Mulheres e agroecologia:** sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Volume 1. Rio de Janeiro: Provisual, 2010.
- AEGRO. Blog sobre agronegócio. **Tudo que você precisa saber sobre o ciclo da soja.** 2020. Disponível em: <https://blog.aegro.com.br/ciclo-da-soja/>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- AGÊNCIA BRASIL. **5G:** mais de 8 milhões de lares terão troca de parabólica custeada. 2021. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-03/5G-mais-de-8-milhoes-de-lares-terao-troca-de-parabolica-custeada#:~:text=Hoje%20a%20Anatel%20estima%202020,restante%20tem%20TV%20por%20assinatura>. Acesso em: 02 maio 2021.
- AGÊNCIA IBGE. **Atlas do Espaço Rural retrata diversidade e desigualdade do campo brasileiro.** 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012->

agencia-de-noticias/noticias/29724-atlas-do-espaco-rural-retrata-diversidade-e-desigualdade-do-campo-brasileiro. Acesso em: 16 dez. 2023.

AGÊNCIA SENADO. Em sua despedida, Simone Tebet defende a democracia e a participação da mulher na política. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/14/em-sua-despedida-simone-tebet-defende-a-democracia-e-a-participacao-da-mulher-na-politica#:~:text=Simone%20Tebet%20defendeu%20ainda%20a,de%20mulher%20por%20este%20pa%C3%ADs.%20>. Acesso em: 22 set. 2022.

AGROINSPIRADORAS. Programa de TV disponibilizado pelo Canal Rural. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5doXUxcUQiE>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AGROINSPIRADORAS. Programa de TV disponibilizado pelo Canal Rural. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZJW7eElCifI>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AGROINSPIRADORAS. Programa de TV disponibilizado pelo Canal Rural. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=W0AY6HJ6IrA>. Acesso em: 20 nov. 2020.

AGRO MAIS. Tech & Startups com Roberta Paffaro. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=tbD3ksodgms>. Acesso em: 06 nov. 2022.

AGUIAR, L., SILVA, M. P.; MARTINEZ, M. (Orgs). **Desigualdades, relações de gênero e estudos de jornalismo.** São Paulo: Life Editora, 2018.

ALVES, B. M; PITANGUY, J. **O que é feminismo.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

AQUINO, S. L de. Considerações sobre o conceito de civilização em Norbert Elias. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 138, 2012.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócio.** São Paulo: Atlas, 2013.

ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%: um manifesto.** São Paulo: Boitempo, 2019.

AUMONT, J. **A imagem.** 7. ed. Campinas: Papiro, 1993.

AYRES, C. **Afinal, pra que mulheres nos espaços de poder? Quais? E como?** 2017. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/afinal-pra-que-mulheres-nos-espacos-de-poder-quais-e-como/>. Acesso em: 08 maio 2020.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem:** problemas fundamentais da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2009.

BAND TERRA VIVA. Teka Vendramini fala sobre importância da Ministra Tereza Cristina. 2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=258068271905612>. Acesso em: 02 mar. 2020.

- BAND TERRA VIVA. **Semana especial do Dia da Mulher:** Roberta Paffaro. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/videos/videos.htm?id=semana-especial-do-dia-da-mulher-roberta-paffaro-0402CD993564CC817326>. Acesso em: 26 nov. 2022.
- BARBEIRO, H.; P. LIMA. **Manual de telejornalismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2016.
- BEAUVOIR S. **O segundo sexo. Volume I.** Rio de Janeiro: Editor Nova, 1980a.
- BEAUVOIR S. **O segundo sexo. Volume II.** Rio De Janeiro: Editor Nova, 1980b.
- BELISARIO, K.; GERALDES, E. C.; MOURA, Dione O. Para 'inglês' ver: apontamentos sobre representações da mulher brasileira em casos repercutidos na imprensa internacional. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 26, p. 467-477, 2013. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs2.2.2/index.php/sociaisehumanas/article/view/2902/pdf> Acesso em: 17 abr. 2023.
- BESSA, G. **Baratos e experimentais, talk shows do Canal Brasil subvertem formato.** 2013. Disponível em: <https://www.terra.com.br/diversao/tv/baratos-e-experimentais-talk-shows-do-canal-brasil-subvertem-formato.ea662af036ca0410VgnVCM4000009bcceb0aRCRD.html>. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN M. M. Agricultura familiar como geração de renda e desenvolvimento local: uma análise para Dourados, MS, Brasil. **Interações**, v.18, n. 1, 2017.
- BIROLI, F. **Autonomia e desigualdades de gênero:** contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo/Niterói: Editora Horizonte/Eduff, 2013.
- BIROLI, F. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-681, 2016.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. **O novo espírito do capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BLOG DA CARNE. **Mulheres da carne:** liderança feminina no agronegócio com Teka Vendramini. 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Hs6apOJ_dJ0. Acesso em: 09 maio 2021.
- BOMBARDI, L. M. Geografia agrária e responsabilidade social. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 21, p. 41–53, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/531>. Acesso em: 11 fev. 2024.
- BOMBARDI, L. M. **Agrotóxicos e colonialismo químico.** São Paulo: Editora Elefante, 2023.
- BONIN, R. **Governo Bolsonaro supera os 400 mil títulos de terra entregues no país.** 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/governo-bolsonaro-supera-400-mil-documentos-de-titulacao-para-assentados>. Acesso em: 05 set. 2023.
- BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática.** Bacarena, Portugal: Editorial Presença, 1977.

BRANDÃO, C. F. Celebidades empreendedoras e narrativas inspiracionais: pacotes biopolíticos de Bel Pesce e Flávio Augusto da Silva (Geração de valor) no âmbito da comunicação e do consumo. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo.

BRF. Brasil Foods Empresa de Alimentos. Site institucional. 2023. Disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/onde-estamos/brasil/>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Conheça o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE). 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/credito/pronampe>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Assentados recebem mais de 50 mil títulos de terra no Pará. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/06/mais-50-mil-titulos-de-terra-sao-entregues-no-pará>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. A política de reforma agrária. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/a-politica#:~:text=%20A%20produ%C3%A7%C3%A3o%20de%20alimentos%20b%C3%A1sicos,interioriza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20servi%C3%A7os%20p%C3%B3blicos%20b%C3%A1sicos>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BRASIL. Palácio do Planalto. Presidente celebra aprovação na Câmara de projeto que prevê igualdade salarial entre mulheres e homens. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/05/presidente-celebra-aprovacao-na-camara-de-projeto-que-preve-igualdade-salarial-entre-mulheres-e-homens>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Revista de Estudos Feministas, v. 12, n. 1, 2004.

BRITO, C. X de. Mulher Alfa: liderança que inspira. São Paulo: Letramento, 2018.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BRUN, A. L.; MULLER, P. K (Orgs). Aspectos do agronegócio brasileiro: a realidade na primeira década do terceiro milênio. Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

BUTLER, J. P. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALAZANS, F. O. M. “Seja ótima, seja feliz”: discurso, representação e subjetividade feminina no canal GNT. Tese (Doutorado em Comunicação). Brasília, Universidade de Brasília, 2013.

CANAL DO BOI. Entrevista com Teka Vendramini. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2plrkP58gW8>. Acesso em: 05 abr. 2021.

CANAL RURAL. Entrevista Roberta Paffaro – Agromulheres. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poQhKZeY9Bk&t=254s>. Acesso em: 29 mar. 2020.

CANAL RURAL. Canal especializado de TV. 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br>. Acesso em: 18 dez. 2023.

CANAL RURAL. Imagens. 2023. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/multimidia/canal-rural-completa-anos-historia-75943>. Acesso em: 10 jan. 2023.

CARTA CAPITAL. Quem é Tereza Cristina, ‘musa do veneno’ confirmada na Agricultura. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-e-terezacristina-muda-do-veneno-confirmada-na-agricultura>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 24, jan.-dez. 2021, p. 1–22. ISSN 1808-2599. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2198>. Acesso em: 26 dez. 2024.

CASAQUI, V. Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macro proposições, narrativas, inspiração. **Galáxia**. São Paulo, n. 37, p. 55-65, 2018.

CASAQUI, V. O papel da narrativa no projeto da sociedade empreendedora e na cultura da inspiração. **E-Compós**. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil, 2019.

CASAQUI, V. Crítica da inspiração nos processos comunicacionais do capitalismo. **Comunicação, mídia e consumo**, v. 17, v. 48, p. 108-127, 2020.

CASAQUI, V. **Comunicação, inovação e empreendedorismo:** tensões e alinhamentos. Palestra no XIV Congresso Abrapcorp. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LZkGusFnPcU&t=5120s> Acesso em agosto de 2021.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mulheres no Agronegócio – Edição Especial**, Piracicaba, v.1, n.1, 2018.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Mulheres no Agronegócio – Edição Especial**, Piracicaba, v.1, n.2, 2019.

CHAUÍ, M. **A primeira pedra**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

CNA. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Página institucional. Disponível em: <https://www.cnabrasil.org.br/cna/institucional-cna>. Acesso em: 22 set. 2024.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, 2016.

Collins, P. H. (2022). **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica**. São Paulo: Boitempo Editorial.

COMIGO. Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano. **COMIGO é a 29ª empresa do agro brasileiro, em ranking da Forbes**. 2020. Disponível em: <https://comigo.coop.br/noticias/info/157/1/comigo-e-a-29-ordf-empresa-do-agro->

[brasileiro-em-ranking-da-forbes#:~:text=A%20COMIGO%20%C3%A9%20destaque%20na,R%24%204%2C32%20bih%C3%B5es](#). Acesso em: 05 set. 2020.

CORAZZA, H. **Comunicação e relações de gênero em práticas radiofônicas**. São Paulo: Paulinas, 2000.

CORDEIRO, A.; BIFF, M.; PAFFARO, R. **Mulheres do agro**: as inspirações para vencer desafios dentro e fora da porteira. Belo Horizonte: Lamento, 2019.

COSTA, B. **Mídia e digitalização**: o novo ecossistema comunicacional. São Paulo: Editora FGV, 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

DAVIS, J. **Bussines responsibility and the market for farm products**. Beltsville, MD: National Agricultural Library, 1955.

DELGADO, G. C.; FREDERICO B. da S.; CASTRO, J. A.; CARDOSO JÚNIR, J. C. THEODORO, M.; BEGHIN, N. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília, IPEA, 2005.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P (Orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DOMINGUES-DA-SILVA, J. **A política da política da TV Digital no Brasil**: atores, interesses e decisão governamental. Rio de Janeiro: Multifoco, 2011.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

EMBRAPA: **O agro no Brasil e no mundo**: uma síntese do período de 2000 a 2020. 2022. Disponível em:
<https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf/41e20155-5cd9-f4ad-7119-945e147396cb>. Acesso em: 02 jul. 2021.

ESCOBAR, A. **Encountering development**: the making and unmaking of the third world. Princeton: Princeton University Press, 1995.

ESCOSTEGUY, A. C. D., FELIPPI, A. C. T. SIFUENTES, L; RIBAS, J. V..; BIANCHINI, A. F.; OLIVEIRA, V. G. de; GUERIN, Y. S.; DORNELLES, M. **As tecnologias de comunicação no cotidiano de famílias rurais**: (re)configurações de uma ruralidade. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019.

EXAME. Revista Semanal de Informação. **Ranking 2022**: Rio Verde é a melhor cidade para fazer negócios no agro. 2022. Disponível em: <https://exame.com/economia/ranking-2022-rio-verde-e-a-melhor-cidade-para-fazer-negocios-no-agro/>. Acesso em: 14 out. 2024.

EXPERT XP. Luiza Trajano: a ‘titã’ mais influente do mercado brasileiro pela Time.2022. Disponível em: <https://conteudos.xpi.com.br/aprenda-a-investir/relatorios/luiza-trajano-a-tit%C3%A3o-mercado-brasileiro/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora UnB, 2008.

FELLET, J. **Em crise com ruralistas, Kátia Abreu flerta com esquerda e critica 'reacionários'.** 2017. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/em-crise-com-ruralistas-katia-abreu-flerta-com-esquerda-e-critica-reacionarios,4ebbd5da82667c62da91cbecc781caa0d2m3kkzkf.html>. Acesso em: 05 abr. 2023.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **Why is gender equality and rural women's empowerment central to the work of FAO?** 2021. Disponível em: <http://www.fao.org/gender/background/es/>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa.** Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, S. **Revolução no Ponto Zero:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

FERNANDES, Evelyn Blaut. Morte ao patriarcado: fraternidade, irmandade, sororidade. **Cadernos Pagu**, v. 12, n. 63, 2021.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação.** São Paulo: Ática, 1996.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin.** São Paulo: Ática, 2008.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso.** 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais**, Londrina, v. 14, n. 2, 2019.

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 54. ed. São Paulo: Global Editora, 2020.

FOSTER, J. B. A ecologia da economia política marxista. **Monthly Review**, v. 63, n. 4, 2011.

FOUCAULT, M. **Birth of biopolitics.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.

GALILEU. Revista informativa. **Por que Margaret Thatcher era chamada de Dama de Ferro?** 2021. Disponível em <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/Historia/noticia/2021/10/por-que-margaret-thatcher-era-chamada-de-dama-de-ferro.html>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FRANKENBERG, R. (1993). *White Women, Race Matters: The Social Construction of Whiteness*. University of Minnesota Press.

GANDHY, A. **As correntes filosóficas no movimento feminista.** Yatahaze, 2018.

GEORGINO, M. **Desmistificando a mão de obra.** 2008. Disponível em: <http://www.hfbrasil.org.br/br/revista/acessar/capa/>. Acesso em: 01 nov. 2023.

GERBASE, C. **Primeiro filme:** descobrindo – fazendo – pensando. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2002.

GIANNETTI, E. **O que é a verdade?** São Paulo: Editora Planeta, 2017.

GIRARDI, E. P. Brasil potência agrícola: dinâmicas recentes, projeções, contradições e fragilidades (2006-2029). **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, v. 54, 2022.

GIRO DO BOI. **Entrevista com Carmem Perez.** 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=poQhKZeY9Bk&t=254s>. Acesso em: 04 fev. 2020.

GOMES, A. R. **Falando em imagens:** o processo de produção de sentido sócio-pedagógico no uso do texto imagético-verbal em atividades de ensino de língua portuguesa. 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11838/1/Tese %20Antenor%20Gomes1.pdf>. Acesso em: 06 maio 2024.

GOOGLE. **Imagen referente à matéria sobre liberação de 500 milhões para agricultura familiar.** 2020. Disponível em: https://www.google.com/search?q=500+governo+libera+milh%C3%A9s&tbm=isch&chips=q:500+governo+libera+milh%C3%A9s,online_chips:agricultura+familiar:nP65owLx6ww%3D&rlz=1C1VDKB_pt-PTBR1061BR1061&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwj7IJbU0IKAAxWgNLkGHbovCUkQ4IYoAXoECAEQLg&biw=1519&bih=688#imgrc=9G9TDNabC8B7OM. Acesso em: 03 jul. 2021.

G1. Site de notícias. **Falta de infraestrutura de acesso à internet é entrave para agricultura digital para 61% dos produtores.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/08/11/falta-de-infraestrutura-de-acesso-a-internet-e-entrave-para-agricultura-digital-para-61percent-dos-produtores.ghtml>. Acesso em: 07 abr. 2021.

G1. Site de notícias. **Agrotóxicos podem ter intoxicado quase 3 milhões de brasileiros em 10 anos, diz cientista em livro que questiona “colonialismo químico”.** 2023a. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/sociedade/noticia/2023/10/10/agrotoxicos-podem-ter-intoxicado-quase-3-milhoes-de-brasileiros-em-10-anos-diz-cientista-em-livro-que-questiona-colonialismo-quimico.ghtml>. Acesso em: 18 nov. 2023.

G1. Site de notícias. **Aprovação de agrotóxicos no Brasil bate recorde anual desde 2016.** 2023b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/06/aprovacao-de-agrotoxicos-no-brasil-bate-recorde-anual-desde-2016.ghtml>. Acesso em: 22 maio 2024.

G1. Site de notícias. **Bolsonaro liberou 2.182 agrotóxicos em 4 anos, recorde para um governo desde 2003.** 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2023/02/04/bolsonaro-liberou-2182-agrotoxicos-em-4-anos-recorde-para-um-governo-desde-2003.ghtml>. Acesso em: 02 fev. 2023.

HADDAD, P. R. et al. **A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil:** estudo de cluster. Brasília: Embrapa, 1999.

HALL, S. **Da diáspora:** identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

HALL, S. **Cultura e representação.** Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio Apicuri, 2016.

HELLER, B. Caras amigas, raras leitoras? A formação da mulher leitora no Brasil (1914/1936). **Revista da ANPOLL**, v. 1, p. 11-30, 2005.

HELLER, B. **Teatro de revista:** autoras, censura e representações. Anais eletrônicos, 2010.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e economia do “agronegócio” no Brasil. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 25, n. 74, 2010.

HOOKS, B. **Feminismo é para todo mundo:** política apaixonada. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário Brasileiro 2017.** 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 22 mar. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desigualdade de gênero no Brasil:** dados salariais. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-06/ibge-homens-ganham-17-mais-que-mulheres#:~:text=Os%20homens%20receberam%20um%20sal%C3%A1rio,que%20as%20mulheres%20em%202022>. Acesso em: 23 maio 2024.

IPA. Instituto Pensar Agropecuária. História do IPA. Disponível em: <https://www.pensaragro.org.br/historia-do-ipa/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Perfil – Leila Gonzalez. **Desafios do Desenvolvimento**, v. 6, n. 51, 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2260:catid=28#:~:text=L%C3%A9lia%20fez%20parte%20do%20grupo,feminina%2C%20particularmente%20da%20mulher%20negra. Acesso em: 22 mar. 2023.

JANUÁRIO, S. B. Feminismo de mercado: um mapeamento do debate entre feminismos e consumo. **Cadernos Pagu**, v. 61, 2021.

JEFFREYS, S. **Gender hurts:** a feminist analysis of the politics of transgenderism. London: Routledge, 2014.

JIMENEZ, M. P. Trabalho, poder, sexualidade. **Cadernos Pagu**, v.5, n.5, 1995, p. 201-276, 1995.

KRIPPENDORFF, K. **Análise de conteúdo:** uma introdução à sua metodologia. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

KSW BRASIL. **Live:** mulher, a força que move o agro. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Lw2X0R44bv&t=69s> 15 out. 2023.

LARAIA, R. de B. **Cultura:** um conceito antropológico .14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

LAURETIS, T. de. **Technologies of gender:** essays on theory, film, and fiction. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5673685/mod_resource/content/4/DE%20LAURETI_S%2C%20Teresa.%20A%20Tecnologia%20do%20G%C3%AAnero%20%281987%29.pdf. Acesso em: 22 maio 2023.

LEAL, T. O sentimento que nos faz irmãs: construções discursivas da sororidade em mídias sociais. **Revista ECO-Pós**, v. 23, n. 3, p. 139-164, 2020.

LEITE, C. **Comunicação digital e interação.** Campinas: Editora Alínea, 2015.

LEMOS, A. **Cibercultura:** tecnologias digitais e as novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **O corpo educado. Pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MACEDO, A. G. Pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 3, p. 813-817, 2006.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério.** São Paulo: Editora Senac, 2000.

MACHADO, L. M. M. **E a mídia criou a mulher:** como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. 2006. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MACHADO, L. M. M; SCHONS, A. S.; MELO DOURADO, L. C. S. de A construção da sororidade nos discursos da revista AzMina. **Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 2, 2019.

MACHADO, L. M; AMORIM. T.; SCHONS, A. Não se nasce feminista. **Revista Esferas**, v. 19, 2020.

MAINIGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação.** São Paulo: Cortez, 2001.

MAINIGUENEAU, Dominique. Gênese dos discursos. Tradução Sírio Possenti . São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Linha do tempo.** 2020. Disponível em: http://ruralcentro.uol.com.br/noticias/o-ministerio-da-agricultura-na-linha-do-tempo-25485?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996. Acesso em: 07 abr. 2020.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Vitrine da agricultura familiar.** 2023a. Disponível em: <https://sistemas.agricultura.gov.br/vitrine/quem-somos>. Acesso em: 02 mar. 2023.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Projeções do agronegócio. Brasil 2022/23 a 2032/33. Projeções de Longo Prazo.** 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2022-2023-a-2032-2033.pdf/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

MARQUES, F. J.; SAMPAIO, R.; AGGIO, C. (Orgs). **Do clique à urna:** internet, redes sociais e eleições no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2013.

ME TOO. Movimento social contra o assédio sexual. 2021. Disponível em: <https://metoobrasil.org.br/sobre-nos>. Acesso em: 22 jun. 2021.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa qualitativa:** teoria, planejamento e execução. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

MIRANDA, C.; SILVA, H. **Concepções da ruralidade contemporânea:** as singularidades brasileiras. Brasília: IICA, 2013.

MORAES, J.; AMARAL, L.; SCHWAB, P. I. O papel do cooperativismo no fortalecimento da agricultura familiar. **Revista do Cepe**, n. 49, p. 67-79, 2019.

MORENO, R.; ZELIC, H. **Feminismo em resistência:** crítica ao capitalismo neoliberal. São Paulo: Sof, 2019.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. Patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico In: XVI Encontro Regional de História. Saberes e práticas científicas. **Anais...** Rio de Janeiro, 2014.

MORMONT, M. B. À la recherche des spécificités rurales. In: JOLLIVET, Marcel (Dir.). **Vers um rural postindustriel; rural et environnement dans huits pays européens.** Paris: L'Harmattan, 1997.

MOTA, C.; MOTTA, L. G.; CUNHA, J. (Orgs). **Narrativas midiáticas.** Florianópolis, 2012.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). **O Jornal:** da forma ao sentido. 3.ed. Brasília: Editora UnB, 2012.

MOURA, D. O. e ALMEIDA, T. M. C de. Ancestralidade, Interseccionalidade, Feminismo Afrolatinoamericano e Outras Memórias sobre Lélia Gonzalez. **Arquivos do CMD**, v. 8, n. 2., 2019.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas. Página institucional na internet. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Maior produtor de arroz orgânico da América Latina inicia colheita.** 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/02/25/maior-produtor-de-arroz-organico-da-america-latina-inicia-colheita/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

MUNIZ, M. **Pelo quarto ano consecutivo governo corta crédito para a agricultura familiar.** 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/pelo-quarto-ano-consecutivo-governo-corta-credito-para-a-agricultura-familiar-bf73>. Acesso em: 12 set. 2024.

MURARO, R. M.; BOFF, L. **Feminino e masculino:** uma nova consciência para o encontro das diferenças. 3 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

NAVARRO-SWAIN, T. La construction des femmes: le renouveau du patriarcat. **Labrys**, v. 23, 2013.

NEVES, M. F; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2005.

NFA. Núcleo Feminino do Agronegócio. Página institucional. 2021. Disponível em: <https://nfa-agro.com.br/nossa-historia/>. Acesso em: 06 fev. 2022.

NOTÍCIAS AGRÍCOLAS. **Reflexos econômicos da pandemia.** 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k0LdOIYYHNQ&list=PLLQ0zPCY-IQ5xxxBwIyOMCNGItUapNpTo&index=25>. Acesso em: 07 jan. 2022.

O GLOBO. **Com nova campanha, Globo busca maior diversidade de conteúdo.** 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/com-nova-campanha-globo-busca-maior-diversidade-de-conteudo-25492936>. Acesso em: 07 nov. 2022.

O JOIO E O TRIGO. Página virtual de Jornalismo investigativo sobre alimentação, saúde e poder. **Exclusivo:** agronegócio vive boom inédito no mercado financeiro. 2021. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/agronegocio-boom-inedito-mercado-financeiro/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

OLIVEIRA, R. **Abandonada no governo Bolsonaro, agricultura familiar resiste a desmontes de políticas públicas.** 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/18/abandonada-no-governo-bolsonaro-agricultura-familiar-resiste-a-desmontes-de-politicas-publicas>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Espaço e Tempo**, v. 19, n. 2, p. 229-245, 2015.

OUROFINO EM CAMPO; BAND TERRA VIVA. **Entrevista com Camem Perez.** 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=632606041549062>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 1999.

ORLANDI, E. **Discurso e leitura:** uma reflexão sobre a análise do discurso. São Paulo: Pontes Editores, 2007.

ORSOGNA C. R. **Jonral Corriere della Sera.** 2017. Disponível em: <http://www.iuh.unisinos.br/78-noticias/565577-nao-ao-feminismo-de-elite-muito-glamour-e-pouco-compromisso>. Acesso em: 02 jul. 2021.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PAULILO, M. I. S.; SILVA, C. B. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Rev. Estud. Fem.**, v. 15, n. 2, 2007.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Site institucional. 2022. Disponível em: <https://pt.org.br/o-que-o-pt-fez-pela-agricultura-familiar/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

PEREZ, O.; RICOLDI, A. **A quarta onda feminista:** interseccional, digital e coletiva. 2019. Disponível em: <https://alacip.org/?todasponencias=a-quarta-onda-feminista-interseccional>. Acesso em: 02 mar. 2022.

PEREZ, C. Entrevista a Kellen Severo. 2021Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DEX9Wqjofns>. Acesso em: 24 set. 2023.

PHILLIPS, A. **The politics of presence.** Oxford e New York: Oxford University Press, 1995.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero.** Campinas: IFCH/Unicamp, 2001.

PINHEIRO, L. **Os dilemas da construção do sujeito no feminismo da pós-modernidade.** Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

POMPEIA, K. **Formação Política do Agronegócio.** São Paulo: Elefante, 2021.

PONTES, M. M. Breve história da música sertaneja. **Sociedade Artística Brasileira**, 19 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/breve-historia-da-musica-sertaneja/>. Acesso em: 22 jan. 2022. QUIRINO, K.; MOURA, D. Enquadramentos midiáticos, interseccionalidade e o genocídio de jovens negros brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. **Revista EcoPos**, v. 22, n. 2, 2019.

REIS, S.; FREITAS, P. A inserção da mulher no mercado de trabalho e a ampliação da participação social no espaço público. **Seminário Nacional das Demandas Sociais na Sociedade Contemporânea.** Rio Grande do sul, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIO VERDE. Prefeitura Municipal. **Agricultura.** 2021. Disponível em: <https://www.rioverde.go.gov.br/agricultura-e-pecuaria/>. Acesso em: 03 jul. 2021.

ROCHA, R. J. de S.; CABRAL, J. P. C. Aspectos históricos da questão agrária no Brasil. **Revista Produção Acadêmica – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais NURBA**, v. 2, n. 1, p. 75-86, 2016.

ROOS, D. Disputa pelo território: agricultura camponesa versus agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. **XIII Jornada do Trabalho.** Presidente Prudente, 2012.

ROSA, M. G. **Sororidade e empoderamento:** uma análise do discurso feminista no Facebook. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11549?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 07 abr. 2021.

SAAVEDRA, R. F. "Novos feminismos? Conexões e conflitos intergeracionais entre feministas". **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTANA, A. **3 anos sem De Frente com Gabi**: relembe todas as fases do talk show de Marília Gabriel. 2018. Disponível em: <https://observatoriodatv.com.br/noticias/3-anos-sem-de-frente-com-gabi-relembe-todas-as-fases-do-talk-show-de-marilia-gabriela>. Acesso em: 04 set. 2024.

SANTOS, M.; GLASS, V. (Orgs). **Atlas do agronegócio no Brasil**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SALVARO, G. I. J; OLIVEIRA, D.; FELIPE, D. F. Mulheres em Cooperativas Rurais Virtuais: Reflexões Sobre Gênero e Subjetividade. **Psicologia - Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2010.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCHONS, A. da S. **Mulheres em pauta**: as estratégias discursivas adotadas pelo jornal Folha de S. Paulo, na cobertura do Dia Internacional das Mulheres no período de 1975 a 2015. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHOFFER, L. **A internet e os movimentos sociais**: a experiência da mobilização em São Paulo. **Rev. Katálysis**, v. 16, n. 2, 2013.

SHIVA, V. **Vandana Shiva**: onde o feminismo encontra a ecologia. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vk1WurrW8-8>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Unicamp, 1999.

SILVEIRA, A. **Democracia e os códigos invisíveis**: os algoritmos e a sociedade da informação. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

SISTEMA FAEP. **Live**: capacitando mulheres, vencendo desafios. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Hn9tfdSDcRU>. Acesso em: 18 ago. 2022.

SOUZA, B. **Vamos Juntas? O guia da sororidade para todas**. Rio de Janeiro: Galera, 2016.

SOUZA, M. R. F.; MONTEIRO, G. V. Os Estudos Culturais: o real midiático, o real cotidiano e a pós-modernidade do mundo em rede. **RELEM – Revista Eletrônica Mutações**, v.6, 2017.

SOUZA, I. P. **Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade**. Londrina: Universidade de Londrina, 2019.

SOUZA, J. (2019). **Branquitude: o privilégio invisível**. Editora da Universidade de São Paulo.

SWAIN, T. N. **As heterotopias feministas: espaços outros de criação**. 2003. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys3/web/bras/anah1.htm>. Acesso em: 05 jul. 2023.

TRAVANCAS, I. **Juventude e televisão**: um estudo de recepção do Jornal Nacional entre jovens universitários cariocas. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TELES, A. M. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Representação feminina no Congresso Nacional**. 2023. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/bitstreams/6b30c9f3-714b-4efb-b149-335328d257f2/download>. Acesso em: 11 jun. 2024.

TV GLOBO. **Carmen Perez é pecuarista de referência no bem-estar animal**. 2021. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/9245453/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

TV CENTRO-OESTE PAULISTA. **Programa Mara Ramos**. 2017. Disponível em: <https://www.tvcentroeste.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 04 nov. 2019.

TV JOVEM PAN NEWS/BAND. **Agronegócio**: Tereza Vendramini no Congresso das Mulheres. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2LGZBmaWODQ>. Acesso em: 23 out. 2016.

TYLOR, E. **Primitive Culture**. Nova York: Harper Torchbooks, 1958.

VENDRAMINI, T. Palestra no Congresso Nacional das Mulheres do Agronegócio. 2022. Disponível em: <https://www.mulheresdoagro.com.br/>. Acesso em: 02 out. 2022.

VENDRAMINI, T. Página pessoal na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/tekavendramini/>. Acesso em: 02 jul. 2023.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 1-13.

VIANNA, C. S. M. **A reforma sufragista**: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil, 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

VILLAS BÔAS, R. L. **Seminário de conexões entre questões**. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nHH9z2gwdeM>. Acesso em: 22 maio 2020.

VISCONTI, H. **Nova campanha na internet denuncia o machismo do dia a dia**. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/vida/experiencias->

[digitais/noticia/2015/11/meuamigosecreto-nova-campanha-na-internet-denuncia-o-machismo-nosso-de-cada-dia.html](#). Acesso em: 09 jan. 2023.

WANDERLEY, M. de N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, 2009.

WOLF, E. **Visões de poder:** ideologias de domínio e crise. São Paulo: Ed. Zahar, 1999.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Editorial Presença, 1994.